

brasil

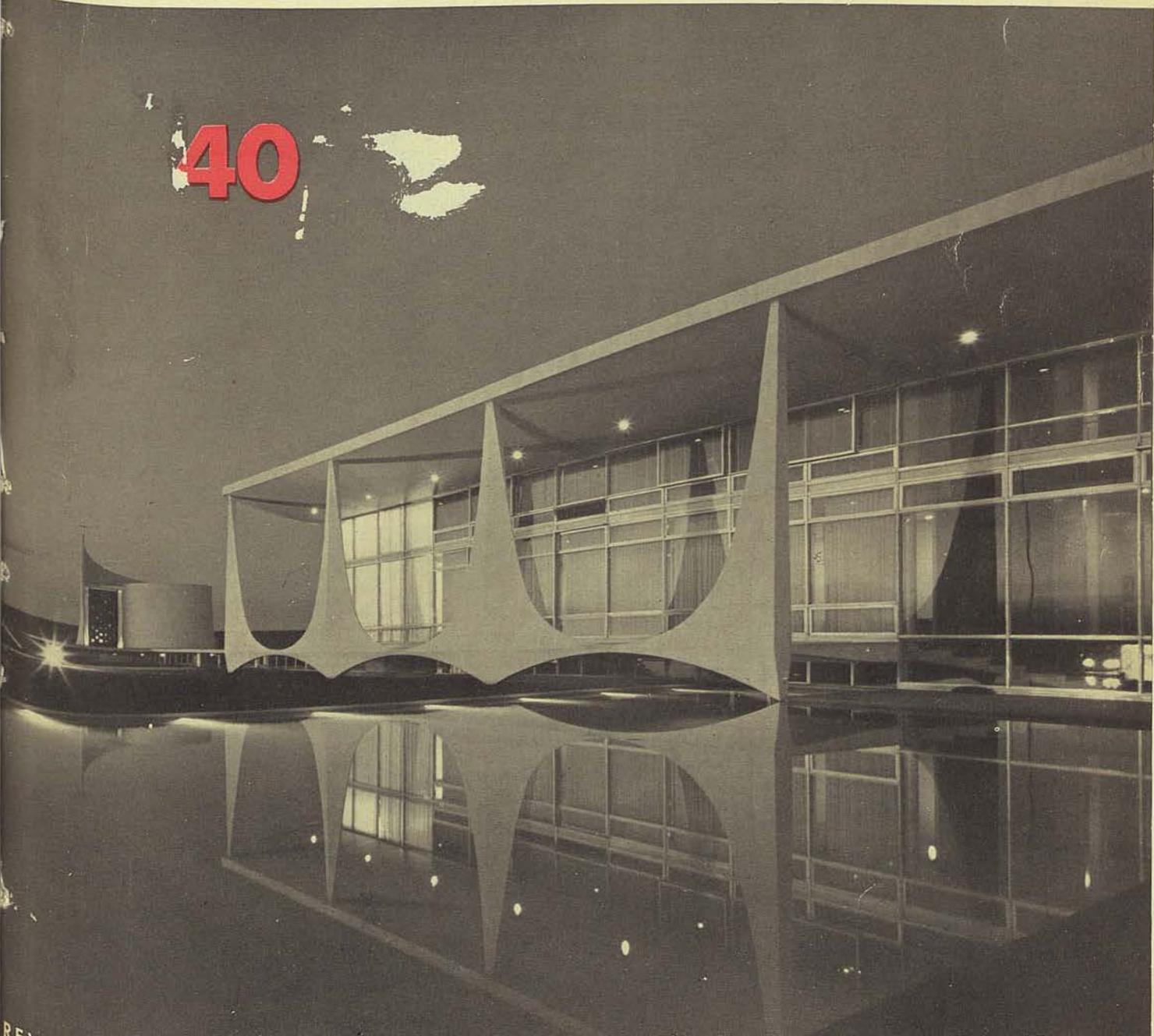
9.18.174
B823

NÚMERO ESPECIAL DE

21 4 60



40



Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil,
Novacap (Criada pela lei n.º 2.874, de 19 de
setembro de 1956). Sede : Brasília. Escritório no Rio :
Avenida Almirante Barroso, 54 - 18.º andar.

DIRETORIA

Presidente :

Dr. Israel Pinheiro da Silva

Diretores :

Dr. Ernesto Silva

Dr. Moacyr Gomes e Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente :

Dr. Israel Pinheiro da Silva

Membros :

Dr. Adroaldo Junqueira Aires

Dr. Aristóteles Bayard Lucas de Lima

General Ernesto Dornelles

Dr. José Ludovico de Almeida

Dr. Tancredo Godofredo Viana Martins

Cel. Virgílio Távora

CONSELHO FISCAL

Membros :

Dr. Armando Lages

Dr. Herbert Moses

Dr. José Peixoto da Silveira

Dr. Themístocles Barcellos, suplente

Dr. Vicente Assunção, suplente

brasília

número especial de 21-4-60

40

apresentação

Dr. Israel Pinheiro

brasil

ano 4

abril de 1960

número

40

Este número da revista da Novacap, em edição especial, documenta a história de um sonho que se transformou em realidade: o mais que centenário sonho da mudança da Capital. Desde Tiradentes, tôdas as vêzes que surgiu um movimento político mais profundo, ou que entraram em crise as instituições, reapareceu a idéia da interiorização da Capital. Está inscrita na Constituição de 1946, como estêve nas duas outras Cartas republicanas.

Mais do que um sonho, a transferência da Capital veio a ser um desafio, lançado aos nossos homens públicos. Já não se tratava mais de matéria em debate, mas de decisão a executar. Riscos, dificuldades, obstáculos de tôda sorte aguardavam a tarefa grandiosa. O atual Governô aceitou o desafio, deixou-se seduzir pela obra, apaixonou-se por ela, dentro de seu programa de trabalho, pela renovação nacional. O Presidente Juscelino Kubitschek comprometeu-se com o povo, durante sua campanha eleitoral, num comício em Goiás, que poria em prática o preceito constitucional que manda erguer no Planalto a nova Capital. Brasília inscreveu-se entre as metas; foi a meta-síntese. Na luta pelo desenvolvimento e pelo equilíbrio da economia nacional, o papel de Brasília seria preponderante. Por ela, reencontraríamos a nossa vocação histórica, na conquista do vasto Oeste. Seria a marcha para o domínio e a civilização de uma imensa região, que o Brasil litorâneo insistia em ignorar. Brasília seria um ponto de partida para tôda uma extraordinária obra de pioneirismo desassombrado, essencial ao destino de grandeza a que está fatalizada a nossa Pátria.

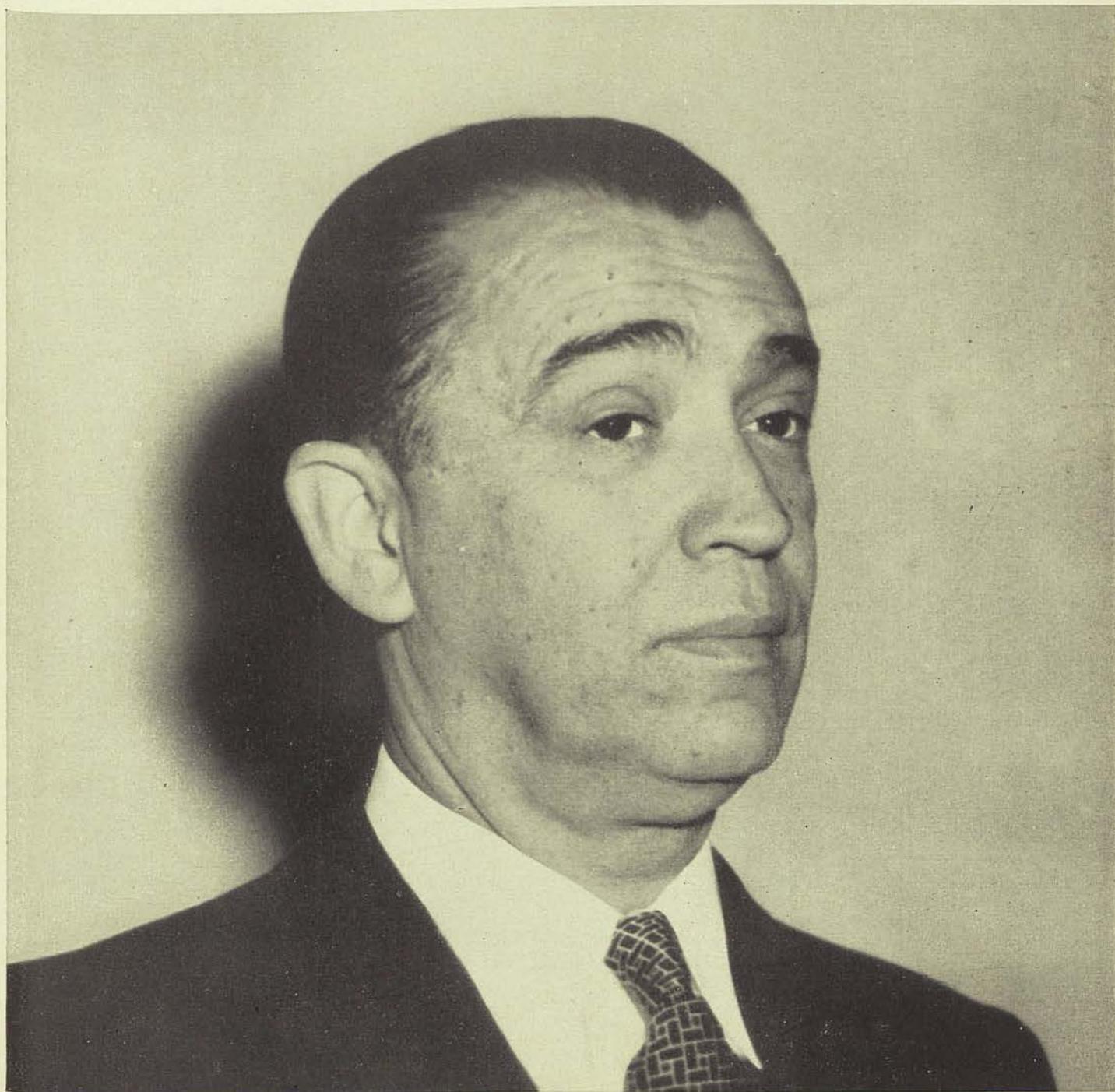
Eram muitas e sólidas as razões para enfrentar o velho sonho com decisão inabalável de torná-lo realidade. A obra gigan-

tesca encontrou o seu artífice, que aceitou o desafio, para vencê-lo. O entusiasmo do Presidente Kubitschek comunicou-se a todos os que colaboraram na construção de Brasília. A Capital da Esperança nasceu da fé de um povo que superou o derrotismo e não se deixou envenenar pelo pessimismo estéril. O magnífico plano urbanístico de Lúcio Costa está agora executado na arrojada e bela cidade, que já conquistou a admiração do mundo. Da prancheta de Oscar Niemeyer saltaram para a realidade os projetos que marcam época na história da Arquitetura contemporânea. O velho sonho nacional foi afinal concretizado. E' possível que a rotina e o derrotismo ainda insistam em que Brasília nasceu depressa demais. Não querem compreender que o Brasil mudou de ritmo, na impaciência de Nação jovem que tomou consciência de seu destino e de seus recursos inesgotáveis.

Brasília é a mais enfática afirmação da capacidade e da obstinação de nosso povo. Todos os que trabalharam em sua construção, dos mais humildes aos mais categorizados, tinham e têm certeza de estar colaborando com a obra mais diretamente ligada à grandeza nacional. O sonho transformou-se em realidade. Brasília existe, na vastidão do Planalto, no coração do Brasil. Este número especial da revista da Novacap documenta o nascimento da cidade com que muitas gerações sonharam. O êxito incontestável da meta-síntese do Presidente Juscelino Kubitschek é uma vitória do Brasil. A inauguração de Brasília anuncia, neste momento, muitas outras vitórias, que serão certamente no ritmo acelerado do progresso que já não se adia para o futuro, porque é tarefa do presente, de cada dia de todos os brasileiros.

êstes construíram brasília

Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, anunciou, em sua campanha de candidato à suprema magistratura da Nação, a sua disposição de fazer cumprir o preceito constitucional que mandava transferir a Capital da República para o Planalto Central Brasileiro. Nos primeiros meses de governo determinou a intensificação dos estudos e antes de decorrido o primeiro ano de seu mandato, a construção de Brasília já estava iniciada. Inspeccionando sempre pessoalmente o andamento das obras, o Presidente Kubitschek classificou Brasília como a meta-síntese do seu governo e dentro de seu mandato entregou a Nova Capital aos Três Poderes da República. Cumpriu a promessa de candidato e a 31 de janeiro de 1961 passará a faixa presidencial ao seu sucessor, no Palácio do Planalto.



Na inauguração de Brasília, o vice-Presidente da República, dr. João Belchior Goulart, enviou ao povo brasileiro a seguinte mensagem :

“Nesta data, de tão profunda significação histórica, desejo congratular-me com o povo brasileiro que, jubilosamente, comemora a inauguração de Brasília – a Nova Capital, símbolo de um Brasil que se integra e se completa na sua emancipação econômica; síntese admirável da capacidade criadora e realizadora da alma e do coração de nossa gente.

Ao inesquecível Presidente Getúlio Vargas que abriu, com o seu patriotismo e a sua alta compreensão dos problemas nacionais, para o País, as condições persuasivas da concretização de um sonho que vinha desde os remotos tempos das bandeiras; ao eminente Chefe da Nação, dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, a cuja dinâmica e coragem cívica se deve esta esplêndida realidade, aos valorosos obreiros, intelectuais e braçais que, com o esforço anônimo e fecundo, edificaram, ao compasso das horas, a grande cidade, resumo a saudação que ao Brasil desejo e devo prestar neste histórico 21 de abril de 1960”.



Dr. Israel Pinheiro da Silva, presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Descendente de tradicional família de políticos mineiros; filho do antigo governador de Minas Gerais, sr. João Pinheiro. Sua primeira função pública foi a de vereador na sua cidade natal, Caeté, assumindo logo depois a presidência da Câmara Municipal. Presidente do Conselho Consultivo de Minas Gerais. Secretário da Viação e da Agricultura no govêrno Benedito Valladares. Presidente da Companhia do Vale do Rio Doce. Deputado federal, e, em três legislaturas consecutivas, presidente das Comissões de

Finanças e de Orçamento da Câmara. Deixou o mandato de deputado para entregar-se, de corpo e alma, à construção de Brasília, na presidência da Novacap. Passou a residir em Brasília e quando isto se fêz necessário, transportou-se a todos os pontos do país adotando medidas e fazendo conferências sôbre Brasília. Suas viagens aéreas entre Brasília e o Rio de Janeiro, a serviço da Companhia Urbanizadora, nos últimos três anos, seriam suficientes para que dr. Israel Pinheiro desse oito voltas ao mundo. E' engenheiro, diplomado pela tradicional Escola de Minas de Ouro Prêto, onde conquistou um Curso de Aperfeiçoamento na Europa.



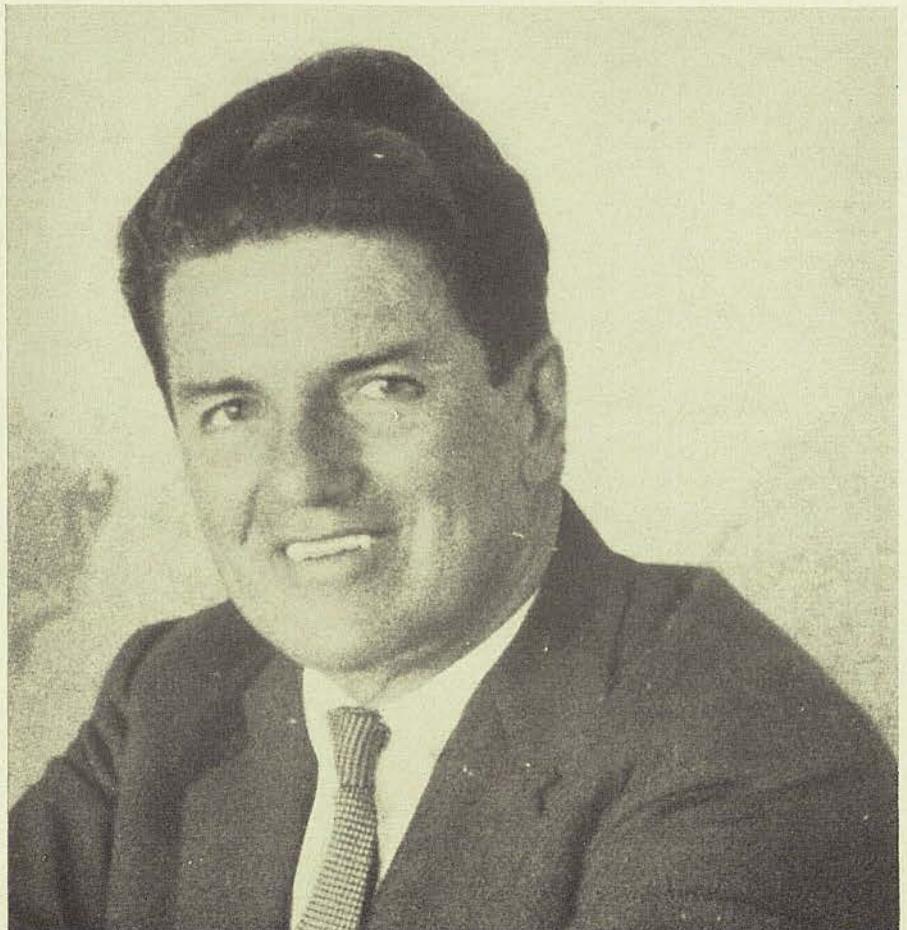
Dr. Ernesto Silva, diretor administrativo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Profundo conhecedor de seus problemas, pois era o assistente do Marechal José Pessoa na Comissão de Localização da Nova Capital Federal e mais tarde Presidente da Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal. A seu cargo estiveram os planos de educação, saúde e o importante Departamento Imobiliário da Novacap.



Dr. Íris Meinberg. - Diretor financeiro da Novacap, representante, na diretoria da Companhia, do maior partido de Oposição no Congresso, de acôrdo com a lei que criou a Companhia Urbanizadora. Dr. Íris Meinberg levou para o Planalto todo o seu entusiasmo e sua experiência, sendo dos mais ativos colaboradores na edificação de Brasília.



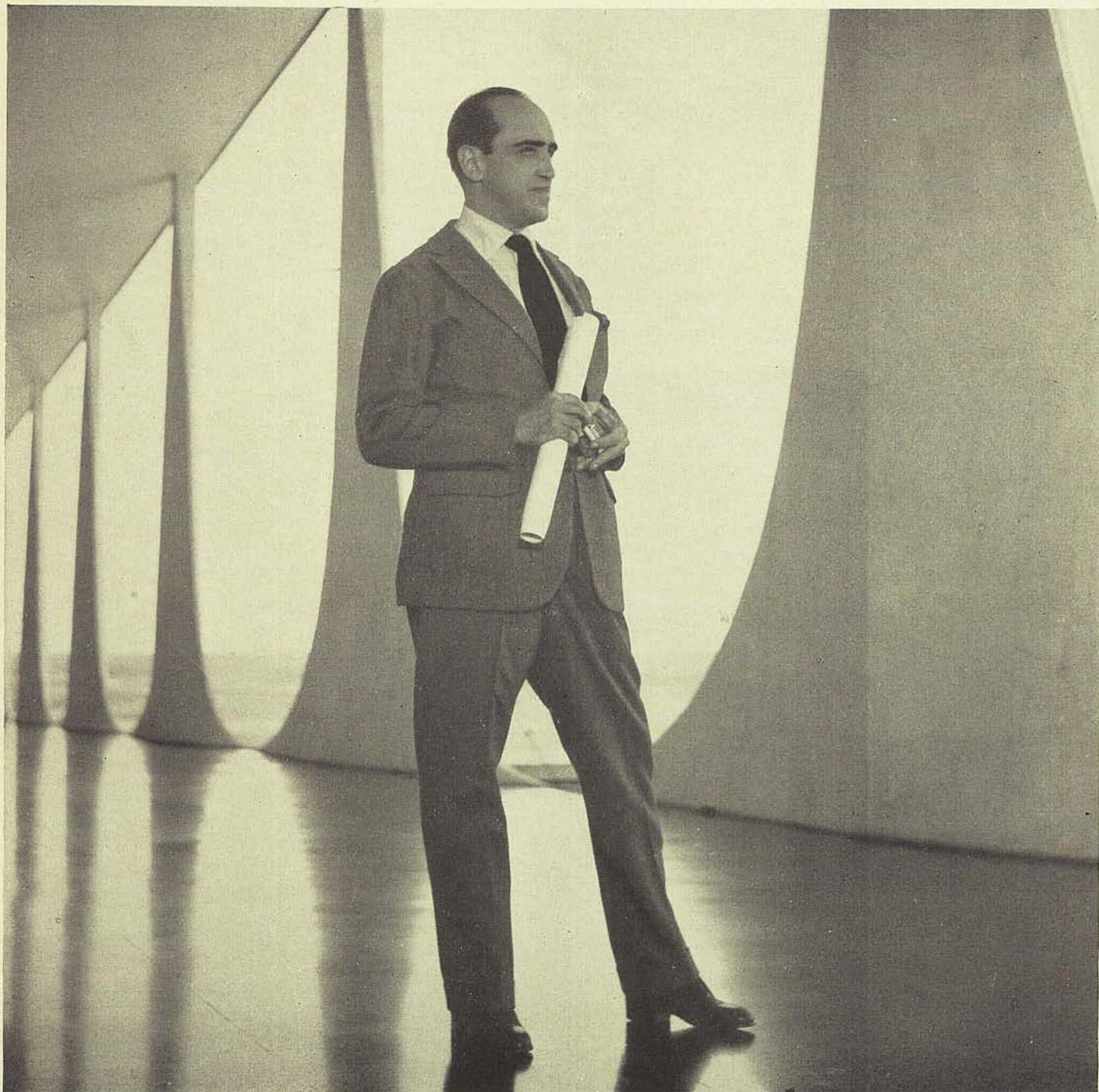
Dr. Bernardo Sayão Carvalho Araújo. Seu nome tornou-se uma lenda em torno dos ideais mudantistas. Homem do Planalto, há muito levava para o sertão a tese de que este devia se preparar para receber a Nova Capital do Brasil. Cérebro e alma da construção da rodovia Belém-Brasília. E nela, quando concluída sua gigantesca tarefa, encontrou a morte, abatido por um colosso da Amazônia que ele ousara desafiar. Seu nome estará para sempre inscrito na história da nova e moderna capital do país.



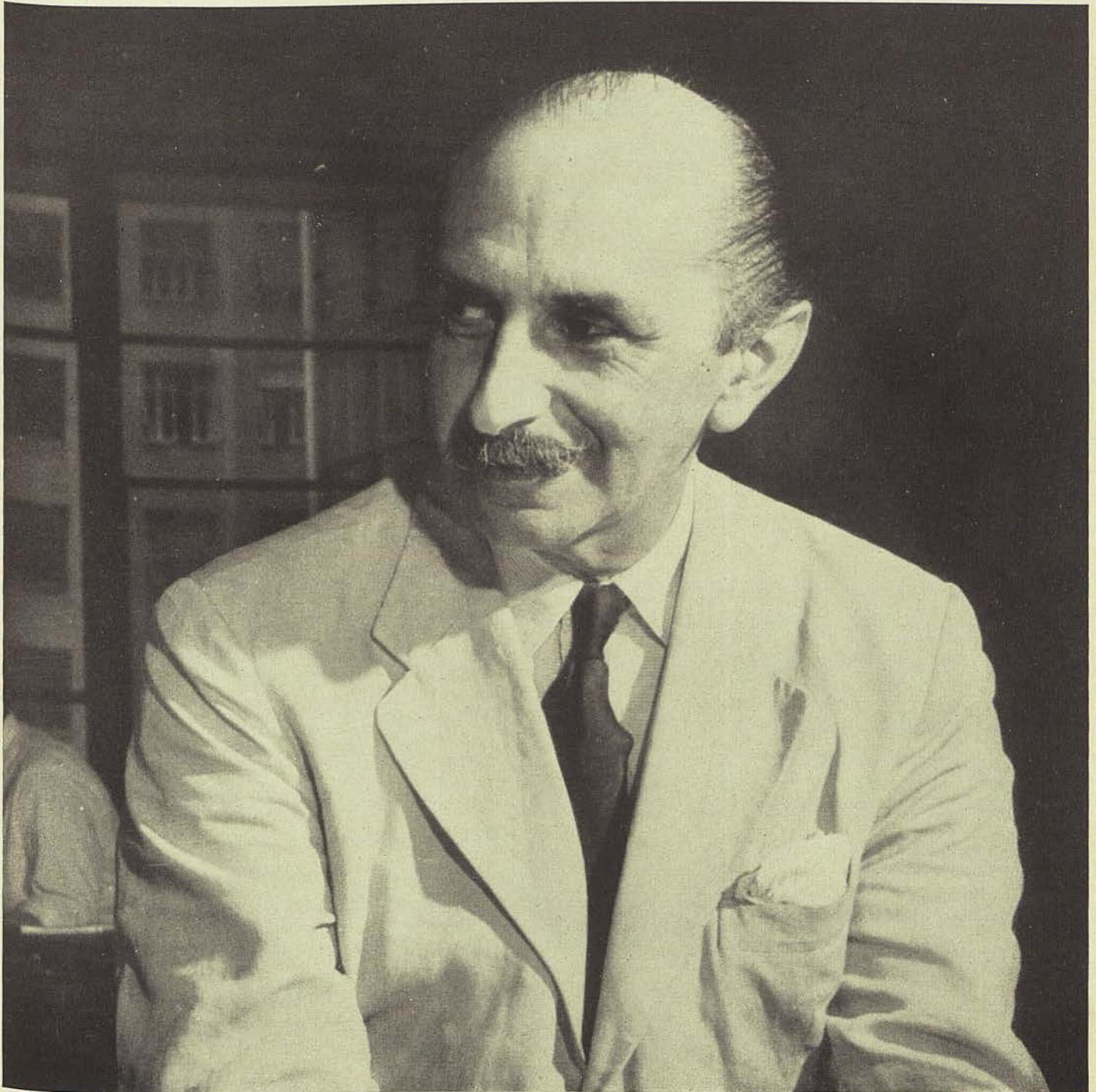
Dr. Moacyr Gomes de Sousa. Engenheiro dos mais competentes e dedicados. Outrora Chefe do vital Departamento de Viação e Obras da Novacap. A morte de Bernardo Sayão levou-o às funções de Diretor Executivo da Companhia Urbanizadora, colocando em seus ombros a responsabilidade de concluir as tarefas de seu antecessor. Moacyr Gomes de Sousa é uma das vigas mestras de Brasília.



Oscar Niemeyer. Arquiteto mundialmente conhecido e admirado, a quem coube a glória de projetar os edifícios públicos de Brasília. E com seus projetos em que o arrôjo e as linhas audaciosas aliavam-se à perfeita funcionalidade, Oscar Niemeyer completou, sem dúvida, a sua maior obra, como o arquiteto de uma cidade maduramente planejada em que nenhum detalhe foi esquecido.



Lúcio Costa - "O Plano-Piloto de Brasília nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dêle toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz". Dêste simples enunciado, Lúcio Costa inspirou-se para projetar o funcional, singelo e ao mesmo tempo monumental Plano-Piloto, elogiado pelos arquitetos de todo o mundo. Lúcio Costa, com seus traçados e ao lado de Niemeyer foi outro cérebro na construção de Brasília, garantindo para o Brasil a supremacia no urbanismo e arquitetura modernos.

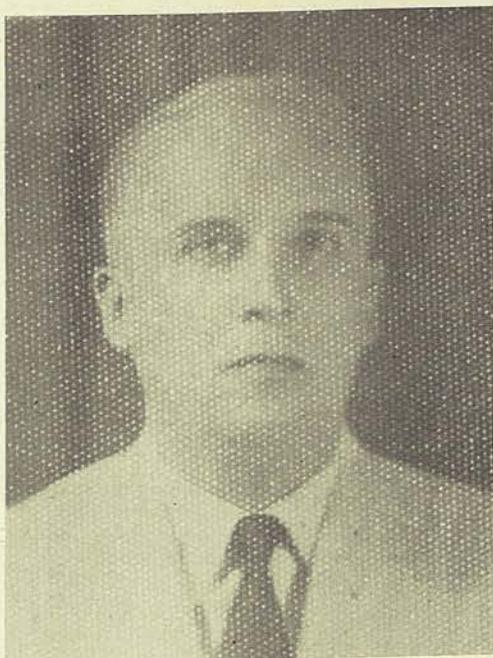




Reunião da Diretoria.

Reunião do Conselho de Administração.





Dr. José Pereira de Faria, chefe de Gabinete do Presidente Israel Pinheiro no Rio de Janeiro.

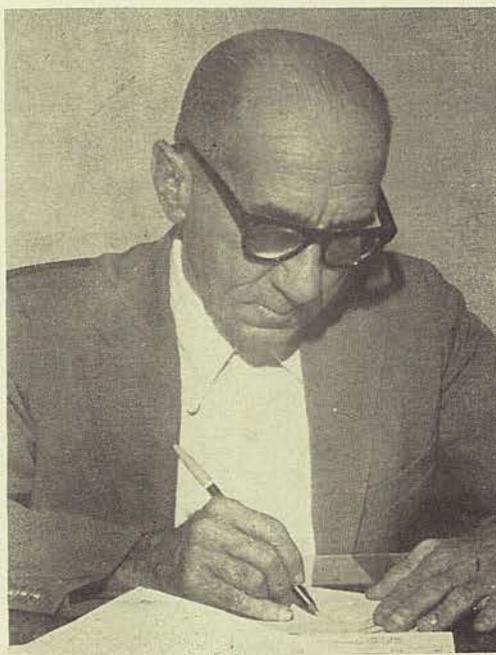


Dr. Ney Dutra Ururahy, chefe de Gabinete do Presidente Israel Pinheiro, em Brasília.

General Osmar Soares Dutra, chefe da Segurança Pública de Brasília.



Dr. Carlos Alberto Quadros, ex-chefe de Gabinete e chefe do Departamento de Relações Públicas de Brasília.





“Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longínqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de suco, velho Buriti Perdido. Então, como os hoplitas atenienses cativos em Siracusa, que conquistaram a liberdade enterrecendo os duros senhores à narração das próprias desgraças nos versos sublimes de Eurípedes, tu impedirás, poeta dos desertos, a própria destruição, comprando teu direito à vida com a poesia selvagem e dolorida que tu sabes tão bem comunicar.” (Afonso Arinos: “Buriti Perdido”, in “Pelo Sertão”).

O destino é assim mesmo.

Quis a Divina Providência que uma plêiade de homens dessem ao Brasil, pelo seu suor e pela sua fadiga, a nova Capital-Brasília.

Não é o lugar apropriado à narração das invectivas dos Inconfidentes Mineiros, de José Bonifácio de Andrada e Silva, de Hipólito José da Costa, de Francisco Adolfo Varnhagen, e tantos outros que lutaram denodadamente para interiorizar a capital do País.

Mas não podemos silenciar a respeito daqueles que mais de perto foram tomando contacto com os prôdomos do máximo empreendimento das brasílicas terras. E nesse cortejo de vultos proeminentes, vemos passar Luiz Cruls, Poli Coelho, Agnaldo Caiado de Castro e José Pessoa. A estes dianteiros de primeira hora, que viram e sentiram as magnificências do plano central, o reconhecimento da pátria, na sua sempre crescente ânsia de progresso e de grandeza.

Nem tão pouco podiam ficar esquecidos Floriano Peixoto, Epitácio Pessoa, Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho e Nereu Ramos. E nessa gama ascendente de Presidentes da República, que contribuíram paulatinamente para o histórico evento de construção de Brasília, assoma ao cenário dos homens de têmpera rígida e indomável, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ao assumir o poder da suprema magistratura da nação, o Presidente Juscelino Kubitschek dinamizou, a jato, os preparativos para a execução dos planos e da edificação de nova Capital Nacional.

O trabalho do Presidente Juscelino Kubitschek na vida brasileira e no monumento colossal de Brasília, nos altiplanos goianos, atesta, à sociedade, o veredito de homem sábio e criador, não só de idéias, mas realizações. A sua voz há de repercutir ao longo

dos séculos. Os poetas, os grandes clássicos falam-nos ainda, por suas obras-primas, com o mesmo frescor sempre vivo. Platão ensina-nos a sabedoria; Vergílio, Dante. Shakespeare emocionam-nos sempre, embora há muitos séculos descidos ao túmulo.

O fruto do trabalho é um monumento mais duradouro que o bronze: “*monumentum aere perennius*”!

Mas reservar-nos-emos para, em outra oportunidade, cantar o epinício merecido ao Presidente Juscelino Kubitschek, a cúpula pensante do País, que teve a ventura singular de plantar, bem no coração do Brasil, a Nova Capital. E quando perguntavam a Zeuxis porque trabalhava tão minuciosamente seus quadros, respondia: “Porque trabalho para a eternidade”.

Estaria o Presidente bem lembrado do que escrevera Sailer: “Não nascemos para ser, mas para vir a ser”.

Terá sempre a satisfação imensa de dizer com Huxtel: “A virilidade bem entendida é uma vontade fortemente dirigida, no arrojado cumprimento do dever”.

E ao término de sua carreira, pendente de glórias e troféus, repetirá como Antemon: “O melhor dos travesseiros é uma consciência tranqüila”.

É bem verdade que a história não se repete. E como o tempo gosta de corroer a memória dos fatos e dos faustos, deixaremos esculpida u’a mensão àqueles que na linha de frente, sustentaram o “*pondus diei et aestus*” da construção da nova Capital brasileira. Por este registro a posteridade há de saber quem lançou a primeira pá de argamassa edificadora, e quem escorregou a última pincelada do fecho decorativo.

Mercê de Deus, foi escolhido para presidir à Novacap um homem austero e rispido, mas sincero e operoso. Este homem chama-se Israel Pinheiro da Silva. Este homem fêz de toda a sua administração o mais sólido pedestal de pontualidade e de assiduidade.

A chuva ou canícula não lhe obstruíam os passos nem lhe arrefeciam os planos. A trajetória era a mesma.

Superou todos os óbices. Transpôs todas as barreiras e venceu todas as batalhas. Para tudo encontrava uma solução imediata, sem clarinadas ou toques de tambor, preferindo sempre a penumbra de sua modéstia aos bimbos de publicidades. “*Summae opes inopia cupiditatum*”: a maior riqueza é não ter pretensões. (Sêneca) Em tão pouco tempo, muito fêz e

muito aperfeiçoou, sob as bategas do suor e da fadiga, para apresentar tão alto vôo de realizações: "*Multa tulit facitque puer, sudavit et alsit*" - (Horácio). Tudo isso, porque muito quis: "*Valdo velle*".

Os que cumprem o seu dever com alma alegre e lábios sorridentes, sempre andam sua estrada na vida. São calmos quando tudo lhes sorri, e bravos quando tudo lhes resiste, segundo o poeta latino: "*Aequum, memento, rebus in arduis, servire mentem, non secus in bonis*".

Mas para a consecução em tempo récorde, o Dr. Israel Pinheiro contou com a ajuda onímodo necessária dos homens que compunham a direção da Novacap. E êsses homens, cujo esforço, compreensão e boa-vontade dedicaram ao trabalho da construção de Brasília, foram os diretores Ernesto Silva, Iris Meimberg, Bernardo Sayão Carvalho Araújo, e Moacyr Gomes e Souza. Esta equipe operosa de ativos diretores secundou o presidente Israel Pinheiro, até a consumação do grande empreendimento - a construção de Brasília.

Não menos eficiente podia deixar de ser o Conselho de Administração, composto de Adroaldo Junqueira Aires, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Aristóteles Bayard Lucas de Lima, Epílogo de Campos, Ernesto Dorneles, Tancredo Viana Matins, José Ludovico de Almeida, e Virgílio Távora, secretariado por Erasmo Martins Pedro.

Por sua vez, o Conselho Fiscal muito contribuiu para o fator administração, com seu largo auxílio, nas pessoas esclarecidas de Herbert Moses, Luiz Ribeiro Gonçalves, Mauro Borges Teixeira, José Peixoto da Silveira com os suplentes Themístocles Barcelos e Vicente Assunção. Não se podem esquecer Oscar Niemayer e Lúcio Costa.

Também lhe foi esteio imediato a competência provada e segura dos seus chefes de Gabinete. No Rio de Janeiro, José Pereira de Faria; em Brasília Carlos Albertos Quadros. Mais tarde Ney Dutra Ururahay, ex-chefe da Divisão do Pessoal. Não se pode esquecer também o avultado serviço prestado pela secretária Maria Augusta Rebouças.

Damos, a seguir, a relação nominal de todos os que contribuíram diretamente no auxílio administrativo à construção de Brasília, conforme lista fornecida pela Divisão do Pessoal.

Gabinete do Presidente

Chefes de Gabinete :

José Pereira de Faria (Rio de Janeiro)
Ney Dutra Ururahay (Brasília)

Oficiais de Gabinete :

Maria Augusta Rebouças
Adelina Cruz Rodrigues da Cunha

Secretarias do Presidente e Diretores :

Aginaldo Cobra
Aleixo Mendes de Carvalho
Alice Sturzenecker
Amélia dos Passos Lima
Cecília Garrido de Sousa
Clidenor Marinho de Carvalho
Dinah Maria Watzke
Domiciano Fernandes de Oliveira
Feliciano Marques da Silva
Francisco Fernandes do Nascimento
Hilda Cabral Carvalho de Araújo
Iris Medeiros
Jessié Santiago Serra
João Milton Prates
José Cláudio dos Santos Travassos
Lourival Batista de Oliveira
Marcos Pinto Braga
Maria José Veloso
Maria do Rosário Martins
Maria Victoria Moreira Caldas
Nice de Matos Almeida
Nilson Ferreira Gomes
Odyssea Grunewald
Ofélia Gusmão da Silva
Paulo França Miranda da Fonsêca
Raimundo Moacyr Soares de Neyva
Vera Balão Cordeiro
Yone de Almeida Roland
Stelita de Cerqueira Lima

Departamento de Urbanismo e Aquitetura

Chefe do Departamento :

Oscar Niemeyer Soares Filho

Lúcio Costa
Abel Carnáuba da Costa Accioly
Adeildo Viegas de Lima
Américo Alves Lyra
Antônio Pedro da Silva
Athos Bulcão
Augusto Guimarães Filho
Benito Sechi Scoutetuazza
Carlos Elias Paulino
Claus Peter M'uhe
Elias Kaufman
Erasmo Franco
Ernesto Mariano da Silva Jotta
Geraldo de Castro Pismel
Galdino Duyratt C. Cunha Lima
Germano Soares Brandão

Gisela de Magalhães
Giuseppe Emil Tizzano
Glauro de Oliveira Campello
Guy Louis Dimanche
Helio de Mello
Hermano Gomes Montenegro
Italo Campofiorito
Jackson Alves da Rocha
Jaime Dantas Campello
João Urbano de Rezende Costa
Jorge de Souza
José Carlos Fadul
José Manoel K. Lopes da Silva
José de Souza Reis
José Vicente da Rocha Paz
Kal Schnidt
Laurinda Ribeiro de Rezende
Lóvis Rocha Delgado
Lúcio Marinho Estelita
Luiz Antônio Moreira da Silva
Marcel Edmond Dimanche
Manoel Conde Martinez
Mário Catramby
Mário Moreira Fontenelle
Nauro Jorge Esteves
Maria Luiza de Carvalho
Maria Eliza M. G. Costa
Messias Pereira de Andrade
Manoel Dias Machado
Maurício Dias da Silva
Nilza Maria Dantas Conceição
Onofre Gontijo Mendes
Oscar da Fonseca Filho
Otacílio Natal Silva
Paulo de Mello e Silva
Pedro Sagulo
Petrônio Emanuel de Cerqueira
Pietro Batini
Odete Damasco Bittencourt
Samuel Urys Rawet
Sabino Machado Barrosos
Salomão Tandeta
Sebastião Jacques Selman
Setímio Narciso
Silvio Ribeiro
Silvio Schoelikapf
Victor Noel Saldanha Marinho
Waldemar Coelho da Rocha e Silva
Waldir Chacon de Lemos
Walter de Souza Ribeiro
Washington Vieira Pimenta
Willy Bezerra de Mello
Wilson Reis Netto
Ana Maria de Niemeyer Soares
Arlindo Facioli
Arthur Lício Marques Pontual
Carlos Augusto R. Camargo
Cesar Gonçalves Filho
Dagoberto Rodrigues
Fernando Luiz de Coni Campos
Fernando Penna Botafogo Gonçalves
Flávio D'Aquino
Flávio Mattos
Francisco de Assis Faria
Gauss Marinho Estelita
Harry James Cole

Heitor Annes Dias Vignoli
Iberê S. Goulart
Ito Dollabella
Jayme Zettel
João Baldo
Joaquim Cardoso
John Canongia Long
Jorge Ribeiro Laclete
José Anchieta Leal
José Roberto B. de Carvalho
José Valton Aragão Araújo
Júlio Meda
Léa da Silva Araújo
Luiz Augusto Pedral Sampaio
Málio dos Santos Cardoso
Marcos Jaimovic
Mário Bruno Fainbaum
Marlene Fererira Bruno da Silva
Mauro Vinhas de Queiroz
Ney Carlos Esteves
Olavo de Lima
Oswaldo Lontra Netto
Otávio Sergio da C. Moraes
Wilmar Jorge Telles
Paulo Comissário de A. Fontes
Paulo Eduardo de H. da Silva
Raimundo José Nogueira
Renato de Mendonça Junior
Roberto Lacombe
Sergio Martins
Sergio Pôrto
Theodoro Joels
Vladas Vycas
Victor Fadul
Gladson da R. Pimentel
Ivana Zubic
José Maria de A. Souza
Lourenço Waltrick Sobrinho
Maria Luíza P. de Carvalho
Rothier Soares Benthier

Departamento de Viação e Obras

Chefe do Departamento :

Vasco Viana de Andrade

Alberto Leda Palhano
Aldair da Silva Pacheco
Andréa Toscano
Antônio Brugger
Antônio Cândido de Oliveira
Antônio José Coutinho
Antônio Modesto da Silveira
Aderson de Oliveira
Armando Barreto
Athualpa S. da Silva Prego
Auvary Jurandyr Monteiro
Boanerges Barbosa de Freitas
Carlos Antônio da Costa Cavalcante
Carlos Frederico de Andrade
Carlos da Silva Dourado
Carlo Giangregorio
Célia Maria
Célio de Macedo Medeiros
Cid Tôrres
Conrado Borges Fernandes
Décio de Souza Reis

Dimitri Pankov
Eli Bussinguer
Gabriel Pereira Lima
Gerson Monteiro Guimarães
Gilberto Neves Baeta
Haroldo Martin
Hércules Rodrigues Braga
Honório Lôbo Neto
Irene Pankov
Ivaldo Gadelha Lara
Jaime Teixeira de Sena
Jair da Cunha Guedes
Jarbas Alves da Costa
João Martins Vieira
João Ribeiro Vicentini
Joffre Mozart Parada
José Barbosa Leite
José Carlos de Miranda
José Clóvis do Rêgo
José Fabiano de Figuerêdo
José Fernandes de Araújo
José Gentil Neto
José Jorge de Melo
José Luz Faria
José Maciel de Paiva
José Martins Vieira
José Nobre da Conceição
José Otávio da Silva
José Pôrto Sobrinho
José S. Ferreira Filho
José Santana Campos
Lauro Karl
Leonidas Ostrorog
Lucas Viana Neiva
Luiz Armínio da Silva
Luiz Edgard Pereira Tostes
Luiz Lins de Oliveira
Luiz Virgínio
Luzardo Jacó de Castro e Silva
Manoel Delmiro de Sousa
Manoel Ramos Bernardes
Maria Aparecida Xavier
Mary Izabel dos Santos
Maria Helena Penna Scorza
Milton Nunes Coelho
Maurício de Melo Botelho
Moacyr Miranda Gomes
Moacyr Soares de Sousa
Modesto de Oliveira Lima
Mucio Antônio de Lima
Mustafá Zaguilul Botelho
Nedson Simões
Odnete da Silveira Santana
Otávio Batista de Almeida
Oswaldo Alberto de Sant'Ana
Paulo de Abreu Rebello
Paulo Borges de Freitas
Paulo Pimenta Guimarães
Pedro Alves dos Santos
Pietro Soraru
Raimundo de Oliveira
Reinaldo Pimenta de Rezende
Rosebila Wanderley Lobato
Rubens José Dias
Saçaiê Tinosão Aporanã
Sílvio Mota Gaspar
Taugio Inatomi

Terezinha de Jesus Melo
Tiago Vieira Camargo
Trajano Augusto Santo Sé
Tuníllo Teixeira Milhomens
Uk Mendonça Lima
José D. do Nascimento
Israel Pinheiro Filho
Antônio E. da Silva
Edson Martins de Deus
Feliciano Marques Filho
Herbert Parnapau
Lucy Souto Marinho
Maria Divina Canedo
Rodolfo Lobato Pereira
Ubirajara Miranda Gomes
Wilma Noletto Maranhão
Wainer Neves Rosa
Urbano Lopes de Sousa
Valter Marques Dourado
Vicente de Paula Azevedo Silva
Vicente de Paula Lopes
Vicente Rosa de Lima
Waldomiro Veiga
Walfredo de Freitas
Walquírio Pereira Rodrigues
Wilson Freua
Wilson Soares Lopes
Antônio Ezequiel da Silva

Depart. de Águas e Esgotos

Chefe do Departamento :

Targino Pereira da Costa

Antônio Ney Parente
Clóvis Gomes Falcão
Cornélio Pimenta da Rocha
Donato P. da Silva
Douglas Rizzo
Edward Pedro Fortes Peressin
Eduardo Cravo
Efigênio de Jesus Sales
Erasmio Cravo
Anandro César Meneses
Feliciano Marques da Silva
Francisco A. B. da Silva
Francisco de Assis Lopes
Germano de Freitas
Gerson Spindola Carneiro
João Gomes de Almeida Rêgo
João Linclon de Lara
Joaquim O. de C. Costa
José Vieira Gomes
Luciano Pinto Carvalheira
Manoel Dantas Vilar Filho
Maria Eugênia Targino da Costa
Maria Zenith Cartaxo Bezerra
Massyoshi Furuhashi
Raimundo Amado Barreto
Renato Dall'Osteria
Ronald Barcelos Silva

Tabajara Wendt da Costa
Vicente Ribeiro de Vasconcelos
Otavio Rodrigues da Costa
Yumiko Furuhashi
Zeni Moreira

Departamento de Fôrça e Luz

Chefe do Departamento :

Afrânio Barbosa da Silva

Altamiro Artiaga Moreno
Álvaro Barbosa Herdman
Álvaro José Pires Albuquerque
Aristides aBtista de Moraes
César Augusto de São José
Cyro Machado do E. Santo
David Calixto Dib
Donato Grip Filho
Francisco Bezerra Lima
Francisco de Freitas
Francisco Troncha
Horácio Carneiro Filgueiras
João Batista Neuman
Jorge Wilson Gonçalves de Azevedo
Lincoln de Sena Gonçalves
Luiz de Castro Monte
Luiz Felipe de Araújo
Luiz Gonzaga Alcântara
Mauro Rodrigues Alves
Michel Jean Maurice Vincent
Otacílio Vieira Palma
Othon Silva
Pedro da Costa Possolo
Raul Faustino de Oliveira
Sautier Roger
Thomaz Figueredo
Waldomiro Pompeu de Miranda
Antônio Wiliam Ramalho
Aristides B. de Moraes
Esdras Martins
José Pinto Ribeiro
Jovelino Moreira Cangussçu
Lício Dillon Fonsêca de Figueredo
Luiz Amaral
Márcio Pinto Braga
Mário Honório Filho
Oswaldo Alberto de Santana
Sílvio Roberto
Wils de Alvarenga

Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos

Chefe de Departamento :

José Paulo Viana

Amaury Rodrigues Prado
Antônio de Paula Assumpção
Carlos Alberto Bomtempo Carneiro
Dílson Antônio Cardoso

Jorge Vieira Palma
Josanoski Soriano de Oliveira
José Hamilton Pereira
José Inácio Caicoya da Rato
José Rubnes Pinheiro
Francisca Muniz
Lestock Soares
Manoel W. da Silva Laranja
Marcelo Augusto Varela
Nadir Siqueira Montes
Ney Gabriel de Carvalho Barata
Orlando Cardoso de Araújo
Orlando Rodrigues da Cunha Borges
Paulo de Almeida da Cunha Medeiros
Samuel Audey Buzaglo
Sarah Sete Rocha
Sylvia Grabois Gadelha
Thomasz Peter Costain
Werner Max Kraus
Jorge Amorim Braga
José Júlio Pontes Corrêa da Silva
Antônio A. Ferreira
Braz Raimundo
Helena Vieira Barros
João Baeza
José P. Ribeiro
Luiz Guilherme Romancini
Pedro Possollo Filho
Ronam Borges Vaz
Sebastião S. de Oliveira
Wolmir B. Martins

Departamento de Transportes e Comunicações

Chefe do Departamento :

Marcos Valdetaro da Fonseca

Adilson Flores dos Santos
Alexandre Arsoli
Alfredo Teixeira de Carvalho
Alzira Alves de Brito
Ana Soares do Couto
Angelina de Oliveira
Antônio Afonso de Alarcão
Antônio Guido Sobrinho
Antônio Lemos de Campos Bueno
Antonio Pereira de Maeedo
Arione Américo Azevedo
Aristides Alves Granjeiro
Aristides da Costa
Armando Pinheiro Alfredo
Ary Ribeiro
Aurelice Lopes Trindade
Balbino Dutra
Barulas Miguel Fererira
Benjamin Pereira de Araújo
Carlos Felipe Gonçalves
Daniel Tavares de Melo
Dante Togniere
Darcy Dutra de Castro
Darcy de Souza Paiva

Darcy Virgínia Costa
Delmar Antônio Cardoso
Djalma Dias de Araujo
Djalma de Oliveira Firme
Edmundo Afonso Alarcão
Elbo Gandini
Elyc de Paula Matsuda
Emarly Freixo Pontes
Henrique Raul R. Guerrero
Fenelon Honorato
Fernando Fererira
Flávio Ribeiro Filhote
Frederido Aires Lemos
Georgina Zanette Santarém
Geraldo Martins Ribas
Gilberto Goes Arrieiro
Jaime da Costa Ribeiro
Jiar Medeiros
Jerônima de Oliveira
Joaquim de Castro
Darcy Dias do Nascimento
Paulo de Mello Prates
João Evangelista da Silva
João Matsuda
José Botelho Feijó
José Candido da Silva
José Conrado Dantas
José Carlos Lemos Marcondes
José Guilherme Mendes
José Joaquim de Jesus
José Napoleão
José Nunes Ataídes
Leopoldino Soares de Oliveira
Manoel Monteiro Magalhães
Mário Gagliomone
Moacyr Lopes Dias
Murilo Frederico da C. Prado
Nerino Macedo
Nicolau Aivieksts
Norival Francisco de Sá
Odécio Martins Baeza
Orlando Gagliononi
Paulo Levenhagen de Mello
Paulo Manhães de Almeida
Pedro Ferreira Nobre
Petrônio Geraldo Canabrava
Rinaldo Joaquim de Araújo
Sebastião Borges da Silva
Sebastião Ferraz de Andrade
Ubaldo Bahia de Mello
Vivalde Lyrio
Walter Athayde
Walter Montes de Souza
Valter Vieira Barros
Walter Rodrigues
Wilson de Freitas
Yoshie Suda
Arnaldo Luiz Rossi
Agostinho Machado Bittecourt
Eurides Cavalcanti da Silva
João Leite da Silva
José Candido da Silva

Lucas Carlos Neto
Luiz Botelho Feijó
Marcos A. da Silva
Maria E. de Souza
Maria H. M. Vargas
Agripino Pereira Lins

Departamento de Edificações

Chefe do Departamento :

Pery da Rocha França

Afrânio Amâncio da Silva
Alberto Sardinha da Costa
Aloysio Caixeta Leite
Aloysio de Carvalho Silva
Álvaro Alberto de Araújo Sampaio
André Rodrigues de Araújo
Antenor Ferreira dos Santos Filho
Antônio Joaquim Alves da Cunha
Anunciata de Freitas
Ariovaldo Amaral Fortes
Benedito Marinho Mello
Carlos Magalhães da Silveira
Clândio Silva T. de Freitas
Creso Vilela
Darcy de Oliveira Cabral
Dirceu Basílio
Domingos Marcos Zaratini
Dulcinéa Moreira E. Paulino
Eduardo Dantas Ramos
Eloysio Carvalho Silva
Eloysio Ribeiro de Souza
Ênio Ribeiro de Almeida
Ernesto Chalhêo Corrêa
Ernesto Guilherme Walter
Evandro Cintra Lima
Fabiano Cunha Campos
Flávio Xisto de Araújo
Francisco Assis de A. Vilar
George Francisco Pavettitt
Geraldo Natalino Petrillo
Hélcio Moraes de Araújo da Cunha
Hélio Luiz Corrêa
Herculano Barbosa de Oliveira
Hely Emediato
Hilderval Teixeira
Honorato Batista Cordeiro
Hugo Martins Borges
Jacob Horolic
Jair de Barros Musa
João Aguida Júnior
João Ribeiro da Silva
José Brasil Colares
José Franchiani
José Lafaiete Silvano do Prado
Lallamand de Babillônia Souza
Luiz Fernando Silva Caldas
Manoel Ferreira
Manoel Rodrigues de Carvalho
Maria de Lourdes A. Campos
Maria Nilze Parreiras
Martinus Costerus

Maximino Rodrigues Bergmann
Mayo de Queiroz Fernandes
Nadezda Nedic
Ney Lambert de Brito
Paulino Rubens de Barros
Paulo Janot Borges
Pedro Figueira Fonseca
Pedro Pieri
Raimundo Nunes da Silva
Raulindo de Oliveira Tristão
Ricardo de Godoy Jaguaribe
Roberto Martins Borges
Roberto Walter de Castro
Sebastião Dutra
Silvino Fernandes de Souza
Sílvio Carlos Pimenta Jaguaribe
Sílvio Costa
Simeon Fichel
Thorwaldson Lázaro Amaral
Walter José de Castro
Walter Milione Galante
Waltercy dos Santos
Wilson de Paula Caixêta
Adalerson Septímio
Almir Ribeiro
Ângelo F. de Paula
Antônio L. Ramos Dias
Edson N. de Campos
Fernando da C. Fererira
Fernando L. R. Dias
Fuhad Jorge Aidar
Gil Martins G. Fererira
Gladys M. S. Silveira
Hilmar Duarte dos Santos
João Ribeiro da Silva
José Queiroz
Josias P. da Fonsêca
Juarez Correia da Rocha
Luciano T. Guimarães
Mário F. Coutinho
Olavo L. da Silva
Rogério de Freitas Cunha
Sérgio Fagundes de Faria
Wadjô da Costa Gomide

Departamento Médico

Chefe do Departamento :

Jairo Assis Almeida

Adalgisa Freitas Borges
Alberto Pimentel Cardoso
Alda Nunes dos Reis
Alfonso Cordova Aspilcueta
Alice Matos Tosta da Silva
Almiro da Costa Batalha
Antônio de Pádua Silva
Cleyde Almeida Fernandes
Clóvis Fleury de Godoy
Domingos de Oliveira Lima Júnior
Eugênio Teixeira L. M. Sarmiento

Francisco Evangelista Feitosa
Helena Cortopassi
Heleny de Lucas
Hugo Fernandes Leão
João Batista de Mendonça
João Leão da Mota Filho
José da Costa Gomes
José Farani
José de Magalhães Barros
José Maria Duarte
José Ruy Corrêa Machado
José Vital Sócrates
Lauro França Duarte D'Oliveira
Maria Ayres Cavalcante
Krishnomuti Teixeira
Lélio Graça
Manoel Scartezine
Nilo Menezes Cardoso
Quintino R. de Castro
Rodrigo Otávio de Souza e Silva
Romeu Braga M. N. da Gama
Zilda Nunes Gonçalves
Pedro Victor Mafra
Terezinha J. B. e Souza
Ubirajara Ramos Caiado Júnior
Roberto Viana Pena
Célio Coimbra B. Cotrin

Departamento de Organização e Administração Municipal

Chefe do Departamento :

Mário Meireles

Abílio José Neto
Aldérico Ferreira
Alexandre Caetano Grandt
Alvino Moraes
Antônio Alexandre da Rocha Ferreira
Antônio Neto Godoi
Artur José Vicente
Benedito Jacinto da Silva
Camilo Severino de Oliveira
Cândido Décio
Celso Paggy
Cícero Firmo da Silva
Cidalgino Martins da Silva
Cildo Furtado Soares de Meireles
Durvalino José dos Santos
Edson Machado e Silva
Élcio Maláccio
Eli Benedito
Fernando Muzzi Alves Pinto
Flávio Bruno Von Sperling
Francisco José Marques Helney
Geraldo Peçanha Nunes
Inácio de Lima Fererira
Jethro Bello Tôrres
Joaquim de Sousa Lima
João Carneiro de Abreu
Jorge Fererira Ribeiro

José Bosco Isaac
José Eduardo Montandon Borges
José Flori Combi
José Márcio Zarattini
José Murilo Macedo Bicalho
José Paulino dos Reis
José Reis Pirajá
José Silveira Filho
José Vieira Borges
Júlio César Santos
Laércio Francisco V. Lamounier
Lauro Mendes
Levy do Amaral
Manoel Messias de Mello
Márcio Quintino dos Santos
Maria Rachel Xavier Bruno
Maria Solange L. Meireles
Maurício Golebiovsk
Miguel Crivaro
Milton Pernambuco da Rocha
Nancy Terezinha de Rezende
Newton Jacinto de Almeida
Nicolau Neto Godoy
Nicolau Pinto Ramalho
Olegário Neves Maciel
Oswaldo Cruz Vieira
Oswaldo de Oliveira Azevedo
Otacílio Muniz Pignata
Paulo Mendes de Freitas
Pedro Caram Zuquim
Raul Miranda Pereira de Melo
Roberto Reginaldo
Sylvio Pinto de Oliveira
Waldir Silva
Valmir Gondin de Freitas
Waldir Gonzaga
Waldir de Rezende
Walestam Benevides Gomes
Wellington Costa Araújo
Celso Silveira
Dilaci V. Mazzaro
Elzevir Andriane Filho
Emanuel F. M. Lírio
Fernando Mora Montreal
Íris de J. L. Guimarães
José das Neves
Luiz Fernandes Rocha
Maria Beatriz de O. Paggy
Neusa Alves Pinto
Rubens Mesquita

Departamento Imobiliário

Chefe do Departamento :

Édio Ortiga Fedrigo

Agnelo Paes Sobreira
Ajax Lins Pereira
Aladar Szabo
Américo Fernandes de Sousa Neto
Anfrido Ziller

Antonio Alvares Teixeira
Antônio Soares da Silva
Barbara Dib
Célia Daher
Celmi Gonçalves Lima
Dílzio do Carmo Lima
Dumont Holanda de Sá
Edmundo Eduardo Rappel
Eliseth da Silveira Santana
Élson José Ferreira
Ernesto Maurício de Paulo Lenk
Fernando Normalho Millions
Francisco de Assis Andrade Fonteles
Ivan de Lima Pompeu
Gender Wang
Jader Goodson Ferreira
Henrique Benício de Oliveira
José de Carvalho França
José Marques Laranjeira
José Severiano da Costa Andrade
José Solon Unapitinga dos Guimarães
Laudelino José Fererira
Lídia Alves Teixeira
Luiz de Mattos
Maria Edmyr da Costa Gomes
Martha Helena Machado
Mauro da Costa Gomes
Odilardo Evangelista Belem
Salima Dib
Vera Hironaka
Walter Daibert
Walter Lima
Walter Machado Figueredo
Walda de Sousa
Ademar de Almeida Campos
Luiz Fernandes de Castro Balão
Mário Cosi Pintaudi
Oswaldo Pinto Fonseca
Paulo Roberto Delduque de Paiva
Fortunato Pinto Junior
Francisco Walter Heilbuth
José de Oliveira Barreto
Manoel Guimarães de Macedo
Manoel da Silva Cardoso
Marcos Túlio Lomez
Maria Magdalena Madeira Martins
Nílton de Melo
Renato Viana Martins
Sebastião Dias Ribas Filho
Afonso Luiz Prestes Paranhos
Ana Chaves Simon
Arnaldo Correia Rabello
Edith Neves Kolling
Jason da Costa
José Edmundo França Braga
Leony Mesquita
Levy Francisco da Silva
Marcos Pereira Rezende
Percilina Campos
Roberto de Oliveira Cruz
Tasso Galvão de Vellasco
Álvaro Costa Teixeira Nogueira

Atílio Pagliari
Hilda Canellas Lucena
Irene Ferreti
João Bettega
José Roberto Alvarenga Vieira
Manoel Calixto de Oliveira
Antenor Pessoa de Carvalho
Albamo Martins da Rocha
Diva Nazareth Soares
Elsa Maria Pereira Reis
Hélio Silva
João Leite de Moraes
Jorge Luiz Teixeira
Jorge Xavier de Araújo
José Adalberto de Oliveira
José Pereira Soares Filho
Letícia Púpio Maia
Mário Pereira Brandão
Nílton Ferreira Maia
Odete Coutinho Madureira
Othoniel Amaral
Túlio Malta Brandão Gracindo
Zely Knupser
Demerval da Cunha Brandão
Edelvício Amor de Sousa
Leila Falluh
Mauro Marques
Schirley Fernandes de Andrade
Aldara Almeida
Jorge Alberto Vinhais
José Rabelo Machado
Paulo Angoni Becon Pereira

Departamento de Educação e Difusão Cultural

Abelardo Alves de Moraes
Adalberto Leobino de Albuquerque
Alfa Aguiar
Alfredo José da Cunha Ribeiro
Allia Felício Tobias
Amábile de Andrade Gomes
Amaury de Almeida
Amélia Alexandre Costa
Ana Pereira Leal e Costa
Anísia dos Santos da Rocha Cravo
Antônia Paczkoski
Antonieta Silva
Antonieta Viana Lobo Pereira
Antônio de Neiva Moreira Filho
Aroenes Jacinto Pinheiro
Benedito Martins Mendes
Benjamin de Sousa Miranda
Carlos José Pereira
Carmem Daher
Henrique Teixeira Tam
Irmã Catarina Colativitti
Conceição Guimarães Campos
Dalva Ribeiro Prado

Delcy Aguiar
Delza Guimarães
Dinhai Batista de Brito
Edna Baker
Elisa Clepf
Elrese M. Penna Breschianini
Elza Alves Cunha
Elsa Alves Kipgen
Felix Alejandro Barrenechea Avilez
Gaudêncio Neves de Carvalho Sousa
Geny Ramos Vieira
Helena Lopes de Melo
Hilda Teles de Faria
Ilcey Mirian Mello
Itala da Silva Conde
Ivany Ehrhardt
José Francisco Ramos
José Mazzaro
Julieta Gonçalves dos Reis
Lêda Guimarães
Leocádia Paradela Toscano
Lígia de Oliveira
Lúcia Darú Cisslak
Maria Amélia Caltabiano Neves
Maria Antônia Jacintho
Maria da Glória Freitas Quintela
Maria Helena Aparecida Paiva
Maria Helena Fúrio
Maria Helena de Lana Tôrres
Maria Helena Pererira
Maria Isaura de Albuquerque e Silva
Maria de Lourdes Cruvinel Brandão
Maria de Lourdes Duarte M. Santos
Maria de Lourdes Favila
Maria de Lourdes Sousa Goulart
Maria das Neves Costa Morici
Maria Reis Canêdo
Maria do Rosário Ávila Bessa
Maria do S. B. Lira de Freitas
Maria Teresa de Medeiros Falcão
Maury Alfredo Alves
Milton Müller
Mireta de Mele Andrade
Natanry Ludovico Lacerda Osório
Neusa Maria Costa
Olinda da Rocha Lôbo
Omar Paulo Machado
Oneide Medeiros da Silva
Orbela de Sousa Lôbo
Rachel de Castro Dourado
Renato Maurer Tirka
Rubns Edson Lamback
Santa Alves Soyer
Stela dos Cherubins Guimarães
Irmã Maria Nunes de Paula
Irmã Olga do Nascimento Monteiro
Stela Magalhães Paiva
Walter Lima da Cruz
Zoé Guimarães Pereziz
Geraldo Pio X de Sales

Cremilda de Araújo
Irmã Terezinha de Jesus J. Prudente
Lola Azra Barrenechea
Pedro Rabelo Mendes

Departamento-Geral de Contabilidade

Chefe do Departamento :

José Madureira Horta

Adam Teodor Masstalerz
Ademar Franqueiro da Silva
Alano Soares Bezerra
Alcides de Oliveira Fleury
Alcides Rangel
Alfredo Loureiro Júnior
Antônio Ryres Martins
Antônio Bernardino de Sá
Antônio de C. Braga
Antônio Carlos Dias de Almeida
Carlos Alves
Antônio Dolores Matos
Arnaldo Pinheiro Moreira da Silva
Barbara da Silva Moreira
Carlos Víctor de Sá Giovanini
Corban de Deus Costa
Dalmo Dario Ferreira
Dirce Costa do Carmo
Djalma Fererira de Sousa
Edson Del Papa
Domingos Ochioni
Elza Borges Gomes
Erodyr Pontes
Ehel Geraldo Canabrava
Euclides Wander de Almeida
Eunice Marques de Sousa
Fábio Soffiati
Francisco Duarte Dias
Francisco Soares de Sousa
Geraldo Enéas Maribondo
Geraldo M. Veloso Gonçalves
João Batista da Costa
João Pedro M. Leão de Aquino
Jorge de Campos Rives
José Augusto Pereira
José Carlos Giovanini
José Gomes de Mendonça
José Gonçalves Zuza
José de Oliveira
José Pereira de Sousa
José dos Reis Castro
José Saldanha da Silva
José de Souza Delgado
José Wagner do Amaral
Júlio Gouveia
Lindolfo Pires Braga
Luiz Carlos W. César
Manoel Jorge Rodrigues
Márcio Lucas Graciano

Maria do Carmo Gonçalves Novaes
Maria das Dores Chagas
Marlene de Gusmão
Maurício Ribeiro de Ávila
Miguel Flexa
Moacyr Bernanrdes Ferreira
Myrtila de Souza Chaves
Nair Pereira Lima
Nestor Barreto Vasconcelos
Nestor Fernandes da Silva
Nilza Guimarães Dias
Ocrécio Lacerda
Olavo Colela
Ordener Germano Spósito
Oscar Fererira de Souza
Oswaldo de Mello
Otaviano Cardoso
Paulo Dayrell de Oliveira
Paulo Veloso Gonçalves
Ramzy Falluh
Reynaldo Amaral
Robespierre Barbosa
Rodolfo Lopes Dias
Rubens Gorayb
Rubens Zeferino do Amaral
Sebastião de Castro
Silvano Alves de Paula
Sílvio Faina
Vitorino Antônio de Souza
Waldor Ferreira de Souza
Walter Machado
Weber Teixeira da Silva
Antônio Carlos P. das Neves
Aristides Toledo de Albuquerque
Geny Barros de Araujo
Levy Trigueiro Mendes
Luiz Koblitz
Thelma Martins Ribeiro

Departamento Financeiro

Chefe do Departamento :

Hélio Magalhães Escobar

Alfredo Lopes da Silva
Alfeu Thomaz Leite
Antônio José de Almeida Machado
Antônio José Lopes Júnior
Ari Corrêa de Oliveira
Benedito Barbosa Canabrava
Eldimar W. Teles Barcelos
Emídio José de Sousa Pereira
Gabriel Vieira Escobar
Hasslocher Amaral
Isaac Pereira da Silva
Jefferson Roncel
João Alberto Martins Dal Sechi
Joaquim Alves Vasques
José Carlos Barcelos
Mariza Rappel
Napoleão Guerra

Nélson Ferreira Martins
Theodoro Vieira da Silva
Vinicius Galba Capone

Departamento Jurídico

Chefe do Departamento :

Francisco Luiz de Bessa Leite

Adílson Faria
Dario Délio Cardoso
Eluf Gadia
Elza Maria de Jesus e Carvalho
João Maria Cavalcante de Sousa
José de Lourdes Brandão
Júlio Quirino da Costa
Luiz Carlos Ferreira
Márcio Bruno Von Sperling
Dora Martins de Carvalho
Jorge Pedro M. Magalhães
Milton Perotto
Nagib Abes Canen
Rolando Luiz Alves da Cruz
Segismundo Melo
Waltênio Mendes Cardoso
Ángelo Raimundo de Sousa
Asdrúbal de Moraes Andrade
Naynor Alcebiades Ferreira
Nilo Pereira Nogueira

Departamento Agrícola

Vicente Férrer Correia Lima
Alvim Rodrigues Neto
Carlindo Ribeiro da Cruz
Dagmar Gomes
Jody Berquó

Departamento Geral de Agricultura

Chefe do Departamento :

Roosevelt Nader

Adão da Silva Lemes
Alberto José Rabello
Alfonso Mathias
Amélia Lopes Guimarães
Ana Rita Xavier da Cista
André Victor Stassin
Antônio de Almeida Campos
Antônio Tomazelli
Aparecida Rosa
Ardwin Retto Grunewld
Arnaldo Poceschi
Arthur de Andrade Filho
Artur Castor Pinto de Mesquita
Bendito Pinto de Almeida
Bermudes Afonso Senna
César Najar Fernandes
Cyro Lopes do Amaral

Edmundo Rabethge
Fernando Cavalcante Sidrin
Franklin Lessa
Frederico Guilherme de Holanda
Francisco T. O. Freitas
Geraldo Campos
Griselilde de Holanda Borges
Guido Taddei
Helkias Lino de Souza
Iracema Mendonça Ribeiro
Ivan Cardoso
Jaime Campos Saiz
Jesse Soares da Silva
Joaquim Antunes de Figueiredo
José Abdias de A. Miranda
José Arcanjo E. Pereira
José Aristóbulo de Castro Filgueiras
José de Assis Prado
José Brígido da Silveira
José Cândido Borba
José Correia Filho
José Ferreira
José Ferreira da Silva Filho
José Gaudioso Holanda
Leonídio Gontijo Rezende
José dos Santos P. Júnior
Lúcio Rezende da Silva
Manoel Xavier de Paula
Maria Gomes Florêncio
Marciano Gonçalves Diniz
Nasser Tufí Nasser
Nepomuceno Raimundo da Silva
Osmar Damasceno
Otávio de Oliveira Tôrres
Raul Melges de Andrade
Ruy Jácome de Medeiros
Sebastião de Ávila
Severo Ribeiro da Silva
Teodolino Teixeira
Tereza Camardella da Silveira
Tolendal de Almeida Caixeita
Vitalino Salviano de Souza
Waldemar Gadelha Filho
Waldemar Miranda
Wilson Ruben Rodrigues
Maria Cezaria de Jesus
Vicente Monteiro
Walfrido Marcelino dos Santos

Departamento de Produção Industrial

Chefe do Departamento :

Benjamim Jacob

Almazor Júlio Martins
Armando de Salusse Lussac
Hartur Alves de Andrade
Clóvis Josaphart Peixoto
Eduardo Lomba Tablas
Francisco Costa Melenha

Francisco Justino
João Luiz de Andrade
José de Almeida Nobre
José Carlos de Lana Tôrres
José Mário Mazzili
José Ramalho Brunet
Miguel Gomes dos Santos
Newton de Lana Sete Tôrres
Pedro Henrique Hangueth Araújo
Raimundo Nonato Vieira
Vicente de Paula Pinto

Departamento de Relações Públicas

Chefe do Departamento :

Carlos Alberto Quadros

Augusto Gribel
Carlos Magno W. Gonçalves
Carolino Maria de Andrade
César Prates
Edmundo José de Moraes Neto
Eli Furtado de Mendonça
Esdras Moraes da Silveira
Fausto Chentin Morel
Francisco José Meinberg
Gustavo Simoni
Harold de Lima Belém
Isauro Carneiro Filho
Júlio Dias de Queiroz
Magdalena Manso Vieira
Walter Valadares de Castro

Departamento de Compras

Chefe do Departamento :

Hélio Moreira dos Santos

Afonso Pena de Araújo
Aurélio Costa Neto
Arlita Passos de Carvalho
Arlete da Silva Queiroz
Francisco Adalberto Rocha
Francisco de Assis Mauro Ribeiro
Francisco Muniz Junior
Herbert Martins Costa
Hilka Jumqueira Bastos
Israel Rodrigues da Silva
João Fernandes Filho
Jorge Otero Peixoto
José Alfredo Bronze Malenha
José Rezende Siqueira
Lucília Duarte Moreira dos Santos
Maria da Conceição L. Escobar
Oswaldo Ferreira de Oliveira Filho
Severino Cecy Silva de Araújo
Solano Santos de Moraes
Trifênia Helena de Bustamante
Wilson Bezerra
Abílio Quaresma de Lima

Aracy de Sousa Coutinho
Carlos Romeiro
Adalgisa Yacones Ferrari
Antônio Luiz de Almeida Barroso
Ernesto Augusto Freitas Neto
Expedito de Holanda Cavalcante
Gerbo Carretero
Jaques Teixeira Guimarães
José Jorge dos Santos
José do Prado Pereira
Odílardo de Oliveira Costa
Eurides Pagliari
Otaviano Teixeira Coêlho
Yara Rasmussen Schuetze
Helena Isaacson Carneiro Felipe
Geny Saliba de Araújo
Tomaz Vilanova Monteiro Lopes
Samuel Crispiano dos Santos

Departamento de Estudos e Planejamentos Agrícolas

Chefe do Departamento :

Ruy de Figueiredo Malta

Anísia Teixeira de Souza
Antonieta Teodoro
Braulina Mendes de Carvalho
Carlos Augusto Soares
Elymar Pontes
João Queiroz Júnior
Kazuias Nakazato
Lacialberto Carneiro
Leocádio de Assis Gouvêa
Luiz Carlos Pimenta Neto
Mário Daza Gronebold
Miguel Mendes Neto
Milton Pereira da Costa
Rubens Madella

Departamento de Terras e Colonização

Chefe do Departamento :

Luiz Julião Braga

Alaide Casemiro Chagas Bezerra
Aluísio de Sousa Carvalho
Antônio Luiz de Sousa Mello Júnior
Carlos Benevenuto Pereira da Silva
Conceição Mendes
Dílson Gregório
Eliézer Mota Araújo
Eugênio Cavalcante do Amaral
Eurico Nenevê
Fábio Saliba
Fauze Nagib Saliba
Francisco Gomes de O. Braga
Humberto Schettine de Andrade
João Alcides Homar

João de Sá Guimarães Neto
Jorge Corrêa Varrela
Jorge Miguel Filho
José Boitone de Carvalho e Silva
José Pedro de Alcântara
José Umbelino de Sousa
Levy Batista de Carvalho
Maria Amélia Gomes
Maria do Céu Lacerda
Maurício Dutra de Moraes
Miécio José Quintão
Milton Cavalcante do Nascimento
Nilton de Jesus Araújo
Paulo Guilherme Vieira da Silva
Raimundo Roberto da Silva
Ruy Barbosa de Paiva
Toshio Nakazato
Vsevolod Tarapanoff
Mário Chiarini
Raimundo Bezerra Teles

Divisão de Divulgação

Chefe da Divisão :

Nonato Silva

Aracy de Freitas Coutinho
Armando Ivo de Carvalho Abreu
Deyse Pôrto
Décio Daddario
Henrique Iório de O. Filho
Horácio Alves Mendes
Erasmio Martins Pedro
Jayme Rodrigues Siqueira
Joaquim Ribeiro Viegas
José Maria da Costa Santos
Nélio Francisco Tavares Pinheiro
Pitris Carlos Augusto A. da Costa
Poesia de Gonçalves Campos Seixas
Tibúrcio Bispo Pereira
Pedro Andrade Gomes
Paulo Rehfeld

Divisão do Pessoal

Chefe da Divisão :

João Efigênio Ferreira

Afonso Celso de A. e Silva
Alba Alves Tabanez
Alemar Batista Cardoso
Álvaro José França Teles
Antônio Justino da Silva
Antônio Nascimento Rocha
Antônio Pereira Damasceno
Benedito Jesus dos Santos
Bernardo Ramos
Claudimira Silva
Climério França Duarte D'Oliveira
Dirceu Alfonso F. D. Tissiani
Edmar Assis Ribeiro
Geraldo Vital

Helena Pinto Braga
Henrique de Azevedo Netto
Humberto Antônio Muzzi A. Pinto
Itamar Montes Costa
João Amadeu de Oliveira
José Augusto da Cruz Victória
José Gontijo Rezende
José Rezende de Moraes
Leonércio Soares
Lindolfo Rodrigues da Cunha Filho
Nadir Moreira Magalhães
Paulo José Yagelovic
Sadaco Suda
Wilson Rodrigues de Sá
Wladimir da Motta Rezende
Dorival Lourença da Cunha
João Batista Lima
Antônio Alves de Moura
Arquibaldo Pereira dos Santos
Elizeu Crispiano dos Santos
Eurico Paulino dos Santos
Francisco Célio Ramadina
Leilah de Oliveira
Moacyr Soares Rolin
Maria Thereza da Silva Villar
Oswaldo Gontijo

Divisão de Documentação

Chefe de Divisão :

José Duarte Dias

Creneilda Soares
Eliane Ribeiro de Castro
Francisco de Assis Oliveira Teixeira
Galileu Aparecido Freitas
Juarez Machado
Marília Tosta da Silva
Mariza Tosta da Silva Feijó
Máxima Gomes
Ruth Cardoso de Pádua
Terezinha de Almeida Belchior
Terezinha Pires de Rezende
Antônio Duarte Dias
Ísola Gonçalves Muniz

Divisão do Material

Chefe de Divisão :

Geraldo Almeida

Aníbal Augusto Pereira
Antônio Ramos de Souza
Antônio Ribeiro da Silva
Carlos Silva
Cleonice Rodrigues Saliba
Ednaldo Raimundo Rocha Pereira
Geraldino Matos
Hugo Camacho Pestana

João Valentin de Barros
José Augusto Montandon Borges
Manoel Natal do Nascimento
Maria Xavier de Andrade
Mário Rodrigues dos Reis
Ordomundi de Oliveira Martins
Sebastião Ester de Carvalho
Telêmaco Gomes da Cruz Júnior
Waldemar Fernandes de Andrade
Walter Taciano de Oliveira
Francisco Assis Landin
Gilberto Garcia de Souza
Hélio da Silva Pedreira

Divisão de Estradas de Ferro

Abel Olímpio Arantes
Amâncio Irene de Vasconcelos
Ana Ferreira Lopes
Arnaldo Martins Zenha Guimarães
Benoni Procópio Rabelo
Carlos Pestana
Eduardo Pinheiro Castilho
Francisco D. Ferreira Meirelles
Hamilton Ribeiro de Santana
Joaquim Pimenta de Carvalho
José Laginestra
Júlio Vieira Palma
Luiz Fernandes de Freitas Lima
Nestor Rocha
Ney Duamy
Olavo Rezende de Castro
Silvio Mendes Campos
Thurwald José Pascoal Toti
Vasco Fernandes de Castro
Hélio Vieira Lins
Ismael Nogueira
Luiz Fererira Leal
Taciano Emanuel da Silva
Vicente Felix Perruci

Divisão de Biologia

Chefe de Divisão :

João Moojen de Oliveira

Américo Mendonça Ribeiro
Américo Raimundo Pires
Antônio Abrão Sebba
Antônio Medeiros de Aquino
Arivaldo Ribeiro Cabral
Armando de Mendonça
Ary Barros de Lima
Aylton de Mello Brito
Clóvis Matias dos Santos
Dinah Ayres Maranhão
Divo Batista de Paiva

Francisco Matias dos Santos
Gilberto Rolemberg Figueiredo
João Ferreira Sobrinho
José H. Aguiar Miranda
Joel da Malta Oliveira
José Casado Accioly de Lima
José Machado Sobrinho
Lourival Pedro de Oliveira
Luiz Edmundo Moojen
Octávio de Araújo Coutinho
Pedro de Mello Brito
Sebastião Ribeiro
Werton Luiz da Costa e Silva

Órgão Fiscalizador

Chefe do Órgão :

Romeu Scorza

Chefe do Órgão - Romeu Scorza
Abrão Jorge
Domingos Martins Versiani
Geraldo Claro da Silva
José Maria Lopes
Leo Sebastião David
Luiz Carlos Boaventura Neves

Serviço de Abastecimento

Chefe de Serviço :

Amaro Antônio Cavalheiro

Accioly França Soares
Almir Vieira Passos
Hibraim de Moraes
Ivanir Batista
Joaquim Eugênio de Araujo Filho
José Soares Pinheiro
José Teixeira do Amaral
Sebastião José da Silva

Campanha de Arborização

Antônio Orlando Filho
Antônio Pereira de Sousa
Juvêncio de Assis Ribeiro
Walter da Silva Borda

Convênios

Eudoro Haeckel Lins de Barros
Filipinas Borges Maciel
Heitor Cordeiro



Aqui também não podia faltar uma palavra àqueles pioneiros, que se dirigiram para a região inóspita, a enfrentar as intempéries. Claro que nos referimos aos pioneiros do Núcleo Bandeirante, que, por 3 anos, abasteceram e continuam abastecendo a Nova Cidade, cujo capital investido sobe a mais de um bilhão de cruzeiros.

Os operários, as autarquias, os bancos, os fornecedores e empreiteiros são também objeto de nossa menção.

A todos os bandeirantes de Brasília e a todos aqueles que, por ventura não constem diretamente ou indiretamente neste registro e nesta mensagem, queremos ressaltar-lhes os trabalhos e o suor vertido no amanho da maior obra do século XX, a construção da Nova Capital brasileira. Deus recompense largamente a todos.

O Cruzeiro plantado no término do Eixo Monumental, à cuja sombra foi rezada a primeira missa oficial de Brasília, por Sua Eminência Dom Carlos de Vasconcelos Mota, Cardeal-arcebispo de São Paulo. Destacam-se na foto os presidentes Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro.



brasília e seus antecedentes

Prof. Horácio Mendes

1 - Professor Catedrático de Direito Comercial na FACULDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS.

2 - Ex-professor de Ciência das Finanças, contratado, na FACULDADE NACIONAL DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL.

3 - Ex-professor de Direito Romano (interino) na FACULDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS.

4 - Examinador, na FACULDADE NACIONAL DE DIREITO (Vestibular), das seguintes matérias: Português e Literatura, Francês, Geografia Econômica, Sociologia e Filosofia (1941-1956).

5 - Examinador de Português e Literatura, por três vezes, na FACULDADE DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO (Vestibular).

6 - Inspetor do antigo Departamento Nacional de Ensino (1927), tendo

servido, anteriormente, no mesmo Departamento, como examinador de Português, Francês e Latim.

7 - Diretor da seção filológica da revista BRASILIANA (com Liberto Bittencourt - parte científica; Fábio Luz - parte literária; Moreira Guimarães - parte filosófica).

OBRAS

Noções de História do Brasil, Rio, 1923.

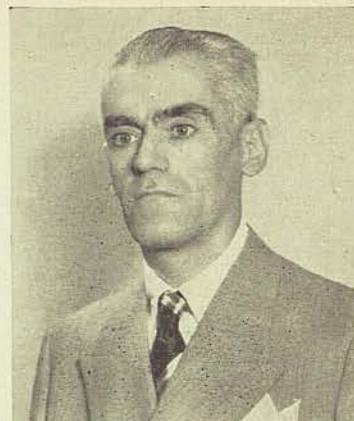
Esbôço Crítico do Romantismo Brasileiro (Tese de concurso) - Rio, 1929.

Erros da Nova Ortografia. (ensaio) - Rio, 1931.

Da Economia Política nos Cursos de Direito. (ensaio) - Rio, 1934.

Saneamento Financeiro. (Tese de concurso) - Rio, 1942.

Moeda e seus problemas (Tese de concurso) - Rio, 1951.



Prof. Horácio Mendes

1 - A idéia da interiorização da capital não é nova, vem de longe. Já os Inconfidentes, no seu idealismo, acalentavam tal propósito. Nos *AUTOS DE DEVASSA* encontram-se as seguintes referências:

- 1 - "...que a capital se havia de mudar para São João del-Rei, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos".
in AUTO de perguntas a DOMINGOS DE ABREU VIEIRA, em 16 de junho de 1789. Vol. I, p. 95.
- 2 - "...dizendo mais que o Desembargador Gonzaga lhe havia dito que não continuasse obras nas suas casas porque a capital havia de ser a vila de São João del-Rei".
in AUTO de acareação de DOMINGOS DE ABREU VIEIRA e JOAQUIM SILVÉRIO DOS REIS, em 15 de julho de 1791. Vol. IV, p. 372.
- 3 - "...porque a nova Capital havia de ser em São João del-Rei".
in Depoimento de DOMINGOS DE ABREU VIEIRA, em 1.º de setembro de 1789. Vol. III, p. 407.
- 4 - "...que se havia de fazer uma República, de que São João del-Rei havia de ser a capital, com uma Universidade, na qual êle, respondente, devia estudar, sem ser necessário ir a Coimbra".
in AUTO de perguntas a JOSÉ DE REZENDE COSTA, filho, em 27 de junho de 1791, vol. V, p. 65.
- 5 - "Achara uns poucos conjurados a fazerem um levante e a reduzirem as Minas a uma república, fazendo vários parlamentos, um na dita Vila, outro na de São João del-Rei e outros mais, ficando a vila de São João del-Rei sendo a capital".
in AUTO de perguntas a JOSÉ DE REZENDE COSTA, pai, em 18 de julho de 1789, Vol. I, p. 215.
- 6 - "...porquanto estava próximo a fazer-se nestas Minas um levante para se erigirem em república, e que haviam de haver nela sete Parlamentos, sendo a capital São João del-Rei".

no AUTO de perguntas a JOSÉ DE REZENDE COSTA, pai, em 15 de julho de 1789, Vol. I, p. 212.

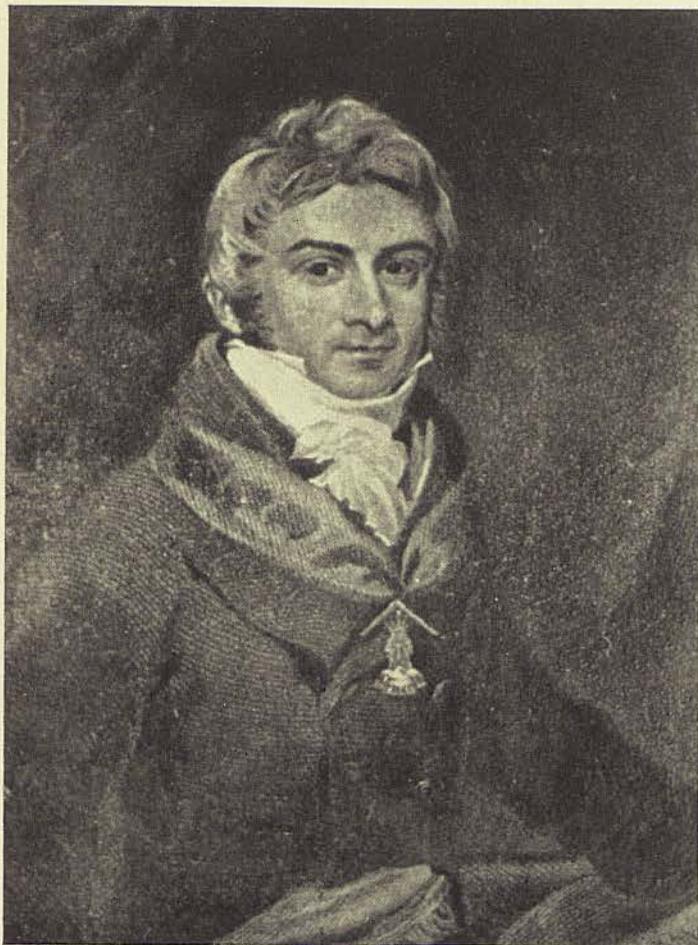
- 7 - "...fazerem uma República dividida em várias províncias, cuja Capital havia de ser a Vila de São João del-Rei".
no Depoimento de JOSÉ DE REZENDE COSTA, pai, em 12 de setembro de 1789, Vol. III, p. 434.
- 8 - "...porque a Capital havia de ser na Vila de São João del-Rei". *na Denúncia de JOAQUIM SILVÉRIO DOS REIS A LUIZ DE VASCONCELOS E SOUZA*, em 5 de maio de 1789. Vol. III, p. 236.
- 9 - "...porque a nova Capital havia de ser na Vila de São João del-Rei".
no DEPOIMENTO DE JOAQUIM SILVÉRIO DOS REIS, em 18 de maio de 1789. Vol. III, p. 251.
- 10 - "...e finalmente que a Capital se mudaria logo que se fizesse o levante..."
no AUTO de continuação de perguntas ao padre JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA ROLIM, Vol. II, p. 304.
- 11 - "...afastar a capital das agitações de um pôrto marítimo e das populações ambulantes das minerações do ouro, onde parece que a terra evapora tumultos. E instado mais que tanto é certo ter êle, respondente, proferido semelhantes discursos, que é inegável ter dito o que relatado fica a respeito da cidade do Rio de Janeiro, etc."
no AUTO de continuação de perguntas, ratificadas já feitas e acareação feita ao CÔNEGO LUIZ VIEIRA DA SILVA, em 23 de julho de 1789. Vol. II, p. 127.

Fica provado, por conseguinte, que, na INCONFIDÊNCIA MINEIRA, estão as raízes históricas do fenômeno mudantista. Quem apresentou a idéia foi o Dr. A. MACIEL, inspirado no exemplo da Confederação norte-americana.

2 - Há quem afirme que, em 1809, William Pitt, em discurso pronunciado na Capital portuguesa, preconizara a criação, no interior do Brasil, de uma Nova Lisboa. Varnhagen, porém, contesta o fato, baseado, como sempre, em pesquisas seguras e minuciosas.

3 - O Conselheiro e Chanceler Veloso de Oliveira, em Memorial apresentado ao Príncipe Regente, em 1810, observava :

“É preciso que a Côrte se não fixe em algum pôrto marítimo, principalmente se êle fôr grande e em boas proporções para o comércio... A Capital se deve fixar em lugar são, ameno, aprazível e isento de confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas”.



José Hipólito da Costa Furtado de Mendonça

4 - José Hipólito da Costa Furtado de Mendonça, por sua vez, defendeu a interiorização da capital em seu artigo publicado, em 1813, no famoso “CORREIO BRÁZILIENSE”. Dizia êle :

“O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem na cidade que se destina a ser capital do Império do Brasil; e se os cortesões que para ali foram de Lisboa tivessem assás patriotismo e agradecimento pelo país que os recolheu, nos tempos de seus trabalhos, fariam um

generoso sacrifício das comodidades e tal qual luxo, que podiam gozar no Rio de Janeiro, e se iriam estabelecer em um país do interior, central e imediato às cabeceiras dos grandes rios, edificariam ali uma cidade nova, começariam por abrir estradas, que se dirigissem a todos os portos do mar, removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis e lançariam assim os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam.

Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso Rio São Francisco. Em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao norte e ao sul, ao nordeste e ao sueste, vastas campinas para criação de gados, pedra em abundância para tôda sorte de edifícios, madeiras de construção para todo o necessário, minas riquíssimas de tôda qualidade de metais, uma situação que se pode comparar com a descrição do que temos do Paraíso Terreal”.

5 - José Bonifácio de Andrada e Silva, a 9 de outubro de 1821, redigiu as instruções aos deputados de São Paulo às Côrtes de Lisboa, aprovadas, como se sabe, por unânime decisão. Nelas se acha o seguinte passo :

“Parece-me também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil, para assento da Côrte de Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15.º...”

6 - Um desses deputados às Côrtes de Lisboa publicou, em 1822, um “Aditamento ao Projeto de Constituição para ser aplicado ao Reino do Brasil”, cujo artigo 1.º tinha a seguinte redação :

“No centro do Brasil, entre as nascentes dos rios confluentes do Paraguai e Amazonas, fundar-se-á a Capital dêste reino, com a denominação de Brasília, ou qualquer outra”.

7 - José Bonifácio de Andrada e Silva, em sessão de 9 de junho de 1823, da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, apresentou “Memória sôbre a necessidade e meios de edificar no interior do Brasil uma nova Capital”.

Nos ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE - 1823 - TOMO I, pg. 23, está registrado :

“O Sr. Secretário França deu conta de uma memória oferecida à Assembléia pelo Sr. Andrada e Silva sôbre a necessidade e meios de se edificar no interior do Brasil uma nova Capital para assento da Côrte, da assembléia legislativa e dos tribunais superiores. Foi recebida com agrado; e remetida à comissão de estatística e depois à de constituição para apresentarem o seu parecer”.

8 - O constitucionalista João Barbalho refere que os patriotas da Confederação do Equador, de 1824, tinham o propósito de, criando a República, "fundar, em lugar fértil, sadio e abundante d'água, uma cidade central para capital que, pelo menos, distasse quarenta léguas da costa do mar".

9 - "O Universal", jornal editado em Ouro Preto, defendeu, em 1825, a interiorização da capital.

10 - EM 1822, mediante representação dirigida ao Príncipe D. Pedro, a Vila de Barbacena foi proposta para Capital, sede da Monarquia Portuguesa, então em crise.

O Primeiro Imperador, em agradecimento, outorgou a Barbacena o título de "nobre e muito leal", conforme Alvará de 17 de março de 1823.

11 - O Dr. Alexandre José de Melo Morais refere que, pelo Governo Provisório de São Paulo, em 1821, foram transmitidas instruções, aos deputados, relativas aos interesses do Brasil (cf. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, pág. 85, § 9.º, cap. II, sob o título "Negócios do Brasil").

Entre tais interesses figurava a mudança da Capital:

"Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central, no interior do Brasil, para assento da côrte ou da regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Dêste modo fica a côrte ou assento da regência livre de qualquer "assalto" e "surpresa" extrema, e se chama para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantís. Desta côrte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar para que se comuniquem e circulem com tôda a prontidão as ordens do Governo e se "favoreça" por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil".

Foi apresentada essa proposta em sessão de 9 de outubro de 1821, no Palácio do Governo de São Paulo, e aprovada no dia imediato.

12 - Em 1834 foi criado o MUNICIPIO NEUTRO, desmembrado da Província Fluminense, para sede do Governo Federal, a cuja imediata jurisdição ficou subordinado.

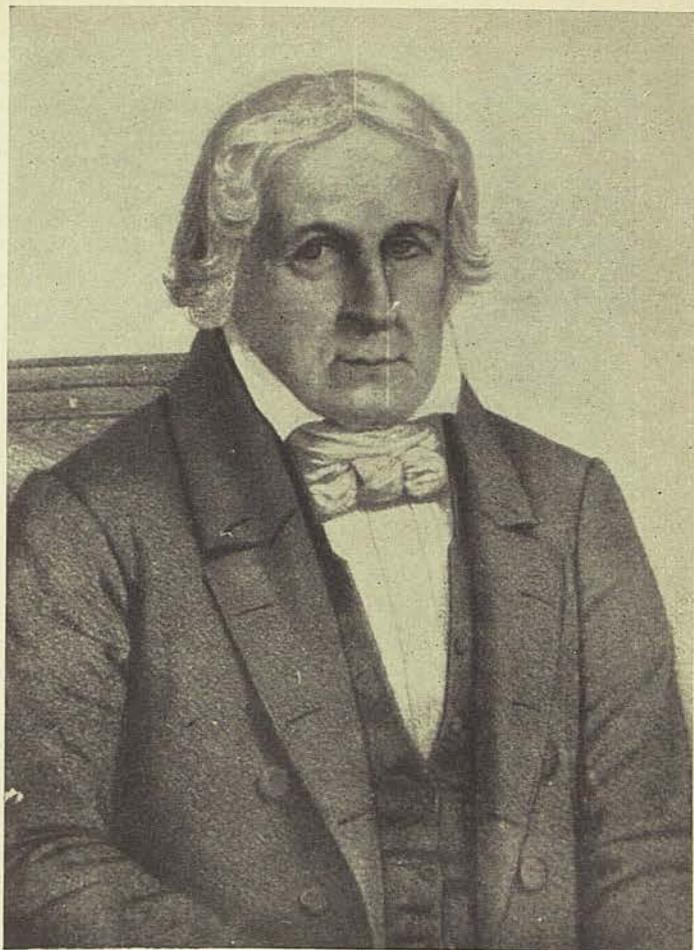
À primeira vista, é claro, poderia parecer que as aspirações mudantistas estavam sepultadas.

Puro engano!

Em 1834, precisamente, escrevia o Visconde de Pôrto Seguro, na sua monumental HISTÓRIA GERAL DO BRASIL-(TOMO II, pág. 814):

"E a primeira lição que devemos colher é a de, já em tempo de paz, atendermos mais aos meios de resistência que deve oferecer êste importante pôrto, do qual permita Deus que seja "quanto antes" retirada a Capital do Império tão "vulnerável", aí na fronteira e tão "exposta" a ser ameaçada de um bombardeio e sofrê-lo com grande prejuízo de seus proprietários, por "qualquer inimigo" superior no mar, que se proponha a arrancar do Governo, pela ameaça, concessões em que não poderia pensar se o mesmo Governo "aí" se não achasse.

E isto quando a própria Providência concedeu ao Brasil uma paragem mais central,



José Bonifácio de Andrada e Silva

"mais segura", mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e S. Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de "águas boas" e até de abundantes mármore, vizinho ao triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre-de-Armas, das quais manam águas para o Amazonas, para o São Francisco e para o Prata".

Em 1839, o grande historiador FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN, que se popularizou com o título de VISCONDE DE PÔRTO SEGURO, retomava, e ampliava, as idéias do fundador do "Correio Braziliense".

Fêz época, entre nós, a campanha de Varnhagen em 1877. Ficou histórico o ofício do Visconde ao Ministro da Agricultura Tomás Coelho, datado de 28 de julho de 1877, da Vila Formosa da Imperatriz. É de lembrar-se, porisso, o juízo do saudoso Alcides Bezerra:

"Quando se fizer a mudança da Capital ninguém mais do que Varnhagen tem direito, na nova cidade, a um digno monumento na praça pública: então será saldado o débito que o país contraiu com o seu máximo historiador".

Varnhagen perguntou: Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do Governo Imperial?

Em seguida respondeu:

"Cremos haver deixado demonstrada a conveniência da exclusão de todos os portos

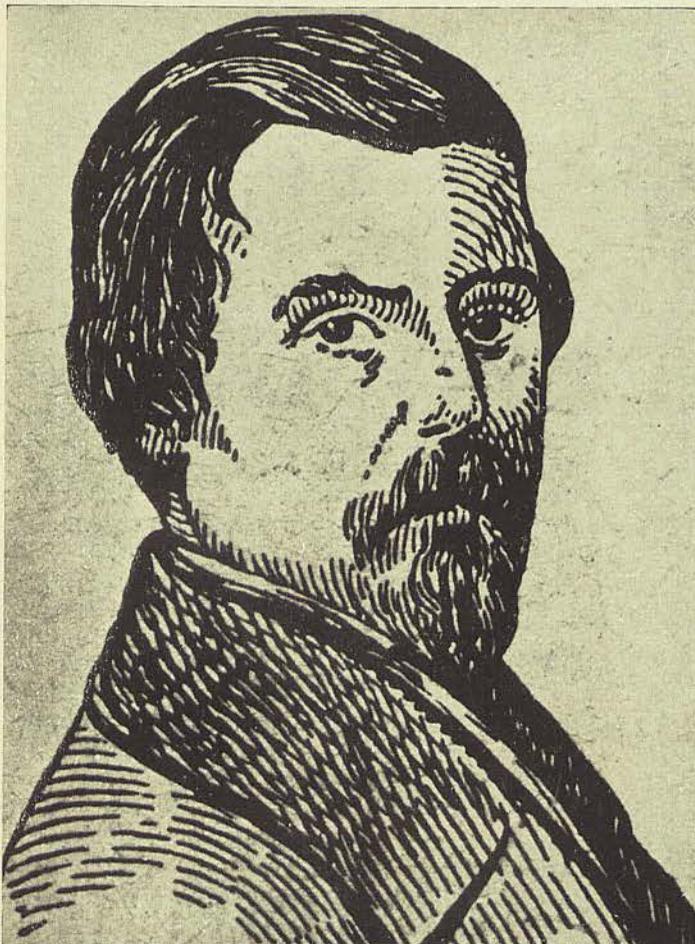
de mar. E agora acrescentaremos a Capital do Império deve estar em alguma paragem bastante no interior que reúna mais circunstâncias favoráveis, não só para satisfazer ao princípio essencial do clima... , como pelas razões seguintes:

1.º - Qualquer ponto dêle, por distante que o imaginemos, nunca será tanto que não possa no intervalo de horas comunicar-se com o pôrto mais próximo do litoral, por um caminho de ferro que proporemos como indispensável de se construir.

2.º - Convém, para proteger as comunicações, levar às nossas províncias do sertão, e aí empregar, a maior soma possível de capitais produtivos, os quais aumentando sua cultura e riqueza, e depois sua população, reverterão em favor das cidades marítimas, já recebendo dalí gêneros de consumo ou de exportação, já enviando-lhe os gêneros ultramarinos, que elas mais ricas e povoadas consumirão em muito maior quantidade.

3.º - Como as cidades vizinhas ao mar se civilizam e criam as necessidades dos cômodos da vida e do luxo, estímulo da riqueza, pela simples freqüência dos navios e trato do comércio marítimo, aos longos sertões, é necessário, para que êles

Francisco Adolfo Varhagen



se animem a sair do estado quase natural, levar como tónicos grandes focos de civilização, e não o pode haver melhor do que o de assentar aí a própria capital, que em todos os reinos é o centro do luxo...

4.º - Os governos cuja sede está no interior do país tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as comunicações, que são as veias e artérias do Estado, que sem elas definha e morre.

5.º - Ao mesmo tempo uma capital central pode distribuir com mais igualdade, em diferentes raios, sua solicitude.

6.º - Quanto mais central esteja a capital mais obstáculos se poderiam criar para não chegar a ela qualquer inimigo que ousasse invadir o País; e ainda, sem imaginar êsse caso extremo, qualquer exigente negociador não se julgaria aí tão forte para ditar condições, como tendo à vista suas esquadras.

7.º - Sendo certo que as capitais, quando crescidas, são o centro do luxo, ou dos artigos que não são de primeira necessidade, e por tanto os maiores consumidores dos produtos do comércio marítimo, êsses chegarão ao interior já meio convertidos em tráfico interno pelos preços dos transportes, do que resultarão valores criados em benefício do país.

8.º - Um centro de civilização nos elevadíssimos chapadões do interior, e em clima não tropical, faria que prontamente aí se cultivasse artigos de comércio que não cultiva a beira mar, e a permuta seria em benefício do país, que além disso ficaria mais rico de meios próprios: e nêsses chapadões a população, que hoje é quase apenas pastoril, passaria a ser agricultora e até com o tempo, a ensaiar-se em outros ramos da indústria.

9.º - Sendo nêsses chapadões elevados os ares mais finos, e correspondentes aos da Europa, e legislando-se desde já que na sua capital e arredores não haveria escravatura, estas verdades constariam logo, e afluiria alí espontaneamente muita colonização estrangeira, que hoje não vai ou por desconhecerem tais circunstâncias de climas ou por não se atreverem a internar pelo "far-west", onde não tem cônsules nem representantes, numa terra cuja língua desconhecem, ou por preferirem países onde não há escravos...

10.º - Aumentando em todo o caso, ainda sem esta colonização, a população no interior com a formação da capital, e começando nos arredores desta a desenvolver-se... certa indústria fabril e manufatureira, se colheria a vantagem de poupar mais os matos cujas madeiras se poderão para o futuro utilizar para a construção naval ou para exportar, em vez de serem queimadas nas fábricas, e nas roças e no uso doméstico.

11.º - Em uma posição adequada do interior estará o governo mais em circunstân-

cia de atender aos ricos distritos de Goiás e Cuiabá, onde há tanto por criar, e dar providências à cêrca dos índios, a respeito dos quais muito pouco, ainda mal, se tem falado no Rio de Janeiro.

12.º – Os pretendentes a negócios de tôdas as províncias, bem longe de passar o mar (como se habitassem numa ilha), terão que percorrer o império, o que os fará conhecer melhor o país e suas necessidades; e o que gastem na jornada ou na residência da capital será mais em favor do país do que se o gastassem nos vapores, ou numa cidade marítima”.

Mais tarde, porém, o Visconde acabou por indicar o local da sua preferênciã :

“Na vasta extensão que acabo de percorrer, há porém outra região não menos apropriada a oferecer localidades favoráveis ao primeiro estabelecimento de colonos europeus, e a respeito da qual julgo que deveríamos desde já dar algumas providências, a fim de a ir preparando para a missão que a Providência parece ter-lhe reservado, fazendo a um tempo dela partir águas para os três rios maiores do Brasil e da América do Sul, Amazonas, Prata e São Francisco, e constituindo-a, por assim dizer, o núcleo que reúne entre si as três grandes concas ou bacias fluviais do Império. Refiro-me à bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestres D’Armas, com chapadões elevados mais de mil e cem metros, sôbre o mar, como nela requer para a melhoria do clima a menor latitude, com algumas terras mais altas do lado do norte, que não só a protegem dos ventos menos frescos dêsse lado, como lhe oferecerão os indispensáveis mananciais”.

13 – Em 1852, no Senado, Holanda Cavalcanti apresentou projeto de lei que mandava mudar a capital para um ponto interior do País. Tal projeto foi discutido na sessão do dia 1.º de junho de 1853.

14 – O Senador Jobim, a 1.º de setembro de 1875, aconselhava a mudança da capital, firmando-se em argumentos de ordem política e estratégica.

15 – Em 30 de agosto de 1883, conforme está comprovado, SÃO JOÃO BOSCO, em sonho, viu uma terra de riqueza inconcebível.

Nessa terra, exatamente, foi construída a nova Capital.

16 – Entramos, agora, na fase republicana. Merece referência, desde logo, a Constituição Provisória da República, estabelecida pelo Decreto n.º 914-A, de 23 de outubro de 1890, do Governo Provisório. No art. 2.º está a idéia mudantista :

“Cada uma das antigas províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro construirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso. Se o Congresso resolver a mudança da capital, escolhido para êste fim o território mediante o consenso do Estado ou os Estados de



São João Bosco

que tiver de desmembrar-se, passará o atual Distrito Federal de per si a constituir um Estado”.

17 – Vota-se, em 1891, a Constituição Republicana.

O art. 3.º assim ficou redigido :

“Fica pertencendo à União, no planalto central da República, um zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.

Parágrafo único – Efetivada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado”.

A questão da mudança da Capital, segundo esclarece Barbosa Lima Sobrinho, surgiu na Comissão dos Juristas, composta de Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Santos Werneck, Rangel Pestana e Magalhães Castro. O art. 2.º do Projeto, elaborado pela Comissão dos Juristas, estava assim redigido :

“As antigas províncias são consideradas Estados; e o Distrito Federal, outrora Município Neutro, continuará a ser a Capital da União, até que o Congresso resolva sôbre a sua transferência.

Parágrafo único – Escolhido para êsse fim o território, com o assentimento do Estado ou Estados de que houver de ser desmem-

brado, o referido Distrito será anexado ao Estado do Rio de Janeiro ou formará novo Estado, conforme determinar o Congresso”.

O Projeto da Comissão dos Juristas foi submetido ao estudo dos membros do Governo Provisório. Rui Barbosa discordou do artigo que estabelecia a mudança da Capital.

Na Comissão dos 21, na Assembléia Constituinte, houve algumas emendas. Nenhuma, porém, logrou aceitação. Daí, diz Barbosa Lima Sobrinho, a apresentação, em plenário, de uma emenda, subscrita por 88 constituintes, encaminhada à Mesa da Assembléia pelo então Deputado Lauro Müller, embora a primeira assinatura da emenda fôsse a do Deputado por São Paulo, o Tenente Coronel Joaquim de Souza Mursa. Adotava-se, nessa emenda, publicada juntamente com o ofício dirigido, pelo Visconde de Pôrto Seguro, ao Conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, então Ministro da Agricultura, a orientação já defendida, na Comissão dos 21, pelo Senador Virgílio Damásio: decisão definitiva pela própria Constituinte, e não autorização condicional. A mudança passava a ser uma resolução da Constituinte e, não, uma proposta para o pronunciamento ulterior dos Congressos Legislativos.

A emenda encaminhada por Lauro Müller foi aprovada na sessão de 22 de dezembro de 1890.

18 - No Congresso Constituinte, o assunto foi amplamente discutido por vários deputados, notadamente por Tomás Delfino. Virgílio Damásio apresentou proposta da transferência da Capital para o interior, aventando a idéia da localização dela na Vila Formosa da Imperatriz. Lauro Müller foi o encaminhador da emenda dispondo que a Capital se estabeleceria no Planalto Central, e que deu lugar ao artigo 3.º da Constituição de 1891, justificando-a com o ofício, já então famoso, do Visconde de Pôrto Seguro.

Promulgada a nossa primeira Carta Republicana, em obediência a ela, o Ministro das Obras Públicas nomeou, em 17 de maio de 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, integrada dos seguintes membros: 1 - Luiz Cruls, chefe; 2 - J. de Oliveira Lacaille, astrônomo; 3 - Henrique Morize, astrônomo; 4 - Antônio Martins de Azevedo Pimentel, médico-higienista; 5 - Pedro Gouvêa, médico; 6 - Celestino Alves Bastos, ajudante; 7 - Augusto Tasso Fragoso, ajudante servindo de secretário; 8 - Hastimphilo de Moura, ajudante; 9 - Alípio Gama, ajudante; 10 - Antônio Cavalcante de Albuquerque, ajudante; 11 - Alfredo José Abrantes, farmacêutico; 12 - Eugênio Hussak, geólogo; 13 - Ernesto Ule, botânico; 14 - Felicíssimo do Espírito Santo, auxiliar; 15 - Antônio Jacinto de Araújo Costa, auxiliar; 16 - João de Azevedo Peres Cuiabá, auxiliar; 17 - José Paulo de Melo, auxiliar; 18 - Eduardo Chartier, mecânico; 19 - Francisco Souto, ajudante de mecânico; 20 - Pedro Carolino Pinto de Almeida, comandante do contingente; 21 - Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim, Alferes do Contingente; 22 - Henrique Silva, Alferes do Contingente.

Ao chefe da Comissão, Dr. Luiz Cruls, o Ministro das Obras Públicas dirigiu as seguintes

INSTRUÇÕES

Em obediência às disposições do artigo 3.º da Constituição Federal, e para dar cumprimento à resolução do Congresso Nacional que consigna na Lei de

Orcamento em vigor a verba destinada à exploração do Planalto Central da República e demarcação da área que tem de ser ocupada pela futura Capital dos Estados Unidos do Brasil, é nesta data nomeada a Comissão encarregada de tais trabalhos, cuja direção é confiada ao vosso conhecido zelo e provada competência.

No desempenho de tão importante missão deveis proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar, da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade das águas que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc. das regiões exploradas e tudo mais que diretamente se ligue ao assunto que constitui o objeto da vossa missão.

No decurso de tais trabalhos, e tanto quanto possa, podereis realizar não só os estudos que julgardes de vantagem e utilidade para o mais completo desempenho do vosso encargo, mas ainda os que possam concorrer para a determinação de dados de valor científico com relação a essa parte ainda pouco explorada do Brasil. Da inclusa cópia da portaria desta data consta o pessoal que faz parte da referida Comissão.

Saúde e Fraternidade

a) *Antão Gonçalves de Faria*

A Comissão, segundo consta do Relatório apresentado, partiu, do Rio, a 9 de junho de 1892, conduzindo 206 volumes de materiais diversos, com o peso total de 9.640 quilos, diretamente para Uberaba, na época ponto terminal da Estrada de Ferro Mogiana. De Uberaba saiu a cavalo, em 29 de junho, passando por Catalão, Entre Rios (Ipamerí) e Bonfim, e chegou a Pirenópolis no dia 1.º de agosto do mesmo ano. Daí a Comissão se dividiu em dois grupos, um dos quais passou por Santa Luzia, seguindo, o outro, rumo certo à cidade de Formosa, onde se encontraram.

Os trabalhos da Comissão Cruls consumiram exatamente 26 meses, terminando no fim de 1894. De tudo foi apresentado minucioso relatório ao Governo Federal. 19 - Em 1893 a Comissão apresentou ao Ministro da Viação e Obras-Públicas, o Exmo. Sr. Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires, RELATÓRIO PARCIAL.

Do RELATÓRIO DEFINITIVO existem as seguintes edições por ordem cronológica:

O PLANALTO CENTRAL DO BRASIL

VIII, 365 pp., 27 gravuras, 11 tabelas.

H. Laemert & Cia., Rio de Janeiro, 1894.

RELATÓRIO DA COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL

365 pp., 27 heliogravuras, 11 tabelas.

Rio de Janeiro. (Em português e inglês)

H. Laemert & Cia. 1894.

RELATÓRIO DA COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL

XIV - 269 pp., 1 figura, 2 mapas, 1 gráfico e 1 tabela.

Brasiliana, série 5.ª, volume 258 - 1947.

PLANALTO CENTRAL DO BRASIL

(Introdução de Gastão Cruls)

3.^a edição, com 26 ilustrações e 3 mapas.

Livraria José Olympio Editora. Rio, 1957.

20 - As conclusões da *MISSÃO CRULS* receberam, de alguns estudiosos, severas restrições.

O Dr. Domingos Jaguaribe, entre outros, no folheto intitulado "Mudança da Capital do Brasil", procurou provar que foi um erro a escolha do lugar preferido pela *MISSÃO*.

O Dr. Jaguaribe apontou, para sede da nova Capital, "os Campos do Jordão, no Planalto Central do Brasil, reunindo os requisitos precisos para aquêle fim".

Cruls, em "Mudança da Capital da União" (Rio, 1896), respondeu ao Dr. Domingos Jaguaribe, mostrando :

- a) que o lugar chamado Campos do Jordão está fora do Planalto Central Brasileiro, distando apenas oitenta quilômetros do litoral;
- b) que o ponto preferido pela *MISSÃO* serve a todos os Estados, e não somente a alguns deles, como afirma o Dr. Jaguaribe em seu trabalho;
- c) que a Comissão tinha apenas de demarcar a "zona para o futuro distrito" e não "proceder à escolha do local para a futura capital";
- d) que o Dr. Jaguaribe incide em vários erros graves e comete várias infidelidades.

O Dr. Domingos Jaguaribe replicou (*MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL DO BRASIL*, réplica à resposta do Dr. Cruls - S. Paulo, 1896).

Assinale-se, como nota curiosa, que a Circular e o folheto do Dr. Domingos Jaguaribe receberam resposta mui segura, em 1896, do Sr. Alípio Gama, que se apresentou singelamente como "ignorado e humílimo colaborador dos trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil".

João Coelho Gomes Ribeiro, em *A CAPITAL FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA*, em 1907, faz sérias restrições, também, aos trabalhos realizados pela chamada "*MISSÃO CRULS*".

Com o mapa da região do futuro Distrito Federal apresentado por Cruls, informa Gomes Ribeiro, "dá-se a singular circunstância de não estar êle de conformidade com o mapa geral da região explorada, conforme se verifica no relatório definitivo".

E acrescenta :

"Este fato só pode ser avaliado pelos que estudaram esta questão com o cuidado que ela merece".

Afirma Gomes Ribeiro, em conclusão, "que a nossa pátria ficou nesta dura contingência : - Escolher a Capital do Brasil de acôrdo com a opinião do Sr. Cruls, ou reformar a Constituição".

Como quer que seja, a grande verdade é que o Relatório, para o tempo, constitui peça de grande valimento. As seguintes passagens merecem lembradas :

I - "São abundantíssimas as águas em curso permanente, mórmente na parte meridional da zona demarcada, tornando-se fácil abastecer uma cidade, por mais populosa que seja, à razão de 1.000 litros de água por dia e por habitante".

II - "Todo o mundo sabe que o povoamento do Brasil quase que se limita exclusivamente à faixa do litoral, com o extenso desenvol-

vimento desde o Rio Grande do Sul à embocadura do Rio Amazonas.

Justamente nesta região é a salubridade subordinada, em geral, ao grau do paludismo, visto ser baixa, úmida, quente e palustre tôda essa zona.

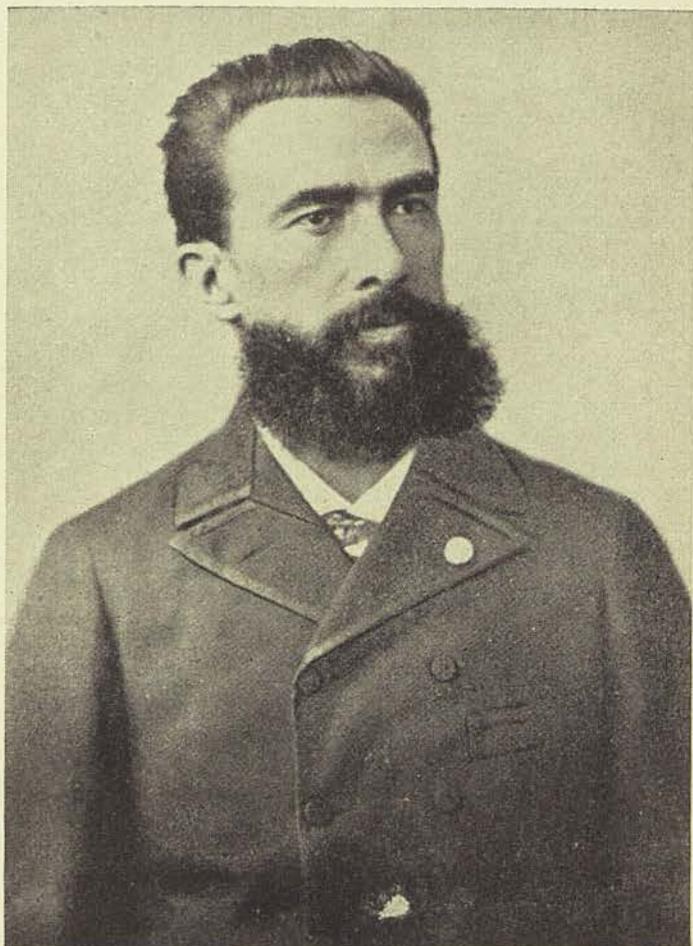
Nas terras altas do interior tudo é diferente.

É exuberante a fertilidade do solo; a salubridade proverbial; grande a abundância de excelente água potável; rios navegáveis; extensos plainos sem interrupções importantes; soberbas madeiras de construções de suas grandes florestas; abundância de preciosos minerais e essências diversas; elevação do terreno determinando um menor grau de secura atmosférica e uma temperatura mais fresca do que à primeira vista se poderia supor, em face da sua latitude geográfica; tudo, enfim, que tem as mais estreitas relações com os progressos materiais de uma grande cidade e com o bem-estar dos seus habitantes.

Infelizmente, porém, tudo isto é desconhecido, e todo o interior longínquo do Brasil ainda hoje passa por ser país doentio, muito quente e mesmo inóspito.

Entretanto, o contrário é que é exato, e do que se segue claramente deduz-se que a natureza fez desigual a repartição dos

Luiz Cruls



- benefícios do solo do Brasil (como em tôda a parte), e os primeiros povoadores, desconhecendo a sabedoria desta distribuição, preferiram as regiões menos férteis e menos salubres na comprida e estreita zona do litoral, sem dúvida pela maior facilidade do comércio marítimo e das relações políticas com a antiga metrópole e o resto do mundo civilizado.”
- III – “A conformação física e climatológica do vasto planalto central do Brasil facilita sobremaneira a aclimação do trabalhador europeu, sem os prejuízos das regiões tórridas, cujos predicados aí desaparecem pela grande altitude média; pelos seus rios navegáveis e brandos declives favorece o movimento comercial interno e as demais relações dos Estados brasileiros entre si e do Brasil com as Repúblicas vizinhas, a América do Norte, a Europa e a África, bem como garante ao Govêrno Federal inúmeros pontos estratégicos para a defesa militar do Distrito.
- A fertilidade do solo combinada com a altitude, etc., concorre para o bom êxito na cultura do frumento, como em mínima escala se observa perto de Cavalcanti ao norte do Estado de Goiás; e tôdas as plantas da zona temperada poderão bem se aclimar nesta região.”
- IV – “Se os primeiros povoadores do Goiás, em vez de se consagrarem exclusivamente à mineração do ouro, tivessem cultivado também a terra, se tivessem convenientemente aproveitado os 4.000 quilômetros de costas fluviais até onde pode chegar o explorador, seria com tôda a segurança hoje o Goiás uma verdadeira jóia no interior do Brasil”.
- V – “Além de muito ouro, Goiás tem jazidas diamantíferas, que ainda não foram exploradas, e, particularmente, grande quantidade de minérios de ferro de alta porcentagem.
- O granito, o mármore, o cristal da rocha, a argila de diversas côres, a pedra de afiar, a cal, a pedra de rebôlo, o salitre, o grês duro, o caulim, etc., são minerais de subido valor industrial e só esperam a época do advento da civilização e progresso do futuro Estado”.
- VI – “Parece, pelo exposto, que em Goiás há poucas matas virgens, mas bem depressa se convencerá do contrário quem atender a que neste Estado é prodigiosa a quantidade de rios, ribeirões e córregos em que se encontra densa mata marginal de grande largura e na extensão de centenas e centenas de quilômetros; que é inumerável a quantidade de capões das nascentes; e, finalmente, que nas vartíssimas regiões das vertentes do N., N.W. e S.W., onde a ação perene de um clima mais úmido favorece o seu desenvolvimento, a vegetação florestal é grandiosa e abundantíssima de árvores apropriadas às construções civis

e navais, a todos os ramos da atividade industrial, à Medicina, etc.”

- VII – “Além das inúmeras riquezas já apontadas, as águas medicinais, até hoje conhecidas, bastam só por si para chamar a atenção dos poderes públicos para o quase desconhecido Estado de Goiás.”
- VIII – “Pedras próprias para construção e facilmente trabalhadas, encontram-se entre as rochas da formação dos xistos cristalinos.”
- IX – “Na realidade a mudança da Capital Federal é assunto tão importante e que se liga diretamente com tantos e tamanhos interêsses da Nação, que deve ser encarado pelos seus lados mais amplos. Não devemos limitar-nos a considerar as condições atuais da questão, mas também as condições futuras.”
- X – “A cana-de-açúcar, o café e o fumo dão perfeitamente em Goiás, e os produtos industriais resultantes são de excelente qualidade.”
- XI – “Além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova Capital despertariam certamente a admiração de tôdas as nações.”
- XII – “Nutrimos pois a convicção de que a zona demarcada apresenta a maior soma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e próprias para nela edificar-se uma grande Capital, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecida com águas potáveis abundantes, situada em região cujos terrenos, convenientemente tratados, prestar-se-ão às mais importantes culturas, e que, por um sistema de vias férreas e mistas convenientemente estudado, poderá facilmente ser ligada com o litoral e os diversos pontos do território da República.”
- XIII – “Quanto aos inconvenientes ou desvantagens que dessa medida podem provir, acreditamos que êles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas às idéias progressistas e que, considerando insuperáveis as dificuldades que lhes são inerentes, acham preferível não sair das trilhas da velha rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso”.

21 – O Dr. Nogueira Paranaguá, em 1905, apresentou ao Senado um projeto de transferência da Capital para o planalto de Goiás, com prazo longo para a sua realização.

22 – O Conde Afonso Celso, em 1905, pelo *Jornal do Brasil*, advogou a idéia da mudança da Capital Federal para Belo Horizonte, com a conseqüente volta da Capital mineira para Ouro Prêto. E sugeriu, para tanto, a encampação, pela União, da dívida, quer interna, quer externa, do Estado de Minas Gerais.

Lembre-se, como curiosidade histórica, que, em 1891, foi apresentado ao Congresso Nacional o seguinte projeto de lei:

“O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a cidade de Minas, no Estado de Minas Gerais, a Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, ou para outro ponto que fôr julgado conveniente no planalto que ficará sendo território da União e constituído em Distrito Federal.

Parágrafo único – O atual Distrito Federal, efetuada a transferência, será imediatamente constituído em Estado Federado, nos termos do art. 3.º, parágrafo único, da Constituição Federal, e terá a denominação de Estado de Guanabara.

Art. 2.º – Não sendo a cidade de Minas a escolhida para o estabelecimento da Capital da União deverá ser ouvido o Congresso Nacional antes da deliberação do Poder Executivo.

Art. 3.º – Para efeito da execução desta lei fica autorizado o Poder Executivo a entrar em acôrdo com o Govêrno do Estado de Minas Gerais ou de qualquer outro Estado da União e bem assim a fazer as necessárias operações de crédito.

Art. 4.º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 11 de outubro de 1891.
a) Sá Freire.

23 – João Coelho Gomes Ribeiro, a partir de 1905, encetou, pelo *Diário Popular*, de São Paulo, vibrante campanha em favor da mudança da Capital para a região das montanhas.

Seus editoriais foram reunidos, em 1907, sob o título – A CAPITAL FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (Apêlo ao Congresso Nacional).

Já em 1890, em opúsculo anterior, dissera Gomes Ribeiro :

“Quanto ao Distrito Federal, a sede do Govêrno, a Capital da República não pode nem deve continuar na cidade do Rio de Janeiro.

O exemplo criterioso e sábio da Confederação Norte Americana, os próprios precedentes da nossa história nos estão indicando a necessidade inelutável de subtrair-se à influência da grande multidão, em um centro populoso, muitas vêzes mal inspirada, porque mal dirigida, o Govêrno supremo da nação e sobretudo as suas assembléias deliberantes.

O local mesmo a preferir-se para o caso, deve oferecer condições especiais de terreno que dificultem o incremento das habitações e da população, além de um certo limite. É essa a lição dos Estados Unidos do Norte, onde até nas capitais dos Estados se acham preenchidas as citadas condições acauteladoras de futuras sedições e de graves embaraços para o Govêrno.” (*Estudos Constitucionais*, pg. 17)”.
24 – Em 1908, conforme notícia Americana do Brasil,

o engenheiro A. Leyret, com Jacinto Pimentel e M. Teixeira Lopes Guimarães, requereu ao Congresso Nacional o privilégio para a construção da Capital, mediante a concessão de determinados favores (exploração de luz, esgotos, água, pelo prazo de noventa anos).

Em retribuição, os requerentes entregariam a cidade em condições de perfeito funcionamento, com todos os palácios do serviço federal e do municipal. A proposta, em princípio, foi aceita, mas os requerentes não provaram capacidade financeira.

A. Leyret retirou-se do Brasil e o assunto foi dado, então, como encerrado.

Cumpramos observar, como curiosidade histórica, que a proposta de Leyret não tinha, sequer, originalidade.

Já em 1891, muito antes, portanto, dois engenheiros (Guilherme Greenhalgh e Tomás Bezzi) se prontificaram a construir a futura Capital Federal, sem ônus para o Govêrno, mediante os seguintes favores :

- 1.º – concessão do direito de desapropriar as terras particulares e de comprar as devolutas existentes naquela zona na área destinada à nova cidade só cedendo ao Govêrno a superfície necessária às servidões públicas;
- 2.º – Privilégio, por 90 anos, para estabelecimento dos serviços de esgotos, abastecimento de água, iluminação pública e particular, serviço telegráfico, telefônico e de carris de ferro, revertendo tudo isto ao Govêrno no fim daquêle prazo;
- 3.º – preferência, em igualdade de condições, para a concessão de todos os melhoramentos que o Govêrno pretenda introduzir na futura Capital;
- 4.º – concessão para a construção, uso e gozo, com garantia de zona por espaço de 90 anos, das estradas de ferro, necessárias à facilidade de comunicações da nova Capital com os Estados, portos ou vias-férreas construídas;
- 5.º – isenção dos impostos de importação sobre os materiais necessários à construção das obras a executar ali;
- 6.º – isenção por 20 anos do impôsto de transmissão de propriedade sobre todos os imóveis que adquirirem ou transferirem.”

A Comissão de Obras Públicas e Colonização, ouviu sobre o requerimento dos referidos engenheiros, exarou, em 22 de julho de 1891, o PARECER N.º 35, que assim termina :

- 1.º – Considerando que a escôlha do local para a fundação da futura Capital deve ser feita por delegados responsáveis, de confiança do Govêrno, e não por particulares ou emprêsas que por intuits puramente mercantis podem, antepondo as suas conveniências ao bem público, escolher uma situação que não corresponda de modo completo às aspirações do Congresso Constituinte;
- 2.º – Considerando que a mudança da Capital não é medida de caráter urgente e que essa escôlha de local, o estudo de suas condições climáticas, higiênicas, orográficas, hidrográficas, heológicas, dependem das despesas que, só depois de bem conhecidas as circunstâncias financeiras do País, poderão ser autorizadas pelo Poder Legislativo;
- 3.º – Considerando que os favores solicitados pelos peticionários constituem em grande

parte um monopólio odioso e injustificável:

É de parecer que seja indeferido o mencionado requerimento.

Sala das Sessões, 22 de julho de 1891.

Antão de Faria, Domingos Rocha, Alfredo Ellis, Pedro Velho, Círiolo de Lemos, José Bevilaqua, F. Schmidt, G. Besouro, com restrição quanto ao segundo considerando.”

25 – Eduardo Sócrates, representante goiano, no dia 23 de novembro de 1911, justificou projeto autorizando a mudança da Capital, sem ônus para o Governo, mediante concessão de privilégios na exploração dos serviços urbanos.

26 – O projeto do Senador Justo Chermont, apresentado em 1919, subscrito por 11 senadores, refletia o pensamento da “Ação Social Nacionalista”. Mandava lançar as pedras fundamentais dos palácios do Congresso, no Planalto Central, por ocasião das solenidades comemorativas do centenário da nossa Independência. Mandava, ainda, abrir concorrência para a construção, no planalto goiano, da nova Capital. Recebeu do relator, Senador Rêgo Monteiro, o seguinte parecer:

“Não é possível recusar-se apoio ao presente projeto, que não faz mais do que estabelecer o processo para a observação da cláusula expressa na letra do Art. 3.º da Constituição Federal. A mudança da Capital da República está decretada terminantemente por um dispositivo inofensivo do nosso pacto fundamental. Nenhuma discussão mais é permitida em torno da necessidade dessa medida. A Constituição a consagrou e é quanto basta para que ela não seja suscetível de impugnação. Assim, a Comissão de Justiça e Legislação pensa que cumpre um dever aconselhando ao Senado a aprovação do presente projeto.”

27 – Em 1922, no dia 18 de janeiro, foi assinado, pelo Presidente Epitácio Pessoa, o Decreto Legislativo n.º 4.494, assim redigido:

“Art. 1.º – A Capital da República será oportunamente estabelecida no Planalto Central da República, na zona de 14.400 quilômetros quadrados, que, por força do artigo 3.º da Constituição Federal, pertencem à União, para esse fim especial já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2.º – O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de Setembro de 1922, seja colocada, no ponto mais apropriado da zona a que se refere o artigo anterior, a pedra fundamental da futura cidade, que será a Capital da União.

Art. 3.º – O Poder Executivo mandará proceder aos estudos do traçado mais conveniente para uma estrada de ferro que ligue a futura Capital Federal a um lugar em comunicação ferroviária para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, bem como das bases ou do plano geral para a construção da cidade, comunicando ao Congresso Nacional, dentro de um ano da data deste Decreto, os resultados que obtiver”.

Em obediência ao citado Decreto Legislativo, que mereceu muitos aplausos, foi lançada a pedra fundamental da futura Capital do País no dia 7 de setembro de 1922.

Há, no marco levantado, uma placa com os seguintes dizeres:

“Sendo Presidente da República o Excelentíssimo Sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa, em cumprimento ao disposto no Decreto 4.494, de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada, em 7 de setembro de 1922, ao meio dia, a pedra fundamental da futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil”.

O Decreto n.º 4.494 é tido como de iniciativa do saudoso deputado Americano do Brasil. O antigo Deputado Marcelino Rodrigues Machado, representante do Maranhão, já reivindicou, porém, a autoria do projeto de lei, apelando, mesmo, para os Anais da Câmara de Deputados.

28 – Ainda em 1922, na sessão de 21 de outubro, foi apresentado, pelos Deputados Americano do Brasil, Camilo Prates, Carlos Garcia e Marcelino Rodrigues Machado, um projeto que autorizava “a abrir concorrência pública para a construção da nova Capital do Brasil.” O Executivo, pelo projeto, poderia conceder privilégios de luz e força, esgotos, água, telefones e viação urbana, obrigando-se, o vencedor da concorrência, a entregar a cidade, inteiramente pronta, no prazo de 10 anos.

29 – O Tenente-Coronel Luiz Mariano de Barros Fournier, saudoso professor da Escola Militar do Realengo, no Governo Arthur Bernardes, propôs-se a traçar e a construir, sem ônus para a Nação, a nova Capital, havendo idealizado, para tanto, um sistema muito pessoal e muito prático.

Seus pontos de vista estão contidos na conferência que realizou, no Club Militar, no dia 29 de outubro de 1924, impressa, pouco depois, em folheto precioso.

O nome de Barros Fournier está vinculado, fortemente vinculado, ao singular cometimento de Brasília.

Ocupou a tribuna do Club Militar, no dia 6 de abril de 1949, também para discorrer sobre a conveniência da mudança da Capital, o ilustre engenheiro-agrônomo José Eurico Dias Martins.

A conferência foi desdobramento dos tópicos a seguir:

Um pouco de história: no passado e no presente;

A preponderância do fator clima na localização da Capital de um País tropical; Recursos essenciais ao estabelecimento da Capital: os de natureza extrativa; os de natureza agrícola;

A significação da atual manta florística do planalto brasileiro;

A política dos rios;

A fisionomia que deve apresentar a futura Capital do Brasil.

Dias Martins relembra, na sua brilhante conferência, que surgiu, no Rio de Janeiro, ao se aproximar a data centenária da nossa emancipação política, uma instituição chamada “Ação Social Nacionalista”, que apresentou os *Mandamentos do patriota brasileiro*. Entre tais *mandamentos* achava-se o seguinte:

“Pugnar pelo cumprimento do art. 3.º da Constituição da República, que estabelece a mudança da Capital do País para o pla-

nalto de Goiás (medida de alcance patriótico, ainda não posta em prática pela força em contrário do elemento estrangeiro).”

O panflêto “Gil Blas”, que espelhava as doutrinas da “Ação Social Nacionalista”, inscrevia, no grupo dos seus marcos fundamentais, o de n.º 1 – “Mudança da Capital da República para o Planalto Central do Brasil, nos termos da Constituição”.

30 – Luís Atto Gomes Ferraz, em 1924, elaborou, no Rio de Janeiro, um trabalho interessante: A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL PARA O PLANALTO CENTRAL DA REPÚBLICA – COMO REALIZÁ-LA DENTRO DO PERÍODO DE 5 ANOS.

É um projeto que contém observações felizes e que merece, ainda hoje, estudo meditado.

31 – Ocorreu, pouco depois, a Revolução de 1930. Em 16 de julho de 1934 foi promulgada a nova Constituição Republicana, trazendo, no art. 4.º das Disposições Transitórias, o seguinte dispositivo:

“Art. 4.º – Será transferida a Capital da União para um ponto Central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob instruções do Governor, procederá a estudos das várias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança.”

O dispositivo constitucional não teve, porém aplicação.

32 – Em 1937 foi decretada a Constituição do “Estado Novo”, que, expressamente, nada consignava sobre o problema da mudança. Não a proibia, entretanto, como se vê desta disposição:

“Art. 7.º – O atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será administrado pela União.”

33 – O Engenheiro Coimbra Bueno, em 1939, apresentou ao Presidente Getúlio Vargas um memorial onde era sugerida a retomada do problema da interiorização da Capital da República. Em agosto de 1940, em Goiânia, o Presidente Vargas lançou a “Cruzada Rumo ao Oeste”, indiretamente de sentido mudantista.

34 – Pronuncia-se, logo após, 1945, sobre o problema, a Assembléia Geral do IBGE, sendo aprovada, então, a Resolução n.º 279, de 19 de julho, na qual se lê:

“Parece, pois, que não se pode pôr em dúvida a necessidade de interiorizar a Capital, como medida de segurança nacional, tanto interna como externa. Para onde, entretanto, se poderá fazer essa mudança? Também parece fora de dúvida: para o Planalto Central de Goiás, perto da cidade de Formosa, onde já está demarcada a área do futuro Distrito Federal”.

35 – A Constituição de 1946, depois de debates cautelosos e profundos, determinou em Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

“Art. 4.º – A Capital da União será transferida para o Planalto Central do País. § 1.º – Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localidade da nova Capital.

§ 2.º – O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao Domínio da União.

§ 3.º – Findos os trabalhos demarcatórios, O Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4.º – Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.”

Cumprindo o dispositivo citado, o Presidente Eurico Gaspar Dutra instituiu a “Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil”, composta de geógrafos, geólogos, agrônomos, engenheiros, e, também, de higienistas. Sob a presidência do General Djalma Polli Coelho, a Comissão iniciou seus trabalhos preparatórios em novembro de 1946.

A Comissão Polli Coelho apresentou relatório geral dos trabalhos em 4 de agosto de 1948. Manteve a localização na mesma região estudada e descrita por Cruls, dilatando a respectiva área, porém, para 77.000 km²., através de divisas naturais.

O Presidente Dutra, pela Mensagem n.º 293, de 21 de agosto de 1948, encaminhou o Relatório ao Congresso Nacional, onde permaneceu, em estudos, até 5 de janeiro de 1953, quando foi sancionada a Lei n.º 1.803, que autorizou o Executivo a realizar estudos definitivos para a

Marechal José Pessoa



localização da Capital, na região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos sul 15° 30' e 17° e os meridianos W. Gr. 46° 30' e 49° 30'. Para conclusão dos estudos foi fixado o prazo de três anos.

36 – Pelo Decreto n.º 32.976, de 8 de junho de 1953, foi constituída a “Comissão de Localização da Nova Capital Federal”, sob a presidência do General Caiado de Castro, dela participando técnicos de diversas especializações.

A Comissão realizou trabalhos de alta envergadura, dando cabal desempenho à missão que recebeu. Estudos exaustivos foram realizados, então, na área denominada “Retângulo do Congresso”.

37 – Em 30 de abril de 1955, quando a Comissão já se encontrava sob a presidência do Marechal José Pessoa, foram escolhidos a área e o sítio da Nova Capital, com uma superfície de 5.850 km²., situada entre o Rio Prêto e o Descoberto e os paralelos 15° 30' e 16° 03'. Para levantamento da Capital, na área referida, foi adotado o local compreendido entre o ribeirão Bananal e o córrego Fundo.

O Governo do Estado de Goiás, na mesma data, e por solicitação do Presidente da Comissão, baixou o Decreto n.º 480, declarando de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social, para efeito de posterior desapropriação, a área destinada à localização do novo Distrito Federal.

A escolha da área e do sítio da futura Capital foi aprovada pelo Presidente da República, em 5 de agosto do mesmo ano (1955). O Presidente da República, em 8 de setembro, também de 1955, homologou tôdas as decisões da “Comissão de Localização da Nova Capital Federal”, determinando que os trabalhos prosseguissem.

A “Comissão de Localização da Nova Capital Federal”, em 9 de dezembro de 1955, transformou-se em “Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal”, passando a trabalhar com a

cooperação do Governo de Goiás, que organizou a “Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal”, sob a presidência do Dr. Altamiro de Moura Pacheco. Iniciaram-se, então, as desapropriações amigáveis das terras incluídas na área escolhida para construção da Nova Capital.

Em 18 de abril de 1956, na cidade do mesmo nome, o Presidente Juscelino Kubitschek assinava a “Mensagem de Anápolis”, que tomou o n.º 1.234, tratando da criação da “Companhia Urbanizadora da Nova Capital”, que deveria receber todos os encargos da construção da futura Capital.

A referida “Mensagem”, dirigida ao Congresso Nacional, acompanhada de projeto de lei, fêz surgir a Lei n.º 2.874, sancionada em 19 de setembro de 1956, depois de unânime aprovação.

Três dias depois (22 de setembro), presentes o representante da União e o então Presidente da “Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal”, Dr. Ernesto Silva, bem como outras autoridades, foi lavrada a ata da constituição da nova Companhia, que passou a ser designada, abreviadamente, por NOVACAP.

O patrimônio da extinta “Comissão de Planejamento” incorporou-se à NOVACAP. Esta, iniciando suas atividades, lançou concurso, entre engenheiros, arquitetos e urbanistas brasileiros, para apresentação de um Plano Pilôto da Nova Capital do Brasil.

Classificou-se, em 1.º lugar, o projeto apresentado pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, nome já anteriormente consagrado na cátedra e nas atividades da sua profissão. O julgamento do concurso realizou-se no dia 12 de março de 1956, funcionando a seguinte comissão: William Holford, inglês; Stamo Papadaki, norte-americano; André Sive, francês; Horta Barbosa, do Clube de Engenharia, e Paulo Antunes Ribeiro, do Instituto dos Arquitetos do Brasil.



Os trabalhos estiveram sob a direção do Dr. Israel Pinheiro da Silva, Presidente da NOVACAP.

Iniciaram-se, logo depois, as obras de Brasília, com assistência pessoal do Presidente Juscelino Kubitschek. Houve luta, sacrifício, decisão. Inaugura-se, agora, sob as bênçãos de Deus, a Nova Capital. Cumpre-se, com exatidão, a Lei n.º 3.273, de 21 de outubro de 1957.

Ao historiador, como síntese, cabe apenas afirmar :
- Um novo ciclo está inscrito na História do Brasil !

Ao sociólogo, porém, cabe o dever de analisar Brasília como obra de integração nacional. Brasília e sua função sociológica - eis um tema de alto e fascinante significado cultural.

O Presidente Juscelino Kubitschek, em discursos memoráveis, antológicos, e em mensagens eloquentes, mostrou, com precisão, o que representa, realisticamente, a marcha vitoriosa para o Planalto Central. O Realizador a marcha vitoriosa para o Planalto Central. O Realizador intimorato definiu, com maestria, fulgor e segurança, a obra imensa que aí está realizada. O Criador definiu, antecipadamente, inspiradamente, aquilo que criou : "O ideal da mudança da Capital para o centro geográfico do território brasileiro não teve senão êsse motor inicial : aproximar os brasileiros, distribuir fontes de riqueza, criar no País um sistema em que o acesso ao trabalho, à produção e ao bem estar deixasse de desconhecer as disparidades e os paradoxos infelizmente ainda comuns em nosso território."

Ressalte-se, em primeiro lugar, que a construção de Brasília é, tènicamente, autofinanciável. É o emprêgo de capital mais reprodutivo que já se fêz em nossa terra. Adianto semelhante afirmativa na qualidade de velho professor de *Ciência das Finanças*, disciplina que até li, como contratado, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Equivocou-se, pois, nesse particular, e nas demais questões correlatas, o saudoso mestre Dr. José Rodrigues Valle, Catedrático de Economia Política, ao se opôr, apaixonadamente, como era do seu feitio, à mudança da Capital (REVISTA JURÍDICA, vol. XV, págs. 121-130. Rio, 1957).

Outros também se equivocaram. Mas, por insignificância no campo doutrinário, não merecem, realmente, citação.

Vejamos, por expressivo, êste contraste :

As classes produtoras, em 1949, em Araxá, aprovaram, por unanimidade, e de pé, sob aplausos gerais, a tese que recomendava ao Presidente da República e ao Congresso Nacional o cumprimento rápido do dispositivo constitucional que trata da interiorização da Capital.

O Erário apenas adiantou meios para que se edificasse, em plena solidão, uma grande Capital. Feita a obra, e feita com primores técnicos, que pode dizer o vero sociólogo ?

O vero sociólogo, com fundamentos geopolíticos e ratzelianos, com determinações da *geografia humanizada*, vendo o homem e a paisagem, interpretando *panoramas*, pensando realisticamente, há-de firmar, forçosamente, as seguintes

CONCLUSÕES :

- 1.^a - A criação de Brasília aperta os laços de unidade nacional, chegando mesmo a representar uma obra de conquista de imensas áreas do nosso território.
- 2.^a - Modificará, sem dúvida, a estrutura administrativa do País, melho-

rando, sensivelmente, nossos índices de produtividade.

- 3.^a - É uma obra de penetração, em todos os sentidos, levando saúde, instrução, técnica e progresso a regiões atrasadas, abandonadas ou desconhecidas.
- 4.^a - É uma obra de fecundação : as novas estradas serão sementes de núcleos, vilas, povoados e cidades.
- 5.^a - Facilita o transporte rodoviário, o que significa melhoria no campo das atividades econômicas.
- 6.^a - Institui o transporte ferroviário, o que representa altas possibilidades de progresso. Sabe-se, em sociologia, que, para o interior, a civilização caminha na ponta dos trilhos e no silvo das locomotivas.
- 7.^a - O mar traz o progresso espontâneo, natural. No interior, entretanto, o progresso é obra de conquista, obra de decididos bandeirantes e de resolutos pioneiros.
- 8.^a - A construção de Brasília, contrariando os pessimistas, mostra de quanto é capaz o homem brasileiro. Podemos dizer, completando Euclides da Cunha : "O brasileiro é, antes de tudo, um forte".
- 9.^a - Brasília está vinculada, sociologicamente, aos problemas da Amazônia e do Nordeste. Facilitará, sob muitos aspectos, as respectivas soluções.
- 10.^a - Brasília centralizará a orientação, descentralizando, porém, a execução.
- 11.^a - A criação de Brasília, com o afluxo de correntes demográficas, representa a criação de novos mercados, funcionando, por conseguinte, como fator de deflação.
- 12.^a - Brasília fará desaparecer o êxodo rural, descongestionando, assim, São Paulo e Rio. O nosso problema das favelas ficará, dessa forma, aliviado.

A transferência da Capital para um ponto interior do País é solução para graves problemas nacionais. Eis por que Rio Branco, o *Deus Terminus* das nossas fronteiras, também se confessou favorável à idéia, segundo afirma o saudoso Americano do Brasil.

Brasília tem opositores. Não importa. Rui Barbosa e muitos outros luminares foram contra a construção de Belo Horizonte, mas isso não impediu que ela surgisse, crescesse, prosperasse. *Habent sua fata urbes quoque !*

O destino de Brasília é florir, frutificar, encantar e dominar. E o destino do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o menino pobre de Diamantina, foi, entre múltiplas coisas grandiosas, criar, na solidão e no deserto, a cidade-perfeita, a cidade-monumento, alma da nacionalidade, glória eterna, eviterna, sempiterna, do novo Brasil, do Brasil que tem fé, do Brasil que realiza, do Brasil que avança para conquistas fulgurantes !

a história da construção de Brasília

Fotografia sumamente histórica, colhida a 2 de outubro de 1956, no local da Nova Capital.



Não caberia em poucas páginas toda a história da construção de Brasília. Será, evidentemente, tarefa para os historiadores que se ocuparão, no futuro, de pormenorizar para os nossos pósteros todos os detalhes das obras que, durante quatro anos, monopolizaram as atenções da nação fazendo correr, de norte a sul, uma chama de entusiasmo pelo redescobrimento e redenção do país.

Foi em 1956. Dias depois que o Presidente da República sancionou a Lei do Congresso criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Passando por locais inteiramente desertos, abrindo picadas nas vastidões do Planalto Central Brasileiro, um grupo de pioneiros, numa demonstração de coragem e de fé no empreendimento que então se iniciava, chegou ao sítio Castanho, às margens do Ribeirão do Gama, na fazenda do mesmo nome, para fincar as primeiras estacas da moderna cidade, destinada a abrigar o cérebro e o coração do Brasil. Seria a cidade sonhada há séculos, com a disposição, nascida dos Inconfidentes de 1789, de servir como sede da capital do Brasil. Sômente então se iniciava a histórica arrancada de levar para o interior a civilização litorânea. Representava a conquista de ponderável parcela do território brasileiro, que de ano para ano, de governo para governo, — aguardava a disposição dos homens em estabelecer, no coração do Brasil, a sede da vida política e administrativa.

Não foi sem um misto de descrença e de indiferença que muitos viram partir para o interior de Goiás a caravana pioneira que daria início à construção de Brasília. Mas, os homens que aceitaram a incumbência de dar corpo e forma à determinação contida em tôdas as Cartas Magnas inscritas na história do país desde 1891, não tinham tempo para o debate estéril e as polémicas que os descrentes provocavam, visando a anular, de início, o que se lhes afigurava um sonho impossível.

As primeiras barracas surgiram na vastidão do Planalto; o estrelado céu da futura capital foi, assim, o primeiro teto dos bandeirantes modernos que trilharam o mesmo caminho dos homens que 200 anos antes procuravam ouro e pedrarias. Agora a luta era maior, pois não representava apenas a pesquisa das esmeraldas. Procurava redimir o país, dando-lhe, social e economicamente, a mesma independência obtida em 1822 no terreno político. Foram homens que avançaram pelo interior, no objetivo de beneficiar mais de 60 milhões de pessoas, integrando o Brasil em si mesmo e anulando as diferenças impostas pelo regionalismo, forçado pelas circunstâncias a um isolamento que deixava a nação a marcar passo.

Não se visava apenas à construção de uma cidade; nem se batalhava sômente pela emancipação de uma região. Os oito milhões e 500 mil km quadrados da terra brasileira, receberiam, por igual, os benefícios oriundos da interiorização da capital. Este o objetivo da luta, subentendido no imperativo constitucional que pregava a mudança.

A coragem tinha que ser elemento imprescindível na disposição dos homens que se abalaram do asfalto para o interior de Goiás, no sítio já escolhido para a mudança da capital. Urgia construí-la, no menor prazo de tempo possível, para recuperar centenas de anos em que a civilização brasileira se concentrou quase que sômente no litoral, deixando, à própria sorte, oito décimos da po-

pulação, que nem sequer contava com meios de comunicações e de transportes para levar sua produção aos grandes centros de consumo.

Era o Brasil que iniciava a arrancada para marchar com os seus próprios pés, explorando economicamente tudo aquilo que a natureza, pródiga com os brasileiros, lhe oferecia, bastando apenas o trabalho e o esforço para arrancar de seu seio — não o ouro e os diamantes — mas o fruto do trabalho e da labuta de milhões de compatriotas, que não pediam ajuda, mas apenas a oportunidade de serem úteis ao seu país.

Mas, remontemos muitos meses para rápida caminhada pelos fatos que marcaram o projeto e a construção de Brasília. A 18 de abril de 1956, o Presidente Juscelino Kubitschek assina, na cidade goiana de Anápolis, a mensagem ao Congresso Nacional, acompanhada de projeto de lei, propondo a mudança da Capital da República para o Planalto Central. A mensagem traçava um histórico da idéia da transferência da Capital, assinalando a importância que a decisão do Congresso teria para o futuro do país.

O projeto fixava a área do futuro Distrito Federal e autorizava o Executivo a constituir uma Sociedade denominada Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a estabelecer e construir o sistema de transportes e comunicações do novo Distrito Federal e a tomar medidas correlatas.

A 29 de junho, entidades de classe e órgãos do governo reúnem-se com a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, para estudo de um Plano Regional e aquisição da área de 5.850 quilômetros quadrados incluídos no sítio da nova capital.

A 4 de julho, o governador José Ludovico de Almeida incorpora os esforços de Goiás na consecução do grande objetivo de interiorização da capital. Três dias depois o Ministério da Agricultura nomeia sua primeira comissão de técnicos para uma série de estudos e planejamentos relacionados com a mudança.

Em 15 de setembro de 1956, na cidade de Corinto, quando do início das obras da barragem de Três Marias, o Presidente Juscelino Kubitschek declara que o "Governo cumprirá a lei do Congresso que determina a construção da nova capital". No dia 19 do mesmo mês o Chefe do Governo sanciona a lei que dispõe sobre a mudança da Capital Federal. A lei toma o número 2.874 e determina a criação da Novacap, destinada a urbanizar e construir a nova cidade com o capital de 500 milhões de cruzeiros, dividido em 500 mil ações de Cr\$ 1.000,00, que a União subscreve em sua totalidade. A Lei dá à futura capital o nome de BRASÍLIA.

No dia 24 de setembro de 1956 são nomeados pelo Presidente da República, respectivamente para presidente e diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, os Drs. Israel Pinheiro da Silva, Bernardo Sayão Carvalho Araújo e Ernesto Silva. No dia 25 de outubro do mesmo ano eram nomeados o diretor Dr. Iris Meinberg, o Conselho de Administração, composto dos Drs. Adroaldo Junqueira Aires, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Epilogo de Campos, General Ernesto Dor-

neles, Dr. Oscar Fontoura, e o Conselho Fiscal, com os Srs. Dr. Herbert Moses, Eng. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, Major Mauro Borges Teixeira e os Suplentes Eng. Temístocles Barcellos Correia e Eng. Vicente Assunção.

E no último dia do mês de setembro, é publicado oficialmente e divulgado por toda a imprensa o Edital para o concurso nacional destinado à escolha do Plano-Piloto de Brasília.

A 2 de outubro de 1956, chegou à Fazenda do Gama o Presidente Juscelino Kubitschek, a bordo de um Douglas da FAB, que desceu na pista construída ao lado do chamado "Catetinho". O "Catetinho" era uma casa de madeira, que abrigou o Presidente da República, em suas inspeções à Nova Capital, local onde o Chefe do Governo permaneceu, sempre que ia a Brasília, até 30 de junho de 1958, quando se transferiu para o Palácio da Alvorada, residência definitiva do Presidente em Brasília.



Naquela ocasião o presidente Juscelino Kubitschek pronunciou estas palavras: "Dêste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta Alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande Destino". Brasília, 2 de outubro de 1956, Juscelino Kubitschek. O "Catetinho" foi construído em apenas dez dias, por um grupo de amigos do Presidente Kubitschek. Ali, vários atos de fundamental importância para a vida de Bra-



"Dêste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sôbre o amanhã do meu país e antevejo esta Alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande Destino."

Brasília, 2 de outubro de 1956.

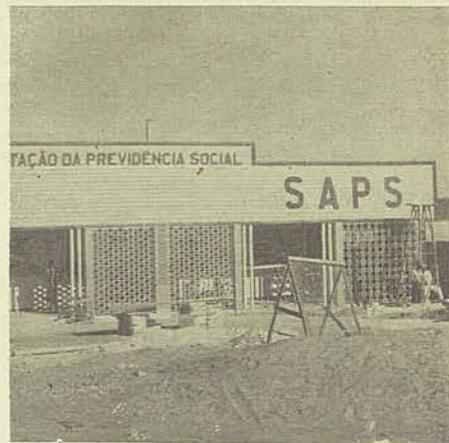
Juscelino Kubitschek de Oliveira



A 9 de outubro de 1956, toma posse na presidência da Novacap o dr. Israel Pinheiro. A 16 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem anuncia o início da construção da rodovia Anápolis-Brasília, integrando o projeto da Transbrasiliana, a BR-14.

O Presidente da Novacap, acompanhado do arquiteto Oscar Niemeyer e engenheiros, estuda, a 1.º de novembro, o local para os primeiros prédios a serem construídos em Brasília. A Novacap já instalou seu escritório na cidade de Luziânia, obtendo ainda a cessão de locais em Anápolis para armazenamento de materiais.

No dia 7 é o Departamento Nacional de Estradas de Ferro que anuncia as obras projetadas para a ligação ferroviária com



A 8 de dezembro, o Presidente Kubitschek volta a Brasília, partindo de Macaíó. No dia 11 inauguram-se em Brasília os serviços do SAPS para fornecer alimentação aos operários locais.

Começa a adquirir vida o Núcleo Bandeirante, onde a iniciativa particular poderá se desenvolver, fornecendo o necessário aos habitantes de Brasília. A "Cidade Livre" - assim chamada - tem caráter provisório e será extinta tão logo Brasília, em sua zona definitiva, possua todos os recursos necessários à sua vida. Hotéis, Pensões, bancos, empresas de aviação, padarias, açougues, agências de automóveis, postos de gasolina, começam a se estabelecer no Núcleo Pioneiro.

Em sua mensagem de Ano Novo, falando

sília foram assinados; ali, diversas reuniões tiveram lugar, debatendo o Chefe do Governo com o Presidente Israel Pinheiro, os diretores da Novacap e os Chefes de Serviço os problemas de maior urgência sobre a construção da nova capital. O "Catetinho" - hoje já incorporado ao patrimônio histórico e geográfico da União, através de decreto presidencial, recebeu muitos visitantes ilustres, destacando-se o presidente de Portugal, general Craveiro Lopes, que esteve em Brasília a 20 de junho de 1957, menos de três anos antes da mudança da capital, que hoje se concretiza.

Marco histórico do início da construção de Brasília, o "Catetinho" está definitivamente ligado à história da nova sede do Governo da República. Construção modesta que durante quase dois anos recebeu o Presidente Kubitschek em suas visitas a Brasília, o "Catetinho", em suas paredes de madeira, constitui uma página marcante na história de Brasília. Ali foi fixada uma placa com a seguinte inscrição: "Esta casa, primeira construção de Brasília, executada em dez dias, de 22 a 31-10-1956, foi a residência provisória do Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Participaram desta obra pioneira: João Milton Prates, Oscar Niemeyer, César Prates, José Ferreira C. Chaves, Roberto Pena, Dilermano Reis, Emídio Rocha, Vivaldo Lirio, Osório Reis e Agostinho Montadon".

Em tóssa mesa de madeira, em campo aberto, a 2 de outubro, o Presidente da República assina o primeiro ato oficial em Brasília: a nomeação do Sr. Mário Menghetti para o Ministério da Agricultura.



Brasília, através da Central do Brasil, via Pirapora; da Paulista, partindo de Colômbia e da Goiás, partindo de Anápolis.

A 10 de novembro, debaixo de forte chuva, o Presidente Kubitschek realiza sua primeira inspeção aos núcleos pioneiros de trabalhadores em Brasília. Já existem então, no sítio da Nova Capital, 232 operários.

A 1.º de dezembro concluem-se os entendimentos para que a Companhia Siderúrgica Nacional forneça à Novacap as estruturas metálicas destinadas à construção de um grande hotel em Brasília. No dia seguinte, o arquiteto Oscar Niemeyer conclui a elaboração do plano para o Palácio Residencial do Presidente da República, que recebeu a denominação de Palácio da Alvorada.



pelo rádio e pela televisão, disse o Presidente Kubitschek:

"Conheço as críticas aos trabalhos que vem sendo feitos pelo meu Governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a Capital para o interior do país. Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. E' a marcha para o interior em sua plenitude. E' a completa con-



sumação de posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso. Sei e medi tôdas as conseqüências dessa mudança da capital. Não desconheço que acrescentei esforços e canceiras maiores aos duros trabalhos que pesam sôbre os ombros do Govêrno. Mas era preciso dar o passo decisivo. E o passo decisivo foi dado. Não se iluda ninguém: a Constituição será cumprida em benefício de todos, do país e dêste Rio de Janeiro, que nada sofrerá com a mudança, ao contrário, porque não é por ser capital da República que se expandiu esta cidade, hoje com raízes tão profundas, e que continuará cada vez mais forte e mais bela”.

Já em janeiro de 1957 anuncia-se que Brasília conta com 2.500 operários, empregados nas diversas obras que se realizam no Planalto Central Brasileiro.

No Palácio do Catete, a 18 de Fevereiro, o Sr. Juscelino Kubitschek preside à cerimônia de assinatura da escritura de transferência para a União, de 30.933,759 alqueires geométricos de terras situadas dentro dos limites de Brasília, correspondentes a a um quarto da área da futura Capital do país.

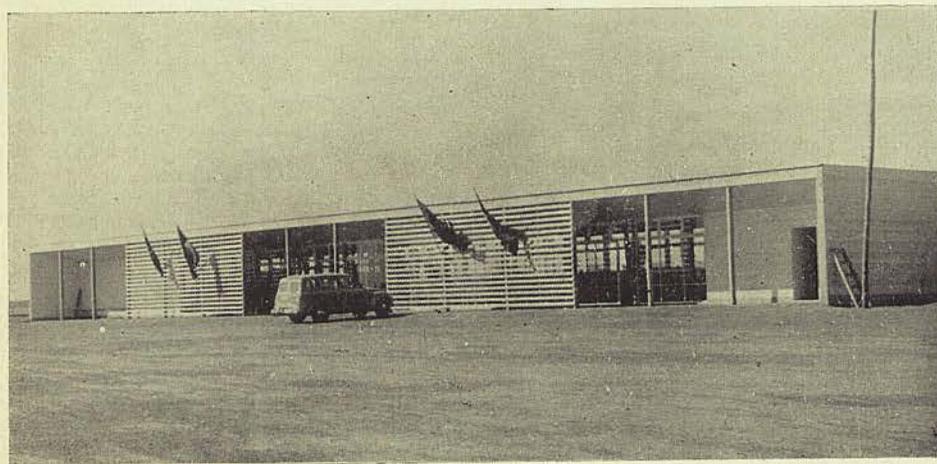
A 16 de março, o Chefe do Govêrno dirige calorosa mensagem à Primeira Sema-na Nacional Mudancista, que se realiza

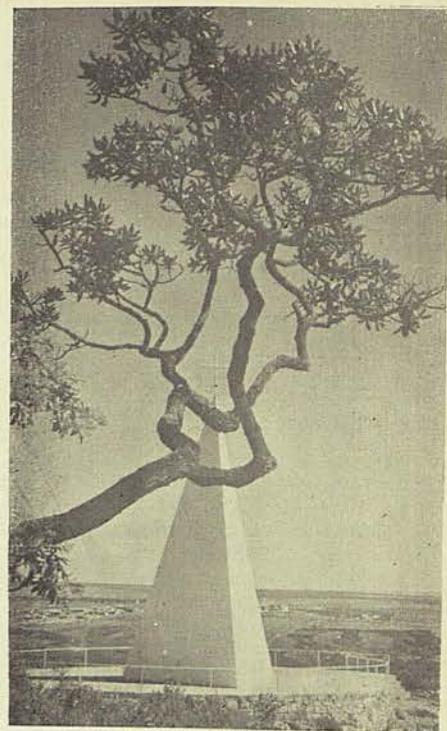
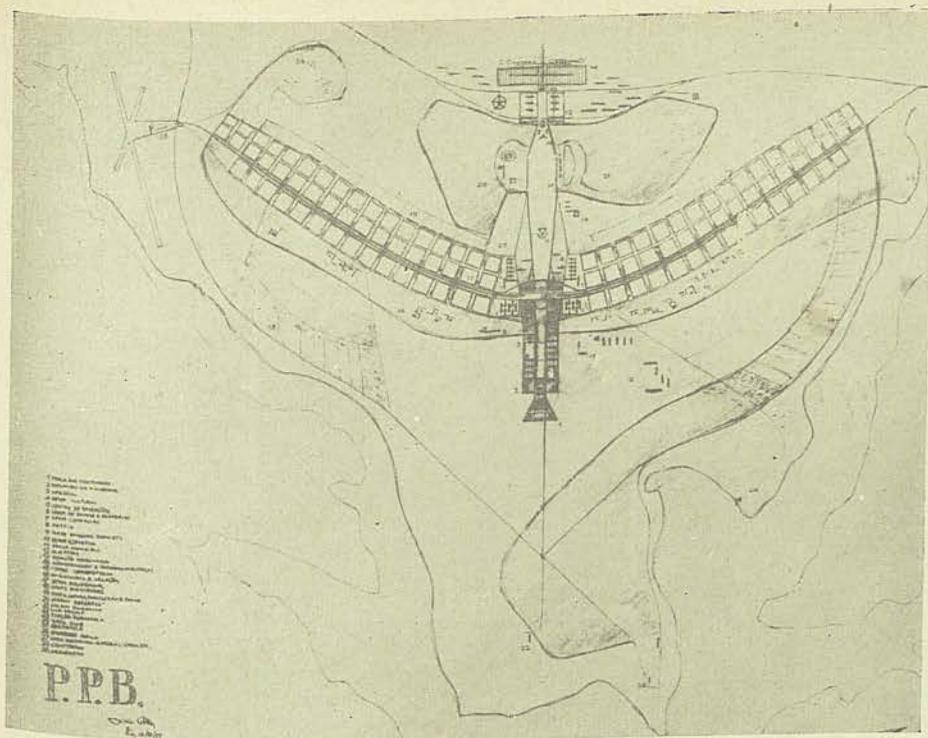
em São Paulo. Os congressistas visitam Brasília, após a realização do conclave.

A 19, são divulgados os elementos principais do projeto vencedor do Plano-Pilôto de Brasília, de autoria do urbanista Lúcio Costa, que diz: “... será uma cidade a um tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional”. “Brasília será monumental por ser simples e rica em seu traçado. Um triângulo e forma tradicional do equilíbrio – constituirá o local reservado aos Três Poderes, o Executivo e o Supremo Tribunal na base, e o Congresso Nacional no vértice. O Congresso fica voltado para uma imensa esplanada retangular, à maneira do mall dos ingleses. Ao longo dessa esplanada verde erguer-se-ão os edifícios ministeriais. Aos edifícios dos ministérios militares tocará uma praça autônoma, sem fugir ao conjunto, o mesmo acontecendo com a Catedral, que ficará disposta lateralmente. O setor cultural é tratado à maneira de parque, para melhor ambientação de museus, bibliotecas, academias, planetário, etc. Contígua, vem a Cidade Universitária, com Hospital de Clínicas e Observatório. O Eixo Monumental levará a setores em que haverá hotéis comerciais e de turismo. O problema residencial é previsto na forma de grandes quadras rodeadas de densa arborização”.

O primeiro núcleo policial de Brasília foi instalado a 1.º de abril, chefiado pelo coronel de Polícia Militar, Antônio Muzzi. Já no dia seguinte era inaugurado o Aeroporto de Brasília, dotado de pista pavimentada de 3.300 metros de extensão, a maior do Brasil. Acompanhado dos embaixadores de Portugal e da França, o Presidente Juscelino Kubitschek desceu na nova pista, que, desde então, passou a receber grande número de aviões militares e comerciais. E os mais severos testes foram submetidos à pavimentação da pista do Aeroporto. Os maiores aparelhos – inclusive os modernos jatos BOEING-707 – desceram no Aeroporto de Brasília, cuja pista está preparada para qualquer tipo de aeronave. E no dia 28 de abril, na sessão inaugural do IV Congresso de Municípios, no Rio de Janeiro, o Presidente da República assim se refere a Brasília: “O meu Govêrno, como sabeis, tem as vistas voltadas para o interior e se empenha devotadamente em que o país procure o seu natural centro de gravidade, valorizando as grandes áreas do “hinterland”. Brasília é o corolário dêsse movimento para dentro; é, ao mesmo tempo, meta e ponto de partida, porque a marcha para o interior se frustrará, sem aquela base de apóio”.

Espectáculo tocante foi, sem dúvida, a primeira missa de Brasília, oficiada por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, a 3 de maio de 1957. Quinze mil pessoas acorreram a Brasília nesta data, quando ainda não haviam surgido as construções que hoje completam Brasília, no essencial para o funcionamento da sede do govêrno. O Cardeal Vasconcelos Motta leva para Brasília a imagem de Nossa Senhora Aparecida, madrinha da nova capital e ofertada a Brasília pela cidade de São Paulo. Durante a missa faz-se ouvir o coral feminino da Universidade Mineira de Arte, dirigindo o Cardeal Motta uma saudação ao Presidente da República, em que salienta a importância de Brasília, que será o “acontecimento máximo depois do Ipiranga” e “o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional”. Concluiu o Cardeal Motta dizendo: “Na Bíblia se lê como plantou Deus, no meio





do paraíso terreal, a miraculosa árvore da vida. Brasília é a árvore da vida nacional providencialmente plantada no Planalto Central da nossa Pátria. Que as bênçãos de Deus e da Virgem Mãe de Deus façam com que Brasília cresça, floresça e frutifique em perene primavera da vida nova do Brasil: *Incipit vita nova!*"

Após a missa, e pela primeira vez, o presidente Juscelino Kubitschek falou de Brasília ao povo brasileiro. E em suas palavras, de improviso, disse: "O quadro da celebração da Primeira Missa, em Brasília, não será levado para o esquecimento: aí se vivia uma hora que a história vai fixar. A 3 de maio, Brasília torna-se autenticamente brasileira, porque, desde as origens, o Brasil existe com a presença de Cristo. Com a Primeira Missa planta-se em Brasília uma semente espiritual". Continuando, disse o Presidente Juscelino Kubitschek do seu desejo de que Brasília se modele na conformidade dos altos desígnios de Deus, de que a Providência faça da cidade terrestre um reflexo da Cidade de Deus.

"Que ela cresça sob o signo da Caridade, da Justiça e da Fé. Ao espírito divino, aqui presente, dirijo as minhas ardentes preces para que abençoe o povo brasileiro e me inspire, a mim, homem humilde, a quem a Providência confiou a grande honra e a desmesurada tarefa de presidir os destinos do Brasil".

Nessa mesma data o Presidente Kubitschek inaugurou oficialmente o Aeroporto. Iniciado a 6 de dezembro de 1956, realizou-se da seguinte maneira: desmatamento: 1.334.000 metros quadrados; terraplenagem, 178.000 metros quadrados; base estabilizada, 40.900 metros quadrados; revestimento, 73 mil metros quadrados; serviços topográficos, de localização e nivelamento, 28 quilômetros. A pista tem o comprimento de 3.300 metros (a maior do Brasil). Na primeira fase foram concluídos 2.400 metros de pista, na largura de 45 metros.

A 14 de maio chegou a Belém o engenheiro Bernardo Sayão Carvalho Araújo, diretor executivo da Novacap e vice-governador de Goiás, que iniciou a discussão de detalhes, com a Superintendência do plano de Valorização da Amazônia, para a construção da rodovia Belém-Brasília, com 2.200 quilômetros de extensão, possibilitando a que o Brasil se integrasse em si mesmo, unindo, através de rodovias modernas e eficientes, o norte ao extremo sul do país. Bernardo Sayão - que mais tarde tombaria na Belém-Brasília, pagando com a vida a ousadia de desafiar a selva amazônica, foi o cérebro e os braços na abertura da grande estrada, que está permitindo nas matas nunca antes penetradas, um surto de progresso inenarrável. O florestamento e o reflorestamento de Brasília não foi esquecido. A 23 de maio o Presidente da República aprovou o termo de acôrdo entre a Novacap e o Ministério da Agricultura para estudos e efetivação do florestamento e reflorestamento da área de Brasília. Na mesma ocasião, a

Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura inicia um plano de trabalho para a instalação de um parque de reserva que represente um refúgio de animais silvestres na imediação da Nova Capital, com o fim de preservar a fauna. Também o Instituto Nacional de Imigração e Colonização dá início às suas atividades na área de Brasília.

A 2 de junho, os padres Salesianos - ordem fundada por Dom Bosco - dão início à construção de um ginásio, às expensas da Novacap, que tomou o nome do fundador da Ordem. Em 1883, Dom Bosco teve uma visão, na qual a nova terra da promessa surgiria entre os paralelos 15 e 20, no Brasil. Esta é a localização exata de Brasília.

A primeira Dama do País, Sra. Sara Kubitschek, visitou Brasília, pela primeira vez, a 24 de junho de 1957.

A 25 de junho, despedindo-se, no Recife, do Presidente de Portugal, General Craveiro Lopes, o Presidente da República pronunciou as seguintes palavras:



"Fêz Vossa Excelência o que poucos brasileiros já fizeram em todos os tempos: Traçou, no roteiro do avião, uma linha de viagens do extremo sul ao extremo norte do Brasil, indo diretamente de Pôrto Alegre a Manaus, pelo interior do País, completando o simbolismo dessa jornada, com a permanência de um dia e de uma noite em Brasília. E nada me poderia ser mais grato e mais grato aos brasileiros, do que o seu desejo e o seu gôsto em visitar Brasília, com as palavras de fé e de confiança em nossa nova Capital que V. Excia. pronunciou em seu discurso naquele cruzeiro, ao pé do qual, a 3 de maio dêste ano, dia de Santa Cruz, foi rezada uma primeira e histórica missa pelo eminente Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo, semelhança nobre e como réplica de altas intenções daquela histórica missa rezada num dia de abril, naquele distante e quase lendário ano de 1500, quando os portugueses que acabavam de descobrir a chamada terra de Santa Cruz preferiram, para marcar o seu domínio, antes plantar uma cruz na terra do que impor o seu poderio pela espada.

Se coube aos portugueses fundar as nossas duas primeiras capitais a do Salvador e a do Rio de Janeiro, permanecerá historicamente lembrado que Vossa Excelência foi o primeiro chefe de Estado não brasileiro a visitar a nossa terceira e definitiva capital. O que pensei em minhas meditações, proclamo-o agora, perante V. Excia. Agradeço a Deus o privilégio que me concedeu de encarnar, como Presidente da República, o espírito pioneiro e o sentimento nacional que me deram inspiração e força para construir Brasília no coração do Brasil, com um sentido de transformação e transfiguração do meu País".

A 2 de julho, em Montes Claros, inaugurando uma exposição pecuária, no programa comemorativo do centenário da cidade, o Presidente Juscelino Kubitschek em discurso, refere-se a Brasília, "cuja iminente realidade já assusta os que temem deixar as comodidades do litoral e enfrentar os fascinantes problemas de uma nação que caminha para grandes destinos". O primeiro congresso Científico de Brasília

Hospital do I.A.P.I., que passou a prestar serviços a todos os segurados da Previdência Social, em Brasília.

A 7 de agosto instala-se em Brasília o primeiro núcleo de imigrantes japoneses, que iniciam suas atividades na área do cinturão verde da Nova Capital. Os colonos chegados a Brasília são elementos rigorosamente selecionados, que se especializaram em horticultura e no preparo de pomares, todos êles com longa experiência no país de origem.

No dia 9, parte de Brasília a tocha do Fogo Simbólico, com destino a Pôrto Alegre, passando pelas capitais e cidades de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Quando se completar a mudança da Capital, com todos os serviços administrativos do governo instalado no Planalto Central, Brasília terá um contingente de 30.700 servidores, cuja transferência será gradual. O critério foi fixado pelo Dasp que levou os resultados de seu trabalho ao Presidente da República, no Palácio das Laranjeiras, ocasião em que o Chefe do Governo declara: "O deficit anual da Estrada de Ferro Central do Brasil é o preço da construção de Brasília.

A Futura Capital é um emprêgo fantástico, dada a valorização que fatalmente ocorrerá".

A 30 de agosto de 1957 os representantes das classes produtoras do país, em número de 300, reafirmam a sua fé e o seu entusiasmo pela construção de Brasília, num encontro na Nova Capital com o Presidente da República. Ouvindo a exposição do presidente da Novacap, dr. Israel Pinheiro, os líderes da indústria, do comércio e da agricultura manifestaram a sua disposição de colaborar com o grande empreendimento, que significa a redenção econômica do Brasil. Na ocasião o dr. Israel Pinheiro esclarece que quem construirá realmente Brasília será a iniciativa privada; a Novacap apenas urbanizará e fiscalizará as obras. Os prédios públicos construídos pela Novacap não ultrapassam a cinco por cento do total das construções previstas. Dois dias depois, 80 alunos da Escola Superior de Guerra chegam a Brasília, sob o comando do Brigadeiro Alves Sêco. Note-se que, em toda sua construção, Brasília foi visitada por todas as turmas de alunos da mais alta escola de estudos militares do país.

A 15 de setembro visitam Brasília os congressistas da Sétima Conferência Nacional de Jornalistas. 48 horas depois é assinado o decreto criando a Companhia de Guardas sediada na Nova Capital. Na mesma ocasião é fundado o Aéreo Clube de Brasília.

No dia 20 de setembro, em Washington, o Brasil recebe do Banco de Exposição e Importação a soma inicial de UR\$ 10 milhões, para financiamento da compra de estruturas de aço para 11 edifícios de Brasília. Falando na ocasião, o então embaixador Amaral Peixoto diz:

"O aço que será usado na estrutura projetada para a Nova Capital pode ser considerado, em si mesmo, um símbolo da força das tradicionais relações entre nossos dois países. No aço da Usina de Volta Redonda, como no aço destinado a Brasília, vemos um símbolo da colaboração

norte-americano-brasileira no quadro das realidades do século XX. Brasília é uma obra de pioneiros. É o início de uma realidade futura e é justo que os Estados Unidos estejam associados conosco nessa empresa do futuro, como têm estado no passado".

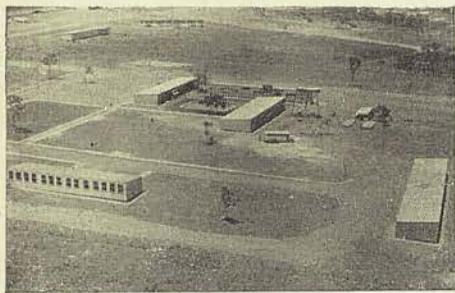
A 27 de setembro é inaugurada a primeira agência da Caixa Econômica Federal em Brasília.

Na terça-feira, 1.º de outubro de 1957, no Palácio do Catete, o Presidente Juscelino Kubitschek sanciona, em solenidade realizada ante todo o Ministério, parlamentares, membros do Poder Judiciário e altas autoridades civis e militares, a lei do Congresso Nacional que fixa a data de 21 de abril de 1960 para a mudança da Capital Federal para Brasília. Uma caneta oferecida por jornalistas goianos é utilizada na histórica solenidade, quando o Presidente Juscelino Kubitschek diz:

"Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico, que a Nação dá, após a sua independência política, para a sua plena afirmação, como povo que tomou a seus ombros uma das mais extraordinárias tarefas que a história contemporânea viu atribuir-se a uma coletividade: a de povoar e civilizar as terras que conquistou, vastas como um continente; a de integrar, na comunhão dos povos, para o bem comum da humanidade, um dos mais ricos territórios do mundo. Sendo êste ato, ao mesmo tempo, o maior e mais severo compromisso que o Brasil toma consigo mesmo, entendi que a êle deviam estar presentes as altas autoridades da República, os representantes mais credenciados da nossa cultura e das nossas forças produtoras, todos aqueles que, com a inteligência, a energia e o trabalho perseverante possam concorrer para que a Nação não falhe, nessa histórica empresa".

A lei sancionada e que hoje tem o seu efetivo cumprimento, tomou o número 3.273. A 18 de outubro, o Ministro da Educação, dr. Clóvis Salgado, inaugura a primeira escola de Brasília. O novo estabelecimento, projetado por Oscar Niemeyer, foi construído em apenas 20 dias, recebendo, de imediato, trezentas crianças, filhas de engenheiros e operários da Novacap.

"Na inauguração de Brasília irei de automóvel, com a complementação asfáltica da estrada Belo Horizonte-Brasília. Esta declaração foi feita pelo Presidente Juscelino Kubitschek, a 22 de outubro de 1957, numa entrevista à imprensa. Dentro dos planos de metas previamente traçadas, agora, na inauguração da Nova Capital do Brasil, o Chefe do Governo foi a Brasília em carro de fabricação brasileira, usando gasolina brasileira, trafegando em rodovia pavimentada com asfalto brasileiro. Nesse mesmo dia os presidentes das autarquias de Previdência Social, em reunião com o Presidente da República, traçam os planos de construção dos apartamentos para os servidores públicos transferidos. No dia 26 é lançada a pedra fundamental do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, construído em Brasília por iniciativa da sra. Sara Kubitschek. Na ocasião, discursando, disse o Presidente da República:



lia foi inaugurado em julho de 1957 e teve a participação de 80 médicos mineiros e goianos, que se reuniram na Nova Capital sob o patrocínio da Associação Médica de Minas Gerais. O sr. Juscelino Kubitschek presidiu os trabalhos. Nesse dia foi inaugurado em Brasília o



“Como em tôdas as grandes obras humanas, tudo teria de ser feito na base do bem-estar físico e espiritual dos indivíduos, por uma assistência operante e por um mínimo honroso de tranqüilidade familiar. Sem êstes alicerces, nenhuma realização do homem poderia se revestir das características de perenidade”.

A 7 de novembro, o Presidente Kubitschek, em companhia dos engenheiros Bernardo Sayão e Waldir Bouhid, sobrevoa longamente o traçado previsto para a ligação rodoviária Belé-Brasília. Exige que uma caravana de Belém vá da capital paraense a Pôrto Alegre, por rodovia, a 3 de abril de 1960. (Este feito pioneiro, com a ausência de Bernardo Sayão, morto nas selvas amazônicas, foi efetivado em janeiro e fevereiro de 1960, antecipando em mais de três meses esta meta da maior importância para a vida de Brasília).

A 16 de novembro é firmado entre o Ministério da Agricultura e o Governo de Goiás, um convênio para o fornecimento de energia elétrica a Brasília, através da Usina da Cachoeira Dourada.

A 12 de dezembro, discursando em Belo Horizonte, no sexagésimo aniversário de fundação da cidade, o presidente Juscelino Kubitschek assim se refere a Brasília :

“Na vossa ambição de progresso, na vossa lição de pioneirismo, na desmedida audácia daqueles que criaram esta cidade, o Brasil está se inspirando para edificar Brasília. Se nós mineiros fizemos, construímos em tempo mínimo Belo Horizonte – por que do esforço, da tenacidade do Brasil inteiro não poderá nascer Brasília? Ufano-me de que tenha cabido a um homem desta região a oportunidade de concretizar esta velha aspiração pioneira da mudança da capital para o seu lugar exato, que significa uma acertada medida de defesa do Brasil, de posse integral do Brasil, de conquista efetiva de uma das zonas mais admiráveis e fecundas de nosso imenso território”.

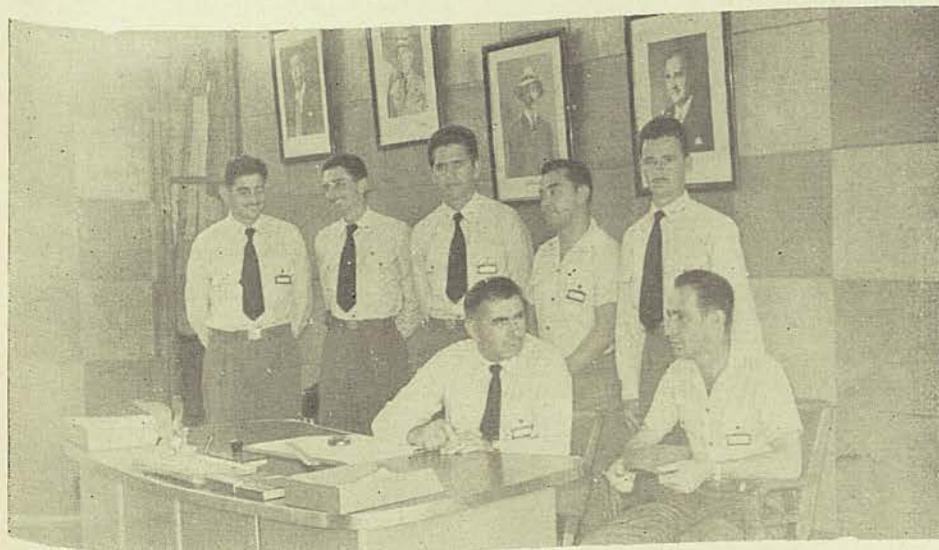
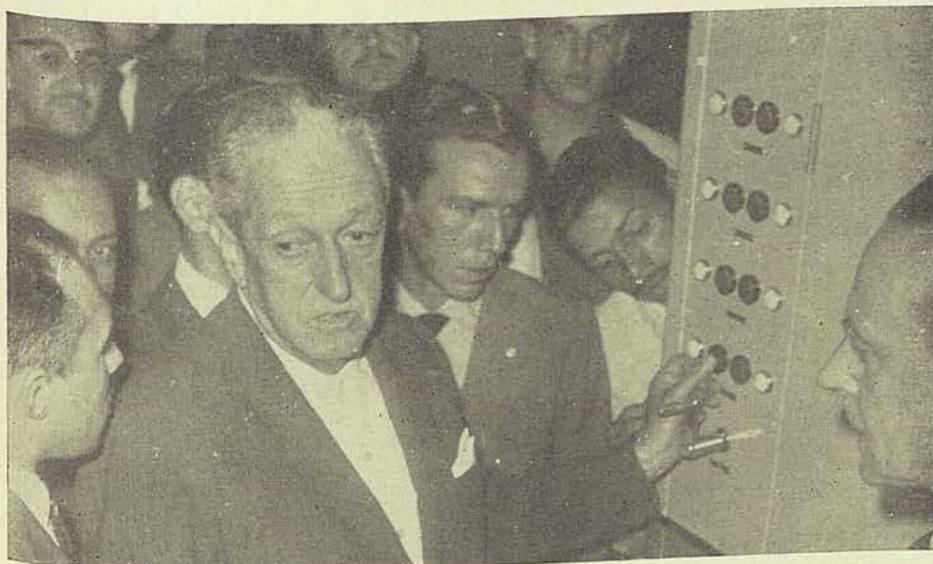
E na última noite de 1957, falando pelo rádio, em sua mensagem de Ano Novo, referindo-se a Brasília, diz o Presidente da República :

“Um povo que corajosamente planta a sua Nova Capital a 200 léguas da Costa Atlântica, mudando o Brasil de posição e realizando um feito que é reputado, no exterior, como um dos mais arrojados e fecundos empreendimentos do mundo moderno, pelas dificuldades que estão sendo vencidas pela imensa repercussão que terá na vida econômica e social do país, um povo capaz de aprisionar o rio São Francisco, arrancar-lhe a sua fabulosa potência, construindo uma barragem como a de Três Marias, que será a quinta do mundo e aumentará em 550.000 quilowatts o potencial energético – êsse povo não pode nem deve descreer do seu porvir”.

A 6 de janeiro de 1958, foi oficialmente inaugurada pelo Presidente da República a ponte de concreto armado sobre o Rio das Garças, o Rio Araguaia, ocasião em que o Chefe do Governo, declarou :

“Brasília está crescendo vigorosamente; com Brasília crescerá o Brasil Central e a população irreprimível dessa empresa gigantesca completará em todos os sentidos a arrancada de prodígio dos nossos maiores”.

A 2 de maio de 1958, o Brasília Palace Hotel recebeu os seus primeiros Hóspedes, nas figuras do Presidente do Paraguai.



general Alfredo Stroessner e sua comitiva. Artistas do Rádio Carioca foram a Brasília apresentaram-se durante o banquete oferecido pelo Presidente Kubitschek ao ilustre visitante. Nesta data realizou-se a primeira transmissão radiofônica de Brasília, quando a Rádio Nacional de Brasília, sob a direção do jornalista Leony Mesquita, inaugurou extra-oficialmente suas instalações, ficando, a partir de então e até sua inauguração oficial, no ar, em caráter experimental.

A 31 de maio é oficialmente inaugurada a Rádio Nacional de Brasília, com a presença do Presidente da República; Governadores Jorge Lacerda de Santa Catarina e José Ludovico de Almeida, de Goiás; Prefeito Francisco Negrão de Lima; Mário Pires, Superintendente das Empresas Incorporadas e altas autoridades. Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia, deu a bênção aos transmissores de ondas curtas e médias com a potência de 10 KWS.

Discursando na ocasião, o Presidente da Novacap, dr. Israel Pinheiro assegurou a integral colaboração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital com a nova emissora. Finalizando a solenidade, disse o Presidente Kubitschek:

“Aqui estou para incentivar êstes novos Bandeirantes do Planalto, que se emulam com esforços inauditos, para concretizar o sonho republicano da interiorização da Capital. Não me tenho poupado a riscos e fadigas, para desicumbir-se dessa tarefa histórica que o destino me confiou. Considerável parcela das minhas reservas de energia tenho dedicado à realização dêsse empreendimento ciclópico, que transformará, em poucos anos, a configuração política, demográfica, social e econômica dêste país. A Rádio Nacional de Brasília, ora inaugurada, terá a responsabilidade de atuar como traço de União entre o Brasil atual e o Brasil do futuro, criando condições propícias para a convivência e para o intercâmbio cultural das nossas comunidades regionais. Saúdo, no Dr. Mário Pires e no Dr. Israel Pinheiro, os administradores de nova fibra, que estão possibilitando a definitiva implantação de Brasília como Metrópole dêste país, cujos nomes a posteridade guardará como construtores de uma nova nação”.

Nesse mesmo dia foi iniciado o serviço regular telegráfico entre Brasília e o Rio de Janeiro, bem como inaugurada a iluminação da pista do Aeroporto, possibilitando a operação noturna de aviões na Nova Capital do país.

A 3 de junho, foi postado em Brasília o primeiro telegrama. Era assinado pelo dr. Mário Meirelles chefe do Departamento de Organização Municipal, e seu destinatário era o Presidente Juscelino Kubitschek.

A 28 de junho, inaugura-se em Brasília o primeiro templo católico no plano-piloto. A Bênção Litúrgica foi oficiada pelo Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, que na ocasião leu a bênção apostólica de S.S., o Papa Pio XII, dirigida à Sra. Sara Kubitschek, nos termos:

“Na certeza de que a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, de Brasília, será centro irradiador de intensa vida cristã, concedemos a V. Excelência e demais pessoas presentes, nossa bênção apostólica. Pio XII, Papa”.

Logo após a bênção do Novo Templo, rea-

lizou-se a cerimônia religiosa do casamento da Srta. Maria Regina Uchoa Pinheiro, filha do casal Israel Pinheiro, com o sr. Hindenburgo Chateaubriand Pereira Diniz, filho do Deputado e Sra. Pereira Diniz. A cerimônia foi oficiada pelo Cardeal de São Paulo, Dom Carlos de Vasconcelos Motta.

A 29 de junho, através das ondas curtas da Rádio Nacional de Brasília, em cadeia com a Agência Nacional, o Presidente Kubitschek, diretamente do Brasília Palace Hotel, enviou uma saudação aos jogadores brasileiros que, na Suécia, instantes antes, haviam conquistado o Campeonato Mundial de Futebol. A mensagem foi ouvida por todos os atletas campeões do mundo, nos vestiários do Estádio de Rasunda. A 30 de junho, extenso programa de inaugurações, levou a Brasília centenas de convidados, incluindo as mais altas personalidades do país. A primeira das obras inauguradas foi a moderna rodovia Anápolis-Brasília, com 135 quilômetros de extensão, representando o primeiro ponto de apoio a Brasília, por terra, vinculando-a ao sistema rodo-ferroviário nacional. Pela manhã o Chefe do Governo seguira de avião para Anápolis, retornando a Brasília pela nova estrada, até a um ponto situado a 10 quilômetros da nova Capital, onde se realizou a solenidade, em que discursaram o Presidente da República e o Presidente da Novacap. Foi ainda inaugurada a Avenida das Nações com 12.500 metros, sendo também entregues ao tráfego o Eixo Monumental.

A cerimônia da inauguração do Palácio da Alvorada teve início com a bênção procedida por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, seguindo-se missa Solene cantada, de que foi oficiante o Arcebispo de Goiânia, em sua oração gratulatória disse: “A Inauguração marca o início de uma nova fase da história, nessa marcha árdua e difícil para o interior. O Brasil deixa de contemplar o mar, por onde viajam as caravelas do descobrimento e do progresso para se voltar para si mesmo como a despertar de um grande sonho”. Em seu discurso, o Presidente Kubitschek renovou mais uma vez a sua fé nos destinos do Brasil, acentuando a importância da construção de Brasília para o futuro do País. Foi também inaugurado o marco comemorativo do ato, que é um bloco de granito colocado no Lago fronteiro ao Palácio, com as seguintes inscrições: “Neste dia 30 de junho de 1958, inaugurou o Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, êste Palácio, denominado da Alvorada, residência do Chefe de Estado Brasileiro e primeiro edifício erguido na nova Capital da República. A obra foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, executada de 3 de abril de 1957, a 30 de junho de 1958, por engenheiros e operários irmanados todos no ímpeto criador que tornou possível fundar, no coração de nossa Pátria, êste centro de civilização, que dá testemunho da energia e da capacidade realizadora dos brasileiros.

Ponto alto das festividades no Palácio da Alvorada, foi a entrega das credenciais do novo embaixador de Portugal no Brasil, sr. Manoel Rocheta. Saindo das normas protocolares, que não prevêem discursos, o cerimonial de Brasília foi diferente, pois

que o primeiro a falar foi o próprio embaixador português.

A 7 de julho chegaram a Brasília os mais altos dignitários da Igreja Católica Romana no Brasil, que participavam da Conferência Nacional dos Bispos, em Goiânia. O dr. Israel fez aos Príncipes da Igreja uma ampla exposição das obras de construção em Brasília.

No Brasília Palace Hotel, em discurso aos Bispos e Arcebispos, disse o Presidente Juscelino Kubitschek:

“Estamos em Brasília, agora, de Novo em frente ao deserto, contemplando um mundo que é o nosso, mas que precisamos conquistar. Aqui se encontra o trampolim que permitirá o salto da conquista do Amazonas. Brasília e a Marcha para o Oeste são uma obra de Fé. Sem Fé em Deus, sem fé nos destinos de nosso País, não me teria arriscado a essa empresa, tão cheia de dificuldades, tão exposta a incompreensões. Creio na Providência que não vai afastar a possibilidade de completar a marcha que a Nova Capital anuncia”. A 18 de julho o Ibge anunciava os resultados do seu segundo censo experimental de Brasília. A Nova Capital tinha, então, 30 mil habitantes, visto que o primeiro acusara doze mil.

No dia seguinte, o Presidente Kubitschek deu início à utilização de helicópteros para suas inspeções às obras de Brasília.

A 24 de julho chegou a Anápolis o trem Explorador, que partiu da Estação de Alfredo Maia, com uma comitiva chefiada pelo Diretor-Geral do Dasp, dr. João Guilherme de Aragão. A primeira viagem ferroviária em demanda à Nova Capital do país durou 67 horas.

A 1.º de agosto de 1958 chegam a Brasília os senadores e representantes norte-americanos que participaram, no Rio, da Conferência Inter-Parlamentar.

No mesmo dia Brasília assiste à primeira Revoada de Pombos, que percorreram 915 quilômetros da Nova Capital até São Paulo.

Vinte quatro horas depois, visitando Brasília, o Secretário-Geral da Oea, Embaixador José Mora, recebe, no Palácio da Alvorada, a escritura do terreno destinado à construção da sede da Organização dos Estados Americanos no Brasil.

A 6 de agosto, uma das mais conhecidas personalidades da política Internacional visitou Brasília. O saudoso Secretário de Estado norte-americano, Sr. John Foster Dulles recebeu, em Brasília, inextinguível prova de carinho e de afeto. Acompanhado de sua mulher e do Embaixador Ellis O. Briggs, o Sr. Dulles plantou, nos jardins do Palácio da Alvorada, uma magnólia, planta típica dos Estados Unidos.

A 7 de agosto são solenemente inauguradas as novas instalações do Núcleo de Destacamento da Força Aérea Brasileira, comandado em Brasília pelo Major-Aviador Francisco de Assis Lopes.

No dia 10 são os parlamentares japoneses que visitam em Brasília, com entusiasmo, as obras de construção da Nova Capital.

A 1.º de setembro, o Presidente Kubitschek inaugura as primeiras residências definitivas no Plano-Piloto de Brasília. São 500 casas de sala e 3 quartos, construídas pela Fundação da Casa Popular e que

abrigam funcionários da Novacap e de outras entidades oficiais que colaboram na construção e nas atividades de Brasília. Constituiu acontecimento cívico dos mais vibrantes a comemoração do "Dia da Pátria", em Brasília, Todo o destemido militar do Exército e da Aeronáutica, bem como aviões da FAB desfilaram defronte à sede provisória da Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Quase mil alunos dos diversos estabelecimentos escolares de Brasília, bem como atletas das organizações esportivas participaram das comemorações.

A 11 de outubro, falando no Palácio da Alvorada, aos membros do Seminário Internacional de Arquitetura, o Presidente Juscelino Kubitschek referiu-se a todas as obras da Nova Capital, terminando por classificar Brasília como o "plano solar do Brasil",

A 7 de novembro, discursando na cidade paraibana de Campina Grande, o Presidente Kubitschek assim se manifestou:

"Daqui por diante o Brasil deixará de ser um país grande apenas no Mapa. Chegou o momento do homem do sertão, que só tem serviço para tema de divagações literárias. Brasília é uma resultante desta política de ocupação da Pátria nos limites de sua grandeza. Pouco importa que os céticos, os mal intencionados, os inventivos críticos do trabalho alheio reduzam a epopéia de Brasília ao sonho de um Faraó. A mudança da capital, em obediência a um dispositivo constitucional, para o centro do país, é um ato de responsabilidade no Congresso, do meu Governo, a que acrescento a minha responsabilidade pessoal, em toda a sua plenitude. O Brasil deixará de ser, graças a Brasília, apenas um vasto país no mapa, para transformar-se num País de fato".

A 14 de novembro, o Presidente Juscelino Kubitschek entrega ao tráfego, em Uberlândia, o principal trecho da Rodovia Santo-Brasília. A conexão de Brasília com o Pôrto de Santos, através de uma imensa artéria de asfalto, a BR-71, cortando as mais distantes regiões do país, atravessando os Estados de São Paulo, Minas e Goiás, oferece ao Brasil grandes perspectivas de desenvolvimento econômico. O trecho de 840 quilômetros, então entregues ao tráfego, constitui a primeira etapa da Rodovia "Transbrasiliana".

A 17 de novembro, Brasília recebe a visita de uma caravana das mais exponenciais figuras das classes produtoras brasileiras. Industriais, banqueiros, usineiros, líderes da classe Ruralista, Presidente de Companhias Aéreas, e outras visitam todas as obras de construção da nova metrópole, anunciando, para breve, grandes investimentos do capital privado em Brasília. Em Belo Horizonte, a 5 de dezembro, discursando na cerimônia de encerramento de cursos da Faculdade de Ciência Econômicas, diz o Presidente Juscelino Kubitschek:

"A construção de Brasília não é um sonho de visionário ou a satisfação da vaidade tola de um governante que desejasse, simplesmente, ligar seu nome ao de uma empreitada gigantesca, mas fantasiosa. Não, Brasília completa as metas, Brasília resulta da clara consciência de uma realidade geo-política e econômica, sobre ser um esplêndido testemunho de nossa capacidade de realização". E mais adiante: "Entendeu o Governo de realizar essa trans-

ferência da maneira mais econômica possível, sem onerar excessivamente os nossos cofres públicos. Para isso, além de estabelecer um esquema largamente autofinanciável, vinculou-se a construção de Brasília, sempre que possível, ao plano de metas, especialmente no setor de transportes e comunicações. A articulação rodoviária e ferroviária de Brasília com o resto do país, se faz, assim, sem prejuízo da ampliação do sistema geral de transporte e comunicações, dentro do plano de penetração pelo interior do país e de sua comunicação com a periferia litorânea".

A 16 de dezembro foi reconhecido o Rotary Clube de Brasília, que teve como primeiro Presidente o dr. Mário Meirelles. Os Rotarianos foram recebidos pelo Presidente Kubitschek, no Palácio da Alvorada.

A 21 de dezembro de 1958 foi lançada a pedra fundamental da sede do Banco do Brasil, solenidade que contou com a presença do Presidente da República.

A 10 de janeiro de 1959, revela-se que Brasília conta com 60 mil habitantes.

No dia 5 de fevereiro, com a presença do Presidente Kubitschek e do Príncipe Bernardo, dos Países Baixos, foi inaugurada a primeira estação de telefones automáticos, obra realizada no tempo recorde de 90 dias pela Ericsson do Brasil.

A 7 de março, centenas de estudantes da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais aplaudem o Presidente da Novacap, dr. Israel Pinheiro, pela sua conferência sobre Brasília, pronunciada para mestres e alunos daquela Escola Superior. No dia 10, o Presidente da Caixa Econômica Federal, dr. Augusto do Amaral Peixoto, assina o contrato de financiamento de residências, lojas e escritórios em Brasília, no valor de 300 milhões de cruzeiros.

A 21 de abril, exatamente um ano antes da mudança da capital, o Presidente Juscelino Kubitschek preside à inauguração do primeiro Pôsto de serviço na Zona definitiva de Brasília, montado pela Esso Brasileira de Petróleo. Na ocasião, o Presidente da República ressaltou o apoio e a confiança da iniciativa privada à construção de Brasília.

Nos últimos meses do ano de 1959, a Novacap concentrou-se ainda mais na conclusão das obras a seu cargo, para, de acordo com a promessa de seus diretores, entregar ao Governo a Capital, na data prevista pela Lei para a mudança, com os requisitos mínimos indispensáveis ao funcionamento dos Três Poderes da República. Os trabalhos do Congresso Nacional foram acelerados, concluindo-se ainda as obras do Palácio do Planalto, destinado aos despachos do Presidente da República; e da Justiça, para o Supremo Tribunal Federal. Na Esplanada dos Ministérios estes começaram a receber os retoques finais. Foram acelerados as obras do Hospital Distrital. As Escolas Classes e as Escolas-Parque asseguram a matrícula de todas as crianças em idade escolar, em Brasília. Os serviços visando a garantir o perfeito abastecimento da Nova Capital foram completados. O programa de urbanismo, saneamento, água, esgotos e energia elétrica teve andamento normal, evitando-se os problemas tão arduamente desejados pelos anti-mudantistas. O Plano-Piloto, concentração das residências dos ministros, funcionários e parlamenta-

res está dotado de todos os recursos para o normal funcionamento da Capital da República.

O acesso rodoviário a Brasília é dos mais perfeitos. As rodovias que demandam a Brasília, do Norte, Sul, Leste e Oeste encontram-se em perfeitas condições de tráfego, e a maior prova disto, foi o sucesso obtido pela "Caravana da Integração Nacional", que partindo, simultaneamente de Belém do Pará, Cuiabá, Rio de Janeiro e Pôrto Alegre, encontrou-se em Brasília a 2 de fevereiro do corrente ano, dando uma demonstração que hoje, sem maiores tropeços, já se pode ir de Belém do Pará ao extremo sul do país, por rodovia. Somente isto bastaria para justificar a construção da nova capital brasileira, em ritmo acelerado.

O movimento aéreo de Brasília é hoje o terceiro do país, vindo após o movimento total do Rio e de São Paulo. A nova Capital conseguiu monopolizar as atenções do Brasil e do exterior e seu aeroporto tem um movimento maior que Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e outras grandes cidades brasileiras.

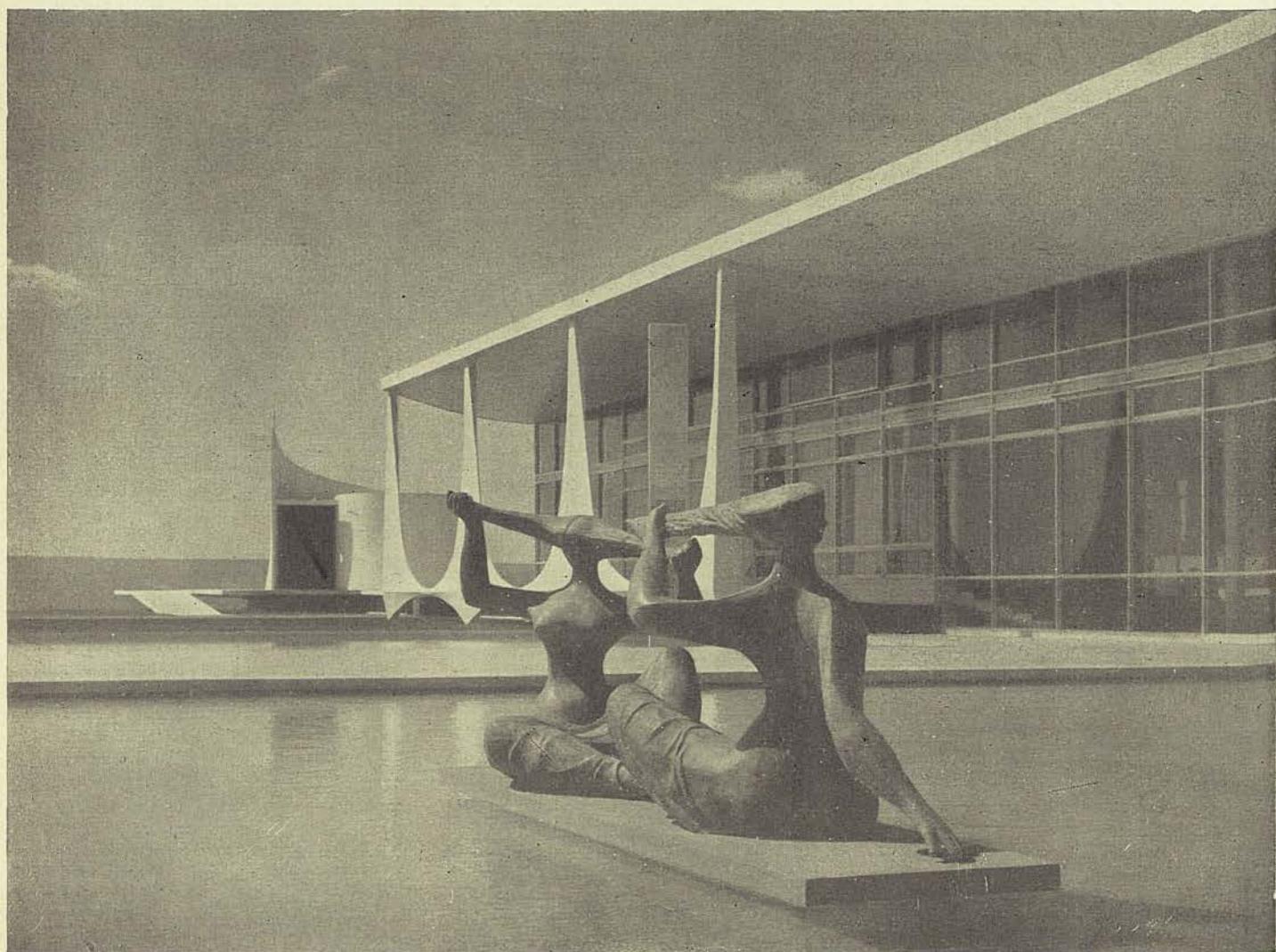
Foi mais uma demonstração de entusiasmo e da confiança do povo brasileiro pela interiorização da capital do país, no seu verdadeiro centro geográfico. Recebendo a visita de numerosos Chefes de Estado, Brasília projetou-se ainda mais no exterior, que não regateia aplausos ao ato de coragem do Presidente Juscelino Kubitschek ao atender o dispositivo constitucional que determinava a interiorização da metrópole brasileira.

Muitos caíram em meio ao combate de paz pela construção de Brasília. O engenheiro Bernardo Sayo, diretor da Novacap, morreu em plena selva amazônica, depois de vencer os gigantes das florestas que se antepunham à abertura da Belém-Brasília.

Menos de um mês antes da mudança da Capital, Brasília chorou ainda a perda de um pioneiro das primeiras horas, o Padre Primo Scossolino, primeiro vigário de Brasília, brasiliense do tempo das barracas, em princípio de 1957, quando caminhava a pé, vários quilômetros, para levar a um sertanejo o conforto espiritual, a presença da fé na Igreja de Cristo. Italiano de nascimento, radicado no Brasil há muitos anos, Padre Primo era um entusiasta e um dos mais ardorosos defensores da mudança da capital. Morreu, poucos dias antes de ver coroados de êxito os trabalhos de mudança, dos quais foi sempre um arauto, colocado na primeira linha do campo de batalha, a batalha da paz, como muito bem a classificou o Presidente Dwight Eisenhower.

Brasília aí está. Hoje, praticamente não tem adversários. Até aqueles que mais veementemente combateram sua edificação, renderam-se à capacidade de trabalho e ao arrojo de um punhado de brasileiros de boa vontade. Brasília aí está, recebendo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, terminada a fase pioneira, começando a segunda, a das realizações, para colher os frutos que estão sendo sazoados, em benefício de mais de 60 milhões de brasileiros, que aguardavam cérebro, pulso e braços para a concretização da secular aspiração: A CAPITAL COLCADA NO CORAÇÃO DO BRASIL.

a construção de Brasília





Graças ao esforço dos dirigentes da Novacap, unido ao braço operário e ao rugido das máquinas, Brasília pôde obter a sua construção em tempo útil, para hoje ser inaugurada.

Mais uma vez se viu quanto vale e quanto pode a operosidade do homem, quando o assiste a vontade iluminada pela concepções sábias da inteligência. E para isto atestar, aí está Brasília, a Nova Capital brasileira, ostentando tôda sua beleza urbanística e arquitetônica, como um obelisco de glória a imortalizar os seus legítimos idealizadores e seus bravos executores.

E para que o leitor melhor ajuíze dos fatos e realizações, vamos citar e descrever as obras inauguradas e em andamento. Assim, sômente assim, o juízo poderá ser realmente emitido.

Obras executadas.

A Novacap concluiu brilhantemente, em tempo récorde, os seguintes edifícios: Palácio da Alvorada, com 13.000m², incluindo-se o Anexo de Serviços e a Capela Presidencial, iniciado em fevereiro de 1957 e solenemente inaugurado em 30 de junho de 1958; Brasília Palace Hotel, o majestoso hotel de turismo, com 13.562m² de área construída, cuja construção teve início em setembro de 1957, igualmente inaugurado a 30 de junho de 1958; Supremo Tribunal Federal, com 10.190m², obra começada em 10 de julho de 1958; Palácio do Planalto, com 36.000m², começado a construir em 10 de julho de 1958; Congresso Nacional, com 32.776m², iniciado a 4 de janeiro de 1958; 11 Edifícios Ministeriais, com 210.000m², iniciados a 18 de julho de 1958; Escola Parque, com 6.000m²; 8 Módulos duplos de lojas e Galpões, com 4.440 m²; Quartel da 6.^a Companhia de Guarda, com 3.215m²; Granjas-Modelo G-2 (Ipê), G-3 (Tórto) e G-4 (Tamanduá), cada uma com

2.710 m²; Departamento de Assistência Médica, com 2.255m²; Central Telefônica Sul, com 2.028m²; Dependências do Jardim Zoológico, com 1.146m²; Escola-Classe, com 1.140m²; Colégio Dom Bosco, com 1.211m²; Escritórios dos Departamentos de Edificações e Urbanismo e Arquitetura, com 1.000m²; Hangar do Aeroporto, com 886 m²; 14 lojas comerciais, com 560m²; Museu de Brasília, com 417m²; Paranoá Clube, com 325m²; Diretoria de Rotas Aéreas, com 299m²; aumento da Estação de Passageiros do Aeroporto, com 250m²; Correios e Telégrafos, com 160m²; Pôsto de Puericultura, com 144m²; e Supermercado da Unidade de Vizinhança, com 2.445m². Encontram-se em conclusão as seguintes obras: Anexos dos Ministérios, com 18.531m²; Anexos do Brasília Palace Hotel, com 6.000m²; 8 Módulos duplos de lojas, com 1.920m²; Hospital Distrital de Brasília, com 32.000m²; Anexos do Congresso Nacional, com 29.000m²; Departamento de Imprensa Nacional, com 13.000m²; Catedral de Brasília, com 3.000m²; Cinema da Unidade de Vizinhança, com 2.000m²; Observatório Meteorológico, com 1.000m².

Obras em andamento.

Em andamento, acham-se as seguintes obras: Tribunal de Contas da União, com 17.640m²; 3 blocos de apartamentos, com 12.000m²; 6 residências ministeriais, com 3.667m²; 2 Escolas-Classe, com 2.280m²; 2 restaurantes da Unidade da Vizinhança, com 1.350m²; Escola-Média Compreensiva e Torre de Televisão.

Obras das Autarquias.

Diversas autarquias de previdências vêm construindo em Brasília. O I. A. P. I. tem a seu cargo 24 edifícios residenciais de 6 pavimentos sôbre pilotis;

34 de 3 pavimentos e 3 edifícios para sua sede. Nesses blocos, há 4 tipos de apartamento, com área variável de 40 a 150m². Dêsse conjunto, acham-se prontos para serem habitados, 5 edifícios na Euperquadra 105, com 180 apartamentos; 9 edifícios na Superquadra dupla 409/410, com 336 apartamentos.

Dos 11 blocos projetados pelo I. A. P. C. com o total de 432 unidades residenciais, já foram concluídos 3 na Quadra e 5 na Quadra 106. Os 3 restantes encontram-se em acabamento.

A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, construiu 11 prédios com 432 apartamentos.

A cooperação do I. A. P. E. T. C. no esforço imobiliário realizado em Brasília foi de 11 edifícios, com 420 unidades residenciais.

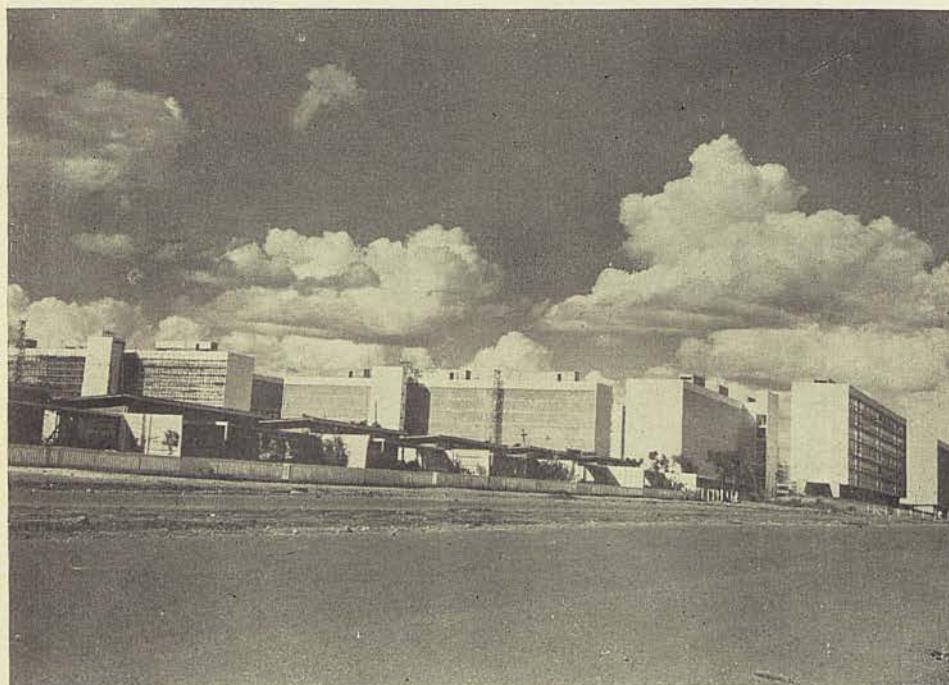
Entre as obras já executadas pela Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, incluem-se 222 casas residenciais de dois pavimentos; 28 lojas de 3 pavimentos, com loja, sobreloja e residências; 34 lojas comerciais com sobreloja, na Quadra 107; 34, idem, na Quadra 103; e 3 hotéis de dois pavimentos, com um total de 102 pavimentos. A Fundação da Casa Popular, de 1957 a 1959, construiu 500 residências de um pavimento, e 840 apartamentos, distribuídos por 28 blocos de três pavimentos. Em andamento, mais 6 blocos de 3 pavimentos, com 180 apartamentos de sala e três quartos.

Constrói o I. P. A. S. E., nas Superquadras 206 e 208, 22 blocos de 6 pavimentos, sôbre pilotis, com 768 apartamentos de três tipos.

Para o "habite-se" foram entregues 96 apartamentos do tipo C, 144-B e 48-A. Programou ainda, para o corrente exercício, a construção de um conjunto residencial com 210 casas, e escola primária e 1 jardim de infância.



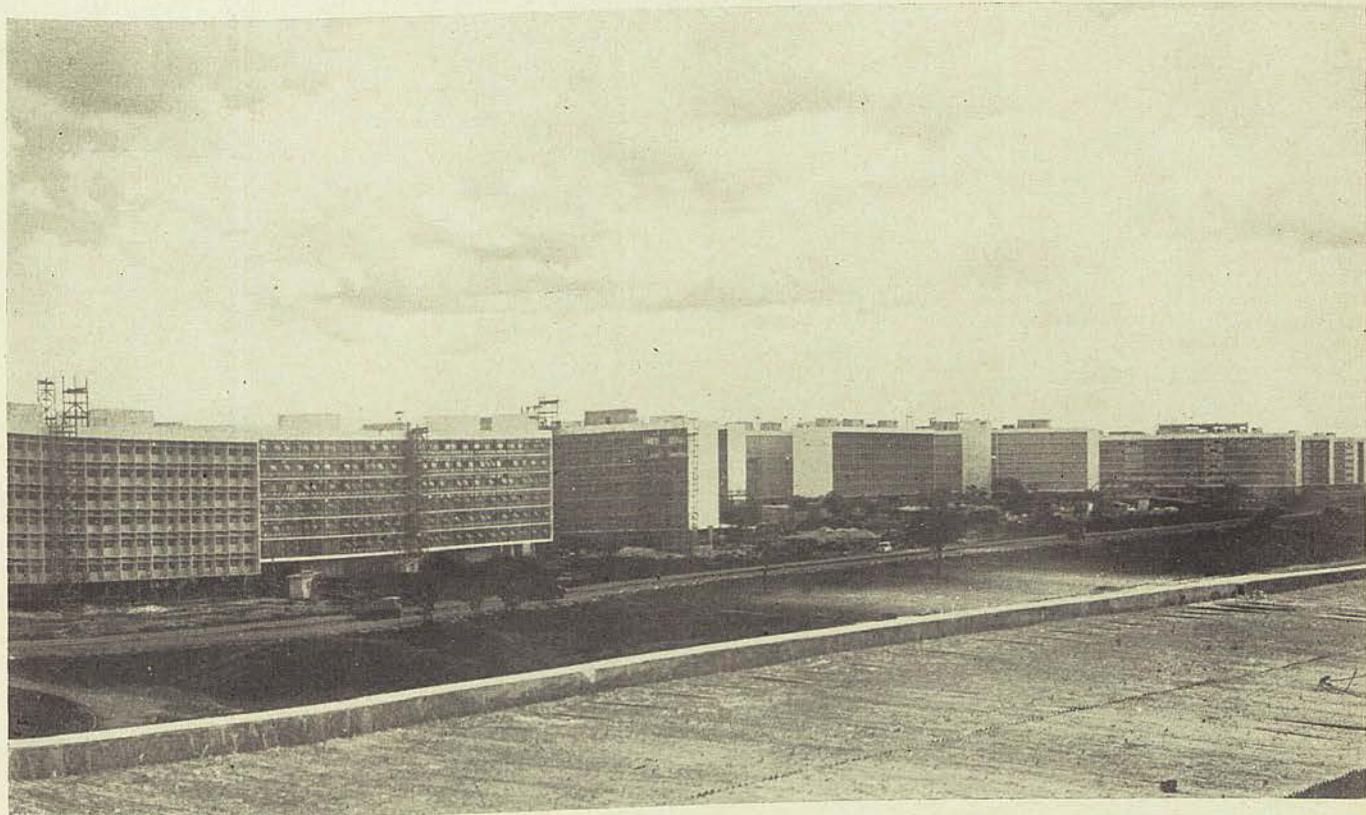
Vista panorâmica do setor das Super-Quadras.



Blocos de apartamentos, vendo-se em primeiro plano a avenida já asfaltada.

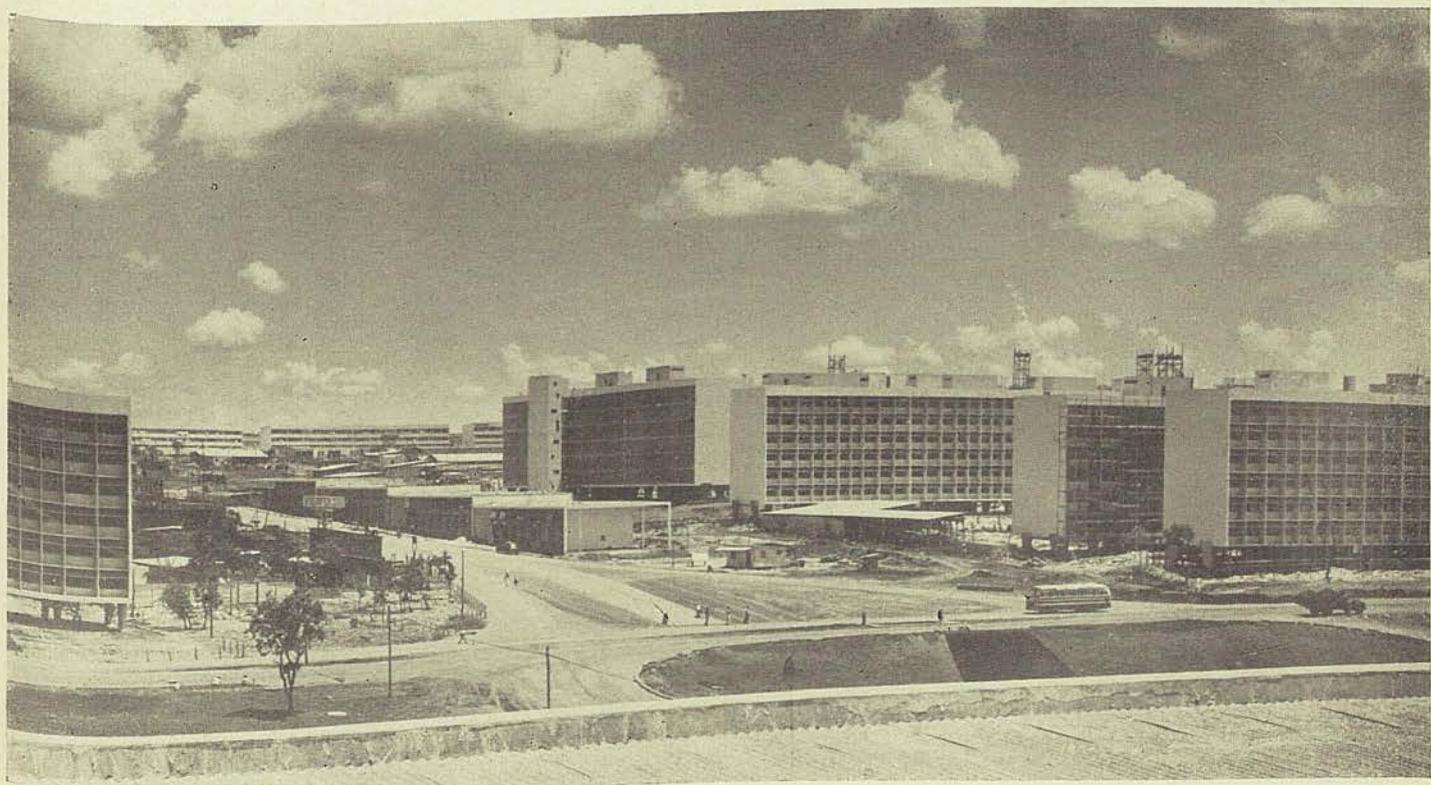


Vista aérea do Setor de Habitação das Super-Quadras.



Perspectiva de vários edifícios de apartamentos.

Uma entrada de quadra, vendo-se o trevo e as lojas residenciais.





Edifício de apartamentos do IAPI.

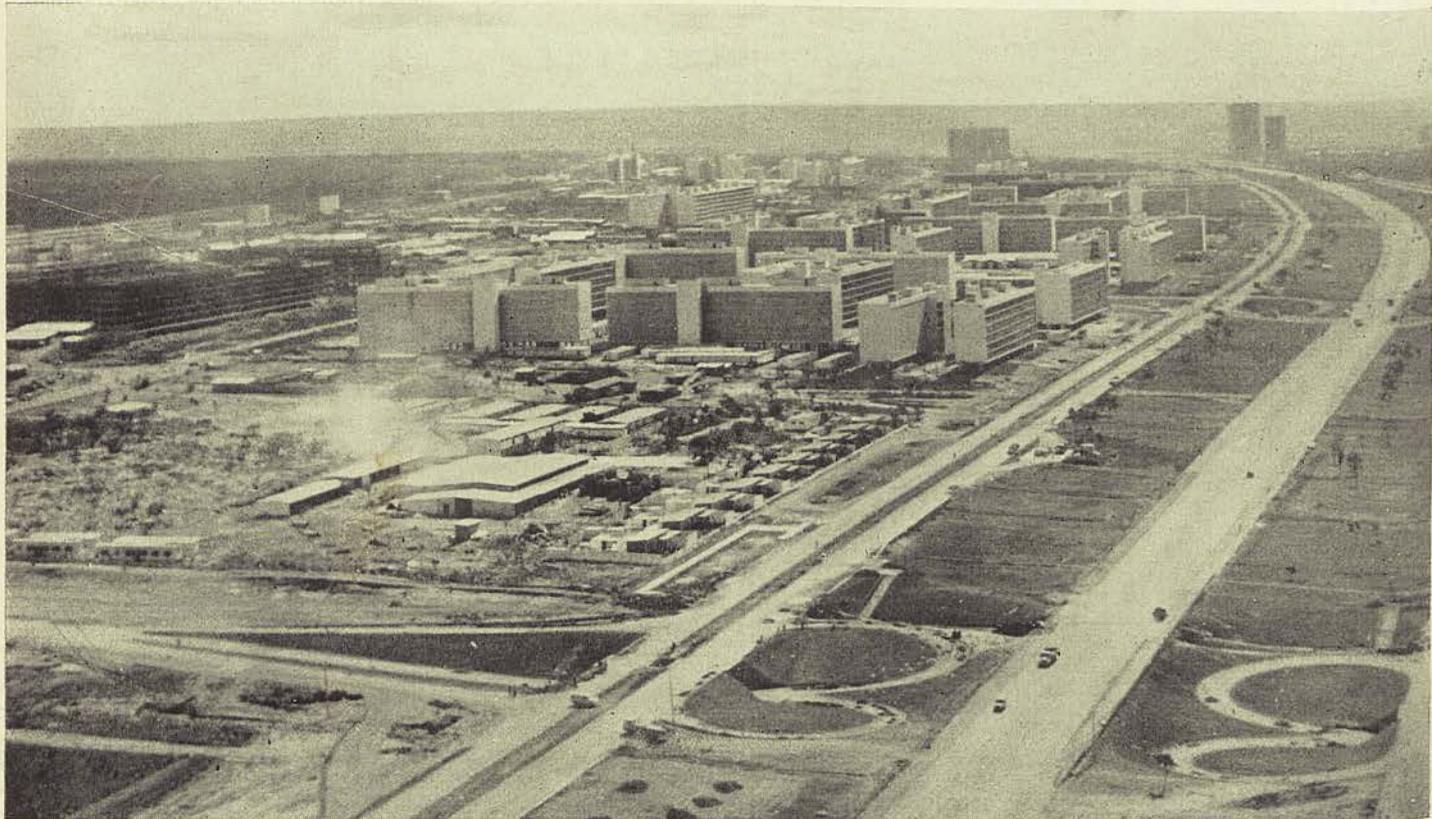
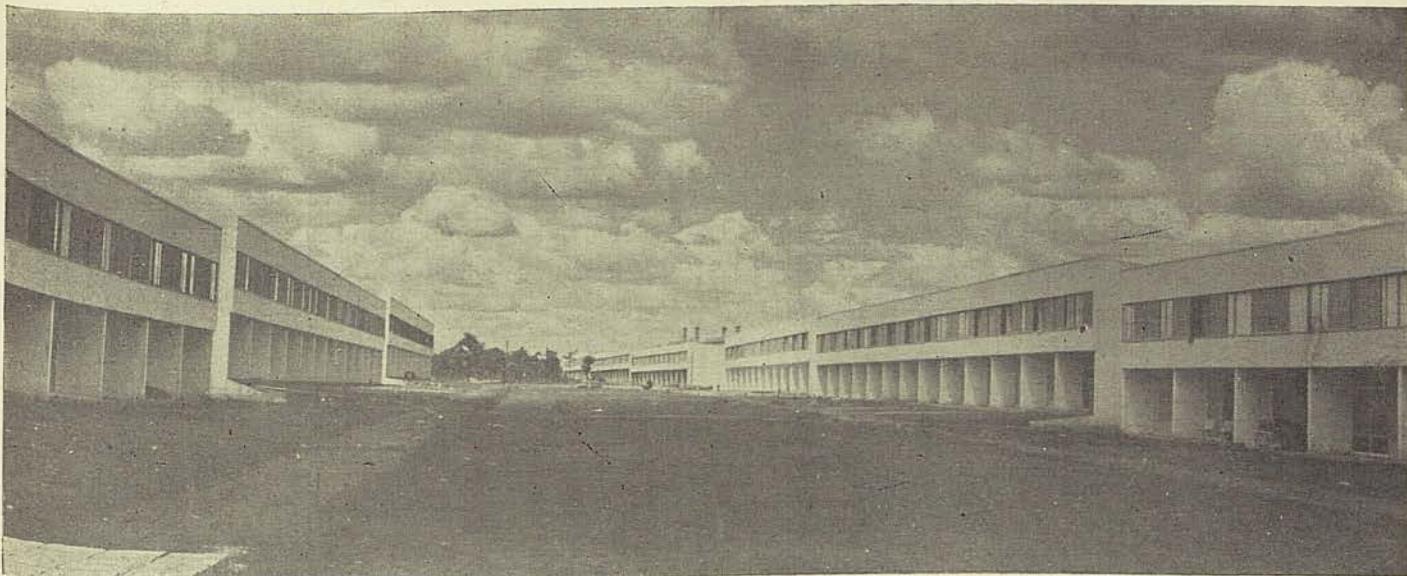


Foto aérea da curva do Eixo Rodoviário.



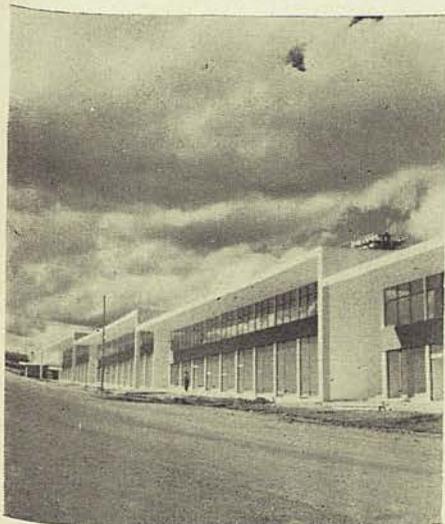
As casas da ECEL, vendo-se a frente ajardinada.



Casas residenciais da Caixa Econômica.

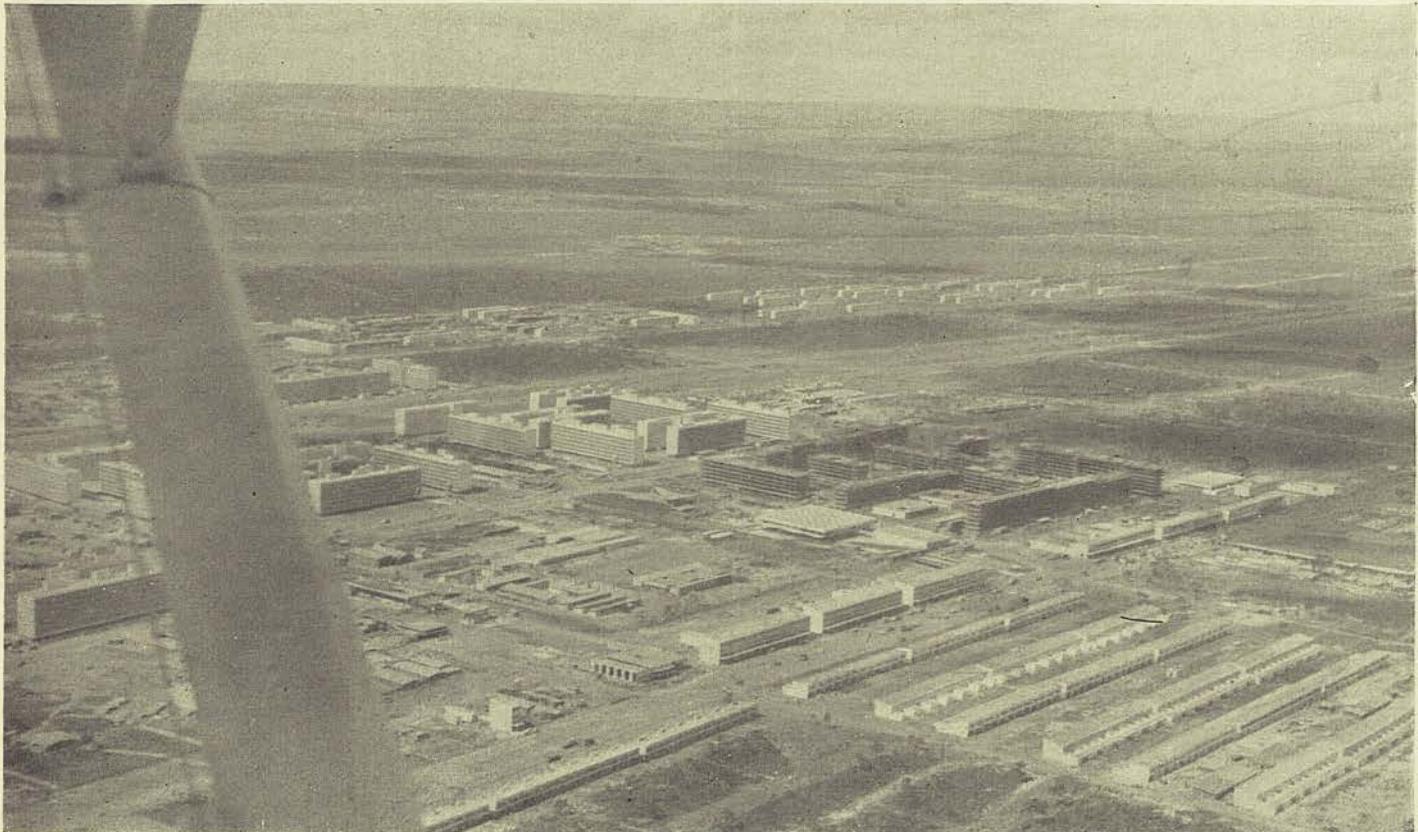
Novos escritórios da NOVACAP.

Setor comercial local.

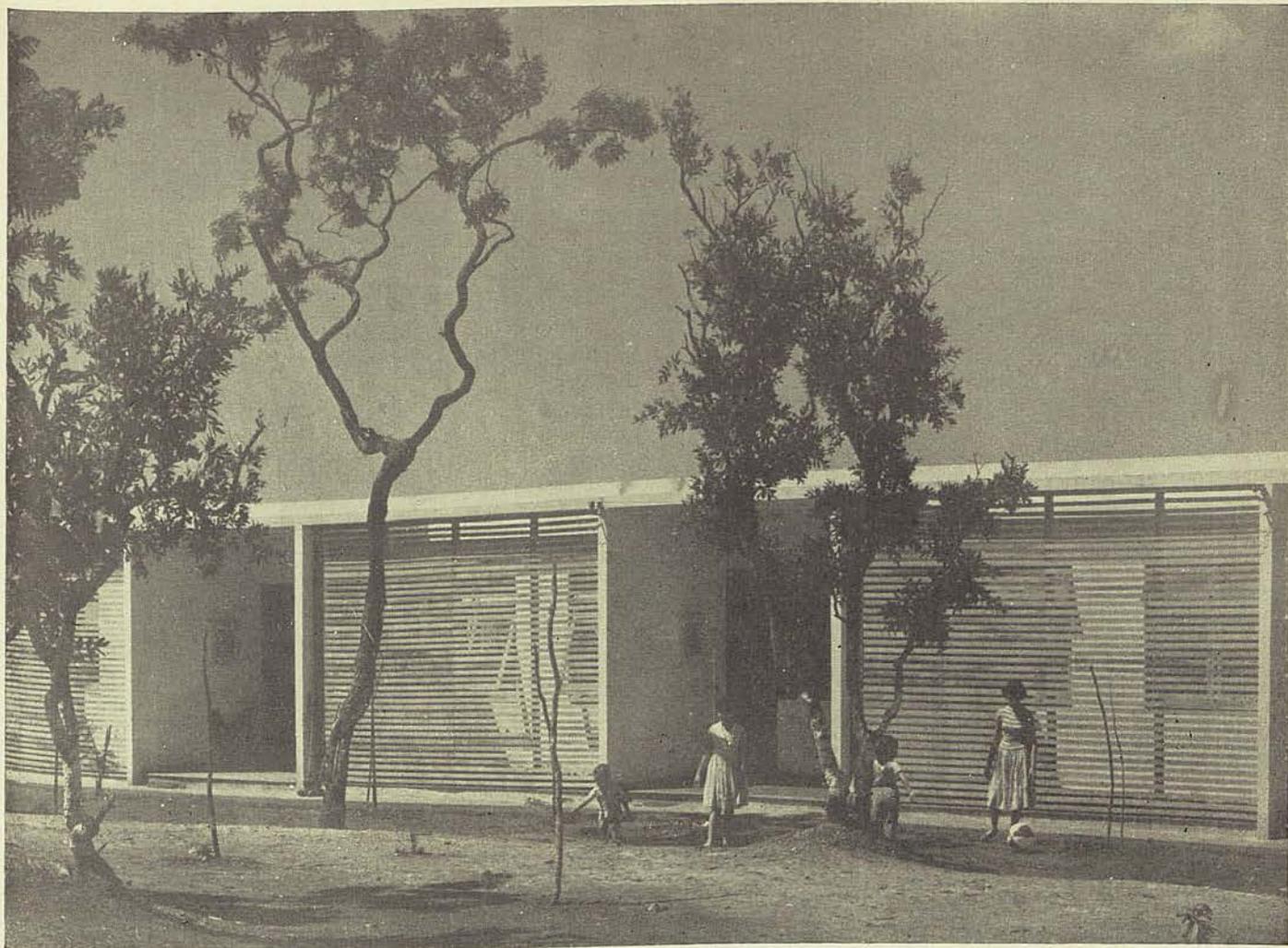




Vista aérea onde aparecem o Super-Mercado e o Posto de Assistência Médica.



Super-Quadrads e casas populares.



Tipo padrão das residências da Fundação da Casa Popular.

Eixo Rodoviário Sul.

Urbanização.

Foram construídos e asfaltados, no Setor Sul: Eixo Rodoviário, Ruas Paralelas, Ruas Transversais, Avenida das Nações, Praças dos Três Poderes, Avenidas de acesso aos loteamentos externos ao Lago, Esplanada dos Ministérios, Aeroporto Internacional, 75 viadutos e passagens de nível inferior, e a Plataforma Central no cruzamento dos eixos principais, com 19.000m².

A Novacap colocou à venda, por intermédio de seus escritórios do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Anápolis, Belo Horizonte e Goiânia, 18.018 lotes em Brasília.

Os números expressam a boa aceitação que obtiveram os terrenos e a confiança que o povo brasileiro deposita no progresso da nova metrópole. Daquele total, foram vendidos 13.769, no valor de Cr\$. 4.755.803,10, restando, pois, para venda, apenas 4.249 lotes.

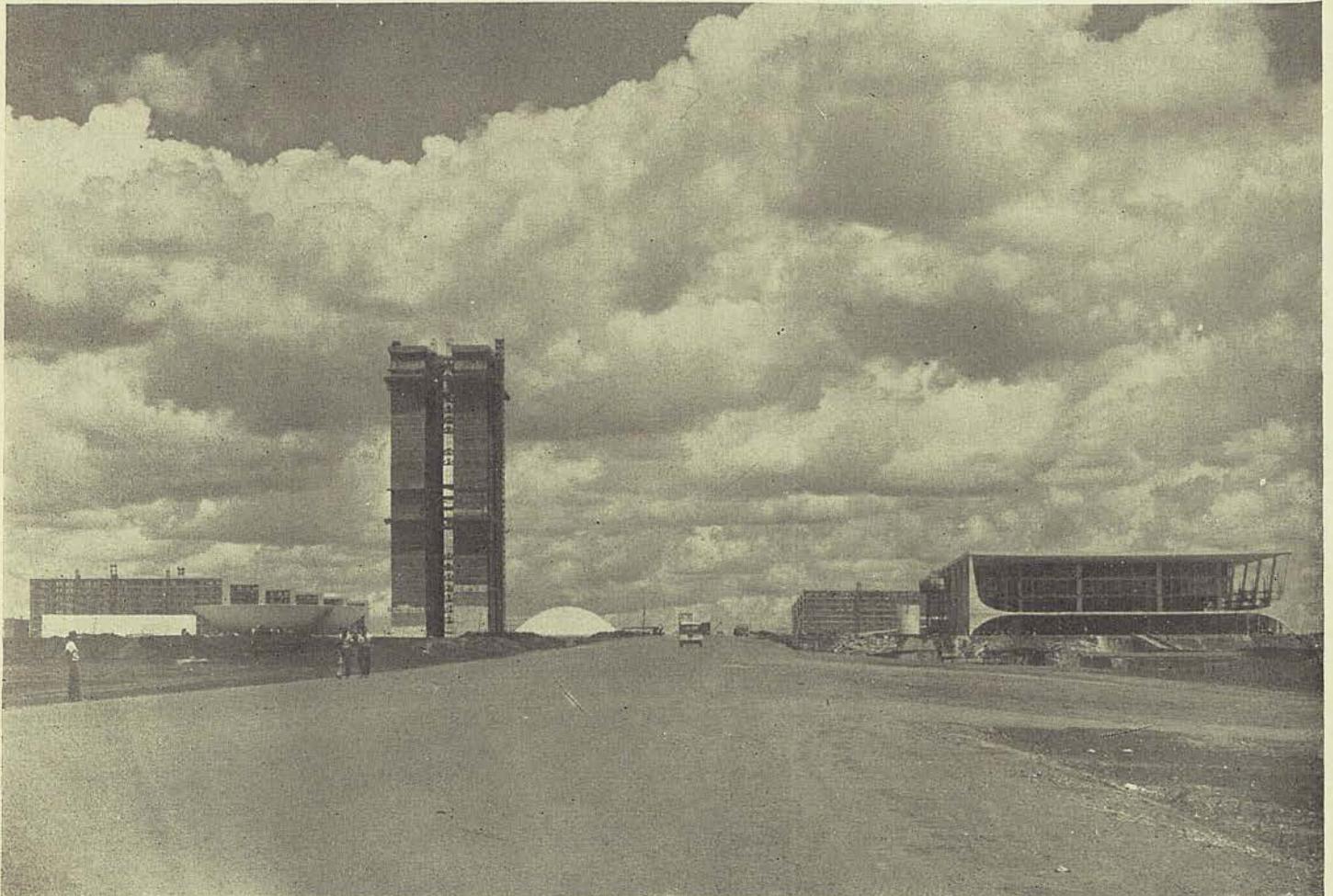


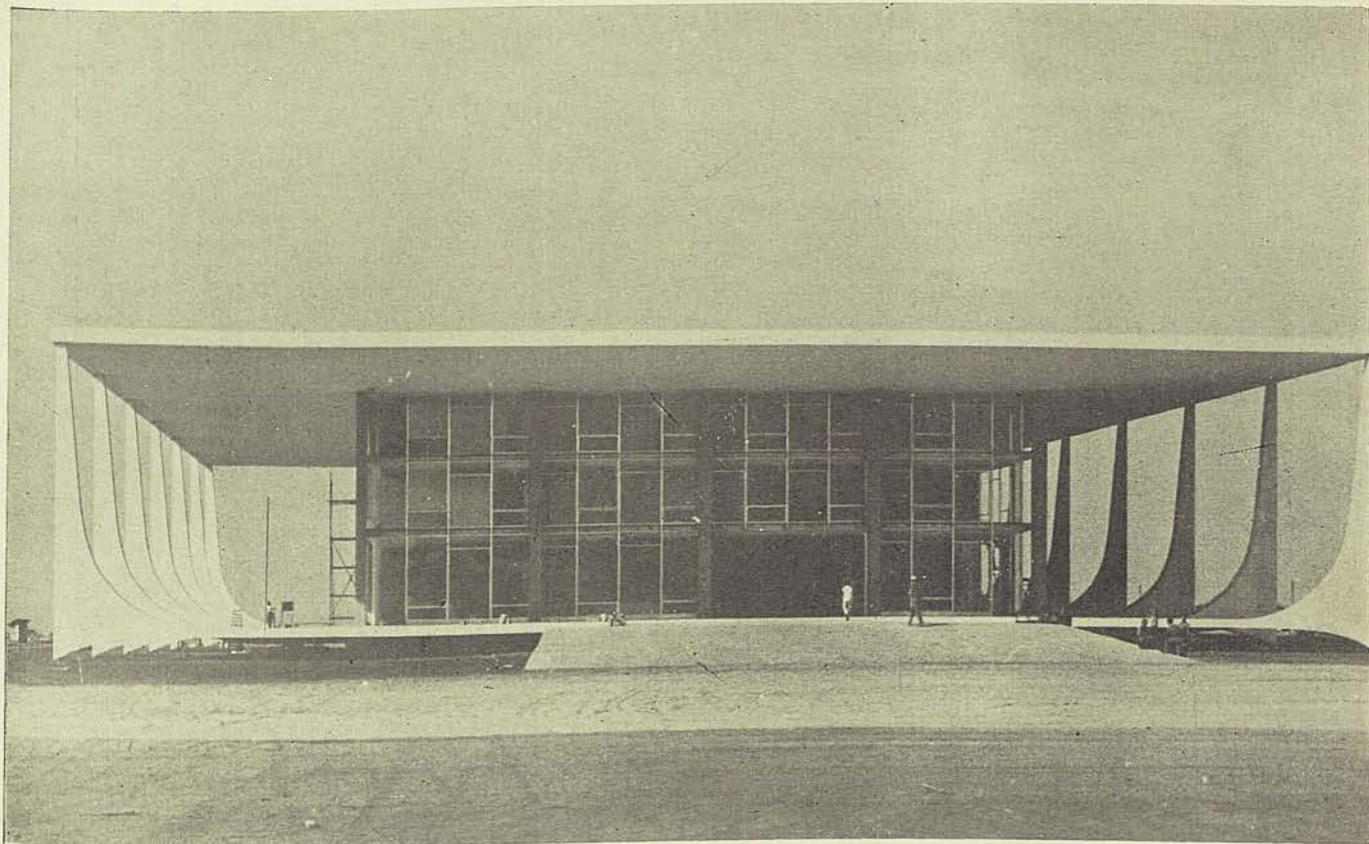
**praça dos
três poderes**



Congresso Nacional.

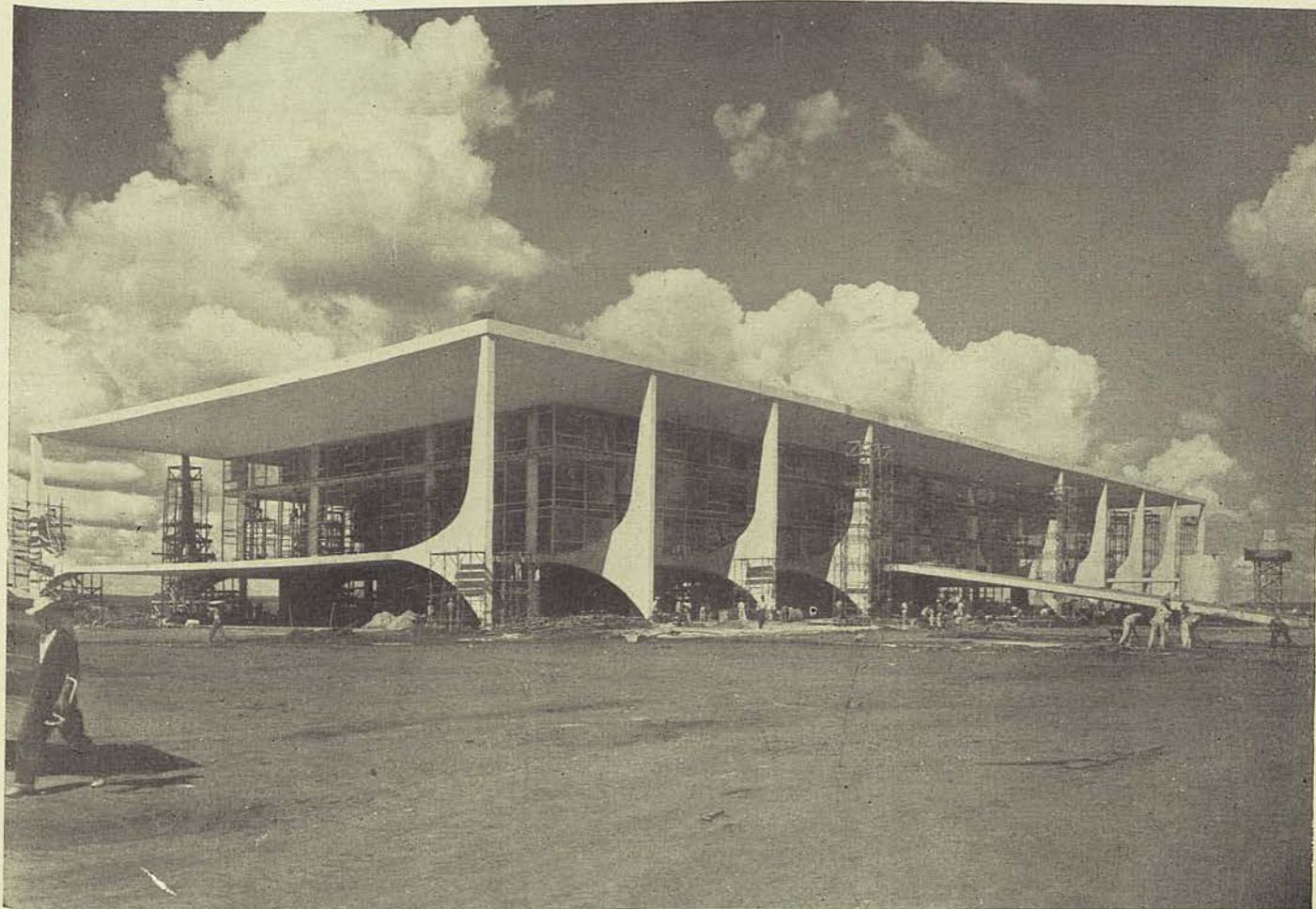
Praça dos Três Poderes.

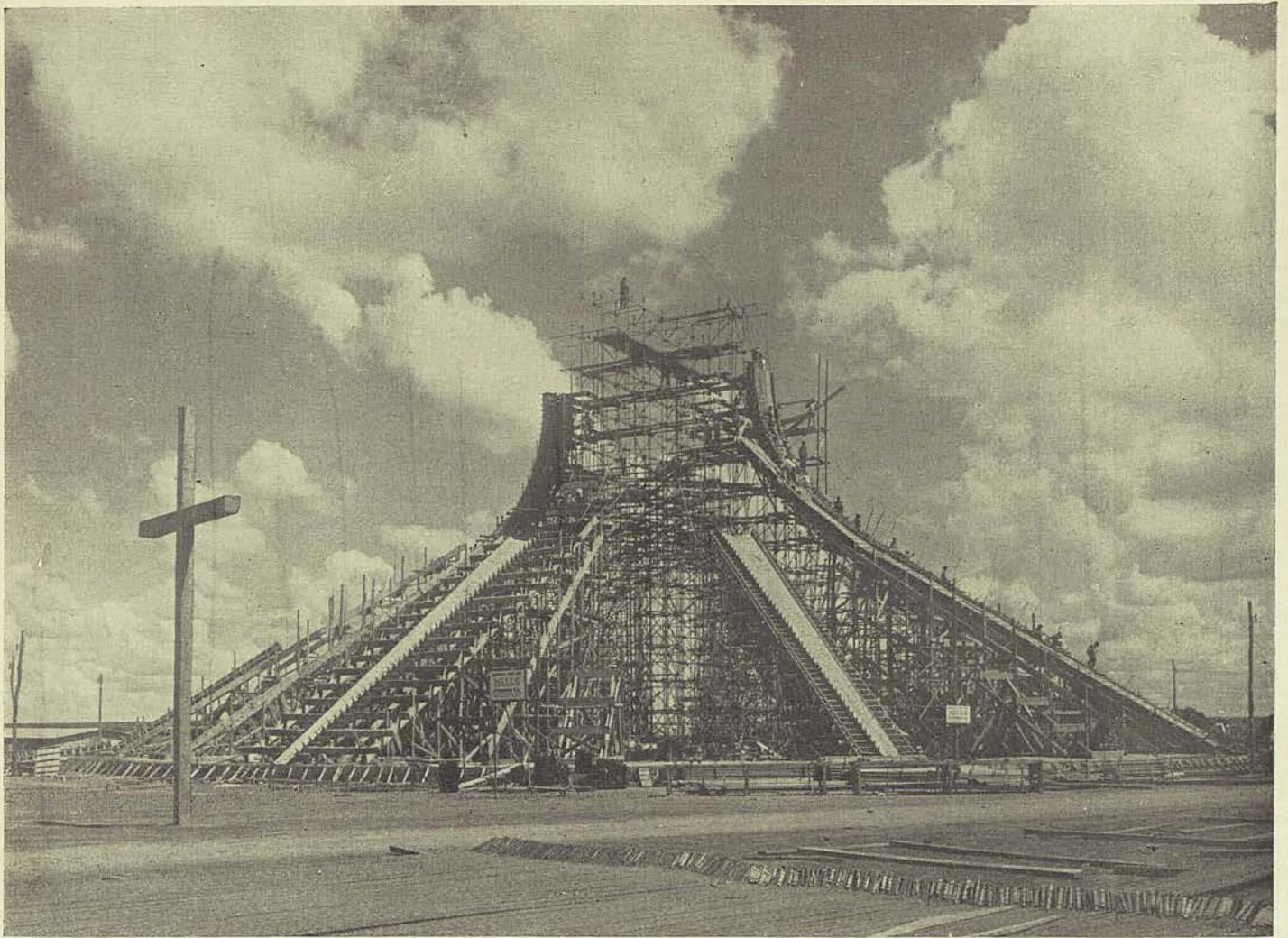




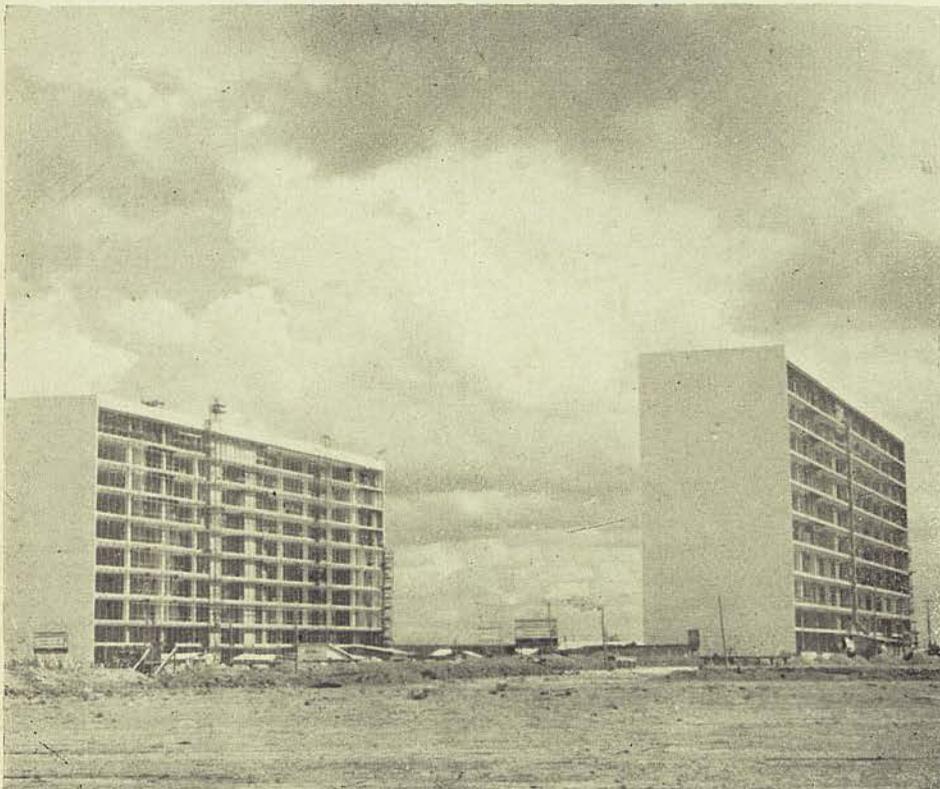
Supremo Tribunal Federal.

Palácio dos Despachos (Planalto).

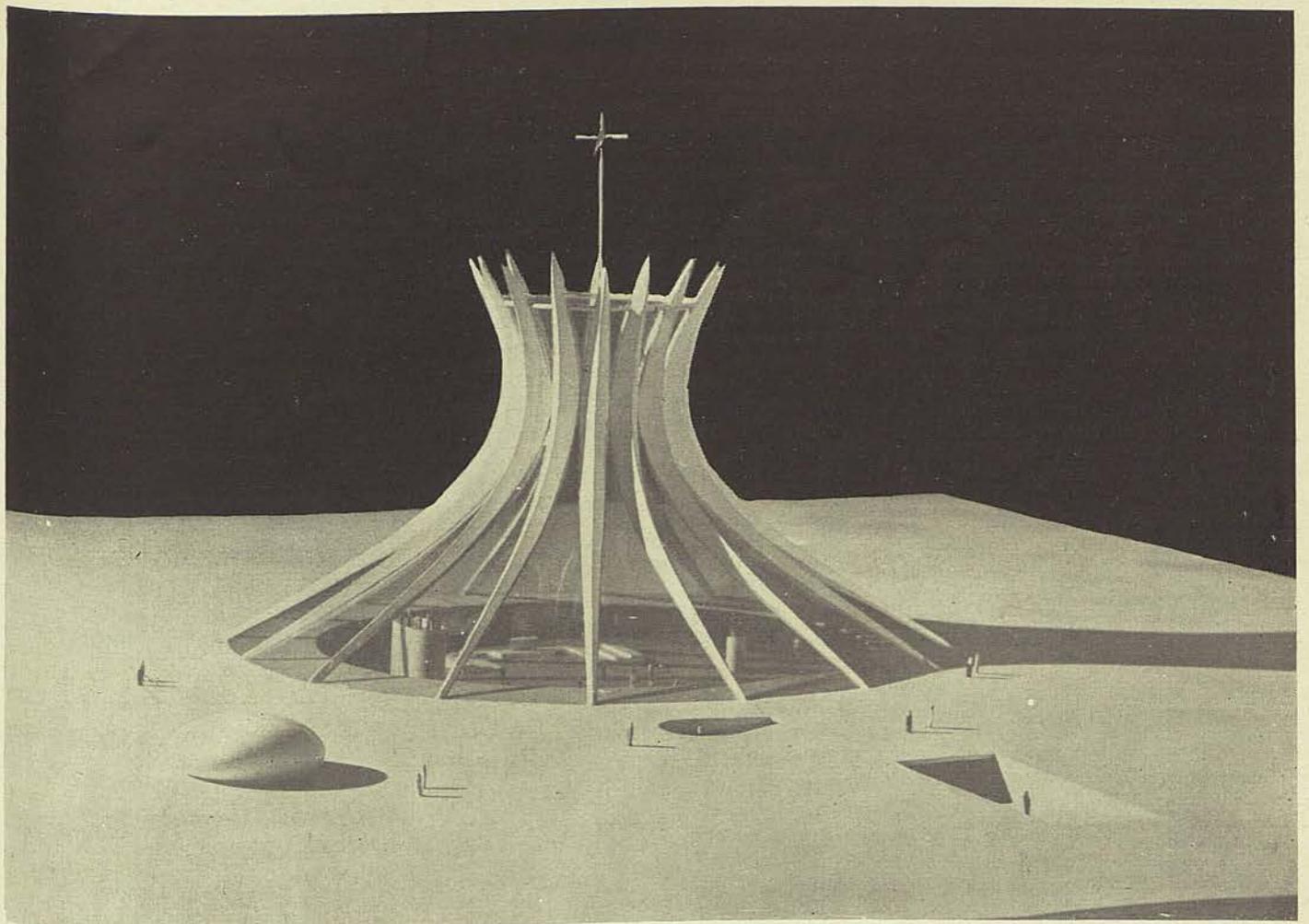




Estado atual da construção da Catedral.

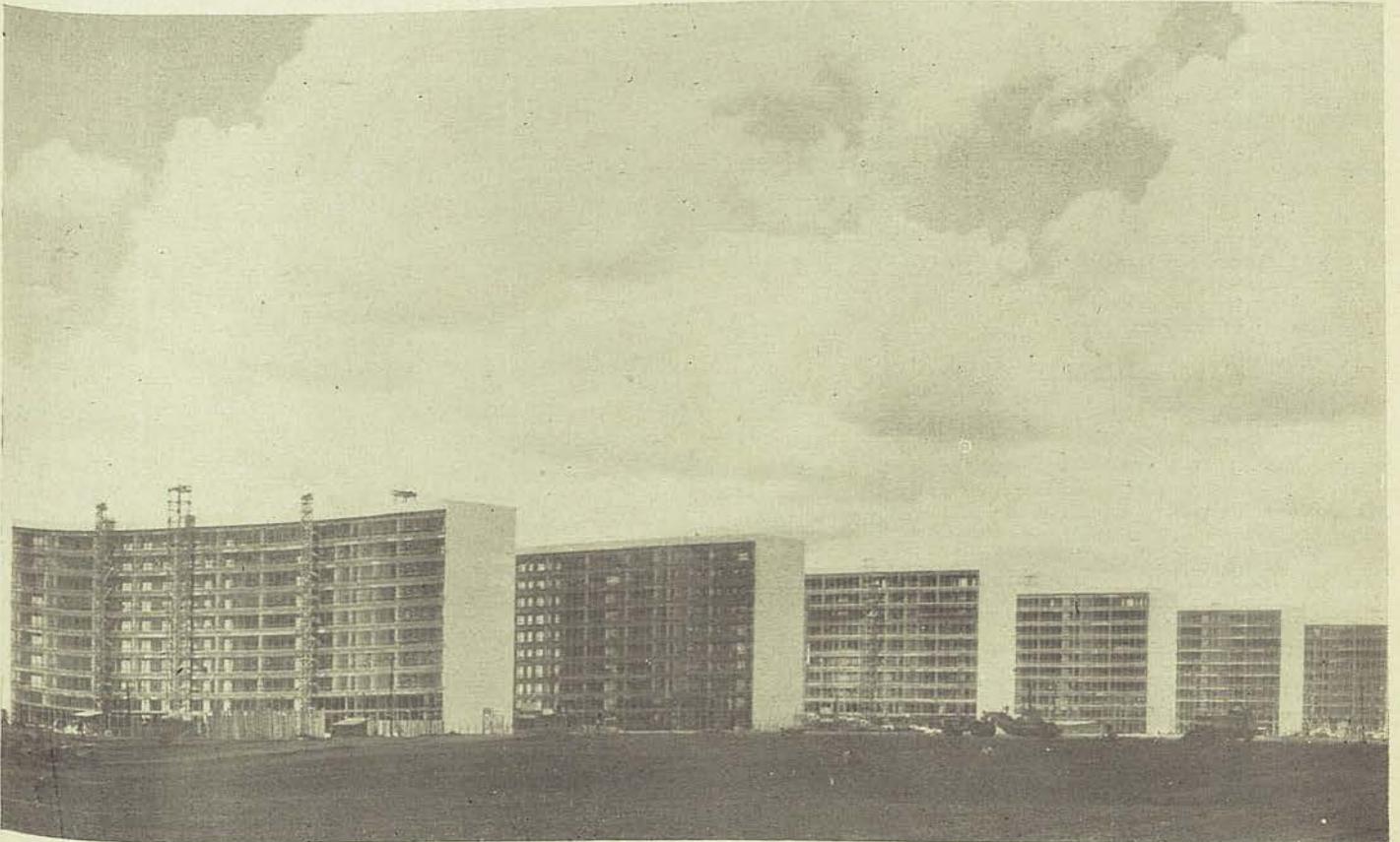


Dois blocos dos Ministérios.



Maquete da Catedral.

Uma ala da esplanada dos Ministérios.



Ferrovias.

O entrosamento de Brasília com o sistema ferroviário do País estará assegurado com a Brasília-Pirapora, na Estrada de Ferro Central do Brasil e Brasília-Colômbia (SP), na Estrada de Ferro Palista.

Esta última, cruzando a Estrada de Ferro Goiás, em Pires do Rio, articulará a Nova Capital com a Rede Mineira de Viação e a Estrada de Ferro Mogiana. Graças a estes sistemas, Brasília ficará vinculada a todos os pontos do território nacional, através das redes já existentes. As obras do trecho Brasília-Surubi (86 km) foram atacadas com toda a intensidade.

Em franco desenvolvimento acham-se também as do trecho Pires do Rio Surubi, que de par com o Surubi-Brasília, ligará a Nova Capital ao sistema ferroviário nacional, através de uma linha de 240 kms. Os serviços de terraplenagem desta última encontram-se no grade 94 km, ou seja, 39% da extensão.

Ultimaram-se 3 viadutos, em passagem superiores de cruzamento da ferrovia com as rodovias Brasília-Anápolis e Brasília-Belo Horizonte, num total de 144m. Das 119 obras de arte correntes concluídas, 82 foram executadas em 1959.

A Pirapora-Brasília, cujo término é previsto para segunda etapa, prossegue normalmente, encontrando-se os trabalhos de construção no grade 66km, corresponde a 80% do trecho atacado. Os serviços de terraplenagem alcançaram um volume de 960.000m³, e construíram-se 48 obras de arte, das quais 27 em 1959. Ainda no trecho de Pirapora, merece destaque a ponte sobre o rio Tobi, de 50m de vão, com os pilares e encontros concluídos em dezembro.

De 1957 até 1959, as despesas com os serviços ferroviários a cargo da Novacap elevaram-se a Cr\$ 271.101.000,00, assim distribuídos:

Cr\$ 1.075.428.000,00 na ligação Brasília-Pires-do-Rio.

Cr\$ 195.673.000,00 no trecho que vai de Pirapora ao rio do Sono.

Rodovias.

Rodovias.

A partir de dezembro de 1959, Brasília se acha integrada no sistema rodoviário nacional. A conclusão das linhas Brasília-Anápolis e Brasília-Belo Horizonte veio assegurar as comunicações para qualquer ponto do País.

A grande rodovia Belém-Brasília cobrindo uma extensão de 2.194 km, teve o seu término antecipado para fevereiro deste ano.

Por concluir, acha-se apenas a ponte sobre o Tocantins, nas divisas dos Estados de Goiás e Maranhão, cuja travessia ainda está sendo feita por meio de balsas. Esta ponte, monumental obra de engenharia, que mede 532,7m de comprimento e 10 de largura, apresenta um arco central de 132,5m, cuja altura permite livre tráfego às embarcações que navegam o Tocantins.

A rodovia Brasília-São Paulo está toda pavimentada, com o tráfego normal.

Ainda em 1959, executou-se o trecho Brasília-Luzitânia, totalmente pavimentada, setor de rodovia-tronco Brasília-Belo Horizonte, cuja construção esteve a cargo da Novacap.

Energia.

No abastecimento de energia elétrica, venceram-se as seguintes etapas: construção da Barragem de Paranoá, possibilitando um aproveitamento de 30.000 H.P., com todo o material indispensável já adquirido; término da primeira etapa da Usina de Cachoeira Dourada com a instalação de duas unidades de 18.500 H.P. e início da segunda etapa - elevação da Barragem - que proporcionará um potencial de . . . 135.000 H.P.; acabamento da linha de transmissão de 180 km, que liga Goiânia a Brasília; construção e montagem da subestação principal, ponto de convergência para os circuitos de 220.000 volt. provenientes da Usina de Cachoeira Dourada. Junto a essa subestação abaixadora instalaram-se grupos termelétricos auxiliares, com capacidade de 13.500 KW.

Para a distribuição de energia elétrica na Asa Sul e no Eixo Monumental, já se executaram serviços que correspondem a 60% da rede subterrânea, com 250 km lineares de ductos; a 70% das subestações de 33.000/13.200 volt.; a 50% das redes aéreas de 33 KV inclusive linha de transmissão para a Estação Elevatória do Sistema de Abastecimento de água; e 50% da parte de construção civil das Subestações dos Edifícios Públicos. Concluiu-se a construção e a montagem de 3 usinas termelétricas, de emergência, com a capacidade total de 2.400 KW. e a das redes

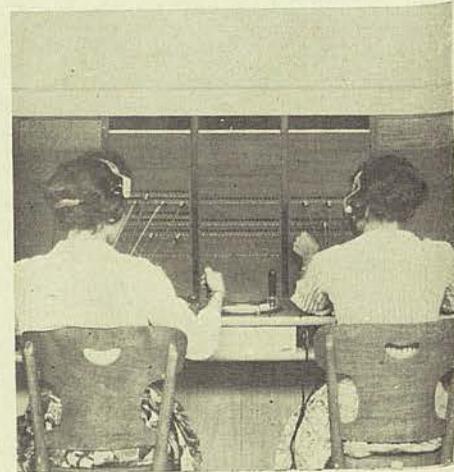
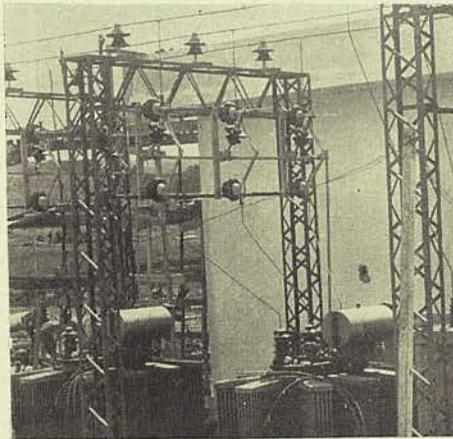
aéreas provisórias, para abastecimento dos diversos canteiros de obra.

Telecomunicações.

Encontram-se em operação as seguintes redes: serviço telefônico local, com uma central automática de 200 linhas, servindo 100 km de extensão; serviço telefônico interurbano, com um canal bilateral de radiotelegrafia ligando Brasília ao Rio de Janeiro; serviço telegráfico, atendido por dois canais de rádio Brasília-Rio, com equipamento de manipulação automática Creed e teletipos.

Ultimaram-se os trabalhos no serviço local, da instalação da Central Telefônica-Sul, com a capacidade, no início de 5.000 linhas, e mais 6 postos satélites que perfazem 800 linhas. Essa estação, servida por contadores de chamada, equipamentos de controle, testes eletrônicos e informações automáticas, é das mais bem aparelhadas do mundo. A entrega da primeira etapa, rede subterrânea de ductos, compreendendo a Asa Sul e o Eixo-Monumental, possibilitará a instalação de, aproximadamente, 15.000 telefones. Serão estendidas linhas automáticas às cidades satélites de Brasília, Sobradinho e Taguatinga, permitindo funcionar, pela primeira vez no País, um serviço telefônico rural automático.

Quanto ao serviço interurbano, fez-se a ligação Brasília-Rio de Janeiro, via-rádio



(ondas curtas), pelo sistema independente side-band, com 12 canais. Esse equipamento será também utilizado para ligações diretas com Recife, Salvador e Pôrto Alegre, pelo radioenlace em micro-ondas. Ficou estabelecido o radioenlace em micro-ondas Brasília-Uberlândia-Uberaba Belo Horizonte-Rio de Janeiro, que proporciona 132 ligações simultâneas.

Água e esgotos.

Também neste setor se ultimaram obras de vulto, entre as quais a conclusão da Barragem do Tórto, primeira etapa para o abastecimento do Plano-Piloto, e a construção da Usina de Recalque e da Linha Adutora, com extensão de 9 km e diâmetro de 1m.

Ao lado do reservatório R1, ergue-se a Estação de Tratamento, cuja parte de construção civil (filtros e decantadores) foi iniciada e concluída em 1959. No mesmo prazo construíram-se os Reservatórios R1 e R2, com igual capacidade: 30 milhões de litros.

Na Zona Sul, concluíram-se 115 km de uma rede de água potável que terá 140 km. Igualmente, ultimou-se o serviço de captação e distribuição por gravidade do bairro D. Bosco. Ainda no Setor Sul, para o escoamento das águas pluviais, Brasília dispõe de uma rede de 100km de galerias.

Quanto a esgotos sanitários, dos 51km previstos para a primeira etapa, 38km já se instalaram em vários distritos. Está funcionando também uma estação depuradora.

Abastecimento.

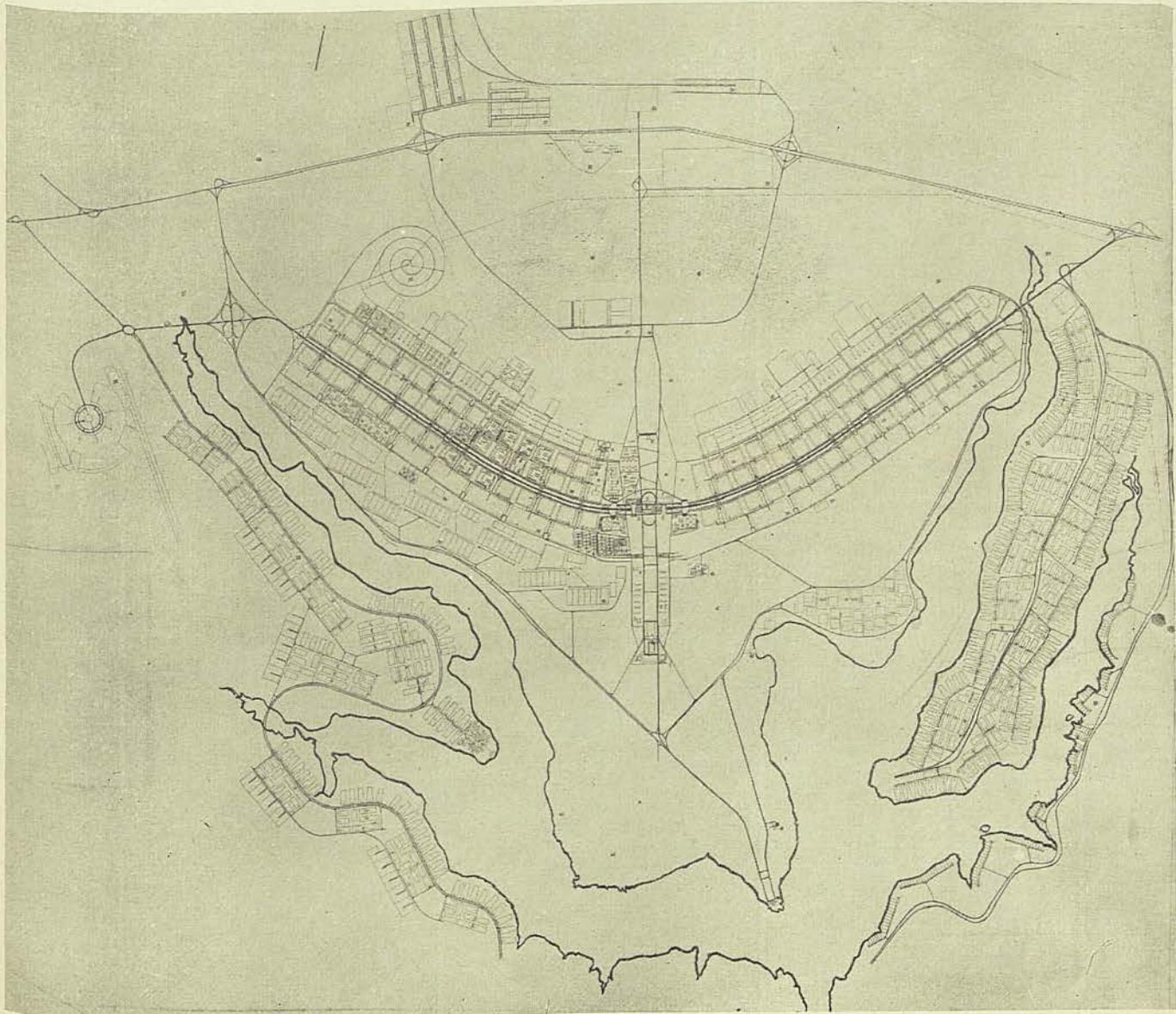
O abastecimento de Brasília não oferece problema, graças a providências diretas da Novacap e à sua política de estímulo aos empreendimentos privados.

No tocante à avicultura, construiu-se uma colônia-modelo para 75 mil aves, a fim de suprir as deficiências da iniciativa particular e prestar assistência técnica aos criadores, fornecendo-lhes plantéis de alta linhagem.

O consumo de produtos da pequena lavoura vem sendo regularmente atendido pela Cooperativa Agrícola Mista, há mais de dois anos.

Para racional distribuição dos produtos, está-se construindo um centro de abastecimento, com a área de 1.400.000m², e três supermercados distritais.

Além de um estábulo-piloto, possui Brasília uma usina de pasteurização, apta a beneficiar 30 mil litros de leite diários. Acha-se em construção um armazém frigorífico, com capacidade de estocagem para abastecer de carne bovina um núcleo de 300 mil habitantes durante três meses. Como se vê, a Novacap cumpriu à risca o programa que se traçou.



sistema educacional de Brasília

Há mais de dois séculos, surgiu a idéia da mudança da capital federal para o planalto central brasileiro.

Quis o determinismo histórico que esta mudança viesse a realizar-se no governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Tomaram-se as providências necessárias. Instituiu-se o concurso do Plano-Piloto de Brasília. Foi vencedor o urbanista prof. Lúcio Costa. A arquitetura foi confiada a Oscar Niemeyer.

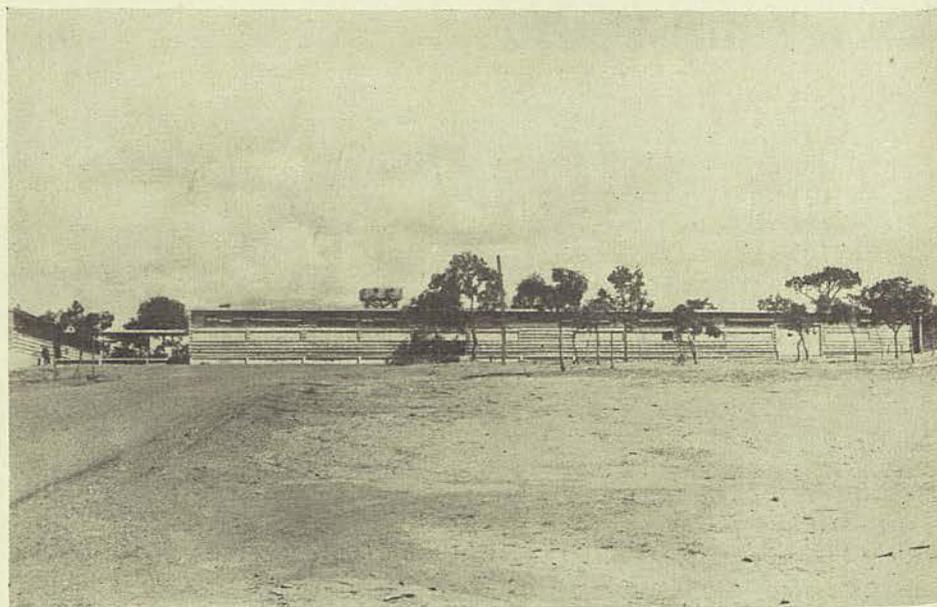
Do plano urbanístico de Lúcio Costa, foi que teve origem o sistema educacional de Brasília. Verdadeira harmonia coexiste entre este e aquele plano. A divisão demográfica motivou a estruturação educacional brasiliense.

Centro de Educação Elementar

Urbanisticamente, Brasília compõe-se de quadras e super-quadras. Daí o Plano escolar da Nova Capital.

A Educação Elementar é ministrada nos Centros de Educação Elementar. Cada Super-quadra, integrada de quatro quadras, retém um Centro de Educação Elementar. O Centro abrange 4 jardins de infância, 4 escolas-classe e 1 escola parque. Os jardins de infância destinam-se à educação das crianças de 4 a 6 anos de idade. As escolas-classe ministram educação intelectual sistemática a menores de 7 a 12 anos de idade, em curso completo de 6 anos ou séries escolares.

A escola-parque visa a complementar o conteúdo das escolas-classe, aprimorando e desenvolvendo artística, física e socialmente a criança. A escola-parque visa também, sobretudo, a iniciar a criança ao trabalho, mediante uma rede de instituições, que se entrosam e se ligam entre si, dentro da mesma área. E constitui-se de biblioteca infantil e museu; de pavilhão de atividade de artes industriais; de conjunto de atividades recreativas; de conjunto de atividades sociais, como música, dança, teatro, clubes, exposições; de dependências destinadas a refeitório e administração. É de notar-se que cada quadra contará uma população de 2.500 a 3.000 habitantes. Por isso, calcula-se, então, que as crianças de 4 a 6 anos, em cada quadra, serão de 180 para os jardins de infância, e 480, de 7 a 12 anos, para as outras escolas.

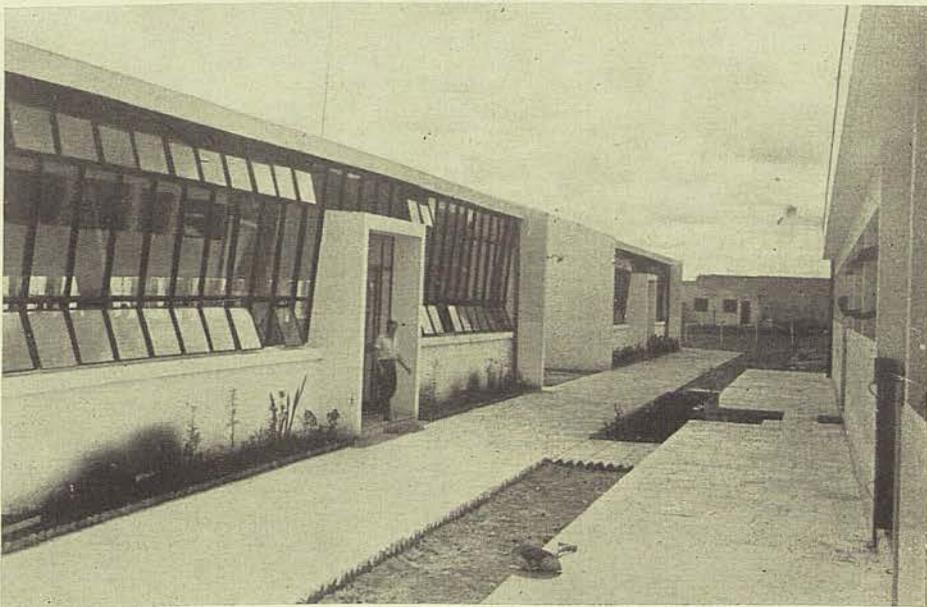
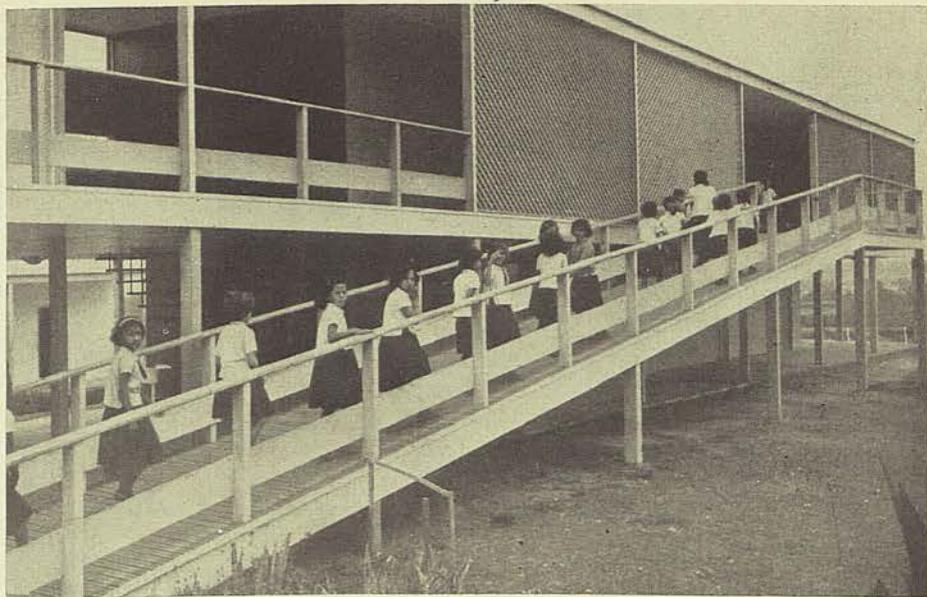


À esquerda:

Primeiro Grupo Escolar de Brasília, Colégio Dom Bosco e Ginásio La Salle.

À direita:

Escola Júlia Kubitschek, Escola de Taguatinga, com seu payllhão de oficinas.



Estabeleceu-se, assim, que cada quadra mantém um jardim de infância, com 4 salas para atender, em dois turnos, a 160 alunos, ou então com 8 salas, funcionando em regime de tempo integral.

A escola-classe contém 8 salas, com o fim de atender a 480 escolares, em 2 turnos, com 16 turmas de 30 alunos.

Em cada super-quadra há uma escola-parque, com capacidade para atender a 1.900 estudantes, em dois turnos, provenientes das 4 escolas-classe. Ali as crianças de 10 a 12 anos iniciarão suas atividades industriais em pequenas oficinas, dedicando-se à arte da tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, costura, bordados e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, etc. Ali também as crianças de 7 a 12 anos dedicar-se-ão a atividades artísticas, sociais, culturais e recreativas, como pintura, biblioteca, exposições, grêmios, música, jogos e natação.

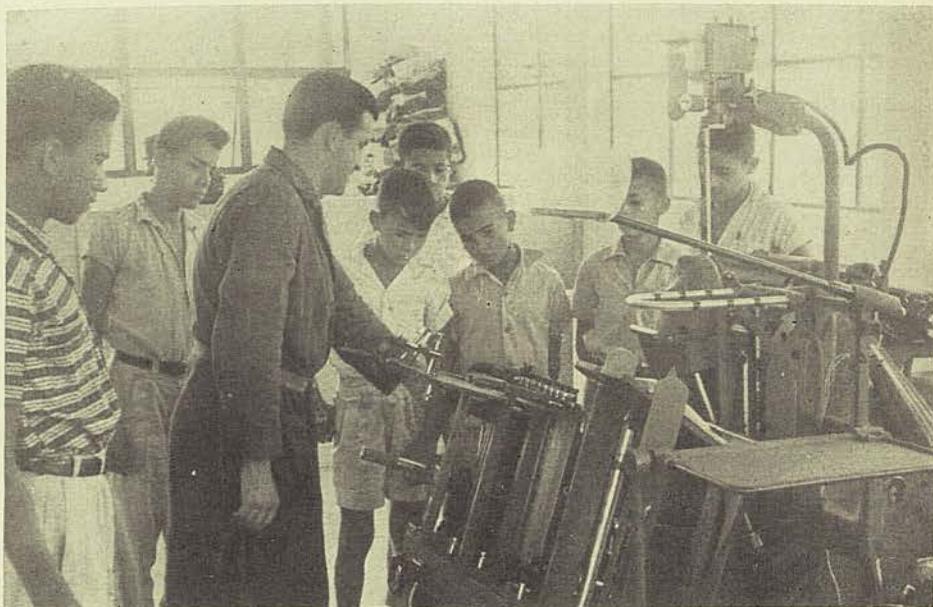
Como o regime é de tempo integral, os alunos frequentarão diariamente a escola-parque, em revezamento, de acordo com o horário da escola-classe. De modo que cada aluno permanecerá quatro horas nas classes de cultura intelectual e quatro horas nas atividades da escola-parque, com o intervalo de almoço.

Centro de Educação Média

Os Centros de Educação Média propõem-se a proporcionar aos jovens de 11 a 18 anos diversas oportunidades educacionais. Cada núcleo populacional de 30.000 habitantes terá um centro de educação média, com capacidade para abrigar 2.200 estudantes.

O Centro de Educação Média compreende um conjunto de edifícios e instalações destinados: a) aos cursos básico (1.º ciclo), clássico e científico, técnicos comerciais e industriais; b) aos centros de educação física, com quadras de vôlei, basquete, teatro, exposições, clubes, bibliotecas e piscina, campo de futebol, e cultural, com museu; c) também aos serviços gerais e administrativos.

Os edifícios e dependências do Centro de Educação Média, formam um só conjunto, localizados na mesma área. Isto vem possibilitar aos adolescentes a comunidade de vida e de trabalho, sempre em regime de horário integral.



O Centro de formação do Magistério Primário tem por fim formar e aperfeiçoar o professor primário. E como se trata de unidade escolar tipicamente de caráter profissional, este Centro compreende: a) cursos de formação; b) cursos de aperfeiçoamento e especialização; c) escola de aplicação, constituída de uma escola primária integral e de um jardim de infância.

Setor de Recreação

Outro fator de cabal importância é a recreação da comunidade e as atividades culturais. No setor de recreação há: a) Parques Recreativos infantis, entre as quadras, compreendendo duas partes: uma para crianças até 7 anos, e outra para crianças de 8 a 12 anos; b) Praças de Recreio para adultos e adolescentes, e clubes sociais ainda entre as quadras, com instalações de jogos, esportes e outras atividades recreativas; c) Recreio Livre nos locais das atividades livres dos adolescentes.

Setor Cultural

No setor cultural teremos as bibliotecas situadas na plataforma do cruzamento do Eixo Monumental com o Rodoviário, e outras a serem ainda planejadas.

Desta exposição conclui-se que o Sistema Educacional de Brasília tem de desenvolver-se guardando, na distribuição e em outros aspectos de suas escolas, certas relações de harmonia e de proporcionalidade com o próprio desenvolvimento urbanístico do Novo Distrito Federal.

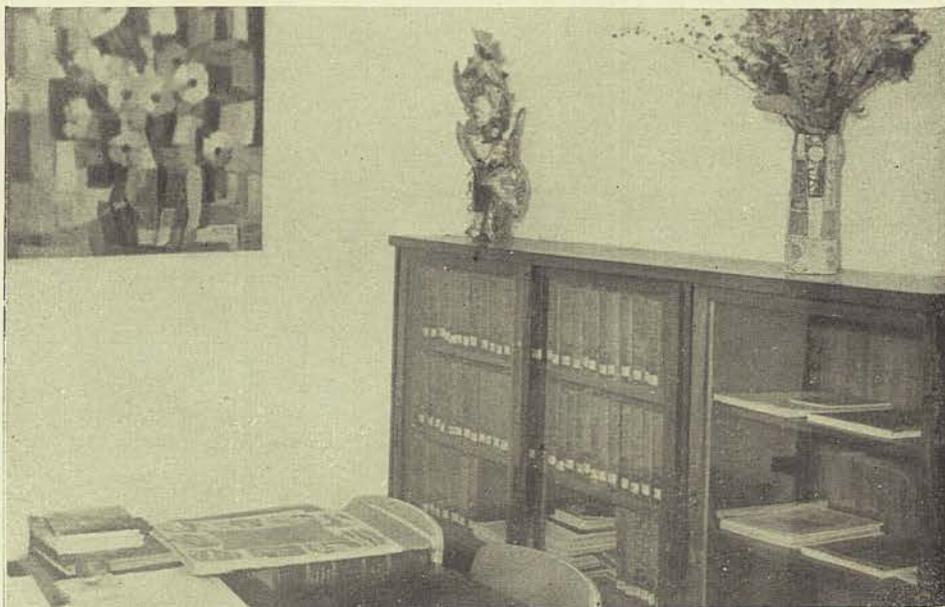
Todavia, a rapidez com que ali se formaram as primeiras aglomerações humanas concentradas, na maior parte, em torno dos locais de trabalho, fez com que a Novacap criasse escolas de caráter transitório, nos pontos de maior concentração e, por isso, não ajustadas às normas de construção e de localização que eram previstas para o Plano-Piloto da cidade.

Neste particular, observou-se em Brasília a distinção entre essas realizações precárias e a etapa a que já atingiram as edificações escolares que definitivamente correspondem a um início da execução daquele planejamento.

As realizações provisórias foram criadas para atender às necessidades iniciais da educação primária, instalando-se sucessivamente: a) Grupo Escolar "Júlia Kubitschek", no centro populacional do acampamento da Novacap, em setembro de 1957; b) Escola "Dr. Ernesto Silva", na Construtora Nacional, em setembro de 1958; c) Escola da "Fundação da Casa Popular", com jardim de infância, em março de 1959; d) Escola da "Granja 3", do Tórto, em março de 1959; e) Escola da "CCBE e Coenge", em março de 1959; f) Escola da "Metropolitana", em abril de 1959; g) Escola do "Planalto", em maio de 1959; h) Escola do "IPASE", em maio de 1959; i) Escola da "Vila Bananal", em maio de 1959; j) Escola da "Granja 1", em Tamanduá, em maio de 1959; k) Escola da "Cerâmica Bênção", em agosto de 1959.

Na execução do plano de obras definitivas para escolas temos: a) 1 Jardim de Infância, entre as quadras 18 e 19, com capacidade para 200 crianças, em 2 turnos; b) 1 Escola-Classe, na quadra 308, para 480 alunos; c) 1 Grupo Escolar em Taguatinga, para 500 alunos, em 2 turnos, cuja matrícula em 1959 excedeu a esse número; d) 1 Escola em Papuda, para 140 alunos. Estão em franco funcionamento: a) Escola-Parque entre as quadras 307 e 308, para 1.920 alunos em 2 turnos; b) Duas Escolas-Classe; uma na super-quadra 108, e outra na super-quadra 206; c) 1 Jardim de Infância na Área do Ipase; d) Centro de Educação Média, já anteriormente descrito.

Escola de Artes Plásticas de Brasília. Biblioteca Visconde de Pôrto Seguro.





Jardim de Infância.

a educação em Brasília

O ensino público primário de Brasília foi organizado e mantido pela Novacap, sob a direção do Dr. Ernesto Silva.

Em setembro de 1957 inaugurou-se a primeira escola primária, que recebeu o nome de Grupo Escolar I, mais tarde chamando-se Grupo Escolar Júlia Kubitschek, com 5 professores e 150 alunos, localizada no setor dos escritórios da Novacap, servindo aos filhos de funcionários, e às crianças dos operários e do Núcleo Bandeirante.

Em setembro de 1958 surgiu a Escola "Dr. Ernesto Silva", na Companhia Construtora Nacional, com 160 alunos, tendo anexo um Jardim de Infância.

Em 1959 a Novacap instalou 10 Escolas, 2 Jardins de Infância e 1 Escola em Taguatinga.

Em 1957, Brasília contava 150 alunos, 1 escola e 5 professores. Em 1958, 626 alunos, 2 escolas, 1 jardim de infância e 18 professores. Em 1959, 2.134 alunos, 12 escolas, 2 jardins e 67 professores. Em 1960, o ensino de Brasília, já sob a dire-

ção da Caseb, com mais de 5.000 alunos e 200 professores.

O ensino primário está sendo ministrado em 4 séries, para crianças de 7 a 12 anos, e em alguns casos de 13 a 14 anos, uma vez que o regime escolar prevê 6 anos de escolaridade.

O ensino médio público em Brasília limitou-se na instalação da Escola Profissional de Taguatinga.

O ensino primário particular da Nova Capital funciona nas seguintes escolas: a) Escola das Irmãs Dominicanas, com 150 alunos; b) Instituto Educacional de Brasília, 275; c) Escola Paroquial N. S. de Fátima, 330; d) Escola Metodista, 135; e) Escola Evangélica de Brasília, 64; f) Escola da Igreja Evangélica "Simonton", 70; g) Curso Primário do Ginásio Brasília, 412 alunos; h) Curso do Colégio Dom Bosco, 560 alunos.

O ensino médio particular começou a funcionar em 1958, com o Ginásio Dom Bosco, pertencente aos Padres Salesianos, com mais de 500 alunos; e o Ginásio Brasília,

pertencente atualmente aos Padres Lassalistas, com cerca de 300 alunos. Este ginásio pertenceu anteriormente à "Fundação Brasília".

Brasília não esqueceu as instituições culturais. Ali se registram: a) Biblioteca Visconde de Porto Seguro, a primeira biblioteca do Plano-Piloto de Brasília, funcionando num dos edifícios residenciais da Caixa Econômica Federal, aberta diariamente, para leitura "in loco" ou empréstimo a domicílio; b) Biblioteca Pública de Brasília, na cidade Bandeirante; cursos de inglês, francês, italiano, espanhol, alemão; d) Escolinha de Cerâmica, para crianças, e Escola de Teatro Infantil, com ballet, côro polifônico, percussão musical, funcionando na sede da Biblioteca "Visconde de Porto Seguro".

Desta data em diante, a educação da Nova Capital passou para a comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb), subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, pelo Decreto n.º 47.472, de 22 de dezembro de 1959.

Escola-Classe.

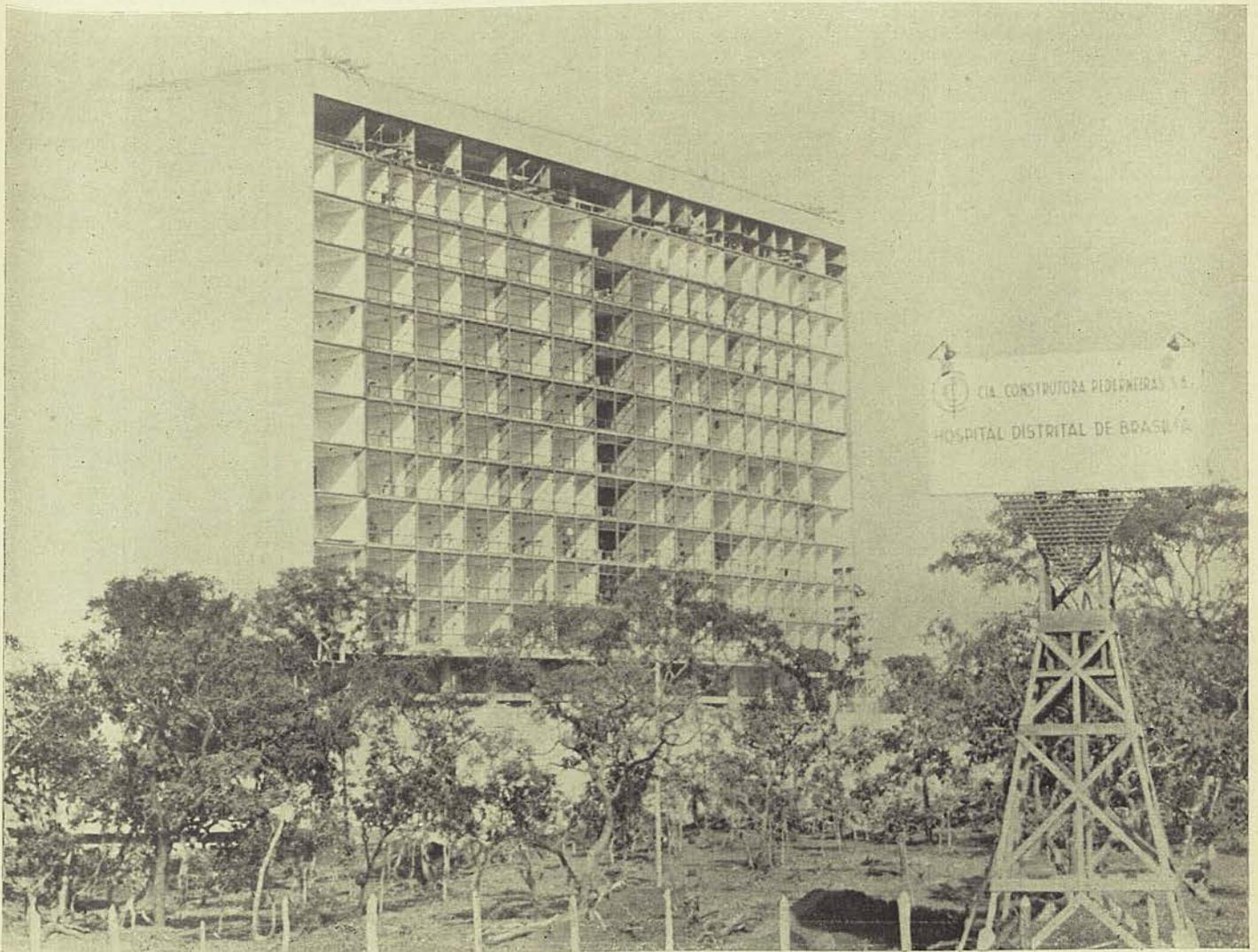


Interior do Jardim de Infância.



Escola-Parque.

Hospital Distrital.



Ninguém melhor para descrever e expor o sistema de assistência médico-hospitalar de Brasília, que o Dr. Ernesto Silva, diretor da Novacap, e responsável por este serviço.

Esta é a exposição do Dr. Ernesto Silva: "O plano médico-hospitalar de Brasília visou, antes de mais nada, ao equacionamento dos problemas de saúde pública, dentro do espírito que criou a nova Capital do Brasil.

Vale dizer, realizar-se essa assistência dentro do mesmo espírito revolucionário que presidiu a essa nova civilização do planalto central. A construção de uma cidade não se resume em fundá-la e defini-la como tal, em dar-lhe um traçado perfeito e construir edifícios modernos, pontes e estradas pavimentadas, em dotá-la de serviços de água, esgoto, eletricidade, telefone, apartamentos e casas residenciais.

Uma cidade não é apenas um amontoado de pedras, um agrupamento ordenado de casas, um traçado intrincado de ruas e sim um sistema de vida. Um sistema revolucionário exige, também, soluções revolucionárias e simultaneidade de ação. Não poderia o sistema médico de Brasília adotar soluções arcaicas, repetir erros e seguir a rotina que remonta a épocas coloniais.

Imbuídos desses pensamentos e da vontade indomável de tornar Brasília uma cidade humana, dotada de todos os fatores indispensáveis ao conforto, bem-estar e comodidade da população, é que estamos realizando, no campo médico-hospitalar, uma obra revolucionária, original e isenta dos erros comuns nas várias cidades do nosso País, rompendo, também, nesta oportunidade, com o espírito rotineiro, que asfixia e dificulta o progresso.

Atualmente em nosso país a assistência médico-hospitalar apresenta uma série de falhas. As principais são:

1.º dispersão de esforços pela multipli-

cidade de serviços assistenciais, por vezes em precário funcionamento.

2.º extrema oneração desses serviços, decorrente dessa multiplicidade;

4.º o desestímulo do médico, reduzido a condição de assalariado;

5.º o penoso deslocamento dos doentes para seu hospital, na maioria das vezes localizado a grandes distâncias de sua residência.

Há inegavelmente no país, uma multiplicidade de serviços por vezes precários, dando a certas zonas e cidades um atendimento demasiado e a outras, nenhum.

Isso redundando numa tremenda oneração para execução dos trabalhos, nem sempre em benefício da sua melhor qualidade.

Não há a negar que em qualquer lugar do mundo a escolha do médico é um caso de confiança pessoal e um direito inalienável do cidadão. A confiança no profissional é um elemento valioso no tratamento do doente; o sistema compulsório de atendimento médico existente em nosso país, não atende a esse requisito. Por outro lado não há estímulo do médico brasileiro, sujeito que é a um regime de mero assalariado. Com isso, medicina e médicos prejudicaram-se. Estes, sem incentivo e aquela exercida em alguns casos precariamente.

Pelo novo sistema que acaba de ser introduzido em Brasília esses inconvenientes serão afastados: haverá mais comodidade da população, que terá mais próximo os meios de tratamento; maior concentração de meios, melhorando a assistência médico-hospitalar; menos custo dos serviços médicos, decorrentes dessa concentração; livre-arbítrio do indivíduo na escolha do médico que vai tratar de sua saúde; uma intervenção da comunidade nos problemas de saúde pública, que na realidade são do seu interesse e da sua responsabilidade. Além disso, convenhamos, uma tal inova-

ção representaria também, uma demonstração de evolução democrática, dando-se ao povo uma certa auto determinação nos problemas essenciais da sua sobrevivência. No novo sistema o médico deixa de ser mero assalariado; há uma unificação de todos profissionais e serviços existentes; um programa comum de assistência médica; u'a maior concentração de meios, permitindo uma assistência de alto padrão; a aproximação e convivência maior dos médicos entre si para atingir aquele programa de alto padrão; permitirá ainda o método, um maior aperfeiçoamento dos profissionais. Como resultante natural disso tudo, haverá também um melhoramento econômico dos médicos, uma vez que o plano prevê:

1.º) Salário base mínimo. No caso do médico já funcionário, o seu salário será reajustado até aquele nível, se fôr o caso;

2.º) remuneração pró-labore por tarefa executada no atendimento dos que tiverem direito, por lei, a assistência médico-hospitalar;

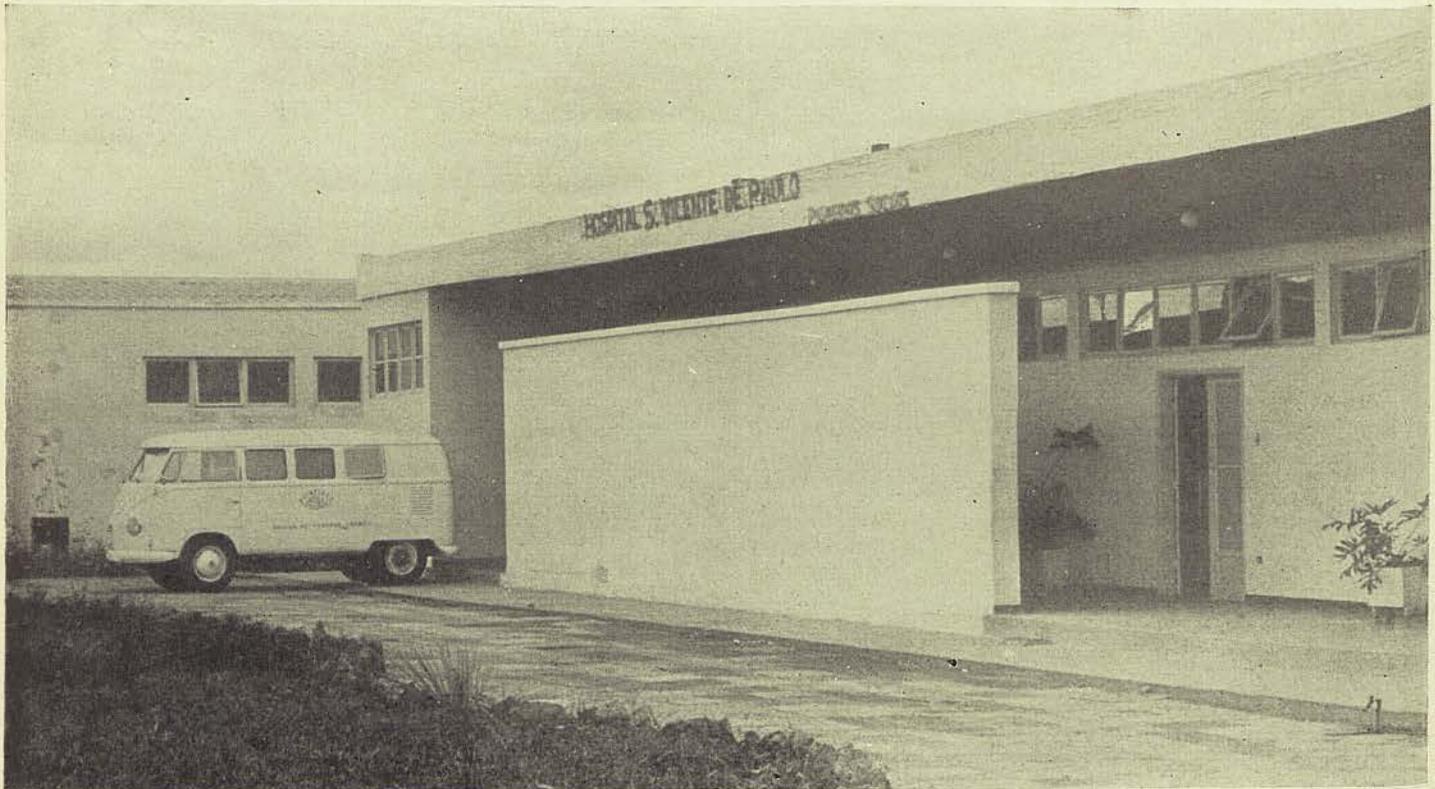
3.º) possibilidade de atendimento, no hospital, dos doentes particulares após o término do horário de tempo integral, o que ainda tornará mais presente o médico na unidade hospitalar.

Inúmeras experiências têm sido feitas, em certos países, no campo da medicina social, com êxitos variáveis.

Esses êxitos entretanto, não estabeleceram um sistema único, aplicável a todos os países.

Urgia, pois, se encontrar, para o nosso meio, uma solução intermediária, que permitisse fazer-se uma medicina verdadeiramente para o povo, respeitando-se dois pontos essenciais: reunir os médicos num mesmo sistema útil à coletividade, sem tirar-lhes uma sadia emulação, que é indispensável ao seu aperfeiçoamento.

O plano assistencial de Brasília, eliminando os excessos verificados em outros paí-





Pôsto de Assistência Médica.

ses, procurou realizar um sistema de aperfeiçoamento do método atualmente vigente aqui. O fulcro principal desta inovação, foi chamar o povo a colaborar na solução de seus próprios problemas. Esse é o objetivo do Conselho Comunitário de Brasília, criado por decreto presidencial.

O Conselho Comunitário é o órgão representativo da comunidade. Tem por finalidade opinar sobre os problemas médico-sanitários de Brasília. É um órgão normativo e fiscalizador.

Compor-se-á de representantes de todas as classes sociais através de suas instituições e de representantes do Governo. Por esse sistema, cada cidadão poderá levar ao Conselho Comunitário as necessidades de sua cidade ou de seu bairro, para o julgamento e providências do Conselho, por interessados do seu órgão de classe.

É a participação da população, concentrando os homens que as representam e têm capacidade decisória nos problemas da comunidade. Tudo isso de comum acordo e em colaboração com o poder público. O seu órgão de execução é o Conselho de Saúde; Este se compõe de um Diretor e quatro chefes de Divisão, eleitos pelo Conselho Comunitário, sendo o Diretor escolhido em lista tripartite, pelo Presidente da República.

O Conselho de Saúde, para execução de suas atribuições, disporá de uma rede de hospitais, constituída de:

- a) um hospital de base, que constitui o centro de sistema;
- b) onze hospitais distritais, cada um atendendo a uma população de - 45 a 50.000 habitantes, previamente zoneados pelo Plano-Piloto;
- c) hospitais rurais;
- d) hospitais satélites.

O hospital de base é o centro do sistema; a 1.ª cadeia para a periferia são os hospitais distritais, situados na zona urbana.

O 3.º escalão do plano para a periferia são os hospitais rurais, destinados àquelas zonas. O fechamento da cadeia se faz na área dos hospitais satélites criados (ou a serem criados) nas futuras cidades satélites, de acordo com o Plano-Piloto.

Todas essas unidades, que estarão a serviço do Conselho de Saúde, dispõem dos meios mais modernos de assistência médica.

Para a execução desse plano já está sendo composto um quadro de médicos, enfermeiras e demais auxiliares, de alto nível técnico.

O plano está em franca execução através de Hospital Distrital de Brasília.

Este hospital está em condições de atender a toda a população de Brasília por um largo período. Conta com 260 leitos, em edifício de 12 andares, com Pronto Socorro efficientíssimo, capaz de atender à zona urbana e rural e em serviço de assistência domiciliar.

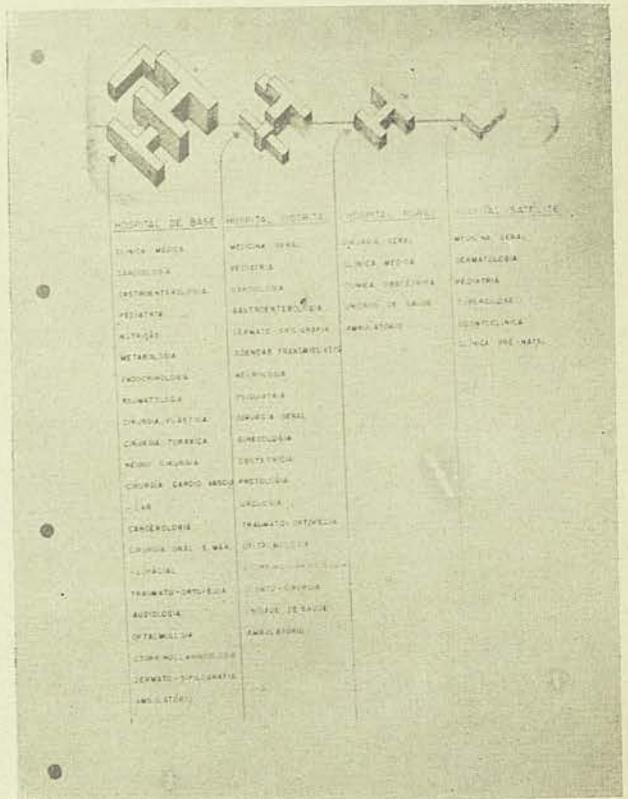
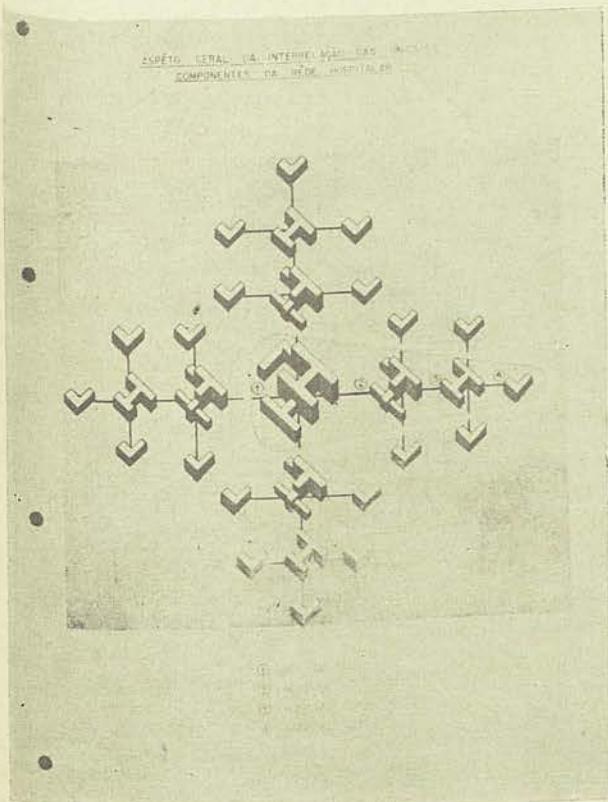
É o hospital eminentemente dinâmico, pela mínima retenção dos doentes, de acordo com as mais modernas normas hospitalares, evitando-se a imobilização dos crônicos, o que, infelizmente, é uma norma na maioria dos hospitais brasileiros.

Como vêem, é um plano revolucionário, à altura da obra realizada pelo Presidente Kubitschek em Brasília, essa nova civilização implantada no coração do Brasil e que foi executada por essa figura singular de pioneiro que é o Dr. Israel Pinheiro, presidente da Novacap.

Esperamos que a brilhante classe médica a que pertencemos, sinta a grandeza da inovação que estamos procurando introduzir, que é em benefício da comunidade, da ciência e da classe médica, e nos dê o seu apoio e ao Presidente Juscelino Kubitschek de cuja decisão e espírito renovador nasceram Brasília e os seus complementos humanos, de que este plano é parte".

Hospital S. Vicente de Paulo, em Taguatinga, à esquerda.

Organograma do sistema hospitalar de Brasília.



arquiocese de Brasília

A criação de Arquidiocese de Brasília constituiu, sobretudo, uma afirmação do significado do nosso país no âmbito das Nações Católicas. Com isso, demonstrou o Santo Padre zelo, solicitude e amor pelos brasileiros.

Deve ser destacado, sobretudo, o sentido de integração de um todo que veio dar a Brasília, a iniciativa do Papa João XXIII. Isto por que, materializando um gigante, o Presidente Juscelino Kubitschek lançou-se à obra que enche de orgulho os seus concidadãos, fazendo subir em pedra e cal monumentos que assinalam a época do redescobrimento do Brasil. A alma desse corpo proveio da criação da Arquidiocese, já dotada de pastor, Dom José Newton de Almeida Batista.

Nesta memorável data de 21 de abril de 1960, pórtico de nova estrada na vida brasileira, celebra-se em Brasília a missa inaugural, pelo Legado Pontifício - Cardeal Cerejeira, o que nos dá a presença do Sumo Pontífice, por seu delegado, com a bênção litúrgica da cidade e a mensagem do pai comum da Cristandade, que tanto estima nossa Pátria.

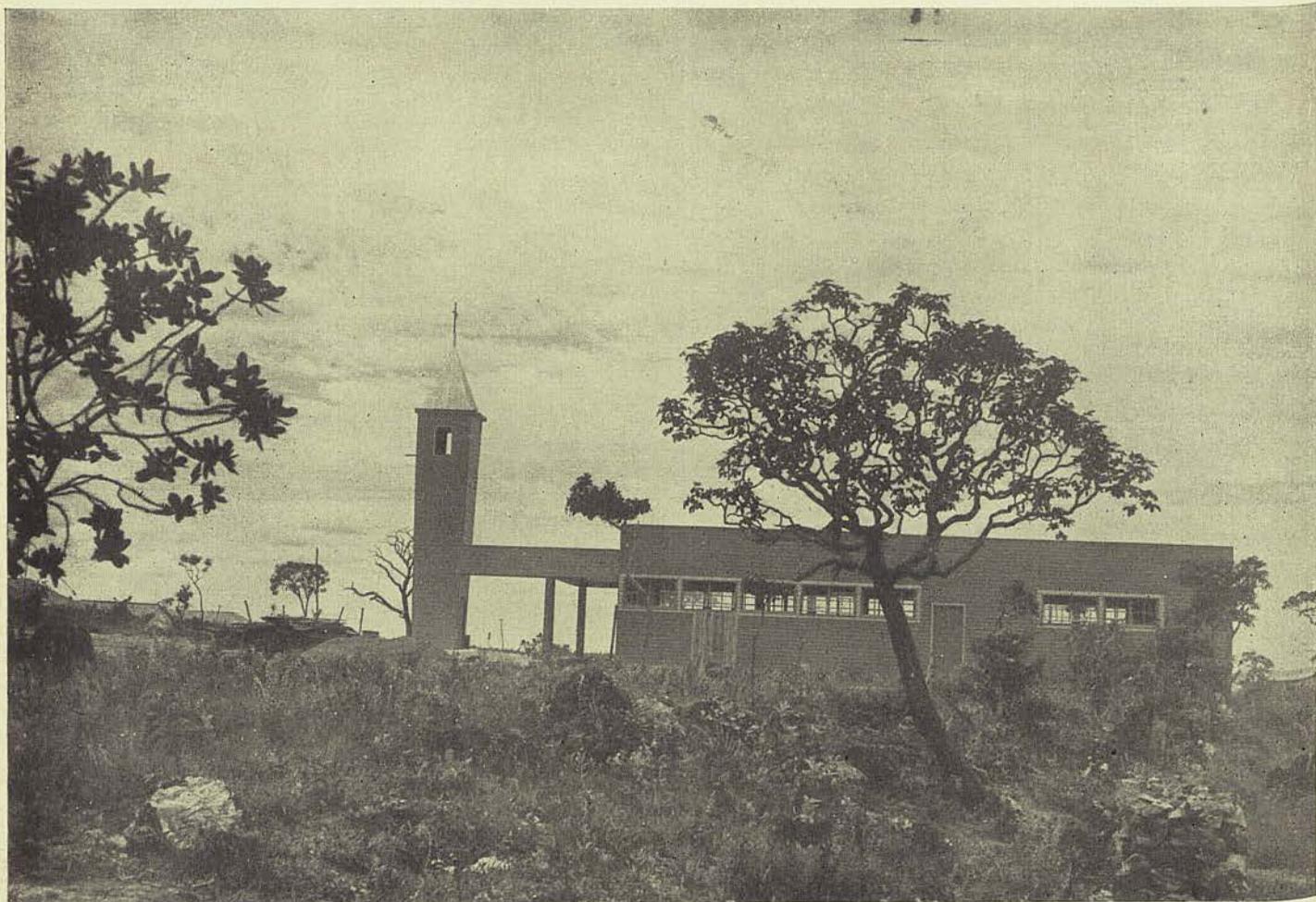
Aludindo ao significado dessa dádiva do Santo Padre, assim se manifestou Dom José - "emociona-me o ter que deixar Diamantina, mas nossa vocação é fazer a vontade de Deus, em quem confio e de quem espero receber as graças para enfrentar as responsabilidades de uma circunscrição eclesiástica da sede do Governo da Nação".

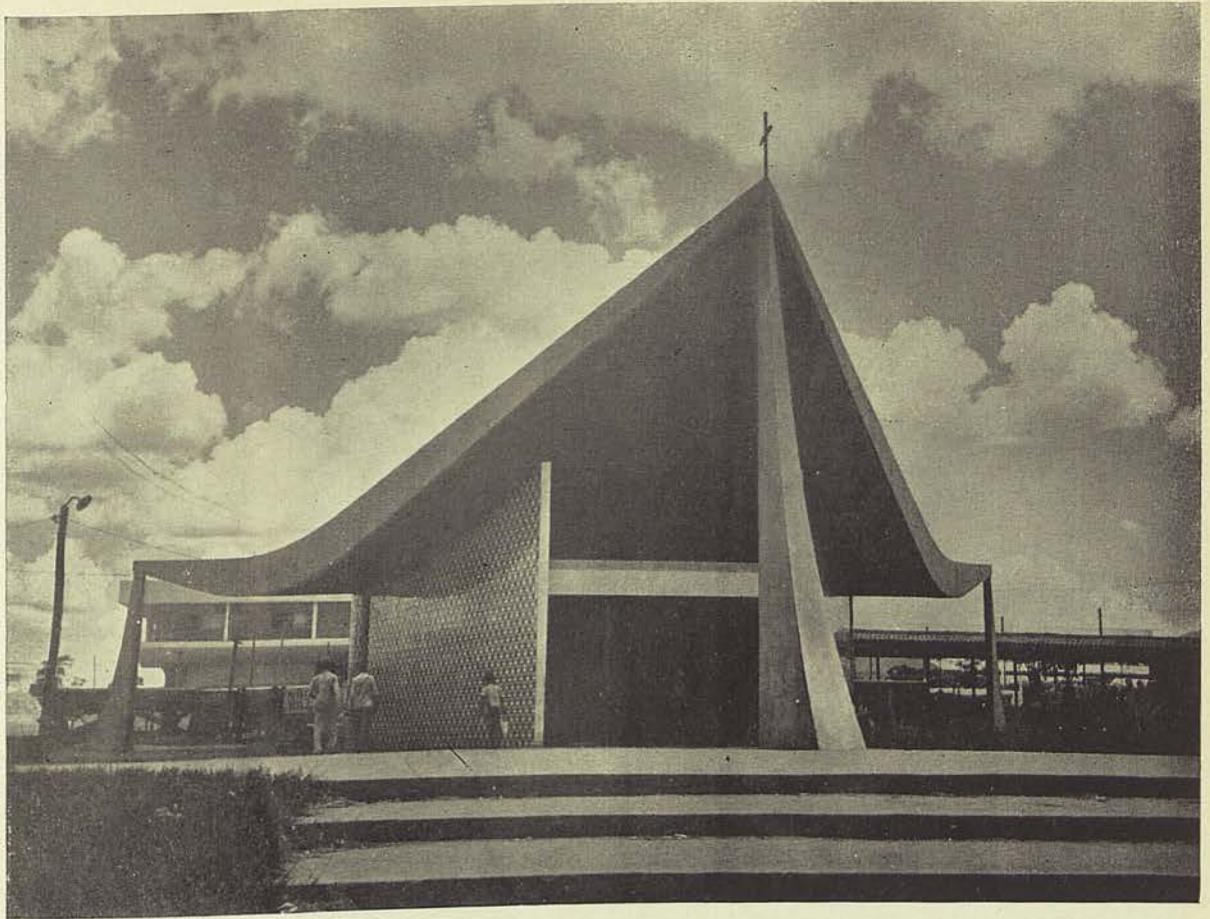
Durante a entrevista que concedeu, Dom José abordou vários aspectos de sua missão em Brasília. Na ordem de suas atividades, procurou dar destaque à sua intenção de formar novos pastores da Igreja na Arquidiocese do Planalto. E afirmou: "Se em Brasília tudo é trabalho e trabalho indômito e rápido, minha primeira tarefa há de ser a da construção do Seminário, e com data marcada para a inauguração: janeiro de 1961.

Prosseguindo em suas declarações, é Dom José quem nos informa o sentido que dará ao seu governo na Arquidiocese. "A missão específica da Igreja e, pois, do Bispo, é espiritual. Mas, é lógico que não pode esquecer nem prescindir dos problemas materiais do homem, mesmo porque o tormento causado pelas pressões temporais podem ser causa de incapacidade para as coisas do espírito". E, ainda mais "... diante do abandono do nosso homem interiorano - iletrado, sem saúde, e mal alimentado, sem orientação para o trabalho - e diante da necessidade de manter e desenvolver aquela classe média, que constitui o fiel da balança e o equilíbrio da sociedade, a Igreja usa, entre outros meios, do chamado ruralismo, abençoado pelo saudoso Pio XII".

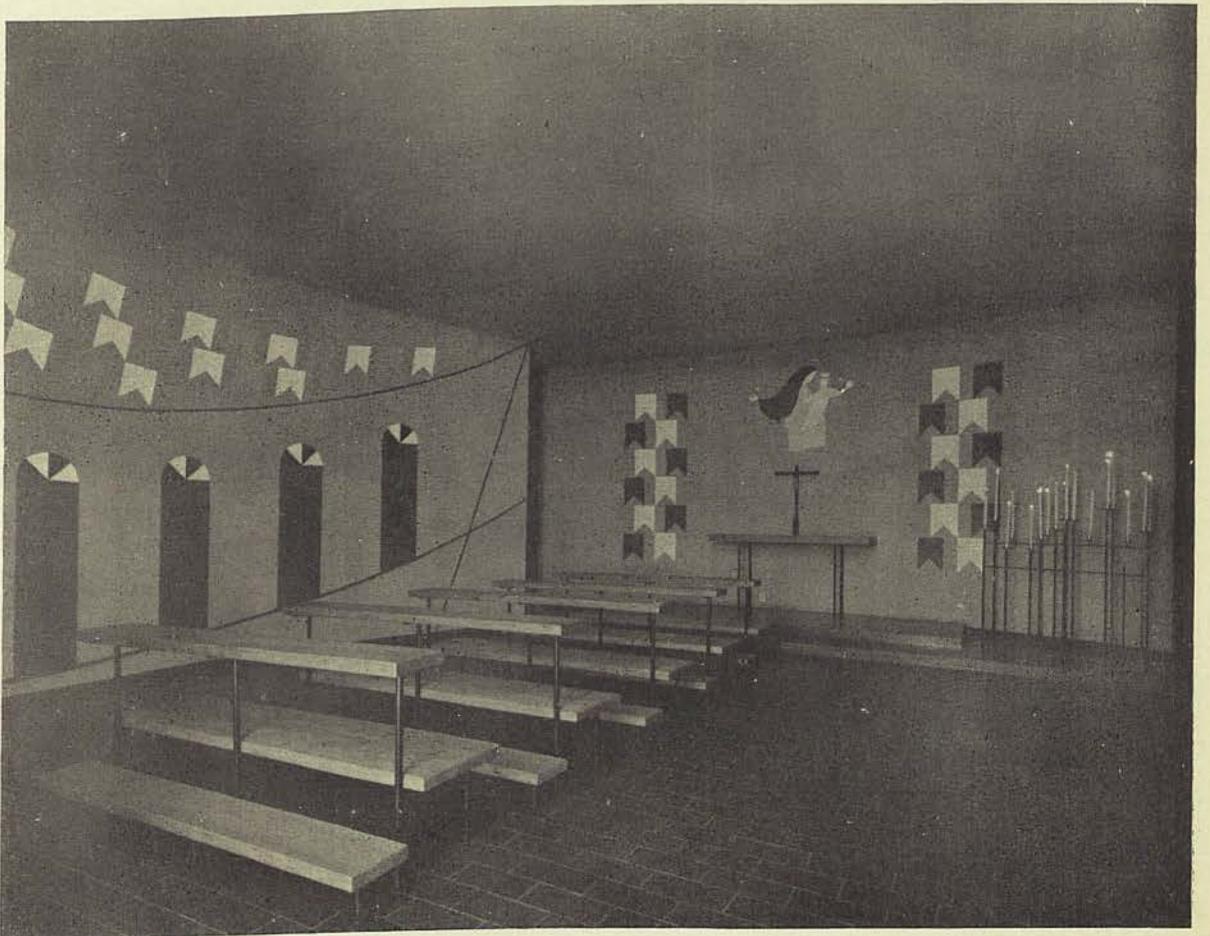
Nessa ordem de idéias, Dom José sentenciou: "aguardamos ansiosos uma ação legislativa, que venha modificar, para melhor, a insustentável condição do nosso homem do campo".

A primeira Igreja de Brasília.

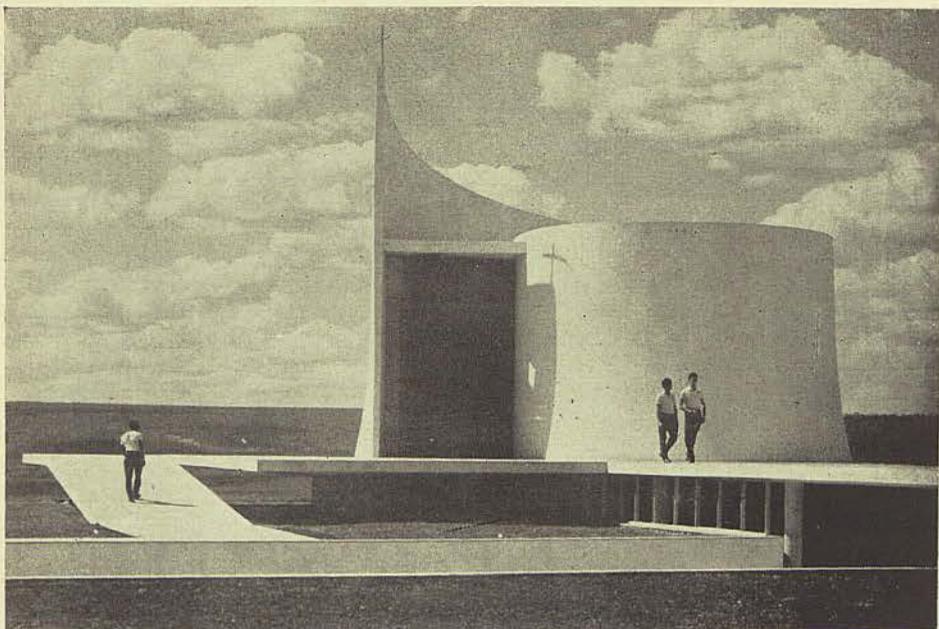




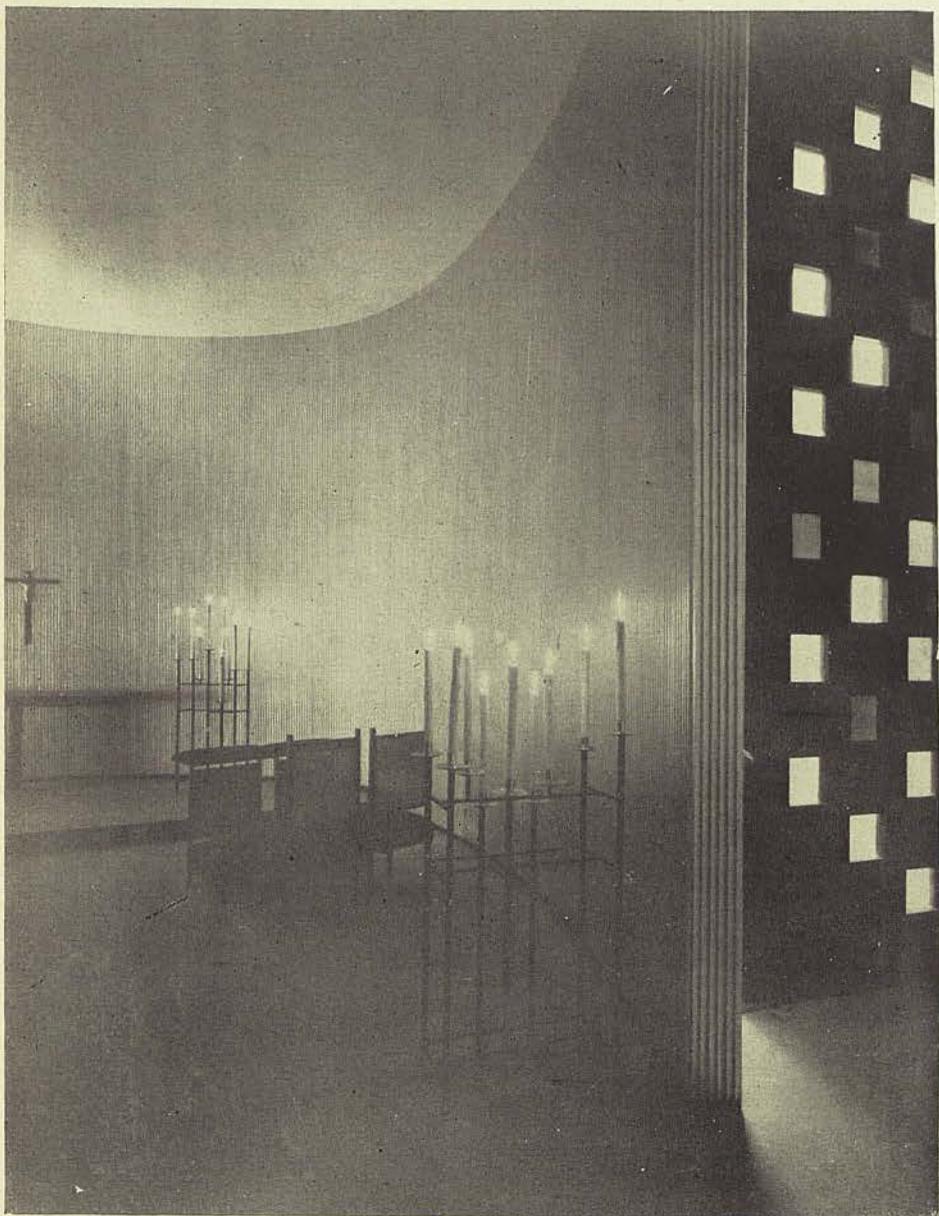
Capela Nossa
Senhora
de Fátima



Interior da
mesma capela.



A capela do Palácio da Alvorada.



Interior da mesma capela, vendo-se o altar.

brasília e o pensamento presidencial

“Quero abordar, agora, meus patricios, o problema da mudança da Capital para Brasília. Conheço as críticas aos trabalhos que vêm sendo feitos pelo meu governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a Capital para o interior do país. Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa Lei Magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, que virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria. Somos geograficamente um dos maiores países deste planeta, onde vive um povo em condições de apêto. Em torno de nossa vastidão, os descampados, o país por conquistar, sítios admiráveis e, no entanto, nos agrupamos à beira do mar, espiando as fases das marés. Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir a terra, marchar para o oeste, voltar as costas ao mar, e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir, em voltar. Do Brasil nenhum de nós partirá jamais, porque esta é a nossa nação e pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso. Sei e medi tôdas as consequências dessa mudança da Capital. Não desconheço que acrescentei esforços e canseiras maiores aos duros trabalhos que pesam sobre os ombros do governo. Mas era preciso dar o passo decisivo. E o passo decisivo foi dado. Não se iluda ninguém: a Constituição será cumprida em benefício de todos do país e deste Rio de Janeiro, que nada sofrerá com a mudança, ao contrário, porque não é por ser a Capital da República que se expandiu esta cidade, hoje com raízes tão profundas e que continuará cada vez mais forte e mais bela”. (Da mensagem de Ano Bom, 1957 - Revista “Brasília”, n.º 1).

“A fundação de Brasília é a fundação do equilíbrio da nação brasileira. Já vos disse, creio, que não

se trata apenas de uma retificação puramente geográfica. O choque da mudança operará uma transformação necessária e urgente na mentalidade, no modo de sentir e conceber dos brasileiros, despertando-os, tornando-os mais atraídos pelo empreendimento privado, inspirando-lhes um desejo maior e mais acentuado de melhorar os índices de nossa produtividade. O contato com os problemas, as emoções de um mundo a vencer, tudo isso atuará de maneira saudável na alma nacional, insuflará em todo o país o mesmo espírito que fez de São Paulo o que São Paulo é hoje”. (Da Mensagem do Presidente aos participantes da Primeira Semana Nacional Mudancista - Revista “Brasília”, n.º 3).

“Até esta data temos governado o Brasil de costas para o interior. Agora, numa expressão feliz e recente do governador de São Paulo, vamos governar o Brasil de costas para o mar. Esta necessidade imperiosa da conquista do Brasil será atendida apenas com este gesto de mudança da capital. É um choque, realmente, que vamos dar no país, e este choque terá a virtude de fecundar tôdas as regiões desertas do país”. (Do discurso proferido, de improviso, no Palácio do Catete, no dia 18-2-1957 - Revista “Brasília”, n.º 2).

“O Brasil também está empenhado agora em conquistar suas terras abandonadas, caminhando decididamente para o centro e para o oeste para a reintegração definitiva dos seus cinco milhões de quilômetros quadrados, que ainda hoje não conhecem sequer o som do passo humano. A construção de Brasília visa a êsse objetivo: levar para o centro do País atividades que desenvolvam a sua economia e integrem na comunhão brasileira mais de 2/3 do território nacional, ainda hoje inexplorados. Em 1960, estradas asfaltadas estarão ligando Brasília ao Rio, a São Paulo e a Belém, numa rede indispensável ao desenvolvimento do interior brasileiro. Nós marchamos resolutamente para a realização, em 1960, das metas governamentais, que darão uma nova estrutura aos destinos do País.” (Do discurso proferido em Guaratinguetá, São Paulo, na formatura dos alunos do Curso da Escola de Especialista

da Aeronáutica - Revista “Brasília”, n.º 12).

“Queremos que o Brasil deixe de ser um fio de civilização, debruando a Costa Atlântica. Queremos que o Brasil deixe de ser um arquipélago e que se transforme num continente unido, interligado, perfeitamente entrosado. Sinto-me no dever de explicar, não a vós, que o sabeis tanto quanto eu, mas diante de vós, homens honestos e bravos desta cidade, para que me ouçam em tôda a parte que Brasília não é uma emprêsa isolada, um capricho, um sinal, um toque solitário, uma nota perdida, mas um ato identificado com uma política geral, consciente, e deliberadamente conduzida. Brasília obedece a uma mesma determinada orientação geradora de acontecimentos grandes e pequenos, todos com uma mesma intenção, um mesmo sentido, e uma direção única. Três Marias, Furnas, as estradas de penetração no interior, o serviço de águas desta e de várias cidades - elos de uma mesma cadeia sólida que ajudará a impulsionar o Brasil, a dar-lhe movimentos, a salvar do subdesenvolvimento tantas de suas regiões.

Tentam transformar Brasília em vítima expiatória de tôdas as dificuldades do passado; tentam culpar Brasília de ser a causa daquilo que deve ser atribuído ao desequilíbrio natural de uma nação que cresce. Tentam atirar sobre a iniciativa revolucionária e salvadora de obedecer-se a um artigo da Constituição, que manda mudar a capital para o planalto goiano, tudo o que se verifica nesta hora. O desequilíbrio orçamentário, o calor na capital, as derrotas e as vitórias eleitorais, a situação do café, tudo é culpa de Brasília. Ao povo procura-se incutir o horror à nova capital, mas isto vale dizer em pura perda, porque o povo não vive de experiências que não provocam nada; pelo contrário, tem a intuição criadora, sabe o que será certo ou errado, e já se pronunciou pela bandeira de Brasília. Já foi dito e redito que Brasília, além de outras vantagens, é um investimento reprodutivo, que aos oito bilhões que no máximo, e em todos os seus estágios progressivos, atingirá o investimento corresponderá uma receita estimada em 24 bilhões, graças às vendas do espaço da jovem

metrópole. É uma operação de largo vulto, mas perfeitamente autofinanciável. O Brasil deixará de ser, graças a Brasília, apenas um vasto País no mapa, para transformar-se num país de fato.” (Do discurso na cidade de Campina Grande – Revista “Brasília”, n.º 23).

“Por que do esforço, da tenacidade do Brasil inteiro não poderá nascer Brasília? Ufano-me de que tenha cabido a um homem desta região a oportunidade de concretizar esta velha aspiração pioneira, da mudança da Capital para o seu lugar exato, que significa uma acertada medida de defesa do Brasil, de posse integral do Brasil, de conquista efetiva de uma das zonas mais admiráveis e fecundas de nosso imenso território. A idéia de Belo Horizonte teve os seus inimigos, os seus detratores, os seus velhos do Restelo a protestar contra a ousadia, que tão temerária lhes parecia. Que é feito dêles, que é feito dos argumentos especiosos, das observações maliciosas tendentes a desencorajar a fundação de nossa cidade? Amanhã, todos os que se erguem contra a nova Capital da República também serão confundidos, emudecerão em face da pujante realidade.” (Do discurso pronunciado por ocasião do 60.º aniversário da Fundação de Belo Horizonte – Revista “Brasília”, n.º 12).

“Quando me animei a essa resolução, que a muitos parecia um sonho de visionário e hoje é uma realidade prestes a ser doada ao povo brasileiro, nada mais fiz do que obedecer a um imperativo da realidade nacional prefigurado na letra de nossa Constituição.

Determinado a acelerar o progresso brasileiro em ritmo compatível com as condições técnicas de nosso tempo, não medi sacrifícios para plantar no coração virgem da Pátria os alicerces de sua nova capital. É aquilo que se apresentava a Nação como uma aspiração quase inalcançável pelo vulto gigantesco de seu empreendimento, é agora, aos olhos do mundo civilizado que se admira de nosso arrôjo, uma prova a mais da vocação pioneira e construtiva do Brasil.” (Do discurso na Confederação Nacional do Comércio – Revista “Brasília”, n.º 23).

“A construção de Brasília era uma tarefa que se impunha aos responsáveis pelos destinos nacionais. E não podia ser protelada, com a cômoda arguição da falta de meios e de recursos, porque não se tratava de uma

providência meramente decorativa no panorama da vida brasileira, mas sim de uma medida básica de nosso futuro, suscitada por uma convergência de fatores imperativos que não nos era lícito ignorar.

A circunstância de dispor o Brasil, neste momento de sua evolução cultural, de uma plêiade de grandes técnicos, no plano dos conhecimentos arquitetônicos e urbanísticos, ajudou-nos a enfrentar o problema, com a disposição de resolvê-lo.

A estrada que ligará Belém a Brasília será dentro em breve um novo leito de riqueza nacional, por onde correrão as águas de um rio ininterrupto de novas forças econômicas.” (Do discurso na Confederação Nacional do Comércio – Revista “Brasília”, n.º 23).

“Brasília não é uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento. Não é apenas uma mudança de capital mas o anúncio de uma reforma. O Brasil estava, há muito, necessitado de uma reforma de base, de uma reforma em tudo – de uma reforma nos costumes políticos, de uma reforma no seu conceito de estado paternalista, cujo resultado é a procição incalculável de uma clientela que precisa saber que, além do respeito que exige para os seus direitos, tem os seus deveres e as suas obrigações a cumprir também. Vamos mudar o Brasil de posição. A mudança geográfica terá forçosamente de acarretar uma nova concepção de vida. Os problemas têm de ser encarados de forma positiva. Temos de mudar geograficamente o centro de decisão desta Nação e já a mudança está sendo processada. Mas esta mudança tem de ser completada e concluída como uma mudança na própria alma. O Brasil deve ser levado a sério, como uma grande e difícil unidade que requer todo o esforço e aplicação.

Nenhuma administração pode realizar alguma coisa de forte e de grande, quando não é sustentada pelo desejo de viver e de crescer de um povo. O que anima e fortalece o Estado é o apoio de uma crença, de uma fé, de uma esperança por parte do povo.

A construção de Brasília é verdadeiro ato de fé de um governo, mas esse ato tem de ser sustentado e alicerçado pelo desejo do povo brasileiro e pela sua vontade de ser grande. É esta vontade que sinto manifestar-se, nos que se encontram ao meu lado trabalhando, nos anôni-

mos com quem convivo, nos operários, nos jovens brasileiros que erguem no centro do País a cidade do futuro, capital do País do futuro.” (Do discurso proferido na cerimônia de instalação da Exposição Permanente no MEC – Revista “Brasília”, n.º 13).

“Não hesito em dizer que desvelamos em cuidar daquilo que nos legaram os nossos descobridores: um grande território e um não menor destino. O território mantivemo-lo intacto, e o destino está sendo cumprido. Brasília e as obras de penetração no coração fechado dêste país provam que nos vamos aproximando da hora de nossa plenitude.” (Do discurso proferido ao receber, em Brasília, as credenciais do novo Embaixador de Portugal no Brasil, Sr. Manoel Rocheta – Revista “Brasília”, n.º 18).

“Com essa finalidade, determinei que se desse cumprimento ao imperativo histórico constitucional de transferir a Capital brasileira para o centro do País, de forma a que ela sirva de foco de irradiação civilizadora para aquelas regiões, que, afastadas do bafêjo do poder central e daqueles pontos mais afortunados e prósperos, não puderam ainda acompanhar o ritmo de progresso verificado em outras partes da Nação. A construção de Brasília não é, portanto, um sonho de visionário, ou a satisfação da vaidade tôla de um governante que desejasse, simplesmente, ligar seu nome ao de uma empreitada gigantesca, mas fantasiosa. Não, Brasília completa as metas, Brasília resulta da clara consciência de uma realidade geo-política e econômica, sobre ser um esplêndido testemunho de nossa capacidade de realização.” (Do discurso aos Economistas de Belo Horizonte – Turma de 1958 – Revista “Brasília”, n.º 24).

“Quero, porém, neste ensejo, afirmar de uma vez para sempre, que não foi para tomar emprestado uma legenda, nem para alçar-me ao nível dos nossos bravos bandeirantes, que resolvi enfrentar muitas lutas, dificuldades e incompreensões e promover a imediata colocação da cabeça do Brasil onde estão os seus ombros. Qualquer homem de governo, destemeroso e inimigo da preguiça, embora desvinculado ou hostil às seduções literárias da marcha para o oeste que, inevitavelmente, aderem ao gesto de mudar a Capital, qualquer estadista de sinceros propósitos, levando em conta apenas os elementos técnicos do problema, faria o que

eu fiz, repetiria o meu esforço, que apenas se sobreleva aos demais atos que praticamos pelo seu alto teor de verdade, pela abundância de suas razões práticas.

Mudar a Capital para o seu lugar certo é, na verdade, uma operação de alta envergadura, um investimento diferente do que temos praticado até hoje, mas um investimento que se pagará de forma generosa e que nos dará frutos numerosos.

O que vai resultar da instalação da Capital em Brasília é de fato incalculável. Não somente conquistaremos, — alargando os benefícios de nossa civilização — uma grande e abençoada parte de nossa terra, valorizando uma zona fértil, de clima temperado, como mudaremos, em virtude do vigor saudável que advirá para o Brasil dessa retificação, o rumo de nossas vidas; tornaremos mais acelerado e mais intenso o ritmo de nosso trabalho, não mais nos deixando distrair, como tem acontecido, do difícil dever que é para o nosso povo de elevar o Brasil ao lugar que merece e no entanto não desfruta no concerto internacional.” (Do discurso proferido na cerimônia de instalação da Exposição Permanente no MEC — Revista “Brasília”, n.º 13).

“Quando assumi o Governo, a criação de uma nova Capital no centro do País pervagava no domínio dos mitos. Durante décadas, a única solução dada ao problema fôra meramente cartográfica: nos mapas do País desenhava-se um retângulo de côr assinalando a localização do futuro Distrito Federal. Prometi ao povo brasileiro que, encerrada a minha gestão, haveria de dar ao País, através de um novo centro administrativo, um novo senso de sua unidade e, por conseguinte, de sua existência orgânica. Creio que são poucos os que, hoje, duvidam da seriedade da minha promessa, da determinação de meu intento. Brasília, sem ser ainda a Capital, já é o orgulho e a esperança de todos os brasileiros — um motivo de admiração para o mundo. Antes mesmo de instalar-se, estará ligada aos nossos centros urbanos mais adiantados, unificando o que ainda constitui, mais do que a Nação, o arquipélago brasileiro. Brasília é uma realidade, a mais brasileira de todas as realidades. Não preciso insistir em que a transplantação da Capital para seu sítio próprio é o marco de uma nova era, de uma concepção mais realista e mais correta de todos os problemas

da nacionalidade. Agradeço a Deus o privilégio que me concedeu, de ter contribuído para a realização de um empreendimento dessa magnitude.” (Discurso no Segundo Aniversário de Governo — Revista “Brasília”, n.º 14).

“A quem, fria e honestamente, pesar as razões que militam pró ou contra a mudança da capital, estou certo de que os argumentos acima terão demonstrado, sem sombra de dúvida, que se trata de uma necessidade inadiável e iniludível, que se justificaria amplamente, quaisquer que fôsem os sacrifícios impostos ao País, pelo único resultado de permitir o mais rápido desenvolvimento de vastas porções de nosso território. Entendeu, porém, o Governo de realizar essa transferência de maneira mais econômica possível, sem onerar excessivamente os cofres públicos. Para isso, além de estabelecer um esquema em larga proporção autofinanciável, vinculou-a, sempre que possível, ao plano de metas, especialmente no setor dos transportes. A articulação rodoviária e ferroviária de Brasília com o resto do País se faz, assim, sem prejuízo da ampliação do sistema geral de transportes e comunicações, prevista para 1960, e dentro do plano de penetração pelo interior do País e de sua comunicação com a periferia litorânea. Brasília possibilitou a ligação física do Brasil, garantirá a posse de nosso território e a unidade nacional.” (Do discurso pronunciado em Belo Horizonte como paraninfo dos Economistas — Turma de 1958 — Revista “Brasília”, n.º 24).

“Não me amedrontou a tarefa de mudar a Capital da República. Sabia, desde o início, que arrastaria muitas críticas, que iria contra interesses adquiridos, que irritaria os poucos imaginosos e os desconfiados, mas também sabia que ao Brasil não era possível deter-se, que a meta da nova Capital constituía uma síntese de todas as outras metas de minha administração. Não se trata, com a criação de Brasília, de uma ambição faraônica. Os faraós levantaram monumentos fúnebres ou templos às divindades, para que os seus nomes atravessassem longamente os tempos. Brasília não será uma cidade monumental apenas, moderna e exemplarmente funcional. Obra de alguns homens de gênio capazes de projetar e construir, com recursos razoáveis, dará ela o alto testemunho de nossa civilização, transformar-se-á na ponte

de comando de nossa viagem de conquista do Oeste brasileiro, numa cidade-ímã, de onde se irradiará força criadora para uma das zonas mais abandonadas e desconhecidas de nosso imenso território. Erguendo Brasília, erguemos, ao mesmo tempo, a nossa bandeira sôbre regiões de que só tínhamos o domínio nominal. Erguendo Brasília ocupamos o nosso país, provamos que merecemos êsse grave e extraordinário benefício da Providência, a herança de um país novo. Quero dizer-vos que nenhuma força humana deterá Brasília. Ela já se vislumbra, configurada e em pleno processo de construção. E com Brasília também se levanta uma vasta área de nosso país, que se desencantou enfim, deixando de ser uma longínqua referência nos mapas.” (Da Mensagem de Ano Bom - 1959 - Revista “Brasília”, n.º 24).

“Estamos em Brasília agora - de novo em frente ao deserto, contemplando um mundo que é nosso, mas que precisamos conquistar. Aqui se encontra o trampolim que permitirá o salto da conquista do Amazonas, como observou, com exatidão, meu amigo, Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo, em cuja alma ardente e apostolar não se aplaca a sêde pioneira, e em quem não se anuvia o olhar que penetra longe na selva selvagem.

Quero aproveitar êste ensejo para pedir a todos os chefes da hierarquia católica aqui presente que implorem a Deus proteção para êste Brasil que vai surgindo e nascendo de novo, proteção para a bandeira que pretende ocupar e tornar fecunda e útil tôda a terra brasileira, tornar cristão todo êste mundo fechado que a nova capital, tôrre de comando debruçada sôbre o desconhecido, há de desvendar.

Brasília e a marcha para Oeste são uma obra de fé. Sem fé em Deus, sem fé no destino de nosso país, não me teria arriscado a empresa tão cheia de dificuldades tão exposta a incompreensões. Creio na Providência que não me vai afastar a possibilidade de completar a marcha que a nova capital anuncia.” (Do discurso aos altos dignitários da Igreja que participaram da IV Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos, em Goiânia - Revista “Brasília”, n.º 19).

“Brasília é um dos frutos da paciência que Deus me deu. Tenho-a mantido ao ouvir críticas e comentários os mais injustos e, mais do que injustos, repassados de incompre-

ensão, esta acirrada inimiga da paciência. A injustiça tem sua origem quase sempre na paixão cega. A incompreensão, entretanto, porque uma forma de injustiça total, é o que mais fortemente acicata a paciência. É a incompreensão o mais escarpado de todos os óbices que devemos galgar, ainda que com as maiores dificuldades, para avançar e prosseguir na rota em que nos empenhamos.

A iniciativa de Brasília tem sido posta em dúvida por alguns setores da opinião pública. Sôbre a operação da mudança de nossa Capital se fizeram ouvir, até agora, palavras vãs, erros de apreciação e, principalmente demonstrações que revelam desconhecimento da magnitude do feito. Mas é preciso frisar que a idéia de Brasília já se enraizou no espírito dos homens de boa-vontade, dos que não têm outro interêsse e outro alvo senão o de querer arrancar da improdutividade uma imensa extensão territorial brasileira. Minha paciência em não discutir o que sei fruto da falta de visão, em suportar observações imprecisas, não me arrefeceu o ânimo e a resolução de levar avante a empresa que talvez pareça arrojada, mas que é medida inadiável e urgente para a transformação dêste país.

Não podemos continuar indefinidamente a ser um território manchado de desertos, com uma população na sua maior parte colada ao litoral, com as mais ricas zonas do nosso território abandonadas e que servem apenas para referências literárias.

O nosso destino de ser grande nação é tão imperioso e forte, que é temeridade contrariá-lo, sufocá-lo. Nascemos com proporções continentais; nossa visão humana não pode ser menos ampla que a nossa realidade geográfica.” (Do discurso proferido na inauguração do Palácio da Alvorada - Revista “Brasília”, n.º 18).

“Êste é o dia do batismo do Brasil novo. É o dia da Esperança, o dia da Ressurreição da Esperança. É o dia da cidade que nasce. Plantamos, com o Sacrifício da Santa Missa, uma semente espiritual neste sítio, que é o do coração da Pátria.

Seja-me permitido formular uma ardente súplica, neste momento: que Nossa Senhora da Aparecida, Padroeira do Brasil e Madrinha de Brasília, vele por esta cidade que surge, resguarde os que a vierem habitar, volte os olhos benignos para os homens públicos que daqui deverão dirigir esta Nação, a fim de que êles honrem os nossos maiores e sirvam

condignamente às gerações futuras. Que Brasília se modele na conformidade dos altos desígnios do Eterno; que a Providência faça desta nossa cidade terrestre um reflexo da cidade de Deus; que ela cresça sob o signo da Caridade, da Justiça e da Fé.

Ao Espírito Divino, aqui presente, dirijo as minhas ardentes preces para que abençoe o povo brasileiro; e que me inspire a mim, homem humilde, a quem a Providência confiou a grande honra e desmesurada tarefa de presidir aos destinos do Brasil nesta hora em que se inaugura uma era nova.” (Do discurso pronunciado por ocasião da Primeira Missa rezada em Brasília - 3 de maio de 1957 - Revista “Brasília”, n.º 5).

“A mudança da Capital da República será o remate de esforços quase sôbre-humanos em que me venho empenhando com tôdas as minhas energias. A nós, mineiros, que edificamos esta Capital numa região desnuda, quase desértica, e a vemos florescer esplêndidamente, êsse problema não intimida. Se nossos maiores criarem Belo Horizonte, havemos de poder criar Brasília. É uma ação ousada, bem o sabemos, mas, se recuarmos ante dificuldades, retardar-se-á de séculos, talvez, a integração efetiva do Brasil interior na comunidade nacional. A transfiguração política, demográfica, econômica e social que o País experimentará, com a mudança da sede de seu Governo, virá remunerar, generosamente, os sacrifícios que a Nação fizer. Só conhecerá o País a verdadeira grandeza no dia em que dominarmos os grandes vazios interiores, plantando cidades, rasgando estradas, levando o progresso técnico aos rincões remotos e explorando-lhes as imensas riquezas. E Brasília é o grande passo para êsse mundo futuro.

Nada poderá deter êsse passo. Nada obstará a marcha do país para a conquista de si mesmo, que é a ocupação efetiva de suas grandes áreas internas. Por ela, empenharei a minha própria vida. Não vejo sentido nas vidas que se economizam, que se recusam a consumir-se na chama de um ideal. A vida é dádiva de Deus, e, como dádiva, há de continuar a dar-se generosamente. Não nos é lícito entesourá-la, como um avaro. Continuando a obra da criação, que é perene, havemos de converter a nossa vida em criação também perene.” (Do discurso com que foi encerrado, em Belo Horizonte, o Congresso dos Municípios Mineiros - Revista “Brasília”, n.º 4).

chefes de estado em Brasília

Brasília, no decorrer de sua construção, recebeu a visita de sete Chefes de Governo, de países amigos, que tiveram oportunidade de demonstrar, na nova capital, todo o carinho e afeição devotados ao Brasil.

Desde a visita do Presidente Craveiro Lopes, em meados de 1957, até à bem recente do Presidente Dwight Eisenhower, em fevereiro deste ano, dois meses antes da mudança da capital, e que o Presidente Kubitschek classificou como a pré-inauguração de Brasília, a Nova Capital foi vista, em todos os seus monumentais detalhes, por estadistas ilustres que, vindo ao Brasil, fizeram questão de conhecer a magnífica obra que se ergue no altiplano do Estado de Goiás, numa autêntica visão do Brasil do futuro.

O que se segue, é um ligeiro retrospecto de detalhes das visitas dos Chefes de governo de Portugal, Paraguai, Itália, Cuba, Indonésia, México e Estados Unidos à nova metrópole brasileira.





O General Craveiro Lopes, Presidente de Portugal.

portugal em brasilía

O Presidente de Portugal foi o primeiro Chefe de Estado estrangeiro a visitar Brasília. O General Craveiro Lopes chegou à nova capital do país a 20 de junho de 1957, quando, realmente, tinham início os trabalhos de edificação da metrópole brasileira, no Planalto Central. Sua visita caracterizou-se pelo estreitamento dos tradicionais laços de amizade que unem as duas nações irmãs, e que mais ainda se acentuaram com a histórica visita, no sítio onde técnicos e operários lançavam as fundações para erguer os blocos de cimento que hoje emolduram a outrora deserta paisagem do Planalto Goiano.

Quando o presidente Craveiro Lopes visitou Brasília, do Palácio da Alvorada existiam apenas as armações de madeira. A recepção ao Chefe do governo luso foi feita no palácio provisório, o Catetinho, quase a céu aberto, ocasião em que o Presidente Juscelino Kubitschek teve oportunidade de explicar ao ilustre visitante a evolução da idéia histórica da mudança da capital e o plano de construção de Bra-

sília. Na maior simplicidade e em momentos em que o protocolo foi inteiramente pôsto de lado, o Presidente de Portugal pernoitou no ambiente singelo e acolhedor do Catetinho. Paraquedistas do Núcleo de Divisão Aéro-Terrestre saltaram nas proximidades do Aeroporto de Brasília em homenagem ao presidente do país irmão. Craveiro Lopes e Juscelino Kubitschek estiveram ainda presentes à inauguração do Hospital Provisório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. E, em Brasília, o presidente de Portugal abraçou o mais antigo cidadão português residente em Goiás: o sr. Alípio Mendes Ferreira, que reside em território goiano há mais de meio século. Antes de deixar Brasília o Presidente Craveiro Lopes inaugurou uma placa comemorativa de sua visita, na qual se formula a "futura construção de um monumento dedicado à raça e em memória dos heróis que fundaram este país". O sr. Craveiro Lopes, a 21 de junho, viajou no "Viscount" presidencial com destino a Manaus, de onde voou para o Recife, ponto final de sua visita ao Brasil.

brasil e paraguai

Ainda incompleto, o Brasília Palace Hotel, a 2 de maio de 1958, abriu seus salões numa pré-inauguração, para receber a visita do Presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner, recebido pessoalmente na Nova Capital do Brasil pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Depois de percorrer demoradamente tôdas as obras de Brasília, inclusive o Palácio da Alvorada, em fase de conclusão, o presidente da República do Paraguai foi homenageado com um banquete pelo Presidente do Brasil, no salão de honra do Hotel de Turismo. Pouco antes, uma projeção cinematográfica, narrada pelos próprios drs. Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, davam ao Chefe de Estado Paraguaio uma idéia mais completa do que será Brasília, após a transferência da sede do Governo para o Brasil Central.

Em seu discurso, o presidente Alfredo Stroessner destacou a coragem e a determinação do Presidente Kubitschek ao cum-

prir o dispositivo da Constituição Brasileira que determinava a interiorização da capital do país. Ressaltou os indestrutíveis laços de amizade que unem os dois povos e antecipou o grande surto de progresso que o Brasil receberia, como consequência da mudança de sua metrópole para o coração do Brasil.

Artistas brasileiros e paraguaios, num belo "show", encerraram a festa de confraternização entre os dois países em Brasília. Neste dia, e numa carinhosa homenagem ao Chefe do Governo Paraguaio, a Rádio Nacional de Brasília, que seria inaugurada dias depois, entrou no ar em caráter experimental, enviando o seu som para o Rio de Janeiro, e transmitindo os discursos dos dois Chefes de Estado para tôda a América Latina.

O general Alfredo Stroessner deixa Brasília na manhã seguinte, depois de pernoitar no Brasília Palace Hotel.

Os presidentes Alfredo Stroessner, Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, respectivamente do Paraguai, do Brasil e da Novacap.





presidente gronchi em Brasília

A 8 de setembro de 1958, acompanhado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, o presidente da Itália, dr. Giovanni Gronchi, chegava à nova capital brasileira, para conhecer, de perto, as obras de Brasília, revelando, logo à sua chegada, que a futura metrópole brasileira era manchete dos jornais europeus, que não ocultavam sua admiração pelo grande trabalho de desbravamento que o Brasil realizava, na conquista de seu próprio território. Ao descer no Aeroporto de Brasília o presidente italiano, um destacamento da Força Aérea Brasileira prestou ao visitante as honras de estilo. Uma comissão de senhores, tendo à frente as sras. Coracy Pinheiro e Hilda Sayão, receberam a sra. Carla Gronchi, oferecendo à primeira dama italiana uma corbelha de rosas, como símbolo da amizade entre Brasil e Itália. De helicóptero, e acompanhados pelo Presidente Juscelino Kubitschek e pelo dr. Israel Pinheiro, os ilustres visitantes dirigiram-se ao Palácio da Alvorada. Nos jar-

dins da residência presidencial, o Presidente Gronchi plantou uma árvore típica de seu país, seguindo depois para a Avenida das Nações, onde recebeu o lote destinado à construção da futura Embaixada Italiana no Brasil. Em toda sua visita o presidente da Itália foi saudado por milhares de operários e escolares de Brasília, que davam vivas aos dois países e aos dois presidentes. Em seu discurso, o presidente Gronchi acentuou que a Nova Capital brasileira estava sendo edificada com a monumentalidade de Roma e com o sentido romano de permanência e o Presidente Juscelino lembrou as afinidades integrais dos dois povos, pelos vínculos ancestrais, pelo sentimento, pela fé, pelas tendências e pela cultura e que, como um sinal simbólico de origem superior, o grande lago que ia cercar a futura metrópole dividia-se ao norte em dois braços que determinavam a formação de uma península, imagem perfeita da península italiana. No dia seguinte, o Presidente Giovanni Gronchi partiu rumo a São Paulo.

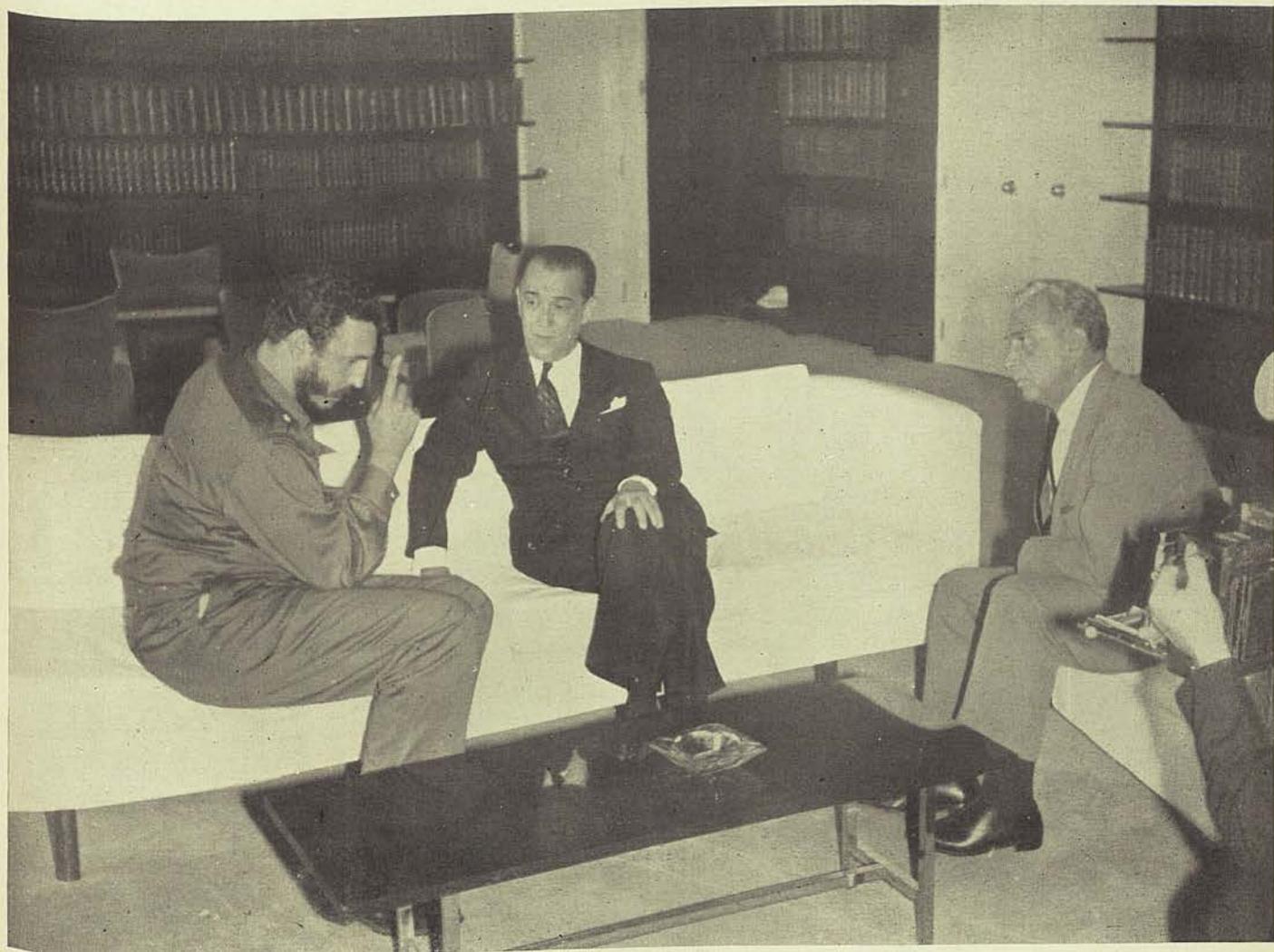
fidel castro visita brasília

“É uma felicidade ser jovem no Brasil” – Estas palavras foram proferidas pelo primeiro ministro de Cuba, Fidel Castro, ao sobrevoar Brasília, de helicóptero, em companhia do Presidente Juscelino Kubitschek, no dia 30 de abril de 1959. O presidente do Conselho de Ministros de Cuba, herói de Sierra Maestra, vencedor da Revolução que empolgou os quatro cantos de seu país, chegou a Brasília, minutos depois do Presidente Kubitschek, que o recepcionou em companhia de altas autoridades brasileiras. Grande número de pessoas compareceu ao Aeroporto de Brasília para dar as boas

vindas ao líder cubano que visitou todos os canteiros de obras da Nova Capital do Brasil.

Fidel Castro concedeu entrevistas aos jornalistas em Brasília, externando o seu entusiasmo pela construção da Nova Capital Brasileira, que, a seu ver, daria ao Brasil novas possibilidades econômicas, dando ainda ensejo a que os brasileiros melhor explorassem suas grandes riquezas.

No mesmo dia o primeiro ministro de Cuba retornou ao Rio de Janeiro. A visita de Fidel Castro a Brasília fez parte de sua viagem por vários países do continente americano.



ásia e brasil-grande distância vencida pela amizade

Também da Ásia longínqua, um Chefe de Estado visitou Brasília, trazendo da Indonésia o abraço de seu país ao Brasil. O Presidente Achmet Sukarno veio ao Brasil a convite do Presidente Juscelino Kubitschek. E muito antes de deixar seu país, rumo à América do Sul, manifestou o seu desejo de conhecer a capital que se ergue agora no Planalto Central, fruto da determinação e da capacidade do povo brasileiro.

Durante as horas em que permaneceu em Brasília o presidente Sukarno participou

de diversas solenidades em sua homenagem, percorreu tôdas as grandes obras da moderna capital, admirando-se do gênio de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, que planejaram uma cidade de linhas arquitetônicas, atraentes, uma cidade sobretudo funcional.

O Presidente Sukarno recebeu também, em nome de seu país, o lote doado pelo governo brasileiro, para a construção da Embaixada da Indonésia em Brasília, localizada, como as demais, na Avenida das Nações.





Presidente López Mateos saudado pelo dr. Israel Pinheiro.

López mateos: o México exalta Brasília

A 21 de janeiro do corrente ano, Brasília recebeu, com honra e desvanecimento a visita do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, dr. Adolfo López Mateos, que chegou à Nova Capital, viajando no "Viscount" presidencial, acompanhado de grande comitiva.

O Presidente do México almoçou no Palácio da Alvorada, em companhia dos presidentes Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, diplomatas, parlamentares, e membros de sua comitiva. Elogiou as linhas urbanísticas e arquitetônicas de Brasília e pronunciou um discurso, no qual se referiu à obra do Presidente da República como a "da verdadeira integração do Brasil", com grandes e benéficos reflexos na política continental.

A exemplo de outros chefes de Estado, o dr. López Mateos recebeu, da Novacap, o terreno reservado à construção da nova sede da missão diplomática mexicana no Brasil. Agradeceu, emocionado, as homenagens que recebeu em Brasília, dizendo que, no coração do Brasil, naquele momento, era forjada toda a grandeza brasileira do futuro. Eram os brasileiros compenetrados no papel histórico que o destino lhes reservou, plantando no interior deserto, um monumento arquitetônico que louvava a técnica brasileira e exaltava o braço de nossos operários.

Grupamentos mistos do Exército e da Aeronáutica prestaram ao ilustre visitante as continências de praxe. No mesmo dia, o dr. López Mateos retornou ao Rio de Janeiro.

eisenhower e Brasília

O Presidente Eisenhower não ocultou sua admiração e entusiasmo pelas obras de Brasília, que visitou dois meses antes da transferência da capital para o Planalto Central Brasileiro.

Em suas conversações com o Presidente da República, o general Eisenhower manifestou sempre grande interesse pela interiorização da capital brasileira, procurando conhecer, em seus mínimos detalhes, tudo o que foi projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer para a nova sede do governo do Brasil. O entusiasmo do Presidente Eisenhower por Brasília está expresso na carta que o presidente dos Estados Unidos enviou ao dr. Israel Pinheiro.

E' a seguinte :

"Prezado dr. Pinheiro. Como suponho que o sr. percebeu, fiquei impressionado, muito mais que as palavras podem descrever, pela Brasília que eu vi e pela Brasília que eu tenho certeza será uma completa realidade dentro de poucos meses. Peço que aceite minhas sinceras congratulações por uma das mais significativas realizações dos tempos modernos. Ao senhor e a cada um dos milhares de pessoas que participam do projeto de Brasília, qualquer que seja sua tarefa individual, eu renovo minha profunda admiração. Muito lhe agradeço sua cortesia e gentileza para comigo. Com os melhores votos e afetuosos cumprimentos, sinceramente, D. Eisenhower."



Das mais entusiásticas foi a recepção oferecida em Brasília ao Presidente Dwight D. Eisenhower, que chegou à Nova Capital do país, depois de um vôo direto da Base Aérea norte-americana de Ramey, em Porto Rico, até Brasília. Foi o último chefe de Estado a visitar Brasília, antes da mudança da capital. Foi o coroamento de uma série de visitas ilustres que exaltaram ainda mais a construção de Brasília, marco comemorativo de nova era para o nosso país.

O Chefe do Governo da grande nação norte-americana chegou à Nova Capital precisamente às 14 horas e 30 minutos do dia 23 de fevereiro, sendo recebido pelo Presidente Juscelino Kubitschek, ministros de Estado, recebendo ainda, das mãos do presidente Israel Pinheiro, a chave da cidade, enquanto canhões do Exército — os primeiros na história de Brasília, davam as 21 salvas regulamentares. De automóvel, o Presidente Eisenhower dirigiu-se à Praça dos Três Poderes, e através da Avenida Monumental, o povo rompeu os cordões de isolamento no afã de cumprimentar o herói da guerra e o balauarte da paz.

"Esta é a grande e a verdadeira batalha", disse o Presidente Eisenhower, ao apontar para os tratores de Brasília, formados em duas alas ao longo do Eixo Monumental. E acentuou: "E' a grande batalha porque é a abatalha da paz". Os dois presidentes discursaram de uma plataforma armada defronte ao Palácio do Planalto, dirigindo-se depois ao Palácio da Alvorada, onde

ficou hospedado o Chefe do Governo dos Estados Unidos.

Eisenhower não escondeu seu entusiasmo por Brasília, externando todo o seu entusiasmo pela construção da nova capital brasileira. E, reiteradas vezes, manifestou ao Presidente Kubitschek a sua satisfação por ter sido Brasília o primeiro ponto do território brasileiro a ser por ele visitado. O Presidente Eisenhower teve ainda ocasião de lançar a pedra fundamental do novo e moderno edifício da Embaixada dos Estados Unidos que será construído em Brasília.

À noite, no Palácio da Alvorada, os dois presidentes reuniram-se num jantar íntimo, do qual participaram também o Secretário de Estado Christian Herter e o Chanceler Horácio Láfer; os embaixadores John Moors Cabot e Walter Moreira Salles; e o sr. Milton Eisenhower.

No dia seguinte, pela manhã, o presidente dos Estados Unidos, em seu avião "Columbine III" viajou rumo ao Rio de Janeiro, onde prosseguiram as excepcionais homenagens que lhe foram tributadas pelo povo brasileiro e que se iniciaram, de maneira tão promissora, em Brasília.

O ponto alto da visita do Presidente Eisenhower a Brasília foi a assinatura da "Declaração de Brasília", firmada pelos Chefes de Governo do Brasil e dos Estados Unidos, reafirmando a luta pelos objetivos da "Operação Pan-Americana", idealizada pelo Presidente Kubitschek, e ainda acertando os pontos de vista entre os dois países na luta contra o sub-desenvolvimento no continente americano.

visitantes ilustres

Em 1959 mais se acentuou o número de visitantes ilustres que, a convite do governo federal e da Novacap, se deslocaram até o Planalto Central Brasileiro, para conhecer as obras de Brasília. Expressivas figuras da Europa, da América e da Ásia conheceram todos os detalhes da construção de Brasília, externando todos eles, em pronunciamentos que não se limitavam ao protocolo, a sua mais entusiástica admiração pelo conjunto de obras da nova capital brasileira. Já, anteriormente, além dos Chefes de Estado, cujas visitas são referidas em outra parte desta edição, Brasília tinha recebido grande número de visitantes, representantes oficiais de outros países, entre os quais pode se destacar o saudoso Secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles; o Príncipe Mikasa, do Japão; chefes de missões estrangeiras acreditadas no Brasil e tantas outras. Entre os últimos visitantes que estiveram em Brasília deve-se destacar os nomes do Príncipe Bernard, dos Países Baixos; a Duquesa de Kent; o ministro de Estado para os Assuntos Culturais da França, dr. André Malraux, (cujo discurso em Brasília foi considerado uma das maiores reafirmações da capacidade de criação dos técnicos e dos trabalhadores brasileiros); o ministro das Finanças, da França, dr. Antoine Pinay; o sr. Brain, sub-secretário de Estado da Grã-Bretanha; o sr. Vukmanovic, ex-vice-presidente da Jugoslávia; o sr. Arne Skaug, ministro do Comércio da Noruega, isto para falar apenas de personalidades européias.

Mas também foi grande o número de personalidades americanas que estiveram em Brasília, entre as quais os Ministros das Relações Exteriores da Venezuela, Ignacio Luiz Arcaya; da Argentina, Diogenes Taboada; do Equador, Carlos Tovar Zaldumbide; da Colômbia, Julio Cesar Turbay Ayala; de El Salvador, embaixador Martinez Moreno; além de representações de parlamentares de países latino-americanos e delegações especiais que vieram ao Brasil para tomar parte em conclaves internacionais.





Exposição de Brasília, em Lisboa, organizada pela Panair do Brasil.

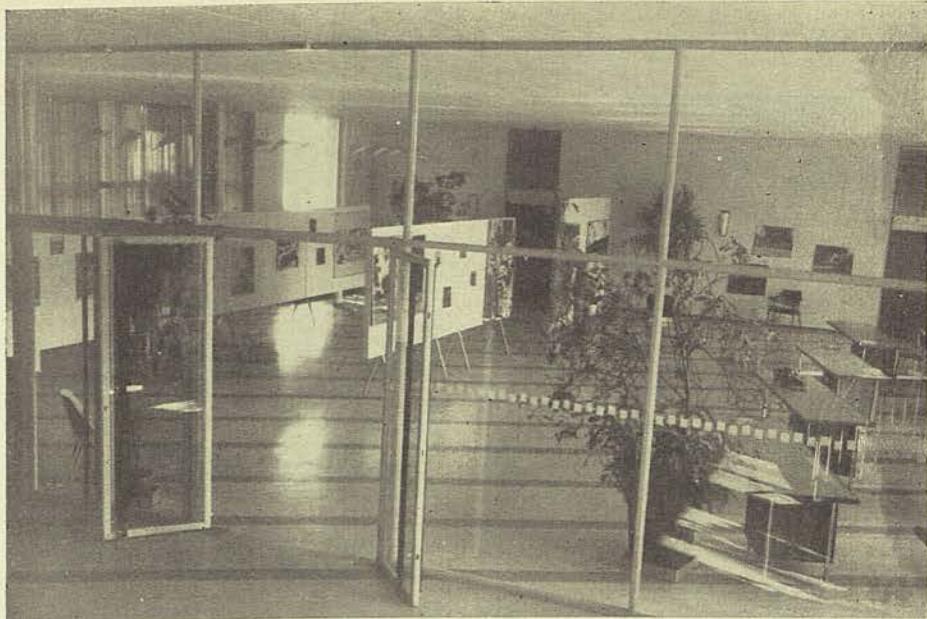
brasília no exterior

Brasília tem sido, desde o primeiro dia de sua construção, fator dos mais importantes na propaganda do Brasil no exterior. As arrojadas e funcionais linhas arquitetônicas de Oscar Niemeyer; o belo aspecto urbanístico criado por Lúcio Costa; a capacidade dos operários brasileiros que em pouco mais de 3 anos construíram uma cidade em condições de abrigar a sede do Governo; todos estes fatores impressionaram profundamente leigos e técnicos no exterior, tanto que, as mais importantes publicações mundiais enviaram ao Brasil os maiores nomes do jornalismo para reportagens especiais sobre Brasília. Nenhum grande jornal do mundo, nenhuma importante revista, nenhuma cadeia de rádio e televisão ficou ausente às informações sobre Brasília, fazendo uma pro-

paganda do Brasil, gratuita, equivalente a muitos milhões de dólares. Como resultado dessa campanha, Brasília está hoje incluída nos roteiros turísticos das mais importantes agências de turismo mundiais. Hoje, nenhum turista vem mais ao Brasil sem também visitar Brasília. É este o maior atestado de que a importância de Brasília, no exterior, foi muito além da expectativa. Arquitetos e urbanistas estrangeiros que nos visitaram, saíram pelo mundo a exaltar Brasília como uma obra em que a beleza e a funcionalidade se uniam aos grandes objetivos da redenção econômica do Brasil.

Brasília tem se constituído num traço de união entre o Brasil e os mais distantes países do globo.

Exposição em Munique.



Mostra de Brasília realizada em Madri.

brasília, encontro com o brasil

Manoel Caetano
Bandeira de Mello

A ação de presença da Capital da República em pleno sertão vai revolucionar o Brasil. Esta é uma revolução de verdade, seja um caos, seja um pandemônio, como querem os adversários da mudança. Seja. Mas é desse caos que nascerá a grandeza brasileira, a autêntica.

Mesmo que se levasse um período de 10 anos para só então ali sediar a Capital da República, teria sido impossível evitar o pandemônio que se levantaria. Sem abalo profundo não se muda uma Capital para forjar uma grande Pátria.

O Brasil precisa ser a Pátria de si mesmo. Conquistar o seu próprio território. Este o nosso autoimperialismo. E a marcação de passo num período de 10 anos poria em risco a realização do empreendimento que para nós, brasileiros, é o mais audacioso do século e de toda a nossa História.

Por isso faz-se agora a mudança que naturalmente demandará alguns anos para estar completada em todos os seus aspectos não rigorosamente essenciais. Uma Revolução ou faz-se ou não se faz. Não é possível levar 10, 20, 30 ou mais anos para montá-la, como quem montasse pirâmides no deserto. Brasília, ao contrário, eliminará desertos.

Não é uma obra faraônica; nasce para funcionar. É coisa viva. Os governos ditatoriais, estes são os que se empenham em construir obras de fachada. Não os governos democráticos. Muito menos os dirigidos por homem de Estado autêntico.

Investimentos de caráter mais ou menos secreto explicam-se pelo próprio mecanismo da ordem econômica e social vigente. É a engrenagem misteriosa, a exigir impulsionamento. Ora, a construção da Capital de uma Nação é, sobretudo, um ato de democracia viva, porque tem que ser feito à luz do dia, seja com erros ou desacertos, mas à luz do dia. Os que se abalancaram a fazê-la, de resto em cumprimento a um dispositivo constitucional, estão debaixo do olhar do povo, a descoberto perante a opinião. E a obra não representa nenhum investimento misterioso. A obra tem que aparecer, e funcionar, e viver em função do país, não de uns poucos grupos ou indivíduos situados no ápice do comando econômico-social.

Inquestionáveis a importância histórica, as perspectivas sem fim do acontecimento para o Brasil. Agora, sim, o governo poderá sofrer de perto os problemas do interior. Longe de uma civilização de algum modo de Côte d'Azur, sem os encantos azuis da Guanabara, longe do Rio de Janeiro, por certo que a mais bela cidade do mundo, há que cuidar do aproveitamento das vastas e ásperas áreas que estão aguardando o interesse e o cultivo do homem aparelhado do Brasil.

Amplas parcelas do nosso povo, até aqui no olvido imposto pelas distâncias e pelas dificuldades geográficas — o homem da roça, o matuto, o brasileiro dos sertões esquecidos, de todos esses planaltos, montanhas, planícies, vales e matões, de norte a sul, de leste a oeste — todos eles poderão, doravante, contar com a atenção mais próxima, com a quase convizinhança do poder público federal. Que já não estará

plantado no jardim da América, à beira do Atlântico Sul, contentando-se com a brisa marítima que traz consigo os influxos a uma civilização o seu tanto cartaginesa, porque apostada em governar de costas voltadas para o interior.

Com as suas estradas de rodagem, com a sua posição privilegiada, a irradiante Brasília representa a vitória sobre a distância no território nacional.

O simples fato de localizar-se o governo da República no centro do mapa já valeria pela certeza de que todo o país se encontrará sob a sua mira. Mesmo que estivesse inacabada a cidade, mesmo que fôsse um simples descampado, a presença do governo federal teria o condão de produzir conseqüências incalculáveis. Porque importante é a mudança em si, não a cidade.

Sabe-se, contudo, que tal não é o caso. Brasília foi planejada por arquitetos e urbanistas brasileiros de renome mundial. Está sendo construída com a ciência e com a dedicação exemplar dos nossos engenheiros.

Já se mostra um monumento de arte e de funcionalidade moderna, edificada com rapidez impressionante, graças ao dinamismo e à capacidade empreendedora do grande povo brasileiro, que para lá correu provindo de todos os pontos do território nacional.

Com esse elan criador que a embala, Brasília está sacudindo o Brasil inteiro. É a esperança a tornar-se certeza à medida que avança o tempo de que o Brasil começa a se encontrar com o seu destino de nação mundial.

Isso de dizer que, daqui a meses, Brasília, cidade de funcionários públicos, será um centro ideal para psicanalistas, não colhe. Por mais monótona ou uniforme que viesse a ser a sua paisagem, é da natureza humana modificá-la. E Brasília só agora vai começar a viver. "Chassez le naturel; il reviendra au galop".

Precisa repisar-se que o importante não é a cidade de Brasília: o importante é a Capital do Brasil ser o sertão.

Não se forçou a nota ao dizer que daqui para a frente o Brasil falará em termos de antes e depois de Brasília.

O ato inaugural constitui um impacto emocional de conseqüências profundas. É um princípio de conversa de um país continental consigo mesmo. Um encontro. Transfigurador aos olhos dos que vinham acompanhando com tristeza o lento e desigual desenvolvimento e progresso histórico do país, desde a descoberta até aos nossos dias.

Toda esta força empreendedora em ação foi eletrizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Nêle a vontade do homem de Estado se sobrepôs a quaisquer contingências. Só o animou o pensamento no progresso da nossa terra e da nossa gente. O destino de grandeza que a Providência reservou ao Brasil.

Isto o futuro dirá se é verdade ou não. Em pouco tempo.

é o novo brasil que surge

(Brasília à luz da
sociologia)

Prof. Amaral Fontoura

Educador e sociólogo, o Prof. Amaral Fontoura é um constante estudioso dos problemas nacionais, tendo-se especializado em Sociologia Rural brasileira. Foi um dos primeiros professores a darem cursos, sobre a empolgante matéria, em nosso país. Seu livro "Aspectos da Vida Rural Brasileira" foi premiado pelo Governo Federal e publicado em edição oficial pelo Ministério da Agricultura. Na Escola Superior de Guerra, da qual faz parte, Amaral Fontoura apresentou, com uma brilhante plêiade de colegas, volumoso trabalho, com mais de 600 páginas, sobre "Panorama da realidade agrícola brasileira". Além disso, dirige a coleção de livros didáticos intitulada "A Escola Viva", já com 9 volumes publicados, e é diretor da Faculdade de Serviço Social desta Capital. Ainda na Escola Superior de Guerra, em 1955, quando mal se falava da necessidade da mudança da Capital, e a palavra Brasília nem havia despertado, o Prof. Amaral Fontoura sustentou, em vários círculos de estudo, a idéia da mudança para o planalto goiano.

O brasileiro tem a vocação do tatuí. Vocês sabem o que é isso? É um bichinho branco, cascudo, que dá na areia das praias. Há séculos os colonizadores lusos, surgindo do oceano, aqui aportaram e deixaram-se ficar pelas praias, o que era perfeitamente lógico, dada a maior facilidade de vida, subsistência e de segurança. Tempos mais tarde, desejando varar para o interior, encontraram os colonizadores logo de saída o formidável contraforte da Serra do Mar, estendida ao longo do litoral, como uma tremenda muralha barrando a penetração dos invasores.

Pouco e raros foram, pois, os pioneiros que se aventuraram nessa longa viagem para o Oeste. Quando o fizeram, aproveitaram o curso dos rios que Deus colocou *ao contrário*, isto é, correndo do litoral para o interior. Não é à toa que dizem que "Deus é brasileiro"...

A epopéia sob todos os títulos admirável dos bandeirantes serviu para descobrir o resto do Brasil, mas a terra conquistada por eles continuou semi-virgem e selvagem.

Através dos séculos XIX e XX, o Brasil cresceu fabulosamente em população, mas continuou concentrado como dantes no litoral, ocupando pouco mais do que as praias.

Observe-se o mapa abaixo, que demonstra de maneira impressionante o que estamos afirmando:

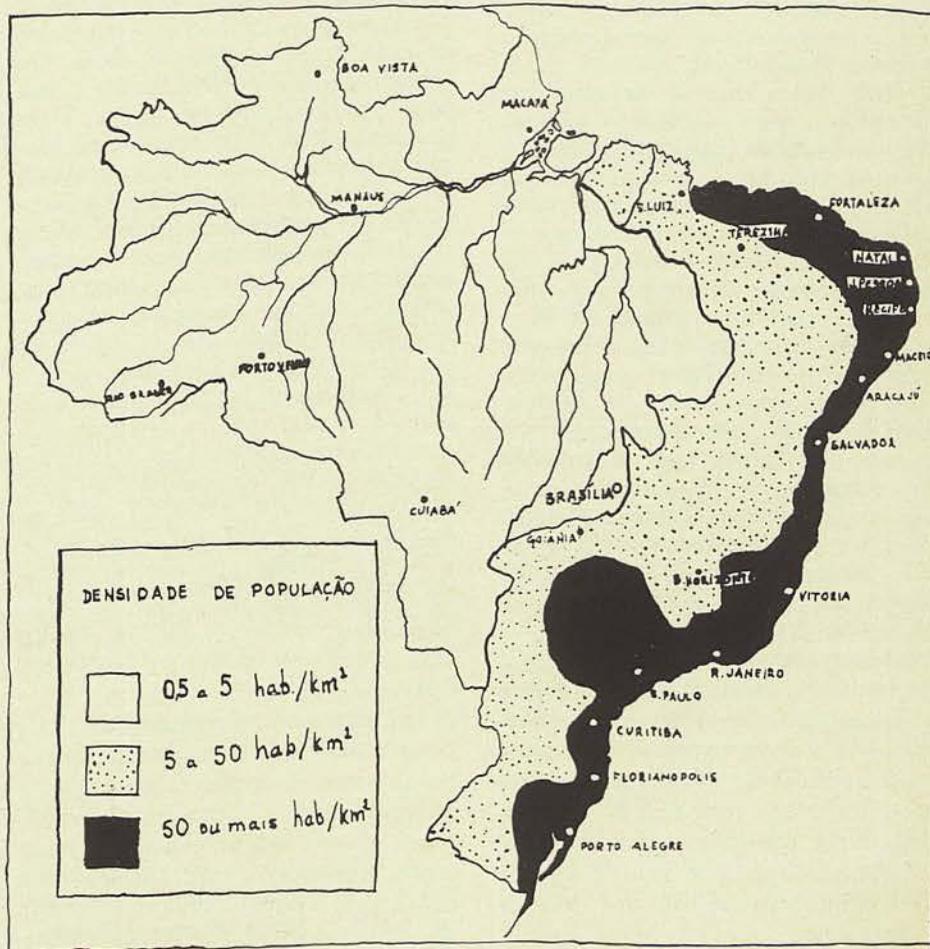
As partes escura e tracejada representam a porção do nosso território realmente ocupada pelo homem. Nessa área escura a densidade de população é de 50 ou mais habitantes por quilômetro quadrado, sendo de 64 habitantes no Estado do Rio e de 2.588 habitantes por quilômetro quadrado no Distrito Federal antigo, isto é, na Velhacap!

Na área tracejada, a densidade é de 5 a 50 habitantes por quilômetro quadrado. No resto do mapa (parte branca, a Oeste) a densidade é de 0 a 5 habitantes por quilômetro quadrado, sendo de

0,2 habitante por quilômetro quadrado em Rondônia, 1,0 no Acre, 1,3 no Amazonas, 0,1 no Rio Branco, 1,0 no Pará, 0,4 no Amapá, 0,5 em Mato Grosso, 2,6 em Goiás, 0,6 em toda região Norte, 1,2 em toda região Centro Oeste.

Veja-se a enormidade dessa diferença: na área do velho Distrito Federal, de 1.356km quadrados, concentram-se 3.000.000 de habitantes; na área da região Centro-Oeste, abrangendo 1.800.000 km², existem apenas 2.200.000 habitantes! Note-se bem isso: na área de Mato Grosso e Goiás, mais de 1.000 vezes maior que a do antigo Distrito Federal, vive uma população com quase 1.000.000 de habitantes a menos!

Mas o mais espantoso é que a área povoada, a Leste, representa apenas 2% do nosso território e a área meio povoada representa 30% desse território.



Criamos, assim, um problema verdadeiramente paradoxal para nós, único no mundo: *somos um país novo-velho*. Temos no litoral todos os problemas das nações super-povoadas, enquanto possuímos 70% do nosso território quase abandonado.

Temos, no Rio de Janeiro, problemas incríveis de falta de espaço (estamos sempre a destruir a mais bela baía do mundo, para conquistar ao mar mais alguns metros de terra), de falta d'água, de falta de ruas, de falta de transporte, de falta de abastecimento. E enquanto isso temos milhões de quilômetros quadrados de terra sem habitantes e sem produção.

O Brasil é um País com duas fronteiras: a *fronteira política*, fixada pelos limites com as outras nações sul-americanas, e a *fronteira econômica*, correspondente ao espaço de terra que realmente ocupamos, trabalhamos e fazemos produzir. E entre essas duas fronteiras, uma imensa região, uma quase terra de ninguém.

Nos limites da fronteira econômica a nação política e socialmente organizada estaciona. Daí em diante, em direção ao Oeste, é um outro Brasil, fértil mas pobre, rico mas miserável. Rico de potencial, mas paupérrimo de realizações.

Há muitos anos eu venho dizendo que no Brasil há dois Brasis: o do Leste e o de Oeste, o do litoral e o do campo, o da cidade e o da roça. Tive ocasião de discutir esse assunto na nossa querida Escola Superior de Guerra, há cinco anos atrás, e vi agora sair um livro exatamente com esse nome: "Os Dois Brasis", do meu antigo mestre e hoje colega Jacques Lambert, da Universidade de Paris. Viajando do litoral para o interior, passamos de um Brasil para outro. Mas não são dois países que se sucedem no espaço, um ao lado do outro, e sim dois países que se sucedem *no tempo*. Em algumas horas de viagem vencemos séculos. Partimos da Praia de Copacabana no século XX, e daqui a pouco estamos no campo no século XVIII.

WELLS, num de seus livros, inventou a "máquina de furar o tempo": os homens entravam dentro dela e viajavam para o século XXI. Nós, no Brasil, inventamos coisa muito mais formidável: as máquinas de furar o tempo... para trás. E qualquer automóvel, qualquer locomotiva realiza esse milagre: no fim de um dia de viagem, encontramos-nos dois séculos atrás.

No interior brasileiro a *estrutura agrária* é perfeitamente a do século XVII, se não anterior. O trabalhador é quase um servo da terra: vive a ela prêso e sua vida depende inteiramente do senhor da terra. É o fazendeiro quem lhe dá a casa (miserio barraco, de chão-de-terra, coberto de palha e cheio de buracos nas paredes para morar). É o fazendeiro quem permite que o trabalhador coma e determina sua comida, pois em muitos lugares o senhor da terra não paga aos operários em dinheiro, e sim em "vales" para serem transformados em utilidades, no armazém da zona, que também pertence ao fazendeiro, e vende pelos preços que este bem entende.

Como conseqüência, o infeliz rurícola está sempre sem dinheiro e sempre devendo ao patrão. Mas como tem noção de honra, não se sente com coragem de abandonar a terra enquanto não "estiver quites" com o chefão.

Em muitos lugares, no interior, já desapareceu esse odioso pagamento em "vales", mas os salários pagos pelo senhor feudal são tão miseráveis que o resultado é o mesmo: o colono está sempre devendo ao fazendeiro.

Nem pode o rurícola, para amenizar a vida, fazer uma "roça" em volta da casa, porque esta pertence ao fazendeiro e lhe é "emprestada" com essa condição: proibição de fazer plantações e de criar animais. A criação é proibida para que os animais do colono não vão danificar as plantações do patrão. E a lavoura não é proibida por palavras, mas como conseqüência da vida do colono, que trabalha para o fazendeiro de sol a sol, isto é, desde que o sol nasce até que se põe no horizonte...

No "hinterland" brasileiro falta tudo: não há escolas para as crianças, que crescem analfabetas. Dos 10.000.000 de crianças em idade escolar no país, aproximadamente 6.000.000 estão na escola e 4.000.000 fora da escola. Dêses 4 milhões que não têm escolas, nada menos de 3.000.000 se encontram no interior. Não há hospitais, não há assistência à agricultura, não há estradas.

Se o homem quer produzir, não pode porque não existe crédito bancário. Só os ricos, à custa de muito sacrifício, viagem e "conversas" conseguem obter crédito agrícola. A legislação trabalhista, que apresentamos ao mundo como orgulho do Brasil, só protege o trabalhador da cidade.

Leis de férias, salário mínimo, aposentadoria, jamais chegaram ao interior do país. Nem se fale naquelas pequenas coisas que, afinal, fazem a alegria da vida da gente: o cinema, o rádio, as festas públicas: tudo isso existe apenas para o homem das cidades.

Falamos que nossa "máquina de furar o tempo" nos leva de volta ao século XIX? Foi exagero, excesso de boa-vontade de nossa parte: em muitos sentidos o interior do país vive mesmo no século XVI! Em milhares de fazendas não existe a eletricidade, nem o lampeão de querosene, mas apenas a lamparina de azeite! Em contraposição com os nossos auto-lotações, que "voam" pelas avenidas asfaltadas, em inúmeras localidades o meio único de transporte não é nem diligência, tão conhecida de nossos avós: é o carro-de-boi, a rinchar dolorosamente pelas picadas. E quem tem pressa... vai a cavalo.

Tal como no século XVII, em centenas de municípios brasileiros do interior a medicina é exercida pelo farmacêutico, quando não pelo barbeiro, porque *na localidade não existe um único médico.*

Ora, diante de tanta dificuldade, de tanto abandono, de tantas "coisas que faltam", não é de admirar o êxodo do interior para as cidades, que aumenta de ano para ano. Os homens perseguidos da Europa, as vítimas da última guerra, fogem aos milhares do local da sua desgraça para os países novos, onde vêm começar sua vida. Pois não deve ser menor a desgraça dos nossos irmãos do "hinterland" brasileiro que fogem às dezenas de milhares por ano, procurando as cidades e o litoral. Com a agravante que no Brasil os campos não foram devastados pela sanha do inimigo feroz e implacável, mas pela desídia dos homens de governo, dos poderes públicos, que talvez há um século vêm dirigindo o país "de costa para o Brasil", isto é, cuidando apenas da praia, pensando apenas na "cidade maravilhosa", fazendo leis apenas para a Avenida Rio Branco, pensando que o Brasil é apenas Cinelândia e Copacabana.

Quanto mais os homens públicos se deixam engolfar pelas atrações da grande cidade, tanto mais igualmente as populações do interior para cá convergem. A população do Rio de Janeiro está crescendo na proporção apavorante de 100.000 pessoas por ano!

Em resumo: enquanto deixamos ao abandono a maior parte do território nacional, estamos criando problemas absolutamente insolúveis no Rio de Janeiro, cidade apertada entre o mar e os morros que a cercam por todos os lados.

É imprescindível, é urgente, é imperativo que se dê uma solução a esse angustiante problema, causador de tremendo desequilíbrio na vida econômica nacional. Veja-se que cada homem do campo que emigra para o litoral multiplica por dois a nossa crise de produção agrícola: porque é um produtor de menor no campo e um consumidor a mais na cidade. Por outro lado, o próprio desenvolvimento econômico nacional, a prosperidade do nosso surto industrial nascente dependem do desenvolvimento do interior, pois lá jaz ao abandono quase 70% da população nacional, 40.000.000 de criaturas desejosas de comprar coisas para o seu conforto e bem-estar, mas impedidas de fazê-lo, dado seu baixo poder econômico, seu baixíssimo salário. Assim, no próprio benefício dos industriais da cidade, faz-se mister o progresso do interior.

Ora, a solução lógica e evidente seria levar para o interior tudo que lá falta, tôdas as condições de progresso até agora lá inexistentes. Mas como fazê-lo? Nenhum governo do mundo teria forças de inverter o curso da civilização, fazendo os homens, as indústrias, os capitais, os bancos, os recursos tecnológicos emigrarem da grande metrópole espalhando-se pelos campos semi-abandonados.

A solução teria que ser uma só e única: deslocar o próprio centro de civilização, o próprio centro de gravidade da vida nacional, que é a capital do país, para o centro do território.

Com esta única medida, todos os recursos econômicos, sociais e culturais se repartirão um pouco entre o antigo e o novo centro. A simples mudança do governo acarretará a mudança de industriais, comércio, fontes de cultura e de bem-estar. Mudança digo mal, porque se formará um novo centro de civilização no interior brasileiro, sem que sequer diminua o existente no litoral.

E o governo, que jamais teria força para obrigar uma simples loja de comércio a abrir uma sucursal no interior, conseguirá, de pancada, imediatamente, que *tôdas* as grandes indústrias, grandes lojas, grandes ins-

tuições se multipliquem, numa espantosa cissiparidade, permanecendo na metrópole velha e surgindo na metrópole nova.

Não se trata, portanto, de "mudar uma capital", como afirmam alguns saudosistas, que choram: - afinal de contas, para que mudar a capital? Muito menos pensamos nas tais "razões de ordem estratégica", de há muito ultrapassadas. O de que se trata, isso sim, é de *mudar o centro de gravidade do Brasil!*

O governo é polarizador tremendo, em torno do qual giram, no Brasil, tôdas as coisas: a política e os políticos, a rede bancária, a indústria, as instituições sociais e culturais. Neste regime paternalista em que vivemos, e em que ainda viveremos por muito tempo, tudo se espera do poder público. O governo é o sol, é o centro de atração universal.

E em Brasília, nessa luminosa nova capital, queiram ou não queiram, os homens têm que pensar mais no interior, terão que cuidar mais do interior, vão descobrir que o Brasil não é só o litoral; numa palavra: *os homens vão descobrir o Brasil!* Não podendo ficar isolados em Brasília, os governantes vão abrir estradas, construir redes telegráficas, criar linhas ferroviárias ligando Brasília com todos os quadrantes do país. Milhares de caminhões, automóveis e aviões terão que se dirigir para o coração do Brasil, deixando, em seu caminho, um rastro de civilização e de progresso. Uma nova era se iniciará para a interlândia brasileira. Os homens da capital sentirão absoluta necessidade de cuidar do interior, visto que ela e eles próprios se encontram fazendo parte do interior. E aquelas coisas que não se fizeram *em séculos* serão feitas em poucos anos.

Que ninguém tenha dúvidas: a mudança da capital será, para a história do desenvolvimento nacional, uma data tão significativa quanto o 21 de Abril, o 13 de Maio, o 7 de Setembro ou o 15 de Novembro. É uma nova época que se inicia para a história do Brasil. Bem houve, portanto, o governo em fixar essa mudança para o dia 21 de Abril. Nesse dia, em 1789, surgiram os primeiros movimentos em prol da Independência política do país; nesse dia, em 1960, se dá o passo definitivo em prol da nossa Independência econômica e social.

Brasília é o Brasil que se encontra a si mesmo.

brasília

e sua formação sociológica

José Américo Mendes



Há muito vinham os brasileiros desejando a mudança da Capital para o interior. Desde o Império cogita-se da famosa mudança. Já os Inconfidentes mineiros planejaram, caso vitoriosos, levar a sede do governo para Vila-Rica.

Finalmente agora Brasília sai das letras de fôrma dos escritos para o nanquim das plantas arquitetônicas, e daí nasce realisticamente em concreto e aço, para mostrar ao mundo que sua hora chegou.

Fôsse vivo o Padre D. Bosco, da Ordem dos Salesianos, e veria a sua visão tornar-se realidade, pois, êsse homem santo, hoje canonizado, teve uma visão da futura capital do país, inclusive dando sua localização — a mesma que ocupa atualmente a portentosa obra.

Brasília nos é necessária qualquer que seja o prisma por que a olhemos :

Estratêgicamente Brasília é necessária, pois, no período de tensão por que passam as nações, é de bom alvitre que a sede do governo se localize no interior, a salvo de possíveis ataques.

Econômicamente Brasília é necessária, pois, passando a funcionar como um eixo no interior do país, provocará a irradiação de estradas partindo dela para os diversos Estados da União, ou vice-versa, provocando maior facilidade de contato com a Metrôpole, maior incremento ao transporte, quer ferroviário, quer rodoviário. Não devemos nos esquecer de que a agricultura também se verá beneficiada, já que a localização da capital, quase que no eixo central do país, provocará o povoamento do interior, possibilitando o aproveitamento das terras até agora abandonadas.

Demogrâficamente Brasília é necessária porque fará com que as populações povoem nosso interior. E' sabido que milhões de pessoas vivem apertadas, na estreita orla marítima, talvez seduzidas pelo do-

minio metropolitano, em busca de melhor trabalho, o que equivale a dizer : em busca de melhor padrão de vida. Enquanto isso, nosso "hinterland" apresenta um coeficiente populacional de 4 habitantes por quilômetro quadrado !

Com a mudança da capital também êsse mal terá desaparecido, pois, as populações que ora para aqui vêm, irão para o interior, estabelecer-se na nova capital ou em seus arredores.

Muitos problemas tiveram que ser vencidos, muitas dificuldades afastadas. Não se procurou contorná-las, venceram-nas.

Muitos problemas ainda terão que vencer, os modernos bandeirantes, os novos desbravadores.

Coube ao nosso presidente, sr. Juscelino Kubitschek, a tarefa hercúlea de iniciar sua construção. Como sempre foi, e será, é impossível contentar-se "a gregos e troianos". Porém ainda há os que, a despeito das idéias políticas, reconhecem nêle, e em sua gigantesca obra, um valor até agora sem par.

Mas, para gáudio daqueles que ainda crêm neste povo, devo lembrar que os que procuram retardar nosso progresso, passarão, transformando-se em pó ou lodo, porém Brasília ficará para provar ao mundo, através dos séculos, a tenacidade de um presidente e a confiança de um povo. . .

Nota da Redação :

Êste trabalho do jovem universitário José Américo Mendes, classificado em primeiro lugar, é a redação da prova escrita de português do vestibular ao curso de bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. Com a devida vênia da Faculdade e do Autor, tomamos a liberdade de publicá-lo na íntegra, para que o público sinta o pensamento borbulhante de um môço que nasceu escritor.

a aspiração mudancista no centenário da independência:

a pedra fundamental da futura capital no planalto central

Marcelino Rodrigues Machado



Transforma-se em realidade a aspiração secular, que vem dos primórdios da nacionalidade, da mudança da Capital para o Planalto Central do Brasil! Aí está Brasília como um fato real, consumado, que se afirma sob todos os sentidos e quaisquer aspectos, índice da capacidade do nosso povo e espelho do seu porvir! Pretendemos apenas, em rápidas palavras, relembrar o que fizemos pela consecução de tão patriótica aspiração, de que sempre fomos partidários desde a distante mocidade, quando tivemos a honra de representar o Maranhão na Câmara dos Deputados, por ocasião do Centenário da Independência.

Preparava-se o país para festejar o centenário da sua emancipação política, sob o governo do grande Epiácio Pessoa, e, adepto da mudança da Capital, ocorreu-nos a lembrança de apresentar um projeto com dupla finalidade: deixar uma prova concreta da persistência da aspiração secular, lançando a pedra fundamental da futura Capital no planalto central e sugerir o início da construção desta com a autorização das providências preliminares.

Redigimos, para esse fim, o projeto abaixo, que pedimos ao saudoso colega e amigo Americano do Brasil para também assinar em homenagem a Goiás, que ele representava, datando-o de 7 de setembro de 1921:

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º - O governo lançará a pedra fundamental da Capital Federal no planalto central ao meio-dia de 7 de setembro de 1922;

Art. 2.º - Em janeiro publicará editais sobre apresentação de plantas e meios para a construção da futura Capital, estabelecendo prêmios, de modo que, em setembro de 1922, seja o resultado submetido ao Congresso Nacional;

Art. 3.º - Fica o governo autorizado a abrir os créditos necessários para a execução desta lei, revogadas as disposições em contrário. Sala das sessões, em 7 de

setembro de 1921. Rodrigues Machado - Americano do Brasil”. Na sinópsese dos trabalhos parlamentares sobre esse projeto que tomou o número 680, de 7 de setembro de 1921, encontra-se o seguinte:

“Em 7 de setembro é julgado objeto de deliberação e enviado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Em 20 de dezembro vão a imprimir, sob o n.º 680-A, o parecer da Comissão de Justiça com substitutivo, e o da de Finanças, favorável ao substitutivo. Em 22, em virtude de preferência requerida pelo Sr. Rodrigues Machado e outros entra em 1.ª discussão, que é encerrada e é aprovada com dispensa de interstício a requerimento do Sr. Americano do Brasil. Em 23, é encerrada a 2.ª discussão e aprovado, com dispensa de interstício a requerimento do Sr. Americano do Brasil. Em 24, é encerrada a 3.ª discussão e aprovado, bem como a redação final 680-B, dispensada sua impressão a requerimento do Sr. Rodrigues Machado, indo o projeto ao Senado. Em 10 de janeiro de 1922 o Senado envia-o à sanção. Sancionado por decreto n.º 4.494, de 18 de janeiro de 1922, publicado a 21”.

Como se verifica, apresentado o projeto foi às comissões competentes, que, após três meses de detido exame, fizeram um substitutivo, que veio a se transformar no Decreto Legislativo. Narremos, porém, a sua tramitação nas duas comissões: Na da Justiça, foi relator o grande espírito de Prudente de Moraes, que, após longo parecer, terminou pela apresentação do substitutivo vitorioso afinal, obtendo a assinatura de todos os outros membros, Melo Franco - presidente, Arthur Lemos, Carlos Maximiliano, Godofredo Maciel, Arlindo Leoni, Veríssimo de Melo e J. Larmartine, que apresentou voto em separado, também favorável.

Na Comissão de Finanças foi relator Bento Miranda, em sessão de 19 de dezembro, que aprovou o substitutivo da Comissão de Justiça, declarando “que nada mais é do que a primeira etapa na con-

secução de um desideratum secular de várias gerações de estadistas”. Foi assinado pelos demais membros - Estácio Coimbra, presidente, Bueno Brandão, Thomaz Rodrigues, Antonio Carlos, com restrições, L. Corrêa de Brito, Carlos Penafiel, com restrições quanto à oportunidade, Rodrigues Alves Filho.

O substitutivo das duas Comissões, como se verifica na sinópsese, foi enviado ao Senado, e, sem alterações, transformado na lei seguinte:

“Decreto n.º 4.494 - de 18 de janeiro de 1922.

Determina que a pedra fundamental da Capital Federal seja lançada no planalto de Goiás, no dia 7 de setembro de 1922, e dá outras providências.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Faça saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º - A Capital Federal será oportunamente estabelecida no planalto central da república, na zona de 14.400 quilômetros quadrados que, por força do art. 3.º da Constituição Federal, pertencem à União, para esse fim especial já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2.º - O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada no ponto mais apropriado da zona a que se refere o artigo anterior, a pedra fundamental da futura cidade, que será a Capital da União.

Art. 3.º - O Poder Executivo mandará proceder a estudos do traçado mais conveniente para uma estrada de ferro que ligue a futura Capital Federal a lugar em comunicação ferroviária para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, bem como das bases ou do plano geral para a construção da cidade, comunicando ao Congresso Nacional, dentro de um ano da data deste decreto, os resultados que obtiver.



Art. 4.º - Para a execução dêste decreto fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários.

Art. 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1922, da Independência e 34.º da República".
Epitácio Pessoa - Joaquim Ferreira Chaves e J. Pires do Rio.

Procuramos, em seguida, agir junto ao governo, que mandou executar a medida preliminar: o lançamento da pedra fundamental.

Por intermédio do engenheiro José Palhano de Jesus, então inspetor federal das estradas, foi cumprido o disposto em lei, conforme narra o vespertino "A Noite", do Rio, de 12 de setembro de 1922, que enviou um representante à solenidade:

"A comissão de engenheiros encarregada do lançamento da pedra fundamental da nova Capital é composta dos Drs. Balduino Almeida, engenheiros diretor da Estrada de Ferro de Goiás, chefe, e auxiliar Carlos de Melo e Edgard Peixoto Guimarães. Acompanha a comissão, como fotógrafo-cinematografista o Sr. Plínio, que tirou magníficas vistas e fitas cine-

matográficas de diversos aspectos, inclusive um "Ford", puxado a bois".

"Conversando com o chefe da comissão ouvimos ter escolhido o ponto junto a Planaltina, por ser prestável para grande população, devido à sua situação magnífica, acreditando não haver local igual, e, portanto, nem melhor nem mais belo, sendo de lamentar a exiguidade de tempo que teve para organizar sua vinda, pois fôra convidado pelo governo no dia 27 de agosto, só então organizando nas oficinas da Estrada de Ferro de Goiás as pedras para a pirâmide, pesando quatro toneladas, e a placa comemorativa de bronze. Foi um verdadeiro heroísmo, conseguir o Dr. Balduino assentar a pedra no dia marcado, sendo como é de 315 quilômetros a distância do ponto da estrada de ferro ao planalto".

O marco colocado no "Morro do Centenário", na "Serra da Independência", tem 3,75m de altura, estando a 1.000 metros de altitude, e, na face oeste, foi fixada a placa de bronze com a seguinte inscrição: "Sendo Presidente da República o Exmo. Sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa, em cumprimento ao disposto no decreto n.º 4.494 de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada em 7 de setembro de 1922, ao meio dia, a pedra fundamental da futura Capital dos Estados Unidos do Brasil".

Não podíamos estar ausentes a tal solenidade, e, por isso, foram trocados os telegramas seguintes: "Sr. Zelmires Reis, Santa Luzia - Goiás.

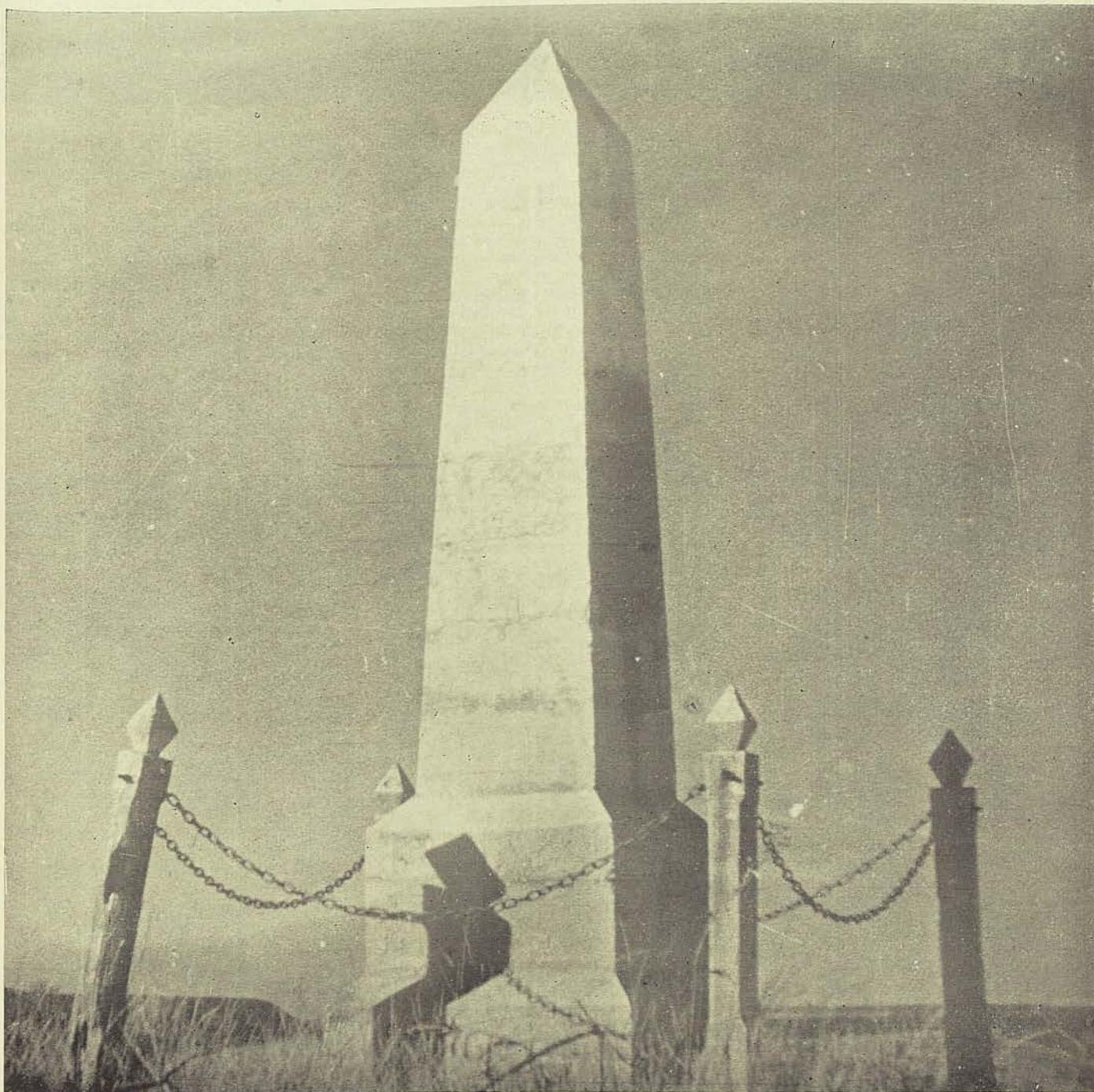
"Por indicação colega Americano do Brasil, companheiro apresentação projeto que se converteu decreto 4.494, peço-vos obséquio representar-me lançamento pedra fundamental futura Capital Federal no planalto Goiano. Saudações. Rodrigues Machado".

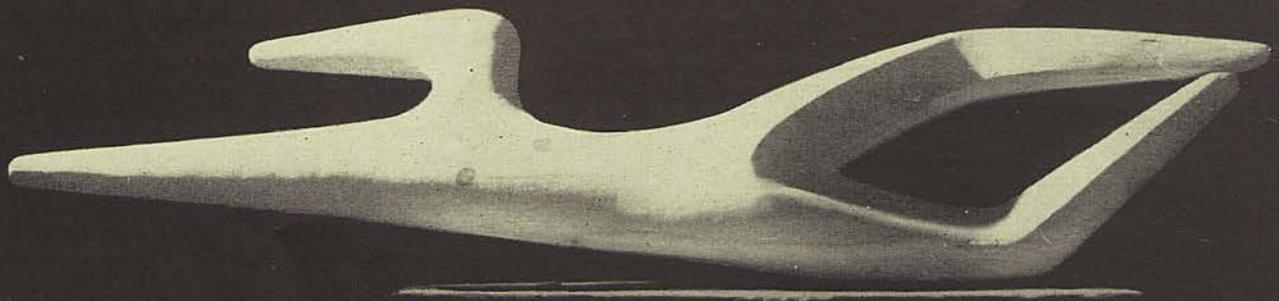
No dia 8 de setembro recebíamos a resposta: "Honroso mandato cumprido. Cumprimentos. Zelmires".

Muitos anos, após vários e meticulosos estudos, foi escolhido o local onde se acha atualmente Brasília, e, mirabile dictu! -

marco colocado, como acima se descreve, encontra-se apenas a cerca de quinze quilômetros do centro urbano de Brasília, devendo em poucos anos estar compreendido no perímetro urbano! O Dr. Balduino de Almeida, alguns meses depois da colocação em conversa conosco, declarou-nos que havia executado a colocação da pedra fundamental, dada a exigüidade de tempo e de meios, a "olhômetro", usando uma expressão de gíria profissional! Fôra a intuição divina, que lhe permitiu situar Brasília no devido lugar! E' bem compreensível a satisfação de quem, aos 73 anos, com a consciência tranqüila de ter cumprido o seu dever nos vários cargos ocupados, vê realizado um anelo patriótico de toda a sua vida!

E, para terminar, seja-nos perdoado reproduzir as palavras finais de um discurso na Câmara dos Deputados, a 4 de junho de 1923, sobre este mesmo tema: "Só então, Srs. Deputados, quando do planalto central o Governo Federal puder abranger em um só golpe de vista toda a vastidão da nossa pátria; quando de lá irradiarem como os dedos de uma das mãos as vias férreas em todas as direções do nosso imenso território; quando, fora do meio cosmopolita desta cidade, estivermos impregnados da alma das populações do interior, que são o cerne da nossa nacionalidade, e mais próximos, e sob a inspiração do Cruzeiro do Sul; só então, o Brasil realizará a profecia de sermos o país do Século XX"!





brasília- capital de poetas e artistas

Ary de Andrade

Fui a Brasília por minha conta e risco. Com minha mulher, três convidados meus e mais cinquenta e tantas pessoas, em ruidosa excursão alada, lá desembarcamos de um quadrimotor do Lóide Aéreo.

A princípio reinava alguma desconfiança. Tão logo, porém, percebemos o que se nos oferecia naquele planalto, fomos totalmente dominados pelo emocionante espetáculo do nascimento caótico e colorido de uma Capital.

Depois, aquela sucessão de alumbramentos. Meus olhos por lá deixei-os pregados àquelas massas arquiteturais. Meu coração ficou perdido entre estruturas fantásticas, marcas, datas recentes e conjuntos modernos nas super-quadras residenciais. Lá está minha saudade misturada à terra vermelha, recém-desvirginada, sangrando feliz e agradecida. Trouxe comigo o imenso ruído de milhares de obedientes máquinas, que, pela mão experiente dos "candangos", estão construindo um sonho de pedra, ferro e cimento.

O Presidente Kubitschek denominou-a "Meta-Síntese". Esta foi também a minha sensação ao fim da visita que lhe fiz. Brasília é, sem dúvida, a síntese de uma obra gigantesca e fabulosa, da qual só não se orgulham os que não têm espírito penetrante.

Dessa Brasília já se disse tudo. De bem e de mal. Contra ela se articularam as mais poderosas forças representativas de interesses contrariados, em campanhas incessantes e cuidadosamente conduzidas. Nada, entretanto, pode superar a realidade singular de sua existência. Para mim Brasília é a Capital de poetas e de artistas. Cidade sonhada, planejada, traçada por urbanistas, arquitetos, engenheiros e técnicos brasileiros, edificada com máquinas e materiais nossos, graças ao trabalho formidável de operários do Brasil — Brasília é um deslumbramento e uma reconciliação.

Tudo nela é grandioso, sem restaquermos. Belo, de uma beleza que não só deslumbra, mas comove até às lágrimas.

Há encontros inimagináveis entre o Brasil de antanho e o Brasil do porvir. Assim é que, numa larga parede do Salão de Recepções do Palácio de Alvorada, onde a

riqueza não nos afronta, vi, de súbito, dois Anjos do Aleijadinho plenamente integrados naquele ambiente de serena modernidade.

Ora era um soalho de autêntico jacarandá da Bahia, que se pisa quase com unção, sobre o qual tapetes de apurado gosto compõem uma atmosfera da mais perfeita dignidade. Ou então, antiquíssima imagem de madeira de Nossa Senhora sobre um granito róseo de Goiás, a dizer-nos que a beleza, una e múltipla, é pura, simples e silenciosa. Se variam formas e gostos, o essencial, que é eterno, permanente, harmoniza-se e condensa-se numa forma geométrica, numa sinfonia, num poema ou num conjunto arquitetônico.

E foi assim que vi Brasília. Uma integração. Uma descoberta.

Quem não for capaz de humildes deslumbramentos não vá a Brasília.

A Brasília não vá aquele que é incapaz de sopitar a inveja e o despeito. Não deve ir a Brasília o frustado e o irreconciliado com a vida e com os homens de seu tempo. Não pense conhecer Brasília o que se acomodou, se acovardou e perdeu a fé e a confiança no povo. Quem for, amóforo ou mesquinho não tem necessidade de conhecer essa Capital criada por artistas e poetas para todos os que têm sensibilidade capaz de vibrar ante os grandes problemas que sua fundação vai ajudar a resolver.

Brasília é para os audazes. Brasília deve ser vista pelos capazes de generosidade e grandeza de alma. Mesmo porque, este não é um Governo que se possa avaliar com a vara de mal-medir da mediocridade pálida e timorata.

Brasília deve ser visitada pelos jovens, de espírito e de corpo.

Brasília precisa ser vista pelos que acreditam no Brasil, na sua gente e no seu irreversível amanhecer.

Porque Brasília é uma alvorada a que estamos assistindo de olhos deslumbrados, de coração iluminado de esperança, de amor infinito e da mais alta emoção.

Para tudo mais, há sempre aqueles versos de Fernando Pessoa:

"Vale a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena".

preciosismo brasileiro

miguel crivaro

O preciosismo brasileiro não é u'a moda arquitetônica, é mais: u'a maneira de ser do espírito brasileiro, uma das essenciais funções da criação das constantes da linguagem inventiva. É talvez, como a galha do carvalho, uma doença orgânica da inspiração.

Mas quem ignora dar à patologia esclarecimentos fecundos sobre o funcionamento de um organismo vivo? Não muito que considerar no estudo deste fenômeno que se constrói e das formas de que se revestiu nas várias épocas.

Brasília é, muito exatamente e antes de mais nada, aquela forma de exposição, que consiste em não chamar as coisas pelo seu nome. Há escritores, cujo gênio se desespera a limpar o homem e o universo, das silvas que o encobrem a nossos olhos ou ajudam a sobreviver. O andamento da nova capital, claramente se vê a que conduz: a um lúcido e tenaz, "é muito mais do que apenas isso".

Numa lápide, será inscrita, uma realidade desnudada. Brasília é isso, apenas isso. Brasília é só isso, só isso a sua vida, só isso o mundo em que ela está entrosada, e o homem seu cativo. Mas, em face destas belas emprêsas de engrandecimento da Pátria, a tradição, o preciosismo, devem manter a técnica diferente de apreensão da verdade. Brasília tece entre o homem reduzido a si próprio, o universo reconduzido à beleza de sua estrutura sem objetos doentes de solidão, uma cintilante teia de metáforas, a luminosa rêde das faíscas provocadas pelas aproximações, diminuindo os choques, aumentando as visões telescópicas. Constrói com as idéias, as imagens e as palavras, um sistema que religa.

Religião, religião: os primeiros monumentos do preciosismo brasileiro, cuja suntuosidade poderia ser fixada no pórtico de uma Antologia Universal.

Preciosismo é uma arte de expansão, um processo de ampliação lírica. Por meio dela, o homem compara-se aos astros e às grandes erupções cósmicas.

As metáforas apanham no "lasso" das palavras um espesso ramo de beleza concreta, entre as quais o espírito determinou uma unidade até então invisível.

O preciosismo maior é o telescópio do que se está construindo; na sua ocular, o horizonte, os edifícios, as estrêlas e as moléculas, a poeira celeste e as gôtas de orvalho confessam o seu parentesco secreto. Dêle se poderia dizer o que Elurad diz – e preciosamente – da mulher amada:

"Tem sempre os olhos aberto
E não me deixa dormir,
A plena luz dos seus sonhos
Todos sóis se evaporam,
E rio-me, choro e rio,
Falo sem ter que dizer".

Mas, a par desta forma soberana de preciosismo, há outra, raquítica e enfezada. O preciosismo menor. Abafa sob um aluvião de flôres artificiais os objetos que celebra, transforma o telescópio porque se serve dêle ao contrário do lado da objetiva. É aquela arte de que Pascal severamente diz: "que consiste em dizer pequenas coisas com grandes palavras e inúteis".

Enquanto o preciosismo maior é uma arte das altas épocas, o menor é sinal de vitalidade enfraquecida, expressão gasta das decadências ou das épocas de transição. Temos todos, diante dos olhos, o duplo exemplo. O extraordinário vigor da arquitetura moderna traduz-se no preciosismo dos construtores de Brasília. Mas há também, perto de nós, o parêntese do amolecimento e da degradação da linguagem, o preciosismo dos inconformados, cujas minuciosas torturas, inflingidas às imagens e às palavras, envelheceram tão depressa como as afetações de Cotin. O preciosismo brasileiro tem dois rostos – o de Montesquieu e o de Prust. Claramente se vê, de ambos, qual o necessário.

Porque há, entre os brasileiros, um preciosismo necessário, e hoje mais do que nunca, talvez. Temos necessidade dos que veneram e admiram, cujo olhar sabe ser fértil, cujos olhos se encandeiam perante as riquezas que o homem a si próprio dá. Os iconoclastas são indispensáveis, para que o que morreu seja chamado morto. Mas o preciosismo brasileiro é necessário, para o que tem preço ser saudado pelos nossos filhos, e salvo.

21 de abril de 1960 a capital do ano 2.000

Oswaldo Orico

A 21 de abril de 1960, para o desejo de muitos, a despeito de alguns, mas para o bem de todos, faz-se a transferência da capital do Brasil para o Planalto.

O Rio de Janeiro nada perde em importância como a grande metrópole do Atlântico Sul; e o interior do país ganha em substância com a sede do governo situada no centro do território nacional, de acordo com as exigências do equilíbrio demográfico-administrativo e recomendação de várias Constituições.

Dessa tarefa hercúlea sai engrandecido da administração, para entrar na História, o presidente que teve a iniciativa de executar a mudança; a coragem ainda maior de concluí-la dentro de seu próprio período de governo. Contra todas as advertências, críticas e ponderações que tentaram desviá-lo do rumo traçado impelindo-o ao abandono da tarefa, o Chefe do Estado brasileiro, com a equipe que escolheu para auxiliá-lo, cumpre mais uma de suas metas. Justamente a que parecia mais complexa e difícil: a que concentrou maior número de protestos e opositores.

Vários destes, antes mesmo de terminadas as obras, renderam-se à evidência, convencendo-se da necessidade que representava como instrumento de expansão do oeste brasileiro e da exequibilidade do plano de levar a civilização e o progresso a zonas remotas e esquecidas do país.

Mais rápido que a compreensão de grande parte de nossa gente foi o interesse que despertou no exterior o sentido revolucionário de Brasília, no seu triplice aspecto geográfico, urbanístico e arquitetônico.

Vencida a sua construção em tempo recorde, foi por mim denominada: uma capital a jato.

Isto de acordo com a linguagem da aviação, sob cujos auspícios foi fundada e edificada.

Chega ao seu termo no prazo previsto: nem depois do que desejavam os anti-mudancistas convertidos, nem antes do que pretendiam os mudancistas apressados.

Seguiu o ritmo exato, o compasso certo, pautando o seu trabalho pelas dificuldades encontradas. Inaugura-se sem a morosidade pleiteada pelos mudancistas teóricos e sem a pressa requerida pelos mudancistas práticos, à semelhança de certo cronista que pretendia fosse ela construída em ritmo ainda mais veloz.

Está em condições de ser a capital do País? Reúne desde já os requisitos indispensáveis para acolher os três poderes da República? São perguntas cujas respostas seriam discutíveis e condicionadas pelas conveniências e opiniões de cada um. Não esqueçamos que Floriano Peixoto considerava suficiente para a mudança um único objeto: a burra do Tesouro. Com isso, dizia, ele, todos seguirão quem a levar para o sítio escolhido.

Menos simplista que o Marechal de Ferro, o Presidente Juscelino Kubitschek, antes de realizar a única operação com que Floriano resolveria sumariamente o problema da mudança, fez traçar e executar uma cidade que mudou o Brasil de posição e moveu a atenção do mundo para o Brasil. Brasília é a vedeta das capitais de nosso tempo. Se entre nós ainda se discute o espaço e a comodidade dos chalés adquiridos pelos parlamentares ou dos apartamentos destinados aos barnabés, no exterior o que conta para despertar o interesse universal é o sentido revolucionário que se deu aos serviços urbanos da nova capital e que a situou na fronteira do futuro.

Argumenta-se ainda, para contestar a iminência da mudança, que a nova capital não oferece todos os requisitos, comodidades e luxos das grandes cidades. E existe ainda quem, para mover resistências ao fato, considere prejudicial para o exercício do poder legislativo a circunstância de ficar fora da zona de influência dos grandes centros urbanos.

Ninguém mostrou melhor que o jornalista Danton Jobim os graves inconvenientes que sempre conspiram contra a presença do Chefe do Estado em cidade onde tivesse de desempenhar, além de suas funções, as de prefeito e chefe de polícia. Chamou ele a atenção para o precedente dos Estados Unidos, onde um motim de gendarmes que cercou o edifício do Legislativo "convenceu a maioria da necessidade de dar nova sede ao governo, exatamente para garantir o regime e o funcionamento normal das instituições".

Aos que se preocupam com as deficiências que, por acaso, se verifiquem nas instalações de Brasília, lembra o articulista do "Diário Carioca" que, em 1800, quando se verificou a mudança da sede do governo de Filadélfia para Washington, não havia aí mais do que uma avenida, a Pennsylvania Avenue, e algumas ruas esboçadas: "a avenida que ligava a Mansão Presidencial ao Capitólio inacabado, era a única via por onde se podia transitar em tempo de chuva e de neve".

A prova da permanência desse espírito de pioneirismo está num fato realmente digno de nota: a embaixada dos Estados Unidos instala seus serviços em Brasília num "traillor", onde se acomodarão, enquanto se constrói seu edifício, os diplomatas do país em que o conforto e o bem-estar chegaram ao mais alto nível.

Nam hora em que estiver circulando esta revista, caravanas de brasileiros de todas

as regiões, tomando seus veículos, estarão provando o que, até meses atrás, parecia impossível: que o Norte tivesse um encontro marcado com o Sul.

Foi Brasília quem proporcionou esse encontro no Planalto, derrubando muralhas vegetais e aproximando por pontes as margens dos rios, para que o país se articulasse em estradas e se estendesse as mãos.

Vamos ver repetir-se a experiência que, meses atrás, mereceu de Guilherme de Almeida uma ante-visão poética do que será a instalação oficial de Brasília com as caravanas mecanizadas que, partindo simultaneamente dos quatro pontos cardiais, riscarão com suas rodas uma imensa cruz sobre o vasto mapa do Brasil, reproduzindo com "jeeps", caminhões e tratores o que já estava escrito no céu com a constelação do Cruzeiro; no mar, com a insígnia de Cristo nas velas; e em terra com o lenho que serviu a Frei Henrique de Coimbra e ao Cardeal Vasconcelos Mota para as duas grandes missas de nossa História.

Ouçamos o Poeta:

"Provindas de Belém, Pôrto Alegre, Rio e Cuiabá - Norte - Sul, Este - Oeste, vão avançando firmes as quatro pontas de aço. E' o Brasil que tem um encontro marcado consigo mesmo em Brasília, pelo sinal da Cruz.

Há mais de dois anos, imaginei e cumpri para Brasília um brasão de armas. Achei fascinante pôr a serviço de uma cidade que só tem futuro uma ciência e arte que só tem passado: Sobre um fundo verde, quatro flechas de ouro, partindo de um ponto central, uma para cima, outra para baixo, outra para a direita, outra para a esquerda. Assim, era uma cruz que elas desenhavam, a Cruz de Brasília.

Desferidas do centro, significavam a ação centrífuga do Poder. Dirigindo-se aos quatro pontos cardeais, sugeriam também uma rosa-dos-ventos. Daí o lema latino que inventei ser como um grito de corajoso desafio ao futuro: "Venturis Ventis", isto é, aos ventos que hão de vir.

Vejo agora realizar-se, com uma lógica que não previ, a Cruz de Brasília que idealizei. Duas forças opostas são mesmo necessárias para formá-las: primeiro, a centrípeta; depois, a centrífuga. Afluir para refluir. Está certo. Vai indo rumo a Brasília a Caravana de Integração Nacional. Depois, de Brasília partirá o Poder". E' um engano dizer-se que a fundação de Brasília foi um ato prematuro ou inoportuno. Se olharmos para o calendário do Império e da República, vemos que, cronologicamente, ela veio um século atrasada; mas, praticamente, veio na data certa. Ato de maturidade política, mas também de dinamismo administrativo, tinha de encontrar o seu Atatürk para efetivar-se. Necessitava de um homem que, em vez de alpergatas, rodas, dormentes e trilhos usasse asas na sola dos pés.

A fundação de Brasília e a transferência da Capital para o Planalto no dia fixado em lei, representou um teste de capacidade do Presidente para dar sentido às suas metas e da sua resistência às provocações do desânimo para abandoná-las.

O povo, que aplaudiu seu programa ao investir-se do Poder, faz-lhe hoje a justiça de reconhecer que não faltou aos compromissos assumidos. E - coisa rara nestes

tempos - o Chefe da Nação, no ocaso do mandato, torna-se mais popular e adquire mais prestígio do que quando começou o seu governo.

Vê cumprir-se o desejo que manifestou em Diamantina, sua cidade natal, logo após o resultado das eleições que o levaram à Presidência: o de deixar o Poder nos braços do povo, como há cinco anos atrás, quando para ele entrou.

Ninguém cometeria exagêro se dissesse que sai em condições mais favoráveis e satisfatórias do que ao assumir as rédeas do governo: sai com a Nação inteira esperando que volte.

Teria realizado não cinqüenta, mas cem anos em cinco, se lhe coubesse a fortuna, que teve Rodrigues Alves, de contar com um corpo de colaboradores de seu tope, adestrado para a grande empresa de que foi campeão.

Compromissos de ordem política e injunções a que teve de submeter-se para levar avante sua missão desbravadora comprometeram em certos setores as tarefas do seu governo, fraudando-lhe os rendimentos que esperava.

Ainda assim, no balanço que o grande repórter político Carlos Castela Branco fez de sua administração, encontrou o seguinte saldo:

"As viagens que fez pelo interior do Brasil totalizou 3 milhões de quilômetros, o suficiente para dar volta ao mundo 75 vezes. Permaneceu no ar cerca de cinco mil horas. O Brasil, sob seu governo, bate diversos recordes: 1) termina-se, em Três Marias, a maior barragem em construção no mundo; 2) Furnas é a maior usina elétrica em construção neste momento; 3) Belém-Brasília-Pôrto Alegre é o maior tronco rodoviário que se completa num país; 4) o maior arco de ponte de concreto que se faz atualmente na Terra é o que se ergue sobre a ponte entre o Brasil e o Paraguai, no Rio Paraná; 5) o ritmo de crescimento da nossa indústria automobilística é o mais importante; 6) realizamos agora as maiores vendas de café já feitas pelos países produtores; 7) erguemos no Planalto Central, em três anos, o maior monumento urbanístico de todos os povos; 8) temos a maior acumulação de águas destinadas a açudes, produção de energia, irrigação e abastecimento das populações etc. (Quando assumiu o Governo a água acumulada para aqueles fins no Brasil era da ordem de 7 bilhões de litros, e ao deixá-lo, estarão acumulados 80 bilhões)".

Se o trabalho sinérgico a que se entregou e que quase lhe compromete a saúde não teve rendimento uniforme em algumas áreas da administração, em outras permite ao mineiro de Diamantina arrebatar ao paulista de Guaratinguetá o primado nas iniciativas e realizações que lhe asseguram, desde já, um lugar de destaque na galeria dos grandes Chefes de Estado, sem necessidade de esperar pelo julgamento da posteridade.

Comandando o batalhão de candangos que com ele se deslocou para o Planalto, pode contemplar a façanha, em que muitos não acreditavam, e repetir a frase com que o Papa João XXIII explicou ao Ministro do Exterior da França, Couve de Murville, o sentido de seu apostolado:

"Eu rezo como se tudo dependesse de Deus; e trabalho como se tudo dependesse de mim".

uma memória da época colonial, sobre o melhoramento da agricultura e do comércio da capitania de goiás

Prof. Mário Barata

Agora que a capital brasileira situa-se no interior do país, em terras que foram da Capitania de Goiás, não há dúvida que essa região, balizada ao norte pelo Tocantins e pelo Araguaia, se desenvolverá propiciando novas condições de progresso para todo o centro e os extremos norte e oeste do país.

Cunha Mattos, na sua *Corografia Histórica da Província de Goiás*, escrita em 1824 mas publicada cinquenta anos depois, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, cita memórias anteriores, de 1785 e 1812, que crê ordenadas e aumentadas, nas "Memórias Goianas" do Padre L. A. Silva e Souza.

Ligados ao Grão-Pará, por via fluvial, os Goiazes — como na época se chamava freqüentemente a região — também foram objeto de estudos práticos ou teóricos de sertanistas e militares saídos da cidade de Belém, aos quais Cunha Mattos não se refere. Alguns deles merecem ser relidos, neste ano em que Brasília aumenta o interesse nacional pelas regiões centrais do país. Destaquemos, de entre os trabalhos antigos sobre Goiás, a "Memória / Em que se mostram algumas Providências / Tendentes ao melhoramento da Agricultura e Comércio / Da Capitania de Goyaz / Por / Francisco José Rodrigues Barata / Sargento mór da capitania do Pará" / (2)

Foi escrita em 1806. Publicou-se no tomo 11 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1848, com a indicação: "Escrita e dedicada ao Conde de Linhares". Parece que essa informação do Instituto deve ter-se baseado em cópia destinada ao referido ministro português, a qual teria servido à impressão e hoje se acha perdida. Mas o manuscrito original, existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, não lhe é dedicado.

Escreve o autor: "O estado de decadência a que se acha reduzida a vasta capitania de Goiás desde o ano de 1776 promove certamente o desejo de examinar não só as causas que a tem ocasionado, mas também o de cogitar sobre os meios de a restituir ao seu antigo estado, ou ainda ao de maior prosperidade". "... e a certeza do quanto as reais ordens expedidas aos governadores e capitães gerais de Goiás e Pará se empenham em promover e animar o comércio entre estas capitanias, servirão de princípios sobre os quais apontarei alguns meios, que talvez consigam o fim proposto". "... Daqui fá-

cilmente se conclui que o mais importante comércio, que a capitania de Goiás pode fazer, será com a do Pará pela comodidade que oferecem os mencionados rios, e particularmente o Tocantins, que atravessa quase toda a dita capitania, tocando a maior parte dos seus arraiais ou povoações, e navegável até o rio Uruu. E' verdade que nesta navegação se encontram algumas dificuldades, das quais trataremos, porém estas devem vencer-se pelo método que também se dirá.

"7. Abunda esta capitania em muitos gêneros de suas produções, quais são a mandioca e milho, de que fazem o pão ordinário, feijão, arroz, café, algodão, açúcar, aguardente de cana e outros; também produz urucu, anil e trigo, ainda que este gênero se tem olhado com indiferença, quando aliás podia aumentar-lhe ultimamente o seu comércio; abunda igualmente em carnes de porco e de vaca, de cujos couros fazem boa e excelente sola. Apesar desta fertilidade, é a dita capitania das mais pobres que se podem considerar no Estado do Brasil, procedendo esta pobreza da falta de exportação dos sobreditos gêneros.

"8. E' verdade que uma tal capitania, que abunda em tudo quanto é necessário para satisfazer às primeiras necessidades de seus habitantes, faz considerar a estes felizes; porém esta felicidade só poderia reputar-se se eles se devessem considerar isolados e inteiramente separados dos interesses sociais do Estado; mas como eles fazem parte do mesmo Estado, é necessário que pelo trabalho da sua cultura promovam o comércio, e que por um e outro princípio contribuam com a parte que lhes corresponde na ordem social".

"11. No § 6.º se mostrou que a situação local da capitania de Goiás é das mais centrais do Estado do Brasil, e nos §§ 7.º e 8.º se disse que não obstante o ser fértil dos gêneros da sua produção, os seus habitantes viviam todavia em suma pobreza; e o motivo procede certamente da falta de exportação ou concorrência exterior, a qual é dificultosa pela longitude em que se acha esta capitania das de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Pará, com as quais confina. Quando digo que a concorrência exterior é dificultosa, tenho em vista as graves despesas dos transportes terrestres, que não podem ser compensadas pelo valor dos gêneros transportados, embora sejam estes supérfluos para o uso dos habitantes de

Goiás. Esta razão é igualmente aplicável ainda que a exportação se faça pelos rios referidos no § 6.º considerada não só a sua grande extensão, mas os obstáculos que se encontram na sua navegação. Pode por tanto deduzir-se do que fica referido, que a concorrência ou exportação ainda que necessária e útil não existe, e para existir devem proporcionar-se os meios: isto é o que se procurará mostrar no segundo e terceiro princípios".

"16. Ainda que as sobreditas reflexões são bastantes para provar a regularidade e economia que deve haver nos trabalhos da agricultura, todavia a seguinte será a decisiva. A agricultura sem o socorro do comércio seria muito limitada no seu efeito essencial, e por consequência não chegaria nunca à sua perfeição; e esta a razão por que aqueles povos que não têm considerado a cultura das terras mais do que da parte da subsistência viveram sempre pobres, quando ao contrário aqueles que simultaneamente a têm olhado como objeto de comércio hão gozado de abundância e de riqueza sólida. Quem nos ministra a prova desta mesma reflexão é a própria capitania de Goiás, a qual só tem olhado a cultura da parte da subsistência, e por essa razão vivem os seus habitantes em suma pobreza, quando aliás poderiam felicitar-se se a considerassem também como dependente do comércio, ou fôsse pela comutação interior ou pela exterior, que lhes será sempre a mais vantajosa; e para isso é que se torna essencialmente necessário o ter regularidade e economia nos seus trabalhos, e que o governador vigie sobre este importante objeto, e promova os meios de lhes facilitar a exportação".

"17. No § 6.º fica dito que os rios Tocantins, Araguaia e outros banham parte da capitania de Goiás, e que admitem navegação para transporte dos gêneros da sua cultura para a capitania do Pará, e também se disse que esta navegação é dificultosa. Agora convém mostrar as dificuldades, que reduzirei a quatro essenciais. A primeira consiste na que os comerciantes encontram em aprontar as precisas equipagens para as suas embarcações; a segunda em não haver nas margens dos mencionados rios habitantes que os forneçam dos necessários mantimentos; a terceira na dificultosa passagem das cachoeiras ou cataratas que há nos mesmos rios, o que os obriga a levar maior número de Índios (ou outras pessoas) do que aliás ne-

cessitariam; a quarta finalmente consiste na precisão que tem de ser acompanhados de tropa, que possa obstar qualquer ataque dos Índios selvagens, que habitam os sertões e margens dos mesmos rios”.

“20. Do diário da viagem que fez o Exmo. D. João Manoel de Menezes no ano de 1799, do Pará para Vila Boa de Goiás, consta que aquela cidade está distante do registro de Arroios, pertencente ao Pará, oitenta léguas.

Do lugar onde desemboca o rio Araguaia no Tocantins, limite das duas capitanias... 163 - Do registro das Salinas, 1.º de Goiás... 627 - Do de Santa Rita... 650 - Do Sítio das Tesouras... 692 - De Vila Boa de Goiás... 732.

Daqui se conhece que a povoação mais remota do Pará, que é o dito registro de Arroios, se acha a oitenta léguas de distância, e a mais remota de Goiás, que é o registro das Salinas, a cento e cinco, vindo por tanto a observar-se que se acham despovoadas quinhentas e quarenta e sete pelo rio Araguaia, e outras tantas com pouca diferença pelo rio Tocantins. Quando se diz que esta grande distância é despovoadas, deve entender-se de habitantes civilizados e sujeitos imediatamente ao nosso governo, por de Índios selvagens tem muita população, a qual embarçam de alguma forma a liberdade da navegação, como já ponderei.

“21 Em uma memória que tenho feito sobre a capitania do Rio Negro no Estado do Pará trato também sobre o descimento do gentio, e porquanto repetirei aqui o mesmo que nela tenho dito, e que pode praticar-se igualmente para com o que habita nos sertões e margens dos mencionados rios Araguaia e Tocantins e seus tributários.

“Promover os descimentos dos índios que ainda vivem no centro dos sertões e do pagamento é assás preciso, não só para aumentar as povoações, mas para propagar a fé católica, que há sido em todos os tempos a principal causa que moveu os Fidelíssimos Senhores Reis de Portugal a empreender as conquistas, não limitando despesa alguma da sua real fazenda, o que provam os muitos monumentos que se encontram em tôdas as partes do mundo, onde se arvoraram as suas (e particularmente neste Estado do Brasil) bandeiras; descimentos que se acham enfraquecidos, ou porque erradamente se tinham julgado inúteis, ou porque deixou de achar-se aquela utilidade, que percebiam aquêles que barbaramente os possuíam como escravos; mostrarei por tanto o adiantamento e vantagem que resultará ao Estado dos descimentos, e o modo por que poderão animar-se aquêles que os empreenderem.

“Primeiramente, todo aquêles que se aplicar ao descimento dos índios será considerado como vassalo útil ao Estado, e habilitado para exigir do Príncipe Regente aquelas mercês com que premia aos beneméritos e que fazem serviços atendíveis. Para desde logo se mostrar o quanto é digno da sua real atenção tão importante serviço se mandará; Que assim que qualquer vassalo da capitania trouxer para ela de cem índios selvagens para cima de um e outro sexo, lhe passe o governador a patente de capitão dos mesmos índios com os privilégios dos de milícias, que serão inviolavelmente observados, e o mesmo

capitão proporá os subalternos, a quem o governador passará também patentes, das quais requererão a régia confirmação”.

“22. A experiência tem mostrado ser prejudicialíssima ao Estado e contrária à humanidade a remoção dos índios dos lugares em que estão costumados a viver para outros remotos, o que se prova não só com a experiência de diferentes fatos acontecidos no Estado do Pará, mas mesmo com o infeliz resultado da mudança dos Xavantes, que habitando entre os rios Tocantins e Araguaia, e devendo formar-se povoações em suas margens, foram removidos para uma aldeia distante pouco mais de vinte outros desertaram, perdendo desta forma o Estado não só a grave despesa que se havia feito no seu descimento e povoação, mas um tão grande número de vassalos. E com efeito a tais mudanças é que verdadeiramente se pode atribuir a decadência que tôdas as povoações indianas principiaram a experimentar de certo tempo em diante, de maneira que umas estão desertas inteiramente, e outras quase desertas. E’ certo que outros atribuem as causas a outros motivos; mas remontando-nos a tempos anteriores, em que existiam êsses mesmos motivos que hoje se alegam, achamos que êles não obstarão então que as povoações tivessem tôdas muita população; e por isso novamente afirmo que a remoção é a causa primária da decadência, e para a evitar é certamente o motivo porque os missionários formaram sempre as aldeias junto aos lugares em que faziam os descimentos, para terem os índios contentes, e para dêles se servirem na extração dos preciosos gêneros do sertão, de que tinham todo o conhecimento como naturais dêle, circunstância esta bem atendível”.

“Todo aquêles que pretender estabelecer-se nos mesmos lugares com fazendas de gado, êste lhe será dado do que pertence à real fazenda com obrigação de conservar sempre igual número, que entregará quando lhe fôr ordenado, por isso que só lhe pertencerá a produção, do que livremente poderá dispôr. E no transporte dos mesmos gados para os lugares que se destinarem será socorrido por conta da real fazenda pelos meios possíveis”.

“25. Como a capital de Goiás se acha mui distante dos lugares em que devem fazer-se os mencionados estabelecimentos, e por essa razão se torna impraticável que o Exmo. general possa examinar pessoalmente os mesmos lugares e os trabalhos que devem fazer-se, convém que êle cometa êste importante serviço à pessoa, que pela sua probidade e patriotismo ambicione a glória que lhe há de resultar de ter concorrido com a sua vigilância e préstimo para o bem geral dos seus concidadãos e interesse da real fazenda, entre os quais deve desde logo compreender-se o que deve seguir-se da bem entendida economia na acertada disposição dos trabalhos e do zelo com que deve vigiar sobre os mesmos”.

(1) - T. XXXVII, p. I, 2.º tom. a 1874, 213-398 e p. II, 5 150, com anexos.

(2) - O autor, no posto de coronel, foi um dos chefes, da Revolução Constitucionalista de 1.º de janeiro de 1821, em Belém do Pará, a qual deu a adesão da capitania a Revolução do Pôrto. A seguir foi membro da Junta Governativa do Pará.

três nomes que a história não esquece

Não podemos esquecer, ao se transferir a Capital, três grandes vultos que se empenharam na campanha mudantista: Presidente Arthur Bernardes, Marechal Rondon e M. A. Teixeira de Freitas.

Arthur Bernardes, como deputado, foi quem se bateu, e denodadamente, para que se incorporasse, à Constituição de 1946, o dispositivo mudantista da Constituição de 1891. Seu ponto de vista, na Constituinte, foi vitorioso: a Capital deveria ser localizada no Planalto Central, atendendo-se, assim, ao que aconselhou, em relatório, a Missão chefiada pelo Engenheiro Luiz Cruls.

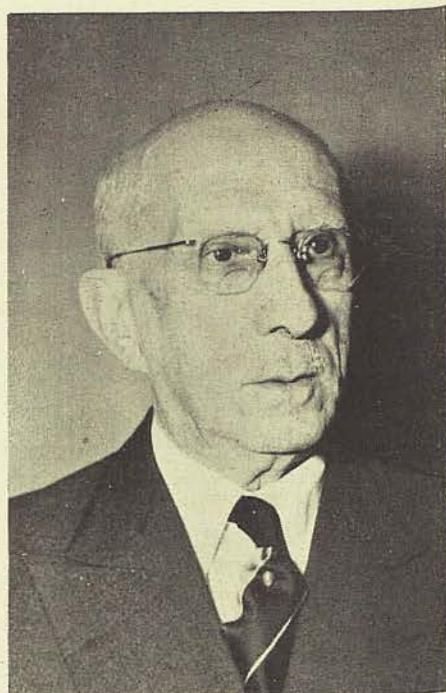
O Marechal Rondon sempre sustentou, com energia, a necessidade da mudança. O grande sertanista sustentou, mesmo, que a mudança era o maior problema do Brasil, vendo, nela, vantagens, a bem dizer, incalculáveis.

Teixeira de Freitas via, primordialmente, na Capital desejada, uma função civilizadora, capaz de criar, na vida brasileira, uma bipolaridade – o mar e o sertão.

Achava o grande técnico que precisamos deter, seja como fôr (textual), a torrencial “corrida” para leste. Esse êxodo – dizia Teixeira de Freitas – está esvaziando catastróficamente o Brasil interior, estancando a maior parte das fontes econômicas. A hipertrofia de algumas metrópoles orientais (Rio e São Paulo principalmente) precisa de compensação para perfeito equilíbrio funcional do regime federado.

Teixeira de Freitas, como se vê, argumentou sempre com absoluta precisão.

Aos três grandes patriotas, nesta oportunidade, histórica por natureza, cabe, sem dúvida, um pensamento de louvor e de saudade.

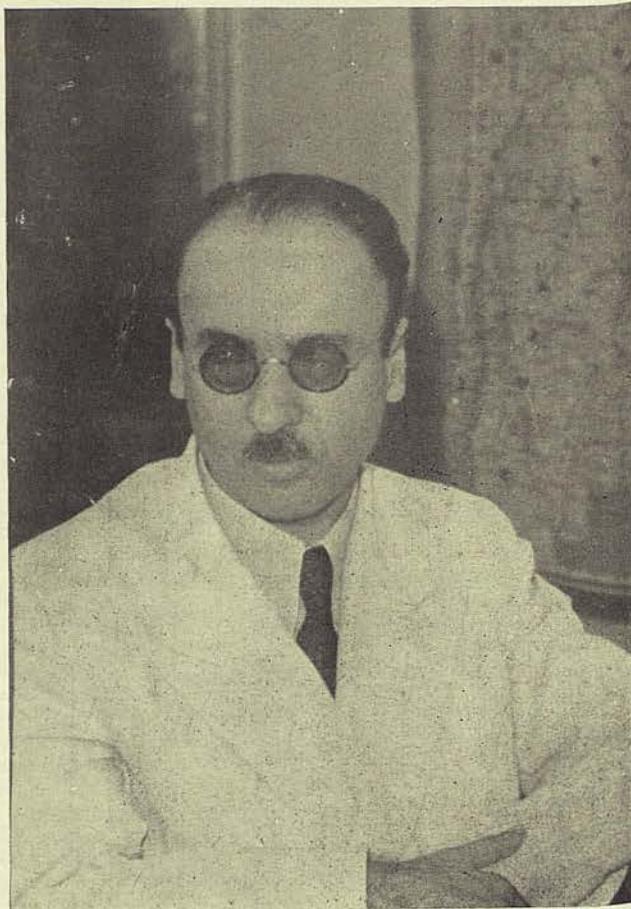


Artur Bernardes

Marechal Rondon



M. A. Teixeira de Freitas



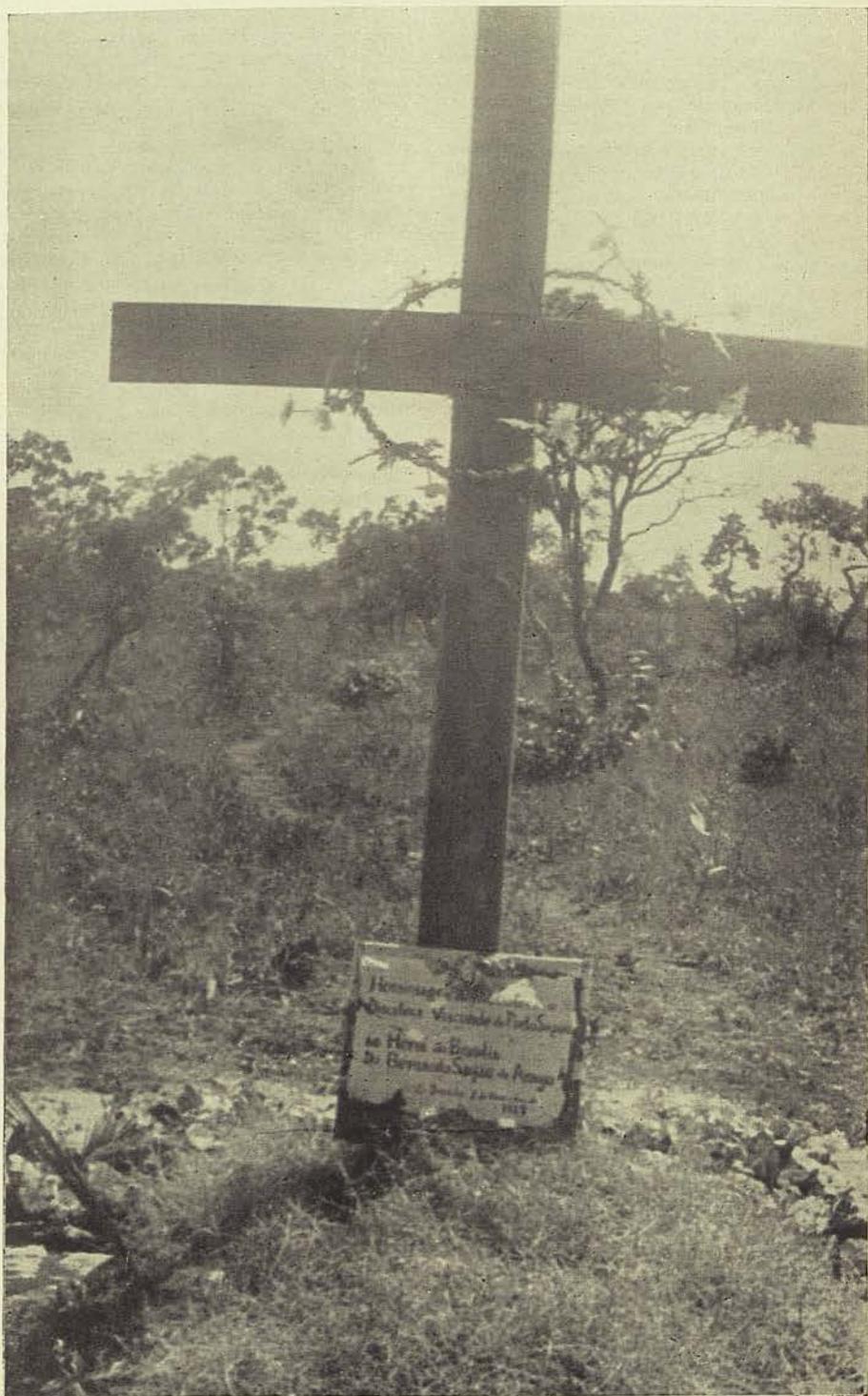
bernardo sayão

Bernardo Sayão Carvalho Araújo não era apenas o Diretor Executivo da Nova-cap. Nem somente o braço e o coração da rodovia Belém-Brasília. Era o pioneiro autêntico, que trocou o conforto da capital pela batalha da "Marcha para o Oeste". Os núcleos agrícolas fundados por Sayão no interior de Goiás aí estão, como vanguardas do abastecimento, muito antes que se iniciassem os trabalhos de construção da Nova Capital.

Sayão, como bom general, colocou-se sempre à frente de seu exército, nas lutas de conquista do Brasil desconhecido. Pouco antes de vencer sua derradeira batalha,

tombou no campo de luta, esmagado por um dos gigantes da mata, que se rebelou contra o conquistador. Sua morte é uma epopéia na construção da Rodovia Belém-Brasília, obra à qual tinha dado sua alma e seu coração e que terminou por levar-lhe também a vida.

Sua luta será sempre um exemplo para os modernos desbravadores que se empenham na integração do Brasil em si mesmo. O espírito de Bernardo Sayão continua presente em Brasília. Da modesta campa onde ele repousa, na Nova Capital, parte constantemente um patriótico alerta àqueles que se dedicam à "Marcha para o Oeste".



brasília, capital da esperança

(Homenagem à revista "brasília")

Eng. Luiz do Amaral

Quem de nós tiver um álbum de velhos retratos, as primeiras cartas de namoradas e de velhos amigos, pequeninas coisas que, diante de nossos olhos, têm o condão de nos transportar ao passado longínquo, pelas imensas paisagens que entrelaçam os caminhos da vida, quem não gostaria de conservá-las sempre?

Engenheiro civil por gôsto e vocação, recordamos ainda hoje a construção da primeira casinha no interior de São Paulo, marco inicial da nossa atividade profissional, acompanhando-lhe o crescimento com desvelo e anotações várias, como se estivéssemos zelando pelos primeiros passos do filho primogênito. Fotografamos o terreno onde iria surgir a modesta habitação de um pobre homem—aposentado da Mogiana—compensando desapropriação necessária à passagem do novo traçado da ferrovia.

Para êle o fato representava a última esperança e abrigo para a velhice. Enquanto para nós a oportunidade de construir sua penúltima morada. Alfa e ômega da vida. Por êsse motivo guardamos com carinho a série de lembranças que registrou, imperecivelmente, as diferentes fases da nossa primeira obra. Têm e terão, para nós, o valor inestimável de reviver o entusiasmo daquelas primeiras responsabilidades de engenheiro principiante. Bem que desejaríamos começar tudo de novo...

Também por isso, é que somos gratos à "Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil". Colecionamo-la nestes anos que precedem à gloriosa data de 21 de abril de 1960. Fêz-nos sentir o ressurgimento de uma nova era para o nosso grande País que, integrado em tôdas as direções e em todos os sentidos, poderá, só então, tornar-se uma grande Nação. Recebemo-la de presente, sem condições senão a de guardar seus exemplares com especial cuidado, por tratar-se de lembrança valiosa do crescimento, desde o terreno agreste e sem fim, da Capital que o Brasil reclamava, ao completar o ciclo evolutivo da sua civilização litorânea, para buscar a civilização em marcha para o interior continental.

Somos, todos os que receberam-na com êsse espírito e essa compreensão, devedores dessa cortesia à direção da "Revista Brasília". Desde seu primeiro número, habituamo-nos a acompanhar, com otimismo, o crescimento da nova Capital, através de flagrantes fotográficos, de plantas gerais de perspectivas, de orçamentos, de atas das reuniões da Diretoria da Novacap, de depoimentos de visitantes ilustres, de "repórteres" estrangeiros, de "candangos" e de literatos.

E depois confiávamos, como ainda confiamos, que a obra pudesse ser entregue no dia marcado. Será 21 de abril a data limite do cronograma do ilustre Presidente da República. Será o coroamento do seu programa de metas e, como já a definiram, simbolizará a síntese de todo um notável programa de realizações convergentes sôbre Brasília, fulcro de onde emergiu,

como concepção global, a integração da nacionalidade.

A "Revista Brasília" ofereceu-nos, a longa distância, a certeza de que o cronograma presidencial seria rigorosamente cumprido, ainda que houvesse, como houve, perturbações da ordem e da tranqüilidade que deveriam decorrer da própria magnificência do empreendimento. Por tudo isso devemos conceder ao grande Presidente um desconto pertinente à sua excepcional visão de estadista: atribuiremos, todos os bons brasileiros, o desconto no seu prazo de entrega de um minuto apenas. Desejamos, entretanto, que êsse minuto seja de silêncio em respeito aos mortos na renhida luta pela sua construção, aos que tombaram nos andaimes da nova metrópole, aos que nela foram pioneiros e poetas, aos que assim, anônimamente, foram heróis e patriotas. Um minuto apenas de silêncio para homenagear os deputados constituintes de 91, 34 e 46, que gravaram indelêvelmente em nossa Carta Magna o princípio constitucional em defesa da interiorização da Capital política do Brasil.

Um simples minuto para tributarmos o respeito da nossa admiração a homens públicos que de José Bonifácio a Bernardo Sayão, de Lauro Müller a Luiz Cruz, do Marquês de Paranaguá a Artur Bernardes, de Pedro Américo a Thomaz Delfino, de Varnhagen a Soriano de Souza e tantos outros que, todos ao seu modo, lutaram, alguns anônimamente, nos últimos cem anos, na defesa da idéia comum.

Por tudo que fizeram pedimos à "Revista Brasília", no alvorecer do dia tão ansiosamente esperado, transmita aos pósteros a notícia de que um só minuto, um minuto apenas, foi a única fração de tempo perdida pelo nosso extraordinário Presidente. Perdida para exaltar àqueles que defenderam Brasília, aos que lhe ofereceram a própria vida para que triunfassem os anseios e os ideais de tão poucos em benefício de tantos brasileiros descrentes.

O nome de Brasília, atribuído ao Patriarca da Independência, ilustre santista, um dos Três Andradas, é o nome da Capital da Esperança. Sim. Esperança de todos os que ainda acreditam que o Brasil não está somente, nos versos imortais, "deitado eternamente em berço esplêndido". Impulsiona-o um povo consciente das suas responsabilidades no mundo do amanhã, que se desfaz dos vícios do obscurantismo, para, de corpo e alma, alcançar a sua predestinação histórica. A "Revista Brasília" terá, por certo, a responsabilidade de continuar a história da nova Capital, registrando fatos e divulgando a verdade em defesa da legendária Brasília: Concebida no decurso de mais de cem anos e construída em menos de mil dias.

Aos pósteros caberá prosseguimento dessa obra ciclópica de levar Brasília ao coração do Brasil. Que se abram os corações dos brasileiros a essa realidade tangível, maravilhosamente viva para ser negada, que irá revitalizar o gigante adormecido sob os céus do Cruzeiro do Sul.

a mudança da capital e a competente bibliografia

Prof. Horácio Mendes

- 1 - AUTOS DE DEVASSA da Inconfidência Mineira (publicação do Ministério da Educação e Cultura). Rio, 1936.
- 2 - São João Bosco - "Memorie Biografiche" (vol. XIII).
- 3 - Francisco Adolfo Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro) - HISTÓRIA GERAL DO BRASIL, vol. II. Rio, 1834. - A QUESTÃO DA CAPITAL: Marítima ou no Interior? - Viena d'Áustria, 1877. (Existe uma reprodução, fiel ao original, feita pelo Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, em 1935).
- 4 - ANAIS DAS ASSEMBLÉIAS CONSTITUINTES DE 1823 - 1891 - 1933 e 1946.
- 5 - Dr. Luiz Cruls - RELATÓRIO DA COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL. Rio, 1894.
- 6 - Dr. Luiz Cruls - MUDANÇA DA CAPITAL DA UNIÃO - Rio, 1896.
- 7 - Dr. Domingos Jaguaribe - MUDANÇA DA CAPITAL DO BRASIL (folheto) São Paulo, 1895 - MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL DO BRASIL. (réplica à resposta do Doutor Cruls) - São Paulo, 1896.
- 8 - João Coelho Gomes Ribeiro - A CAPITAL FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - São Paulo, 1907.
- 9 - Americano do Brasil - PELA TERRA GOIANA (Discursos Parlamentares) - Rio, 1923.
- 10 - Barros Fournier (Luiz Mariano de) - A MUDANÇA DA CAPITAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PARA O PLANALTO CENTRAL (conferência) - Rio, 1925.
- 11 - José Eurico Dias Martins - ARGUMENTOS EM FAVOR DA CONSTRUÇÃO DA FUTURA CAPITAL (conferência) - Rio, 1949.
- 12 - José Honorato - NA CONSTITUINTE E NA IMPRENSA - Rio, 1943.
- 13 - M. Demóstenes - ESTUDOS SOBRE A NOVA CAPITAL DO BRASIL - Rio, 1947.
- 14 - INTERIORIZAÇÃO DOS CENTROS METROPOLITANOS - Resolução n.º 343 do Conselho Nacional de Estatística. Rio, 1946.
- 15 - A LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DA REPÚBLICA - Serv. Graf. do IBGE, Rio, 1948.
- 16 - General Djalma Poli Coêlho - RELATÓRIO TÉCNICO DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - Rio, 1948.
- 17 - General Djalma Poli Coêlho - NOTÍCIA HISTÓRICA SOBRE O PROBLEMA DA MUDANÇA DA CAPITAL - Rio, 1947.
- 18 - General Djalma Poli Coêlho - ESPIGÃO MESTRE - O BRASIL E CONCEITO GEO-POLÍTICO DO PLANALTO CENTRAL - Rio, 1948.
- 19 - Jerônimo Coimbra Bueno - A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL - Goiás, 1949.
- 20 - Jales Machado - A MUDANÇA DA CAPITAL E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA NACIONAL (Separata do Diário do Congresso de 22 de outubro de 1949).
- 21 - J. Belcher - RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A NOVA CAPITAL DA REPÚBLICA - Rio, 1956.
- 22 - Eunápio de Queiroz - RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DA MUDANÇA DA CAPITAL (Câmara dos Deputados), Separata - Rio, 1949.
- 23 - General Djalma Poli Coêlho - FAÇAMOS A MUDANÇA DA CAPITAL, MAS FAÇAMO-LA BEM FEITA - Rio, 1953.
- 24 - Eng. Luiz A. da Silva Vieira - LIMITES DO DISTRITO FEDERAL NO PLANALTO CENTRAL DO PAÍS (in RELATÓRIO TÉCNICO) - Rio, 1948.
- 25 - M. A. Teixeira de Freitas - BRÁSILIA, CAPITAL DO BRASIL (in A LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DA REPÚBLICA) - Rio, 1948.
- 26 - Everardo Backheuser: LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL: CLIMA E CAPITAL (in BOL GEOGR., V, 56 - NOVEMBRO DE 1947); LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL: CRITÉRIOS DE ESCOLHA (in BOL. GEOGR., V, 57 - DEZEMBRO DE 1947); LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO PAÍS NO PLANALTO CENTRAL (in BOL. GEOGR. V, 53 - AGOSTO DE 1947); O RETÂNGULO DE CRULS (in BOL. GEOGR., V, 55 - 1947) e LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL: PONTO NEVRÁLGICO (in BOL. GEOGR., V, 58 - JANEIRO de 1958).
- 27 - Paulo de Assis Ribeiro - MUDANÇA DO DISTRITO FEDERAL (in REV. DO COMÉRCIO, III - FEVEREIRO DE 1947).
- 28 - Cristóvam Leite de Castro - A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DO BRASIL (in BOL. GEOGR., IV, 45 - DEZEMBRO DE 1946).
- 29 - Valdir Niemeyer - A MUDANÇA DA CAPITAL (in BOL. GEOGR. IV, 40 - JUNHO DE 1946).
- 30 - Cristóvam Leite de Castro: A MUDANÇA DA CAPITAL DO PAÍS (in BOL. GEOGR., IV - FEVEREIRO DE 1947); A MUDANÇA DA CAPITAL DO PAÍS (in REV. BRAS. DE GEOGR., X - 1948) e A NOVA CAPITAL DO BRASIL (in REV. DE IMIG. E COLON., VII, 4 - DEZEMBRO DE 1946).
- 31 - Lucas Lopes e Antônio Carlos Cardoso - O ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A NOVA CAPITAL E O DISTRITO FEDERAL (in AG. ELÉTR., II, 7 - JANEIRO DE 1951) e (II, 8 - ABRIL DE 1951).
- 32 - Peixoto da Silveira: CLIMA E SALUBRIDADE DO PLANALTO (in ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA)

- BLICA, Vol. I, 8 - SETEMBRO DE 1953) - Goiânia, 1953;
- AUTOFINANCIÁVEL A CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL - Goiânia, 1955, e A NOVA CAPITAL - Rio, 1957 (ed. Pongetti).
- 33 - Paulo de Assis Ribeiro - NOVA SÉDE PARA O GOVERNO DA UNIÃO (in BOL. DO CONS. TÉCN. DE ECON. E FINAN. 82/84 4.º TRIM. DE 1947, 23 e 76/77, ABR/MAIO DE 1947).
- 34 - A NOVA CAPITAL DO BRASIL (4 vols) assim discriminados:
Volume I - DOCUMENTOS OFICIAIS (S.D.)
Volume II - ESTUDOS E CONCLUSÕES (S.D.)
Volume III - DISCURSO PRONUNCIADO PELO DEPUTADO FEDERAL FONSECA E SILVA (Goiás) - Rio, 1956.
Volume IV - Conferência do Major Mauro Borges Teixeira (S.D.)
- 35 - A NOVA CAPITAL (Estudos sobre seu regime econômico-social e sobre o financiamento da sua construção - Conferências proferidas no Instituto de Colonização Nacional) - Gráfica Aurora, Ltda. - Rio de Janeiro (S.D.).
- 36 - Prof. J. Rodrigues Valle - MUDANÇA DA CAPITAL (in REVISTA JURÍDICA, órgão cultural da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, vol. XV) - Rio, 1957.
- 37 - Francisco Manoel Brandão: BRASÍLIA - FOLCLORE E TURISMO - Rio, 1957.
BRASÍLIA E O BURITISEIRO - Rio, 1958.
- 38 - J. O. de Meira Penna - QUANDO MUDAM AS CAPITAIS (Prefácio do Dr. Israel Pinheiro) - Rio, 1958.
- 39 - Emival Caiado (Deputado) - MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL (discurso) - Rio, 1958.
- 40 - Osvaldo Orico - BRASIL, CAPITAL BRASÍLIA - RIO, 1958.
- 41 - Moisés Gicovate - BRASÍLIA (Edições Melhoramentos) - São Paulo, 1959.
- Presidência da República (Serviço de Documentação) - Rio, 1958 e 1959.
- 42 - BRASÍLIA E A OPINIÃO MUNDIAL (vols. I - II - III)
- 43 - Jayme Martins - TIA MARGARIDA VAI A BRASÍLIA - Rio, 1959.
- 44 - BRASÍLIA NA PALAVRA DE ANDRÉ MALRAUX - Presidência da República (Serviço de Documentação) - Rio, 1959.
- 45 - A NOVA CAPITAL - BRASÍLIA (IBGE - Conselho Nacional de Estatística) - Rio, 1957.
- 46 - BRASÍLIA (Levantamento realizado pela Inspeção Regional de Estatística de Goiás em 12-3-58) - Rio, 1958.
- 47 - CENSO EXPERIMENTAL DE BRASÍLIA (População - Habitação) - Planejado e supervisionado pela COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL - Rio, 1959.
- 48 - Israel Pinheiro (Dep.) DISCURSO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS - Rio, 1957.
- 49 - ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - II VOLUME - Rio, 1957.
- 50 - MÓDULO (Revista):
N.º 8 (Texto em português e alemão e uma separata em francês e inglês)
N.ºs. 6 ao 16 (Seis ao Dezesesseis)
- 51 - BRASÍLIA (Revista) - N.ºs. 1 a 40 (Um a Quarenta).
- 52 - Américo Werneck Júnior - O FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA FUTURA CAPITAL (conferência) - Rio, 1955.
- 53 - Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Goiás - ESTUDO SOBRE O FINANCIAMENTO DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL FEDERAL PARA O INTERIOR DO BRASIL - Goiânia, 1951.
- 54 - DE GOIÁS PARA O BRASIL (mensagens à Assembléia Legislativa do Estado) - Goiânia, 1955.
- 55 - REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.
- 56 - JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA - MENSAGENS AO CONGRESSO NACIONAL (1960 e anteriores).
- 57 - JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA - O BRASIL EM MARCHA (Discurso) - Rio, 1958.
- 58 - COLEÇÃO BRASÍLIA, assim discriminada:
I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS - 1.º tomo.
II - ANTECEDENTES HISTÓRICOS - 2.º tomo.
III - ANTECEDENTES HISTÓRICOS - 3.º tomo.
IV - DIÁRIO DE BRASÍLIA - 1.º tomo - 1956-1957.
V - DIÁRIO DE BRASÍLIA - 2.º tomo - 1958.
VI - DIÁRIO DE BRASÍLIA - 3.º tomo - 1959.
VII - DIÁRIO DE BRASÍLIA - 4.º tomo - 1.º de janeiro - 21 de abril de 1960 - índice cumulativo.
VIII - BRASÍLIA E A OPINIÃO NACIONAL - 1.º tomo.
IX - BRASÍLIA E A OPINIÃO NACIONAL - 2.º tomo.
X - BRASÍLIA E A OPINIÃO ESTRANGEIRA.
(Publ. do Serv. de Documentação da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA).

[Handwritten signatures and initials are present in the right margin, including names like 'Penna', 'Werneck', and 'Caiado']

Temos que ressaltar a colaboração do Arq. Hermano Montenegro, na paginação; S. Batista, na gravação; e Gráficos Bloch S. A., na impressão desta obra.

b.

Diretor : Prof. Nonato Silva.

Secretária : Aracy de Freitas Coutinho.

Historiador : Prof. Horácio Mendes.

Layout, capa e paginação : Arq. Armando Abreu.

Redator : Leony Mesquita.

Setor de Documentação : Nélio Pinheiro, Petrônio Canabrava e Marlene Bruno Silva.

Relações Públicas : Da Costa Santos e Tibúrcio Bispo Pereira.

Fotos : M. Fontenelle, Alberto Fadul, M. Gautherot, José e Humberto Franceschi, Foto Carlos, Epaminondas Lima, Manchete.

Clicheria : Latt-Mayer; contato: Sylvio Raul Veltri.

Impressor : Gráficos Bloch S. A.

Redação : Avenida Almirante Barroso, 54 - 18.º andar.

Fone : 22-2626. Rio de Janeiro — Brasil.

A Direção não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

DESTE PLANO
EM CÉREBRO CENTRAL DESTA SOLIDÃO QUE EM BREVE SE TRANSFORMARÁ
VEZ SOBRE O AMANHÃ DO MEU PAÍS E ANTEVEJO ESTA ALVORADA COM FÉ
INQUEBRANTÁVEL E UMA CONFIANÇA SEM LIMITES NO SEU GRANDE DESTINO
BRASÍLIA, 2 DE OUTUBRO DE 1956 — JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Senado Federal



SEN00170610